





Governo do Estado do Pará
Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Graduação
Centro de Ciências Sociais e Educação
Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia

Belém – Pará – Brasil Março/2022

IMPRESSÃO

Centro Gráfico da UEPA

REFORMULAÇÃO

Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso de Licenciatura em Pedagogia:

Ceila Ribeiro de Moraes Ana Cláudia da Silva Pereira Ana D'Arc Martins de Azevedo Jacirene Vasconcelos de Albuquerque Lucélia de Moraes Braga Bassalo

APROVAÇÃO

Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia:

Presidente

Ceila Ribeiro de Moraes

Membros Docentes

Cassia Regina Rosa Venâncio

Edina Fialho Machado

Francisca Guiomar Cruz da Silva

José Roberto Alves da Silva

Maria Elena Nascimento de Lima

Maria Rosana de Oliveira Castro

Zelia Vieira Cruz Veloso (suplente)

Membros Discentes

Carla Milena e Silva Oliveira

Gilberto Ubiratan do Vale Lima Junior

Tânia Hachem Chaves de Oliveira

Yolanda Cavalcante de Sousa

CONSULTA

Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia

Assessoras Pedagógicas do Curso de Licenciatura em Pedagogia

Docentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia

Discentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia

Coordenação de Apoio e Orientação Pedagógica - CAOP

Departamentos do CCSE/UEPA

Coordenação do NECAD/UEPA

Coordenação do PARFOR/UEPA

Coordenação do Forma Pará /UEPA

Direção do CCSE/UEPA

Diretoria de Acesso e Avaliação - DAA

Diretoria de Ensino – DDE

Pro Reitoria de Graduação - PROGRAD

ORGANIZAÇÃO:

Ceila Ribeiro de Moraes Odinea Lopes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP) Biblioteca do CCSE/UEPA, Belém - PA

Universidade do Estado do Pará

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia / Organizado por Ceila Ribeiro de Moraes, Odinea Lopes da Silva, Belém, 2022. 208 p.

1.Educação 2.Pedagogia - Estudo e ensino. 3. Professores-Formação. I. Moraes, Ceila Ribeiro de (org.). II. Silva, Odinea Lopes de (org.) III. Título.

CDD. 23° ed. 370

Elaborada por Regina Coeli A. Ribeiro – CRB-2/739

Clay Anderson Nunes Chagas Reitor

Ilma Pastana Ferreira Vice-Reitora

Carlos José Capela Bispo Pró-Reitor de Gestão – PROGESP

Ednalvo Apóstolo Campos Pró-Reitor de Graduação – PROGRAD

Jofre Jacob da Silva Freitas Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPESP

Vera Regina da Cunha Menezes Palácios Pró-Reitora de Extensão – PROEX

Anderson Madson Oliveira Maia Diretor do Centro de Ciências Sociais e Educação – CCSE

Frederico da Silva Bicalho Vice-Diretor do Centro de Ciências Sociais e Educação – CCSE

Ceila Ribeiro de Moraes Coordenadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia – CCSE Coordenadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia – PARFOR Coordenadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia – Forma Pará

Maria José de Souza Cravo Coordenadora do Núcleo de Educação Continuada e a Distância – NECAD/UEPA

Izabel Cristina de Oliveira Correa Borges Coordenadora do Programa de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR

Messias Furtado da Silva Coordenador do Programa de Educação e Formação Superior – Forma Pará

Ana Claudia da Silva Pereira Coordenadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia — Universidade Aberta do Brasil — UAB

COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Coordenação Geral: Ceila Ribeiro de Moraes

	le Licenciatura em Pedagogia		
Biênio 2018 – 2021	Biênio 2021 – 2023		
PRESIDENTE	PRESIDENTE		
Ceila Ribeiro de Moraes	Ceila Ribeiro de Moraes		
MEMBROS DOCENTES	MEMBROS DOCENTES		
Lucélia de Moraes Braga Bassalo	Cassia Regina Rosa Venâncio		
Marli Melo de Almeida	Edina Fialho Machado		
Tania Roberta Costa de Oliveira	Francisca Guiomar Cruz da Silva		
Luzenilda Moita Sato Luzenilda Moita Sato José Roberto Alves da Silva			
Creusa Barbosa dos Santos Trindade	Maria Elena Nascimento de Lima		
Leopoldo Nogueira Santana Junior	Maria Rosana de Oliveira Castro		
	Zelia Vieira Cruz Veloso (suplente)		
MEMBROS DISCENTES	MEMBROS DISCENTES		
Carolina Ferreira Guimarães	Carla Milena e Silva Oliveira (suplente)		
Herbert Oliveira da Costa	Gilberto Ubiratan do Vale Lima Junior		
Matheus Oliveira da Silva	Tânia Hachem Chaves de Oliveira		
Trialicus Onverta da Sirva	Yolanda Cavalcante de Sousa		
	Totalida Cavalcaine de Bousa		
Núcleo Docent Biênio 2018 – 2021	Biênio 2021 – 2023		
Ceila Ribeiro de Moraes	Ceila Ribeiro de Moraes		
	Ana Cláudia da Silva Pereira		
Diana Lemes Ferreira Francisca Guiomar Cruz da Silva	Ana D'Arc Martins de Azevedo		
Manoel Delmo Silva de Oliveira			
	Jacirene Vasconcelos de Albuquerque		
Osvando dos Santos Alves	Lucélia de Moraes Braga Bassalo		
	D – Licenciatura em Pedagogia		
Biênio 2018 – 2020	Biênio 2021 – 2023		
Francisca Guiomar Cruz da Silva	Ana Claudia da Silva Pereira		
	enciatura em Pedagogia (2018 – 2023)		
	beiro de Moraes		
	asconcelos – Adjunta (2018 – 2020)		
•	Licenciatura em Pedagogia (julho/2022)		
	beiro de Moraes Silva Martins (Secretaria)		
	no de Conclusão de Curso – TCC		
Biênio 2018 – 2020	Biênio 2021 – 2023		
Maria Rosana de Oliveira Castro	Rosilene Ferreira Gonçalves Silva (06 a 12/2020)		
Coordanação da	Estágio Supervisionado		
Biênio 2018 – 2020	Biênio 2021 – 2023		
Cristiano Pinto da Silva	Maria do Socorro Castro Hage		
Chistiano i mo da sirva	Maria do Socorro Casas Mago		
	oria Pedagógica a Ramos Lima		
	a Ramos Lima a Otomar Buecke		
	Lopes da Silva		
	Estagiários		
	ESTAGRAÇÃOS		
Técnicos Administrativos			
Técnicos Administrativos Aline Nara Magalhães	Artur Melo de Oliveira		
Técnicos Administrativos Aline Nara Magalhães Carla Lyzandra Linhares (2018 – 2021)	Artur Melo de Oliveira		
Técnicos Administrativos Aline Nara Magalhães			

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	DISCIPLINAS DO NÚCLEO DE ESTUDOS BÁSICOS	49
QUADRO 2	DISCIPLINAS DO NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS	49
QUADRO 3	DISCIPLINAS/ATIVIDADES DO NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES	50
QUADRO 4	DISCIPLINAS OPTATIVAS	52
QUADRO 5	CRITÉRIOS PARA CONTABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	54
QUADRO 6	TEMAS TRANSVERSAIS E SUAS LEGISLAÇÕES	57
QUADRO 7	CARGA HORÁRIA DE PRÁTICA DOCENTE	58
QUADRO 8	DISTRIBUIÇÃO DA CH MÍNIMA DAS LICENCIATURAS	59
QUADRO 9	DISCIPLINAS QUE ATENDEM AO ART. 22 DA RESOLUÇÃO CNE/CP N° 2/2019	59
QUADRO 10	ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS CURRICULARES EM DOCÊNCIA	60
QUADRO 11	ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS EM GESTÃO	60
QUADRO 12	LINHAS DE PESQUISA DO CURSO DE PEDAGOGIA	62
QUADRO 13	PROJETOS DE EXTENSÃO COMO UNIDADES CURRICULARES	65
QUADRO 14	GRUPOS DE PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO – CCSE DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – UEPA	69
	ULI 11	U)

SUMÁRIO

APR	ESENT	'AÇÃO
	TE 1	
1	MAR	COS HISTÓRICOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO
		E/UEPA
2		ES LEGAIS DO CURSO
3		E DO CURSO E TÍTULO DO EGRESSO
4	CON	CEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E OS PRINCÍPIOS DA FORMAÇÃO
5		TIVOS DO CURSO
6	PERF	TL DO EGRESSO
7	CAM	POS DE ATUAÇÃO
8	MOD	ALIDADES E FUNCIONAMENTO DO CURSO
8.1	MOD	ALIDADE REGULAR
8.2		ALIDADE MODULAR
8.3	MOD	ALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – UAB/ EAD
8.4	MOD	ALIDADE PROGRAMAS ESPECIAIS – PARFOR
8.5	MOD	ALIDADE PROGRAMAS ESPECIAIS – FORMA PARÁ
9	AVAl	LIAÇÃO DO CURSO E DA APRENDIZAGEM
10	POLÍ	TICA DE ATENDIMENTO E INCLUSÃO DO CCSE/UEPA
11	SERV	IDORES DOCENTES POR TITULAÇÃO E CARGA HORÁRIA
12	SERV	VIDORES DO QUADRO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL
13	INFR.	AESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA
PAR	TE 2	
14	FUNI	DAMENTOS DA ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO
15	NÚCI	LEOS DA ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO
16	MAT	RIZ CURRICULAR
17	DISC	IPLINAS OPTATIVAS
18	ATIV	IDADES COMPLEMENTARES
19	TEMA	AS TRANSVERSAIS
20	PRÁT	TICA DOCENTE
21		IDADES PEDAGÓGICAS DE GESTÃO
22		GIO SUPERVISIONADO CURRICULAR
23	TRAE	BALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC
24		ENSÃO CURRICULAR
25		GRAMAS/NÚCLEOS/GRUPOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO
		E/UEPA
PAR	TE 3	
	_	CIAS
	XO 1	Ementário, Conteúdo Programático e Referências
	XO 2	Orientações para os Estágios Supervisionados Curriculares Obrigatórios do Curso
AINE	AO 2	de Licenciatura em Pedagogia
ΔΝΈ	XO 3	Orientações para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do Curso de
AINE	AO 3	Licenciatura em Pedagogia
ΔNIE	XO 4	Plano de Adaptação Curricular
		1 3
AINE	XO 5	Fluxograma da Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2017 – 2027 (PDI) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), LEI nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, estabelece diretrizes pedagógicas que norteiam todas as ações da UEPA (p.41). Dentre estas diretrizes destacam-se:

- A construção dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação obedecendo aos preceitos legais.
- A inserção dos(as) alunos(as) nas atividades práticas e no exercício pré-profissional a partir dos anos iniciais.
- A articulação dos cursos na composição de currículos integrados e interdisciplinares.
- A adequada conexão do ensino com a produção e a extensão do conhecimento.
- As metodologias que possibilitem ao(a) aluno(a) a aquisição, utilização e ampliação de conhecimento da realidade e reflexão dos problemas sociais e suas soluções.
- A introdução nos currículos de assuntos relacionados ao pensamento crítico, à cultura e à
 identidade brasileira, à filosofia, à ética, à literatura, ao direito, à história das ciências naturais,
 arte, sociedade e temas de formação geral.

A Universidade do Estado do Pará tem responsabilidade social com o desenvolvimento do Estado, portanto, necessita envidar esforços na articulação entre ensino, pesquisa e extensão e na intensificação das políticas de extensão e da pesquisa científica em consonância com a realidade nacional e amazônica, especialmente a paraense. Em conformidade com este entendimento, o Estatuto da UEPA, em seu Art. 2º incisos II e III, evidencia que a autonomia didático-científica da UEPA consiste em criar, organizar, modificar, extinguir e fixar os currículos de seus cursos, tendo em vista os interesses e as demandas sociais, observada a legislação vigente.

A expressiva importância do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Ciências Sociais e Educação – CCSE para a Universidade do Estado do Pará é evidenciada quando, juntamente com os cursos de Educação Física, Medicina e Enfermagem, possibilitou sua criação em 1993. Desde então o Curso evolui em termos qualitativos e quantitativos objetivando formar profissionais que atendam as demandas do estado e às necessidades sócio econômicas e culturais do contexto social.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia vem contribuindo significativamente para o processo de interiorização da instituição, atendendo as necessidades educacionais dos diversos municípios paraenses. São 34 (trinta e quatro) anos formando profissionais da educação para atuarem na docência e gestão educacional e com isso, possibilitando o desenvolvimento do estado do Pará a partir da atuação de seus(as) egressos(as) nos mais diversos setores das instituições educacionais, como escolas, secretarias, fundações, organizações não governamentais, instituições particulares e, mais recentemente, em instituições não escolares, como bancos públicos e privados, departamentos de trânsito, instituições de saúde públicas e privadas, tribunais de justiça, centro de referências dos municípios do estado do Pará, dentre outros.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia é um dos três maiores cursos da Universidade do Estado do Pará com 1.596 alunos(as) e está presente em 10 (dez) *campi*, sendo no CCSE, capital do estado, e em mais 9 (nove) dos 16 *campi* do interior, incluindo Cametá (Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica-PARFOR) e Paragominas (Universidade Aberta do Brasil/Educação a Distância-UAB/EAD/). Não se pode ignorar que o Curso também está presente em polos da UAB e PARFOR, como Dom Eliseu, Igarapé Miri, Parauapebas, São Sebastião da Boa Vista, Muaná e Portel. É importante ressaltar que em julho/agosto de 2022, o Curso de Licenciatura em Pedagogia será ofertado nos municípios de Marituba e Santo Antônio do Tauá pelo Programa de Educação e Formação Superior – FORMA PARÁ.

Em 2021.2, os(as) alunos(as) do Curso de Licenciatura em Pedagogia, ativos no SIGAA, estavam distribuídos conforme tabela a seguir.

Tabela 1 – Alunos do Curso de Licenciatura em Pedagogia por município e modalidade

Modalidades de execução	Municípios	Nº de turmas	Nº de alunos	
	Barcarena	02	51	
	Belém	14	521	
	Conceição do Araguaia	04	99	
Dagular	Igarapé Açu	03	119	
Regular	Moju	04	139	
	Salvaterra	01	46	
	São Miguel do Guamá	04	137	
	Vigia de Nazaré	01	39	
	Total	33	1151	
	Cametá	01	41	
	Dom Eliseu	01	41	
UAB/EAD	Igarapé Miri	01	40	
UAD/EAD	Parauapebas	01	40	
	Paragominas	01	41	
	São Sebastião da Boa Vista	01	39	
	Total	06	242	
	Cametá	02	57	
PARFOR	Muaná	01	40	
IAMOR	Portel	01	47	
	Igarapé Miri	02	59	
	Total	06	203	
	Total Geral	44	1596	

Fonte: SIGAA UEPA 25/01/22

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia (PPC) foi atualizado em consonância com as exigências legais vigentes e atende aos desafios para a formação de pedagogos(as) no estado do Pará e no Brasil no que se refere aos aspectos sociais, políticos, econômicos, científicos, éticos, locais e globais.

O referido PPC é resultado das discussões coletivas entre o Núcleo Docente Estruturante (NDE), Colegiado do Curso, comunidade acadêmica docente e discente, além de assessores(as) pedagógicos(as) que vivenciam o cotidiano do Curso.

Ressalta-se que o processo de atualização do Projeto Pedagógico do Curso iniciou em agosto de 2018, sendo interrompido em março de 2020, em decorrência da pandemia da Covid-19. Os trabalhos foram suspensos temporariamente, estendendo o tempo para a conclusão do Projeto, retornando em agosto de 2021, com uma nova composição do NDE e do Colegiado do Curso.

Núcleo Docente Estruturante (NDE) – Biênio 2021-2023

Prof ^a Ma Ceila Ribeiro Moraes	ceilamoraes@uepa.com		
Prof ^a Dr ^a Ana Cláudia da Silva Pereira	anapereira@uepa.br		
Profa Dra Ana D'Arc Martins de Azevedo	ana.darc@uepa.br		
Prof ^a Dr ^a Jacirene Vasconcelos de Albuquerque	jacirene@uepa.br		
Profa Dra Lucélia de Moraes Braga Bassalo	lucelia.bassalo@uepa.br		

Colegiado do Curso – Biênio 2021-2023

Função	Representante	Contato
Presidente	Prof ^a Ma Ceila Ribeiro Moraes	ceilamoraes@uepa.br
Docente	Profa Dra Cassia Regina Rosa Venâncio	cassia.venancio@uepa.br
Docente	Prof ^a Dr ^a Edina Fialho Machado	edina.fialho@uepa.br
Docente	Prof ^a Esp. Francisca Guiomar Cruz da Silva	guiomar.cruz@uepa.br
Docente	Prof ^a Dr ^o José Roberto Alves da Silva	roberto.silva@uepa.br
Docente	Prof ^a Dr ^a Maria Elena Nascimento de Lima	maria.lima@uepa.br

Docente	Prof ^a Dr ^a Maria Rosana de Oliveira Castro	rosana.castro@uepa.br		
Docente	Prof ^a Dr ^a Zelia Vieira Cruz Veloso (suplente)	zelia.veloso@uepa.br		
Discente	Gilberto Ubiratan do Vale Lima Junior	gilberto.junior@aluno.uepa.br		
Discente	Tânia Hachem Chaves de Oliveira	tania.oliveira@aluno.uepa.br		
Discente	Yolanda Cavalcante de Sousa	yolanda.cdsousa@aluno.uepa.br		
Discente	Carla Milena e Silva Oliveira (suplente)	carla.moliveira@aluno.uepa.br		

Destaca-se, especialmente, que os anos de 2020 e 2021, para além da pandemia da Covid-19, foram desafiadores em relação aos processos de reformulação dos cursos de licenciatura, considerando a promulgação da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, exigindo dos NDEs dos Cursos de licenciatura do CCSE desdobramentos de estudos e reflexões para que os avanços alcançados com a Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015 não fossem desconsiderados.

Os estudos e reflexões sobre a formação do(a) professor(a)/pedagogo(a) possibilitaram avanços no processo de reformulação do Curso como, por exemplo, a inclusão de novas disciplinas, como Educação Gênero e Sexualidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação do Campo, além da reorganização dos estágios no desenho curricular e inclusão da extensão universitária como unidades curriculares.

Um outro avanço significativo no processo de reformulação foi a inclusão no Projeto Pedagógico das modalidades especiais do Curso, ou seja, além da modalidade regular o PPC traz as modalidades EAD, PARFOR e Forma Pará. Esse avanço justifica-se pela necessidade de se trabalhar um único desenho curricular, o que facilita o cumprimento de dependências por todos(as) os(as) alunos(as) do Curso, independente da modalidade e ainda por garantir que as novas turmas das modalidades especiais sejam regidas por um PPC atualizado e reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação (CEE).

Vencidos os desafios, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Pará, elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE e aprovado pelo Colegiado do Curso, com a anuência da comunidade acadêmica docente e discente, foi concluído em março de 2022.

Ao chegar-se na finalização do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, os sentimentos são de agradecimento a todos(as) pelo compromisso profissional, ético, humanizado e afetivo durante o processo de reformulação.

Gratidão ao Núcleo Docente Estruturante, ao Colegiado do Curso, as Assessoras Pedagógicas, aos(as) Discentes e Docentes, aos(as) Técnicos(as) Administrativos(as) e Estagiários(as) que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização deste trabalho.

Finaliza-se, destacando que este momento foi possível pela parceria, união e trabalho coletivo, pois os resultados apresentados neste documento representam o trabalho de profissionais comprometidos(as) com a educação e a sociedade, iniciado no ano de 2011 e concluído nas gestões 2018–2021 e 2021–2023 desta docente que, atualmente, coordena o Curso de Licenciatura em Pedagogia da UEPA.

"O Trabalho em equipe é como uma corrente forte: em que a confiança, segurança e eficiência da corrente como um todo depende da união e honestidade de cada elo".

Paulo Estéfane Caetano dos Anjos

Ceila Ribeiro de Moraes Coordenadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia



1. MARCOS HISTÓRICOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO CCSE/ UEPA

O Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE)

A vocação para a formação de professores(as) tem origem antes mesmo de a instituição UEPA existir. Em sua fase embrionária, o CCSE já era um pilar do que veio a se tornar a Universidade do Estado do Pará. A história do CCSE começa em 1961, quando a Fundação Educacional do Estado do Pará (FEP) foi criada, por meio da Lei 2395/61, pelo Governo do Estado do Pará, como uma instituição sem fins lucrativos dotada de autonomia administrativa, didática e financeira vinculada à secretaria de Educação (SEDUC).

Diante das diversas faculdades que compunham o Ensino Superior do Pará, como as Escolas de Enfermagem, Medicina e Educação Física, surgiu a Faculdade Estadual de Educação (FAED), criada pela Resolução nº 02 de 12 de janeiro de 1984, que obteve sua licença para funcionamento apenas em 1987, através da Fundação Educacional do Pará (FEP).

No mesmo ano, iniciou o curso de Pedagogia em três habilitações – Magistério para as disciplinas Pedagógicas do ensino de 2°. grau, Educação Especial – Deficiência Mental e Administração Escolar para o exercício nas Escolas de 1° e 2°. graus. A FAED ocupou então o prédio da atual Reitoria, na edificação denominada de Castelinho.

Nos anos seguintes, a FAED recebeu os cursos de Licenciatura Plena em Educação Artística e Matemática. Em meados de 1990, a FEP/FAED foi alçada pela primeira vez ao status de Universidade. O Instituto Superior de Educação do Pará (ISEP), também vinculado à SEDUC, foi incorporado à instituição, trazendo o curso de Formação de Professores de 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental.

Nesse período é que foram construídos os quatro blocos aos fundos da Reitoria, onde foi instalado o Instituto de Ciências Sociais. No ano de 1992, foi extinta a primeira Universidade do Estado do Pará, retornando à condição de Fundação Educacional do Estado do Pará (FEEP). Finalmente em 1993, nasce oficialmente a Universidade do Estado do Pará – UEPA. O Instituto de Ciências Sociais passa a ser o Campus I da nova instituição, ofertando os cursos de Licenciatura Plena em Pedagogia, Licenciatura Plena em Educação Artística com Habilitação em Música, Licenciatura Plena em Matemática e Formação de Professores para Pré-Escolar e 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental.

No ano seguinte, o Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) surgiu oficialmente, junto com o Centro de Ciências Biológicas e Saúde (CCBS) e o Centro de Ciências Naturais e Tecnologia (CCNT), que são hoje órgãos de administração setorial, subordinados à administração superior, que congregam os Departamentos, os Colegiados de Curso e os Conselhos de Centro, coordenando-lhes as atividades culturais, de ensino, de pesquisa, de extensão e administrativas, envolvendo trabalhos de professores(as), alunos(as), servidores(as) técnico(a)-administrativos(as) e demais segmentos da sociedade.

Desde seu advento, o CCSE é o maior dos Centros da instituição. Composto por cerca de 6 mil alunos(as) em 2021, distribuídos em 07 departamentos que atendem 17 cursos de graduação, Deste total, 16 são licenciaturas, exceto o Bacharelado em Secretariado Executivo Trilíngue. O CCSE também oferece cinco pós-graduações em nível de mestrado e um doutorado, além de diversas turmas de especializações, ofertadas no Campus I ou nos demais campi, dependendo da necessidade, além de outros cursos via convênios (Universidade Aberta do Brasil (UAB)/Educação a Distância (EAD), Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), Programa de Educação e Formação Superior (Forma Pará) e Pedagogia Bilíngue. É ainda o único presente nos dezesseis campi do interior, com seus cursos de graduação, docentes e atividades de ensino, pesquisa e extensão.

GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
1 -Ciências Biológicas	ESPECIALIZAÇÕES
2-Ciências da Religião	1-Defesa Social e Cidadania
3-Ciências Sociais	2-Docência da Educação Superior
4-Filosofia	3-Educação a Distância
5-Física	4-Educação Inclusiva e o Ensino da Matemática
6-Geografia	5-Educação Infantil
7-História	6-Educação Matemática
8-Letras: Libras	7-Especialização em Transtorno do Espectro Autista
9-Letras: Língua Inglesa	8-Estudos Linguísticos e Análise Literária
10-Letras: Língua Portuguesa	9-Fundamentos da Matemática Elementar
11-Matemática	10-Gestão Escolar
12-Música	11-Letramento e Formação de Professores
13-Pedagogia	12-Psicologia Educacional com Ênfase em Psicopedagogia Preventiva
14-Pedagogia Bilíngue (Convênio com o INES)	13-Sociologia e Educação Ambiental
15-Química	
16-Secretariado Executivo Trilíngue	MESTRADOS ACADÊMICOS
	1-Ciências da Religião
	2-Educação
	3-Geografia
	MESTRADOS PROFISSIONAIS
	1-Ensino de Matemática
	2-Ensino em Ciências na Amazônia
	3-Letras e Literatura
	5 Louis o Literatura
	DOUTORADO
	1-Educação
	1-Educação

Por sua vocação nas Ciências Sociais e Humanas, sempre foi um celeiro para o desenvolvimento de ideias e soluções pedagógicas na educação inclusiva no Pará, o CCSE implantou o primeiro curso de Letras – Libras em nível de graduação no Estado. Anos depois, foi o primeiro a trazer para a região Norte o curso de Pedagogia Bilíngue, que visa integrar o ensino regular e o ensino especial para que, em breve, todos(as) possam atender à escola em idade apropriada, tendo suas necessidades acolhidas. O CCSE teve aprovada em 2019 a implantação de uma especialização voltada para o atendimento dos(as) alunos(as) com Transtorno do Espectro Autista, que se encontra em andamento, atendendo a capital e a interiorização.

O CCSE apresenta um total de 13.631 m² de área construída. É composto, em sua estrutura física por seis blocos de três pavimentos, entretanto, uma expansão para a construção de mais dois blocos foi viabilizada através dos esforços conjuntos da atual Gestão do Centro, da Secretaria de Educação (SEDUC) e da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET), com licitação prevista para 2022. O prédio histórico conhecido como "Castelinho" está integrado ao Campus I, que possui ainda uma ala dedicada aos Centros Acadêmicos e um Restaurante Universitário. O Centro possui mais de 100 salas, todas refrigeradas, sendo 49 destas dedicadas às aulas.

O Bloco I, também chamado Bloco Administrativo do Campus I, comporta o Gabinete da Direção e Vice- Direção do CCSE, a sala de reuniões do Conselho de Centro (CONCEN), 08 Departamentos acadêmicos, 11 Coordenações de Cursos, Brinquedoteca, Setor Financeiro, Coordenação Administrativa (CAD), Coordenação de Apoio e Orientação Pedagógica (CAOP), Serviço de Processamento de Dados (SPD), Coordenação de Registro e Controle Acadêmico (CRCA), Serviço de Apoio Psicológico e Pedagógico (SAPP), Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e a Coordenação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-graduação Lato Sensu (COAD).

O Bloco II é composto pelo Protocolo, Laboratório de Informática (LABINF), lanchonete e espaço de reprografia e salas de aula distribuídas em seus três pisos. No Bloco III estão localizados o Laboratório de Prática Musical, o Laboratório de Linguagem, o qual atende o Curso de Secretariado Executivo Trilíngue e as Licenciaturas em Letras. A coordenação e a sala Revoluti, um laboratório especialmente construído para o curso de Pedagogia Bilingue, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), a sala dos motoristas,

sala do Sindicato dos Docentes (SINDUEPA), Sala dos Professores e setor de Material didático. Também estão neste bloco, as salas de aula e mais quatro coordenações de curso.

O Laboratório de Informática (LABINF), Laboratório de Matemática (LABEM), a Coleção Zoológica Dr. Joaquim Adis, além dos laboratórios de Biologia, Física e Química e seu almoxarifado, salas de grupos de pesquisa e as salas para orientação de discentes também estão situadas no Bloco III.

No Bloco IV estão localizados a Sala de Recitais, o Grupo de Pesquisa: Culturas e Memórias Amazônicas (CUMA), o Grupo de Estudo e Pesquisa em História e Filosofia da Ciência na Amazônia – Movimentos Sociais, Educação e Cidadania na Amazônia (GMSECA), o Núcleo de Estudos em Educação Científica, Ambiental e Práticas Sociais (NECAPS), sala do Sindicato dos Técnicos (SINTAUEPA) e outras salas de grupos de pesquisa, além de salas de aula. Ainda que nem todos tenham uma sala fixa para suas atividades, o CCSE conta com dezenas de grupos de pesquisa ativos, que se dedicam a estudar sobre o meio ambiente, práticas sociais, psicopedagogia, educação, matemática e tecnologias aplicadas à educação, saúde, inclusão social, interdisciplinaridade e outros. Neste bloco está situado ainda o Restaurante Universitário.

O Bloco V é reconhecido pela Biblioteca e o Auditório Paulo Freire, mas retém ainda uma Sala de Informática, diversas salas de estudos, a Biblioteca Setorial do Mestrado e uma Sala de Aula Multimídia. O Núcleo de Apoio à Saúde do Servidor (NASS), também realiza seus atendimentos ali. O auditório possui camarins e banheiros, além de acesso por elevador, que permite às pessoas com dificuldades de locomoção, um acesso facilitado às passarelas de acessibilidade que conectam os blocos. A extensão do prédio traz a Central Acadêmica, que comporta o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e Centros Acadêmicos.

O Bloco VI, também conhecido como "Bloco do Mestrado", contém em si as salas de aula, coordenações e secretarias das pós-graduações Stricto sensu ofertadas pelo CCSE. Inaugurado em 2013, o prédio abriga ainda o Setor de Recursos Humanos, o Ambulatório Médico, o Almoxarifado, a sala dos artífices e uma copa. O amplo hall localizado no térreo do bloco costuma abrigar exposições, manifestações e as celebrações promovidas pelo Centro de Educação.

Finalmente, o "Castelinho" foi quase todo convertido para a Pesquisa. Ali estão o Laboratório de Pesquisa em Geografia da Violência e do Crime (GEOVCRIM), o Laboratório de Cartografia, o Laboratório de Linguagens, o Herbário, o Núcleo de Educação Paulo Freire (NEPP) e os grupos de pesquisa GEOCAMPO, Grupo de Pesquisa Geografia do Pará Urbano (GEOPURB), Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagogia em Movimento (GEPPEM), Grupo de Estudos Religiões de Matriz Africana na Amazônia (GERMAA), entre outros. O Núcleo de Estudos e Extensão Trilhas Investigativas e Práticas Sociais (NETRILHAS) é outro que está localizado no prédio histórico, que também conta com uma sala equipada para videoconferências.

A Origem do Curso

O Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Pará foi criado com a Faculdade Estadual de Educação pela Resolução nº 2 de 12 de janeiro de 1984, homologado através do Decreto nº 3193 de 10 de fevereiro de 1984, autorizado a funcionar pelo Decreto Presidencial nº 93.111, de 13.08.1986 e implantado em 1987 pela Fundação Educacional do Pará (FEP). Na época havia a necessidade da ampliação dos cursos superiores devido a demanda e anseios da sociedade configurada pelo crescimento do Estado e o desenvolvimento da Região Amazônica.

A FEP envidou esforços no sentido de identificar as reais necessidades locais na área da educação. Para isso, realizou Seminários com a participação de instituições como a Universidade Federal do Pará (UFPA), Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC), Legião Brasileira de Assistência (LBA), Faculdade Integrada do Colégio Moderno (FICOM), Centro de Serviços Educacionais do Pará (CESEP), Instituto de Educação do Pará (IEP) entre outros.

O I Seminário sobre a Formação do Educador foi realizado em 1983, com a finalidade de discutir a viabilidade da implantação do Curso de Pedagogia e de se definir o perfil do(a) profissional a ser formado(a). Neste evento, pontuaram-se alguns problemas quanto ao desempenho do(a) educador(a) no Pará: dicotomia entre a formação recebida e a realidade social e cultural; ausência de uma visão global da educação brasileira e dos sistemas de ensino particular; falta de capacidade para análise crítica; despreparo

em relação às metodologias aplicáveis aos diferentes níveis de ensino; superficialidade de conhecimento quanto à filosofia da educação, teorias da aprendizagem, planejamento educacional e dos procedimentos científicos de pesquisa; formação insuficiente quanto à aplicação teoria e prática; falta de competência na utilização de métodos, técnicas e recursos auxiliares ao ensino que estimulem a participação do(a) aluno(a) e divórcio entre o ensino e a vivência do(a) aluno(a) e inexistência de aptidão específica para o desempenho da função docente.

Após a análise dos problemas levantados no I Seminário foi elaborado um anteprojeto e, em seguida, encaminhado ao Conselho Estadual de Educação (CEE) por meio do processo nº 806/83-CEE, com a proposta de implantação do Curso de Pedagogia voltado para a Habilitação Magistério do 1º grau – 1ª a 4ª série e Magistério das disciplinas pedagógicas do 2º grau e Educação Especial – Deficiência Mental (DM). Entretanto, o Conselho Estadual de Educação foi contrário emitindo o seguinte parecer:

- O Curso de Pedagogia para ser autorizado deverá ter duas habilitações e não só a de magistério nos termos do Parecer nº 590/70-CFE" não sendo aconselhável fazer funcionar:
- 1) Habilitação para o exercício da 1ª a 4ª série do 1º grau, cuja formação de professores deve ser em nível de 2º grau, como vem ocorrendo;
- 2) Educação Especial, como estudos adicionais para a formação de professores, porque em nível superior, como Curso de Educação de Excepcionais formará apenas técnicas e assessores;
- 3) Magistério das disciplinas pedagógicas do 2º grau, porque existem cursos com essa finalidade na Universidade Federal do Pará e nas Faculdades Integradas do Colégio Moderno. (Processo Nº. 029/84 CEE).

Mediante o Parecer do CEE, foram redefinidas as habilitações do Curso de Pedagogia para o Magistério das disciplinas pedagógicas do 2º grau; Administração Escolar e Educação Especial – DM.

Realizou-se, então, o II Seminário sobre Formação do(a) Educador(a) para subsidiar a elaboração do Projeto do Curso e este continha estrutura administrativa e estrutura curricular das habilitações. Os Currículos do Curso foram elaborados tendo como subsídios os Pareceres nº 252/69 do Conselho Federal de Educação (CFE) que estabelecia as diretrizes gerais do Curso de Pedagogia e a Resolução nº 02/69 do CFE que fixava os mínimos de conteúdos e a duração do Curso de Pedagogia, além das sugestões advindas dos Seminários e estudos realizados pela Diretoria de Ensino da FEP. Desta forma, em 1987, o Projeto Pedagógico do Curso obteve aprovação e pode ser, finalmente, implantado.

A Reformulação de 1999

Em 1988, após um ano de implantação do Curso, constatou-se problemas na estrutura curricular do curso que afetavam a sua operacionalização: dificuldade na integralização das disciplinas; problema de oferta das disciplinas de dependência; má distribuição das disciplinas por série e intensiva carga horária.

Neste período, foi realizado Seminário com a participação da comunidade do Curso de Pedagogia objetivando identificar o tipo de profissional que o Curso precisava formar e constituir uma Comissão para estudo e elaboração de uma proposta de reformulação curricular. A proposta de reformulação não foi aceita pelos departamentos. Outra proposta foi elaborada pela comissão, mas também não foi aprovada por não ter existido consenso na eleição das disciplinas e respectivas cargas-horárias.

Com a criação da Universidade do Estado do Pará em 1989 e a necessidade do reconhecimento do Curso de Pedagogia, as discussões sobre a reformulação curricular do curso foram retomadas. Neste sentido, propôs-se uma Assembleia Geral na qual se decidiu formar comissões por habilitação para analisarem os documentos elaborados.

Na primeira fase dos trabalhos foi delineado o perfil do(a) profissional a ser formado(a) pelo Curso de Pedagogia:

Pedagogo, capaz de desempenhar a função de educador a partir de uma visão sólida e abrangente das Ciências Pedagógicas e dos seus condicionantes sócio-políticos; Formação teórico-prática sedimentada na reflexão e investigação da realidade, possibilitando a problematização, a produção e a aplicação do conhecimento; "Práxis" conscientizadora que permita a compreensão da educação como processo de "humanização" e de instrumento de mudança social e "Formação profissional; específica, fundamentada numa visão global de educação, na busca de uma integralização das ações

pedagógicas e que atenda às necessidades regionais, tendo como princípio educativo e político e pesquisa" (RELATÓRIO MARÇO/90 – FAED).

Discutiu-se ainda, na Semana de Planejamento, a estrutura do Curso, o período de duração, o processo de avaliação e o estágio. Nas atividades práticas/estágio, a pesquisa seria o instrumental de integralização das ações pedagógicas. Os projetos de pesquisa fariam parte do programa da disciplina (elaboração, aplicação e execução nas escolas) enquanto carga horária prática e da fase final do estágio curricular. Quanto à modificação da estrutura curricular ficou acordado que haveria:

O(A) graduado(a) em Pedagogia exerceria o magistério das disciplinas pedagógicas do 2º grau e atuaria na área específica de sua formação. O Curso funcionaria em regime seriado anual, em blocos semestrais, compreendendo:

- a) Fundamentos Básicos, formados por disciplinas oriundas das matérias básicas e especiais direcionadas aos objetivos específicos do curso e habilitações;
- b) integralizantes, constituídas pelas disciplinas provenientes das matérias do tronco comum e
- c) profissionalizantes, constituídas pelas disciplinas específicas profissionalizantes necessárias à formação do profissional e/ou de interesse da habilitação (RELATÓRIO MARÇO/90 FAED).

O segundo momento do processo de reformulação do curso, em 1990, caracterizou-se pela realização de cursos, palestras e seminários com a comunidade acadêmica para discussão das questões fundamentais para a elaboração da nova proposta curricular.

Em dezembro de 1992 foi realizada reunião de consultoria com a participação dos membros do Grupo de Trabalho (GT) e o professor José Luiz Domingues 1, o qual teceu os seguintes comentários acerca do Plano de Trabalho:

"O "x" da questão é a dosagem da formação humanista geral e da tecnologia que está aí, colocada à mão":

"Pedagogia é Ciência ou arte (docência)? Pode atingir o estágio de ciência. Se for arte/docência, basta uma escola normal superior [...] A questão mais importante é definir esta questão epistemológica: há ou não a ciência Pedagogia como área de conhecimento?";

"Há formas de estruturação curricular que abandona a fragmentação do conhecimento em disciplinas e trabalham com Núcleos Temáticos como, por exemplo: Sociedade/Estado/Educação, Sociedade/Saúde/Nutrição";

"A discussão deve passar também pela reorganização do trabalho na Sociedade Capitalista e pela discussão da própria organização social frente à nova ordem mundial";

"A questão da interdisciplinaridade deve ser considerada trabalhando-se cada série com um eixo temático que relaciona e articula em torno de si mesmo, as disciplinas da série, sem deixar de lado a especificidade da disciplina. Se forem 04 séries, são 04 eixos";

"Não dicotomizar teoria e prática. A disciplina é teórica ou de alto grau de erudição? É prática ou puro ativismo?" (RELATÓRIO DA CONSULTORIA, 1992).

Em 1993 foram aplicados questionários para os(as) discentes matriculados(as) e egressos(as) e, ainda, realizadas entrevistas com os(as) docentes objetivando avaliar o Curso de Pedagogia. Em outubro do mesmo ano foi elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT) um documento denominado "Projeto de Pedagogia: resgate histórico" que continha a síntese das propostas anteriores de reformulação do Curso de Pedagogia, o qual foi discutido no Seminário "Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia: uma construção coletiva".

Em 1995, com a Universidade do Estado do Pará implantada, foi composto novo Grupo de Trabalho para retomar o processo de construção do Projeto Pedagógico. Após o levantamento histórico do processo de reformulação curricular, o Grupo de Trabalho (GT) elaborou os seguintes documentos: Caracterização Atual do Curso de Pedagogia: instrumental de análise para elaboração do Projeto Pedagógico e Reflexões

¹Graduado em Pedagogia pela Universidade de Mogi das Cruzes (1967), especialista em Psicologia da Educação pela Pontificia Universidade Católica de São Paulo (1971), mestre em *Education* pela *San Diego StateUniversity* (1974) e doutor em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontificia Universidade Católica de São Paulo (1985).

Sobre o Processo de Reformulação Curricular do Curso de Pedagogia da UEPA: subsídios para debate e elaboração do seu projeto pedagógico.

No período de 1995 a 1997 os documentos referidos acima foram analisados em reuniões com professores(as) e em salas de aulas. Apesar do GT não ter concluído o Projeto Pedagógico, o trabalho de pesquisa e de sistematização dos eventos realizados possibilitou que a nova Comissão de Reformulação Curricular, criada em 1998 pelo Colegiado do Curso, estudasse as propostas apresentadas.

Finalmente, em 1999 foi apresentada e aprovada pelo Colegiado do Curso a reformulação curricular do Curso de Pedagogia que, após a devida análise e modificações no Conselho de Centro, foi aprovada e referendada pela Resolução nº 610/01 de 22 de agosto de 2001 do Conselho Universitário da UEPA e pela Resolução do Conselho Estadual de Educação do Pará.

A Reformulação de 2006

Em 2003, o Curso de Pedagogia passou pelo processo de recredenciamento por meio da comissão de especialistas do Conselho Nacional e do Conselho Estadual de Educação do Pará, a qual apontou a necessidade de novas alterações no Projeto Pedagógico do Curso aliado a isto o processo de reformulação do Curso de Pedagogia, que culminou em 2006, partiu da necessidade de fundir dois grandes cursos da UEPA: O curso de Formação de Professores para Pré-Escolar e 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental e o Curso de Pedagogia.

O contexto social motivou a necessidade da fusão referida acima quando exigia em concursos públicos e seleções a formação de pedagogo(a) para a docência nos anos iniciais, deixando à margem os(as) egressos(as) do Curso de Formação de Professores. Ressalta-se também que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, orientou que a docência deveria ser a base estruturante da formação do(a) profissional da área da educação. É importante ressaltar que os cursos envolvidos na fusão obtinham ótimas avaliações quanto a qualidade da formação e, portanto, este era o maior desafio: elaborar a proposta de um curso que mantivesse as experiências exitosas dos cursos de Formação de Professores e Pedagogia, atendendo a responsabilidade sócio-acadêmica-política da UEPA como instituição pública na região amazônica.

No processo de fusão, os Colegiados do Curso de Pedagogia e do Curso de Formação de Professores foram reunidos a fim de se realizar avaliação diagnóstica dos dois cursos. O objetivo era identificar obstáculos que necessitavam ser superados e definir metas. Após análise dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados aos(as) docentes e discentes, optou-se em ouvir os sujeitos quanto às sugestões para o curso. Destacam-se como sugestões, dentre outras:

Quanto ao Projeto Político Pedagógico:

- Definir uma concepção filosófica e estabelecer as metas deixando claro qual a formação pretendida.
- Garantir aos(as) egressos(as) o retorno à universidade para atendimento da atual diretriz. E faríamos 5° ano com o objetivo de apostilamento.
- Ampliação do tempo da prática pedagógica nas escolas.
- Melhor divulgação das linhas de pesquisa do curso.
- Avaliar o Projeto Pedagógico semestralmente.
- A pesquisa estar mais presente nas ementas.
- As disciplinas deveriam ser trabalhadas através de eixos temáticos.

Quanto a Prática Docente:

- Atualização pedagógica para os(as) docentes por meio de cursos de formação continuada.
- Superar o conflito de autoritarismo entre docentes e discentes.
- Trabalhar novas metodologias de ensino.

- Trabalhar aulas dirigidas como processo de reposição de aulas.
- Esclarecer melhor o Plano de Curso para aumentar a conscientização do(a) aluno(a) com respeito à importância das disciplinas para sua formação profissional.
- Trabalhar as relações interpessoais.
- Processo de avaliação das atividades acadêmicas baseado no diálogo.

Quanto a estrutura física:

- Aquisição de acervos bibliográficos.
- Implantação de uma biblioteca *online*.
- Aumentar os terminais para informática e aumento do tempo de uso na internet.
- Criação de projetos interinstitucionais para os laboratórios multimeios e laboratórios de informática.
- Melhorar acesso para alunos(as) com necessidades especiais e grávidas.
- Melhorar atendimento do Núcleo de Atendimento ao Usuário no noturno.
- Campanhas de educação ambiental.
- Melhoria dos serviços de documentação para diminuição do processo burocrático.

As exigências da Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura em Pedagogia direcionou as decisões da comissão no processo de reformulação do Curso de Pedagogia. Nos dias 28 e 29 de setembro de 2006, em Florianópolis, aconteceu o I Encontro Nacional de Coordenadores de Curso de Pedagogia das Universidades Públicas. Neste evento, os(as) coordenadores(as) destacaram os seguintes tópicos balizadores e organizadores do projeto pedagógico do curso de Pedagogia nas Instituições de Ensino Superior:

- 1. O trabalho docente caracteriza-se como processos e práticas de produção, organização, difusão e apropriação de conhecimentos que se desenvolvem em espaços educativos escolares e não escolares, sob determinadas condições históricas. Nesta perspectiva, o(a) docente é um(a) profissional da educação, em ação e interação com o(a) outro(a), produtor(a) de saberes na e para a realidade. A docência define-se, pois, como ação educativa que se constitui no ensino-aprendizagem, na pesquisa e na gestão de contextos educativos, na perspectiva da gestão democrática.
- 2. Os Núcleos de Formação devem ser concebidos e estruturados a partir da pesquisa e da prática como articuladores dos componentes curriculares, o que implicará em diferentes possibilidades de desdobramentos operacionais.
- 3. O Núcleo de Estudos Básicos deve privilegiar a formação básica, que implica os fundamentos teórico-metodológicos necessários à formação do(a) pedagogo(a): o conhecimento da sociedade, da cultura, do homem, da escola, da sala de aula, da gestão educacional, do ensino-aprendizagem, da produção e apropriação de conhecimento.
- 4. O Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos contempla situações específicas de cada região, considerando as especificidades e possibilidades institucionais, com a compreensão de que os componentes curriculares constitutivos desse Núcleo caracterizam o desenvolvimento de potencialidades e o enriquecimento teórico-prático do processo formativo. Portanto, não se caracterizam como ênfases ou habilitações ou área de concentração.
- 5. O Núcleo de Estudos Integradores é tomado como espaço político-pedagógico de promoção da atitude investigativa. Nesse sentido, contempla diferentes modalidades de componentes curriculares, além de disciplinas. Constitui-se, portanto, como espaço flexível de mobilização para o espírito investigativo.

Após trabalho árduo da comissão de reformulação e a participação efetiva da comunidade acadêmica do Curso foi aprovado o projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, o qual foi oficializado por meio da Resolução CONSUN Nº 1407- CONSUN/UEPA, de janeiro de 2007.

Em 2009, surgem novos desafios, pois o Curso de Licenciatura em Pedagogia começou a ser ofertado em duas modalidades especiais: Em fevereiro de 2009, pelo Programa Nacional de Formação de

Professores da Educação Básica-PARFOR, e no 2º semestre de 2009 na Universidade Aberta do Brasil (UAB)/Educação a Distância (EAD).

A Reformulação de 2022

No decorrer da operacionalização do Curso de Licenciatura em Pedagogia, algumas questões começaram a ser discutidas e, mais especialmente, em 2011 a gestão do curso mobilizou os(as) docentes para a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) com a preocupação de:

- Revisar ementas e manuais de estágios supervisionados.
- Inserir títulos atualizados na bibliografia do curso.
- Esclarecer no projeto como se dá a composição dos núcleos mediante o cumprimento da carga horária das disciplinas.
- Estabelecer nos planos de ensino como os princípios pedagógicos do curso ocorrerão no interior das disciplinas.
- Apresentar na composição curricular as cargas horárias teóricas e práticas de cada disciplina.
- Realizar avaliação periódica do curso.
- Expansão física e conservação das instalações física do prédio.

No primeiro semestre de 2012 a comissão de reformulação do Curso de Licenciatura em Pedagogia deu continuidade priorizando os seguintes temas:

- Distribuição das cargas horárias teóricas e práticas na matriz curricular.
- Revisão das ementas.
- Distribuição do estágio supervisionado a partir do 5º semestre.
- Definição das linhas de pesquisa do Curso.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia foi avaliado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) no período de 01 a 03/10/2012 e teve renovado o seu Reconhecimento pelo prazo de cinco anos com a promulgação da Resolução 385 de 29 de novembro de 2012, a qual trazia como anexo o parecer 332/2012 com as recomendações que deveriam ser atendidas pelo curso no prazo máximo de 3 anos:

- Fortalecer a tríade ensino-pesquisa-extensão.
- Atingir o mínimo de 1/3 de professores do curso de pedagogia com contrato em regime de tempo parcial ou integral.
- Desenvolver pesquisas com a participação discente e aumentar produção científica.
- Melhorar as condições de acesso para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
- Especificar nos planos de ensino as referências bibliográficas complementares.
- Garantir que as referências bibliográficas constassem no acervo da biblioteca.
- Ampliar assinatura de periódicos indexados especializados das principais áreas do Curso.

Em 2013 foi dada continuidade na reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela comissão de reformulação com a solicitação de revisão de ementas, revisão da matriz curricular, distribuição de carga horária teórica e prática das disciplinas e proposições na oferta do Estágio Supervisionado.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Pará (UEPA) foi constituído no ano de 2013 pela Resolução nº 2629/2013-CONSUN, 18 de dezembro de 2013. Dentre os trabalhos realizados pelo NDE, nos anos de 2013 e 2014 destacam-se as discussões com o corpo docente e discente para atender às recomendações do Conselho Estadual de Educação (CEE) em relação a avaliação institucional do Curso.

Em fevereiro de 2015 foi criada uma minuta do Projeto Pedagógico do Curso pela comissão de reformulação contendo as modalidades presencial, semipresencial e a distância, contudo, em julho deste mesmo ano foi promulgada a Resolução CNE 2 de 1º de julho de 2015 com as novas diretrizes curriculares para os cursos de formação inicial de professores(as) em nível superior. Diante disto foram necessários novos estudos visando atender as exigências da nova lei.

É importante ressaltar que, conforme a Resolução CEE 385/2012, o Curso de Licenciatura em Pedagogia deveria ser avaliado em novembro de 2017, contudo, o Conselho Estadual de Educação (CEE) concedeu, em caráter excepcional, a prorrogação dos atos autorizativos de renovação de reconhecimento dos cursos de licenciatura plena da UEPA até 31 de dezembro de 2019, como pode-se observar na Resolução CEE 259, de 11 de maio de 2017.

Nos anos de 2016 e 2017 foi discutida uma outra proposta de reformulação do PPC, fundamentada nas novas diretrizes curriculares, Resolução CNE/CP 2/2015. Esta proposta foi finalizada em 2018 para atender ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica MEC/CAPES – PARFOR. O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia para as turmas do PARFOR, aprovado pela Resolução 3327/2018 CONSUN/UEPA, 22 de agosto de 2018, apresentou alguns avanços como:

- Inclusão de disciplinas como Iniciação aos Trabalhos Acadêmicos, Antropologia na Educação, Educação e Ludicidade, Literatura Infantil, Metodologias Interativas, Educação Inclusiva, Educação em Direitos Humanos, Educação para as Relações Étnico Raciais, Educação, Gênero e Sexualidade e Educação do Campo.
- Redistribuição dos estágios curriculares desde o 5° semestre, que no PPC vigente estão concentrados no 7° e 8° semestres.

Destaca-se que essa proposta foi implementada para as turmas do Programa de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) no primeiro semestre de 2019. O processo de reformulação do PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia, em substituição ao de 2007, prosseguiu em 2019 quando, em dezembro deste ano, foi promulgada a Resolução CNE/CP 2, de 20 de dezembro 2019 com as novas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica. Novos estudos iniciaram em 2020, mas neste mesmo ano fomos surpreendidos pela Pandemia da Covid-19.

O cenário educacional mudou drasticamente a partir de março de 2020. A luta pela vida tornou-se prioridade e as adaptações que se fizeram necessárias nas formas de ensino e de aprendizagem, por meio do ensino remoto, deixaram a reformulação do PPC para segundo plano.

Em agosto de 2021, o novo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso retomou as discussões e estudos, fundamentado especialmente nas novas Diretrizes Curriculares para as licenciaturas, promulgada pela Resolução CNE 2/2019 e nas Diretrizes do Curso de Licenciatura em Pedagogia, promulgada pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.

Após concluir a minuta do PPC de Pedagogia, pelo NDE, ela foi discutida pelo Colegiado do Curso que fez algumas considerações e sugeriu alterações. Em seguida, a minuta revisada foi enviada via *e-mail*, juntamente com um *link* de formulário *online*, aos(as) assessores(as) pedagógicos(as) do Curso de Licenciatura em Pedagogia, capital e interior, discentes matriculados(as) e docentes que haviam sido lotados no Curso em 2021.2. O objetivo do formulário foi apreender as críticas e sugestões destas categorias a fim de corrigir os possíveis equívocos do projeto.

É importante esclarecer que os(as) docentes da UEPA não possuem vínculo permanente nos Cursos, mas nos Departamentos. Desta forma, não há "o(a) professor(a) do Curso de Licenciatura em Pedagogia". Contudo, há professores(as) que trabalham no Curso há muitos anos e por isso, mesmo aos que não tinham sido lotados em 2021.2, foi-lhes encaminhada a minuta pelas ricas contribuições que poderiam dar considerando suas vivências no Curso ao longo dos anos.

Em somatória ao apreendido com os formulários *online* foram realizadas reunião geral com os(as) docentes e reunião com os(as) representantes de turma, a fim de que estes pudessem apontar novos itens de dúvidas e discordâncias. No caso dos(as) representantes de turma, estes teriam a incumbência de relatar a percepção de seus colegas de turma acerca da minuta.

As críticas e sugestões à minuta do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia pelos(as) assessores(as), docentes e discentes do Curso, foram sistematizadas e apresentadas em reunião coletiva ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado do Curso, os quais, após discussão, entraram em consenso do que deveria ser alterado e mantido na proposta do PPC/2022 do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Após as últimas revisões, a proposta do PPC 2022 do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Ciências Sociais e Educação CCSE/UEPA, foi encaminhada a Câmara de Graduação do Conselho de Centro – CONCEN no dia 03 de março de 2022 para apreciação deste pleno, sendo aprovado

com a Resolução nº 1.641-CONCEN/CCSE, de 15 de março de 2022. A proposta foi enviada à Câmara de Graduação da Pró-Reitoria de Graduação, juntamente com a resolução do CONCEN. O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia retornou no dia 02 de maio de 2022 para ajustes sugeridos pela Comissão formada pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e, após reunião com o Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de Curso para ciência e discussão das sugestões encaminhadas, foi devolvido com os ajustes pertinentes para a PROGRAD. Após análise da Comissão, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia foi encaminhado para o CONSUN e aprovado pela Resolução nº 0000/22-CONSUN/UEPA, de 00 de xxxxxxx de 2022.

2. BASES LEGAIS DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia baseia-se na Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas seguintes legislações:

Normativas Gerais do Conselho Nacional de Educação

- Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura em Pedagogia.
- Base Nacional Comum Curricular BNCC Resolução CNE/CP 2, de 22 de dezembro de 2017.
 - Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica.
- Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021 que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Normativas da UEPA

- Resolução nº 663/2009-CONCEN, 10 de outubro de 2009, que homologa os critérios para a concessão de crédito na disciplina Estágio Supervisionado em Docência do Curso de Pedagogia.
- Resolução nº 2763/14-CONSUN, 29 de outubro de 2014, que altera a Resolução nº 2391/11-CONSUN, que trata das Normas para o Desenvolvimento do Programa de Mobilidade Acadêmica em Nível de Graduação entre a Universidade do Estado do Pará e Instituições de Ensino Estrangeiras Conveniadas ou não Conveniadas.
- Estatuto e Regimento Geral da UEPA/2015
- Resolução nº 3056, de 21 de dezembro de 2016 que aprova e regulamenta a oferta de disciplinas na modalidade semipresencial nos cursos de graduação da UEPA.
- Resolução nº 3228 de 20 de setembro de 2017 que aprova e regulamenta as ações de extensão no âmbito da UEPA.
- Resolução nº 3383 de 19 de dezembro de 2018 que aprova os critérios para a equivalência de Estágios Curriculares Obrigatórios de discentes que participarem do Programa Institucional de Residência Pedagógica da CAPES, no âmbito da UEPA.
- Resolução nº 3595 de 19 de março de 2020 que altera a Resolução 2761/2014-CONSUN, que trata das Normas Gerais Orientadoras referentes aos Estágios Curriculares na Universidade do Estado do Pará-UEPA.
- Resolução nº 3639/21-CONSUN, 03 de março de 2021 que conceitua e estabelece normas para disciplinas optativas/eletivas nos currículos dos cursos de graduação da UEPA.

Modalidades Especiais

- Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006 que dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.
- Portaria Normativa nº 09 de 30 de junho de 2009, que institui o Plano de Formação dos professores da Educação Básica no âmbito do Ministério da Educação.
- Resolução/CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009 que estabelece orientações e diretrizes para
 o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos
 cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema
 Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
 de Nível Superior (Capes).

- Resolução/CD/FNDE nº 8 de 30 de abril de 2010 que altera os incisos I a V do art. 9º, o § 1º do art. 10 e o item 2.4 do Anexo I da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009
- Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017 que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394/96 referente ao desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada.
- Resolução/CD/FNDE nº 13 de 20 de maio de 2010 que estabelece as orientações e diretrizes para concessão e pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a docentes dos cursos especiais presenciais de primeira e segunda licenciatura e de formação pedagógica do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), ministrados por instituições de educação superior (IES) sob coordenação da CAPES.
- Portaria/CAPES nº 82, de 17 de abril de 2017 que aprova o Regulamento do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica- PARFOR.
- Lei nº 9.324, de 7 de outubro de 2021 que cria o Programa de Educação e Formação Superior, no âmbito do estado do Pará, denominado Forma Pará.

Cultura Afro-Brasileira e Indígena

- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 que torna obrigatória a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial da rede de ensino.
- Lei 12.796, de 4 de abril de 2013, Art.3°, Inciso XII, que estabelece como um dos princípios do ensino, na LDB, a consideração com a diversidade étnico-racial.

Direitos Humanos

- Lei nº 11.525, de 25 de setembro de 2007 que torna obrigatório o conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental.
- Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021 que torna obrigatória, como temas transversais, a inclusão de conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher na Educação Básica.

Educação Ambiental

- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providencias.
- Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Educação Especial

- Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais LIBRAS
- Decreto n 7.611, de 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

3. NOME DO CURSO E TÍTULO DO EGRESSO

Nome

O nome do curso é Curso de Licenciatura em Pedagogia

Título

O título do(a) egresso(a) do Curso de Licenciatura em Pedagogia é Licenciado(a) em Pedagogia.

4. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E OS PRINCÍPIOS DA FORMAÇÃO

A importância da educação no processo de construção e desenvolvimento de uma sociedade é inegável. Temos uma sociedade extremamente excludente e desigual que tem dificuldades em trabalhar com a diversidade, marcada pelo autoritarismo, patrimonialismo, racismo, machismo. Neste caso, a educação tem o papel fundamental de atuar na construção de uma nova realidade na qual a solidariedade, o respeito, a ética, o sentido de comunidade e a democracia sejam seus fundamentos.

A educação e a cultura guardam íntima relação. Não podemos, no contexto educacional, relegar a cultura dos(as) educandos(as) a um plano inferior. A educação não pode se transformar em um processo de aculturação. O respeito ao aluno e a aluna como sujeitos de sua aprendizagem e da sua história, como pessoas capazes de promover mudanças em seu mundo, é imprescindível. O(A) educando(a) tem que ser visto(a) como sujeito a partir de seu meio histórico e social. É importante que o próprio meio social e histórico seja pauta do processo de conhecimento, seja estudado para propiciar o entendimento desse contexto, de suas nuances históricas, culturais, políticas e sociais. O ser humano é um sujeito histórico e social que produz cultura, produz conhecimento, produz sua própria história.

Neste sentido, o processo educativo deve ter compromisso social, porque discute a sociedade/comunidade na qual educador(a) e educandos(as) estão inseridos e, ao mesmo tempo, um compromisso político, pois vai mobilizar concepções, ideias e decisões. O senso crítico só se realiza plenamente quando associado a esse compromisso que transforma, que impulsiona a participação, o envolvimento das pessoas com os problemas do seu meio social. Para tanto, o(a) educador(a) deve ser um(a) profissional autônomo(a), reflexivo(a), crítico(a) e criador(a), capaz de analisar a realidade e buscar as soluções em seu campo de trabalho, enfrentando os grandes desafios da educação brasileira.

Conforme a concepção de educação, destacam-se os princípios que devem nortear o processo formativo do(a) educando(a) e, consequentemente, a atuação do(a) egresso(a).

Formação Humanizada e Humanizante

A escola, além de ser espaço de produção do conhecimento também é espaço de relações sociais, de encontros, de crescimento pessoal e social. É sob essa perspectiva da educação e da escola que levantamos o debate sobre uma formação do(a) educador(a) que seja humanizada e humanizante, pois ela seria, ao mesmo tempo, parte desse processo e produto de todo esse movimento em torno de uma educação voltada para a democracia e os direitos humanos, para a construção de uma nova sociedade mais justa e igualitária.

Freire (1997) ao mesmo tempo que nos chama a atenção para a relação entre afetividade e conhecimento, também alerta para o fato de não nos deixarmos levar pela afetividade e não cumprirmos com o nosso dever ético. Usar a afetividade não significa abrir mão da autoridade.

Respeito à Diversidade e às Diferenças

O respeito à diversidade e às diferenças é a forma de promover a inclusão e construir as bases de uma sociedade justa, solidária, afetiva, igualitária e democrática. Reconhecer e respeitar a pluralidade e singularidades de grupos sociais está relacionado com a complexidade da educação em direitos humanos que considera a coletividade em sua materialidade, combate a intolerância, a segregação e a discriminação, promove ações de equidade, reconhecimento e inclusão.

Na educação o reconhecimento das diferenças e da diversidade, conduz a busca da igualdade em todas as esferas, implica em uma formação que se oponha a toda forma de preconceito no ambiente educacional, compreende que singularidades compõe processos humanizados de troca de conhecimentos e aprendizagens. Assim, pleiteia a dignidade humana, a justiça social, a paridade entre homens e mulheres, o conhecimento e reconhecimento dos grupos sociais e seus complexos contextos de vida e experiência em seus aspectos étnicos, culturais e raciais. Neste sentido, esta concepção integra as diferenças de modo dialético, tendo em vista a superação de desigualdades e articulação de direitos e garantias sociais, valorizando uma dimensão ética da educação e o respeito como base da relação social.

A diversidade e as diferenças são fato em qualquer sociedade, por isso o reconhecimento delas em nossa sociedade e no contexto educacional é uma discussão tão importante. Uma sociedade não pode ignorar e até mesmo excluir, determinados segmentos sociais, pois o respeito ao(a) outro(a), faz parte do processo dialógico, da essência democrática que defendemos para a educação. Precisamos trabalhar na perspectiva de que respeitar e compreender o(a) outro(a) são aspectos fundamentais na construção de relações sociais de valorização da diversidade cultural para o desenvolvimento de nossa sociedade e o aperfeiçoamento político, cultural e social.

Gestão Democrática

Ao trabalharmos com a perspectiva de uma educação voltada para os valores democráticos, não podemos perder de vista que a escola e o espaço da sala de aula acabam por reproduzir o mundo do trabalho e a sociedade com seus estigmas e hierarquias, acabando por constituir mais um espaço de dominação.

Para haver de fato uma gestão democrática no processo educativo, se pressupõe o estabelecimento de uma relação dialógica, o que significa instaurar um ambiente democrático que favoreça que cada um(a) assuma o seu "lugar de fala" sem "medos" ou "vergonhas", no qual a participação e o respeito às diversas opiniões qualificam o diálogo.

A relação dialógica envolve escuta, é mais um pilar de sustentação da gestão democrática em sala de aula e nos ajuda como educadores(as) a sermos seres mais éticos(as) como nos lembra Freire (1997, p. 67):

É neste sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos.

Indissociabilidade entre Teoria e Prática

O princípio da indissociabilidade entre teoria e prática permite proporcionar a compreensão da realidade na medida em que exige ação do sujeito sobre o mundo (prática) para o entendimento da natureza dos fenômenos envolvidos gerando o conhecimento novo (teoria) e vice-versa. Neste sentido, a ação do sujeito sobre o meio e sua observação são necessárias para a construção do conhecimento. Portanto, o currículo a ser construído, exigirá o ressignificado desses conceitos, o redimensionamento da atividade teórica, identificando como produtora de conhecimento frente à prática social, e assim reduzir as distâncias entre o saber ser e o saber fazer, tendo como interface deste processo a prática social, concebida como elemento norteador de todas as disciplinas do currículo.

Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é indispensável para a flexibilização curricular. A pesquisa como princípio educativo e a iniciação da pesquisa científica, a articulação das disciplinas com os projetos de extensão e as atividades complementares possibilitam ao(a) aluno(a) extrapolar a sala de aula, ampliando conhecimentos e possibilitando a interação com a realidade sociocultural e educacional.

Pesquisa como Princípio Educativo

A pesquisa como princípio educativo possibilita o desenvolvimento de metodologias de ensino que estimulam os sujeitos do processo educacional a inventar, criar, problematizar, propor, elaborar e reelaborar, habilidades estas necessárias à construção e produção do conhecimento. A pesquisa requer que professores(as) e alunos(as) fiquem mobilizados frente às atividades de investigação, construindo uma nova cultura de ensino aprendizagem.

Interdisciplinaridade

O princípio da interdisciplinaridade fundamenta a práxis sustentada pela interação dos campos de estudos, dos procedimentos metodológicos e avaliativos. Nesta perspectiva, os componentes curriculares não podem ser vistos isolados das áreas do conhecimento. A organização curricular deve expressar a visão de totalidade de homem, sociedade, educação e saber, portanto, propiciar práticas pedagógicas que privilegiem a articulação dos campos de estudos ministrados ao longo dos semestres letivos. Podemos considerar a interdisciplinaridade como elemento fundante na curricularização da extensão no curso de Pedagogia.

Formação para a Autonomia

Quando entendemos os(as) discentes como sujeitos do processo formativo, partimos da lógica de trabalho fundamentada na construção e fortalecimento de sua autonomia. Neste sentido, o(a) professor(a) é entendido como mediador(a) do processo de construção do conhecimento. Freire (1997, p. 66) diz que "O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos conceder uns(as) aos outros(as)".

5. OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Licenciatura em Pedagogia visa:

Objetivo Geral

Formar o(a) profissional para atuar na docência e gestão na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e em suas modalidades, nos cursos de formação de professores na modalidade normal do Ensino Médio ou em quaisquer instituições escolares ou não-escolares que exijam conhecimentos pedagógicos fundamentados na teoria-prática, princípios éticos, na justiça social e restaurativa, no respeito a diversidade e na diferença de aspectos culturais, étnico-raciais, de gênero e de religiosidade.

Objetivos Específicos

No alcance de seu objetivo geral, o Curso de Pedagogia buscará:

- Fundamentar teoricamente o(a) educando(a).
- Propiciar ao(a) educando(a) experiências em docência e gestão educacional.
- Estimular a participação dos(as) educandos(as) em projetos de ensino, pesquisa e extensão.
- Propiciar experiências interdisciplinares.
- Favorecer a iniciação da pesquisa científica.
- Propiciar o planejamento, execução e avaliação de atividades educativas.
- Propiciar a análise de políticas educacionais e suas legislações.

6. PERFIL DO EGRESSO

O Curso de Licenciatura em Pedagogia propõe formar o(a) educador(a):

- com visão ampliada do processo pedagógico, compreendendo-o nas dimensões histórica, filosófica, tecnológica, política, cultural, ambiental e estética;
- ético(a) e produtor(a) de conhecimentos para a formação de cidadãos(as) críticos(as), criativos(as) e atuantes na sociedade e

para atuar na:

- formação de alunos(as) com necessidades especiais em diferentes níveis da organização escolar, de modo a assegurarem seus direitos de cidadania.
- docência na Educação Infantil;
- docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- docência na Educação de Jovens e Adultos (anos iniciais do Ensino Fundamental);
- docência na Educação Profissional na área de apoio escolar;
- docência das disciplinas pedagógicas no Ensino Médio;
- gestão educacional entendida como direção e coordenação pedagógica em instituições escolares da Educação Básica;
- gestão educacional entendida como assessoria em ações de planejamento, avaliação e execução dos processos educacionais em instituições de Ensino Superior e
- gestão educacacional e assessoria em ações de planejamento, avaliação e execução dos processos educacionais em instituições não-escolares, como empresas, instituições hospitalares, instituições bancárias, Departamentos de Trânsito, e demais órgãos governamentais como secretarias de educação, meio-ambiente, cultura e outras que requeiram assessoria pedagógica.

7. CAMPOS DE ATUAÇÃO

O Curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se a formação do(a) profissional para atuar em:

- escolas;
- creches;
- instituições de Ensino Superior;
- organizações e instituições não governamentais;
- autarquias;
- empresas de produção de produtos educativos;
- empresas diversas que requeiram assessoramento pedagógico;
- hospitais;
- instituições bancárias;
- departamentos de trânsito e
- órgãos governamentais que requeiram assessoramento pedagógico.

8. MODALIDADES E FUNCIONAMENTO DO CURSO

O Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade do Estado do Pará, admite diferentes modalidades: regular capital, modular interior, Universidade Aberta do Brasil/Educação a Distância (UAB/EAD) e Programas Especiais (PARFOR e FORMA PARÁ).

Os cursos e habilitações de graduação da Universidade admitirão modalidades diversas quanto ao conteúdo e à natureza dos estudos neles compreendidos, abrangendo cursos correspondentes às novas exigências sociais, às múltiplas dimensões da cultura, às profissões reguladas em lei e/ou às peculiaridades do desenvolvimento e do mercado de trabalho. (Regimento da UEPA, Art.48)

A presente Resolução define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), constante do Anexo, *a qual deve ser implementada em todas as modalidades dos cursos e programas* destinados à formação docente. (BRASIL. Resolução CNE/CP 2/2019, Art. 1°, grifo nosso)

A formação dos professores e demais profissionais da Educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, tem como fundamentos:

[...]

a garantia de padrões de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras nas modalidades presencial e a distância. (BRASIL. Resolução CNE/CP 2/2019, Art 5°, Inciso IV, grifo nosso)

Duração e prazo para integralização curricular

O Curso de Licenciatura em Pedagogia tem a duração mínima de 4 (quatro) anos. Para os que não conseguirem finalizar o curso neste período, o prazo máximo para integralização curricular é de 7 (sete) anos.

Regime

O Curso de Licenciatura em Pedagogia funciona em regime de blocos de disciplinas semestrais a serem desenvolvidos durante 1(um) semestre letivo (REGULAR, MODULAR, UAB/EAD) ou em períodos intervalares (PARFOR, FORMA PARÁ).

Coordenação do Curso

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia localiza-se no Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) e é formada pelo(a) coordenador(a) do Curso, coordenações de TCC e de Estágio Supervisionado, assessoria pedagógica, apoio administrativo e estagiários. A gestão é colegiada, constituída pelo Colegiado do Curso com a participação de docentes e discentes, Núcleo Docente Estruturante (NDE), formado por docentes, coordenadores de *campus*, coordenadores de polo e assessores pedagógicos. A Coordenação do Curso também conta com o apoio dos Representantes de Turmas.

Meios de Informação e Comunicação

- E-mail e telefone da Coordenação do Curso
- E-mail e telefone do NECAD
- E-mail e telefone do PARFOR
- E-mail e telefone do FORMA PARÁ
- E-mail e telefone dos campus

- E-mail e telefone dos polos
- E-mail das turmas
- E-mails e telefone dos representantes de turma
- E-mails e telefone dos representantes de turma
- E-mails e telefone dos coordenadores e assessoria de campus
- E-mails e telefone dos coordenadores e assessoria de polo
- Grupos virtuais das turmas
- Calendário Acadêmico da UEPA
- Guia Docente da UEPA
- Guia Discente da UEPA
- Orientações Docente do Curso de Pedagogia
- Orientações Discente do Curso de Pedagogia
- Orientações para o Trabalho de Conclusão de Curso TCC
- Orientações para os Estágios Supervisionados
- Ações Semestrais do Curso de Pedagogia

Hora/aula e horários de aulas

A hora/aula das disciplinas do Curso de Pedagogia é de 50 minutos, conforme Art. 44, §4º do Regimento da UEPA. É importante ressaltar que no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) há possibilidade de no máximo 6 (seis) tempos de hora/aula nos turnos matutino e vespertino enquanto que no noturno há possibilidade de no máximo 5 (cinco) tempos (Figura 1).

Figura 1 – Horários disponibilizados no SIGAA

Expressão do Horário: Atualizar Grade de Horários								
-	Horários	Doм	Seg	TER	Qua	Qut	Sex	SAs
	07:30 - 08:20							
	08:20 - 09:10							
	09:10 - 10:00							
	10:15 - 11:05							
	11:05 - 11:55							
	11:55 - 12:45							
	13:30 - 14:20							
	14:20 - 15:10							
	15:10 - 16:00							
	16:15 - 17:05							
	17:05 - 17:55							
	17:55 - 18:45							
	18:30 - 19:20							
	19:20 - 20:10							
	20:10 - 21:00							
	21:15 - 22:05							
	22:05 - 22:55							
Adicionar Horário								

Fonte: SIGAA-UEPA-2022

8.1 MODALIDADE REGULAR

Na modalidade regular do Curso de Pedagogia a entrada ocorre a partir do Processo Seletivo da UEPA – PROSEL que por sua vez considera o desempenho do candidato no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) faz a transferência de dados e pontuação para a UEPA.

A modalidade regular é realizada no *campus* de Belém em que são ofertadas 44 vagas em cada turno (matutino, vespertino e noturno), havendo entrada no primeiro e/ou no segundo semestre de forma alternada entre os anos. Neste *campus*, os(as) alunos(as) cursam as disciplinas nas dependências do CCSE/UEPA em blocos de disciplinas semestrais de forma simultânea, conforme calendário acadêmico da UEPA.

8.2 MODALIDADE MODULAR

A modalidade modular ocorre nos *campi* do interior em que são ofertadas 40 vagas distribuídas nos turnos: matutino, vespertino ou noturno alternando-se a oferta entre os *campi* conforme a demanda de cada ano. No interior, os(as) alunos(as) cursam os blocos de disciplinas semestrais de forma modular sequenciadas, em períodos determinados pela Coordenação do Curso, conforme calendário acadêmico da UEPA.

Em 2022.1, o Curso de Pedagogia está sendo realizado nos municípios de Conceição do Araguaia, Igarapé Açu, Moju, São Miguel do Guamá, Vigia de Nazaré e Salvaterra e Barcarena.

Na operacionalização do Curso de Licenciatura em Pedagogia no interior do estado é de fundamental importância a integração entre a coordenação do curso, as assessorias pedagógicas capital/interior e a coordenação de cada *campus*.

8.3 MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – UAB/EAD

O ingresso ao Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade UAB/EAD, em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), Universidade Aberta do Brasil (UAB) e prefeituras municipais ocorre a partir de seleção realizada pela UEPA. O público alvo são professores não graduados da rede pública de ensino municipal e estadual e egressos do ensino médio ou equivalentes classificados em processo seletivo.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia é desenvolvido nos *campi* da UEPA no interior do Estado ou nos Polos da UAB estruturados pelos municípios onde a UEPA não possui *Campus*. O Curso é desenvolvido na modalidade à distância em blocos de disciplinas semestrais de forma sequenciada, em períodos determinados pela Coordenação do Curso e conforme calendário acadêmico da UEPA com 20% da carga horária das disciplinas na forma presencial e 80% a distância na Plataforma Moodle.

Um aspecto importante da UAB/ EAD é o material didático, produzido pelos(as) professores(as) da UEPA e de convidados(as) de outras Instituições de Ensino Superior, conforme orientação da Coordenação do Curso. O material didático é disponibilizado em diferentes formatos e suportes, garantindo múltiplas alternativas de acesso como, por exemplo, o portal do Núcleo de Educação Continuada e a Distância (NECAD). Os materiais impressos poderão ser levados para o *campus*/polo pela coordenação de polo ou enviados ao polo pela UEPA, sendo recebidos pela coordenação.

O Núcleo de Educação Continuada e a Distância (NECAD) da UEPA, orienta e acompanha todas as ações relativas a execução do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade UAB/EAD.

Conforme a Resolução/CD/FNDE nº 8 de 30 de abril de 2010 é de fundamental importância para a operacionalização do curso na modalidade EAD os seguintes profissionais:

COORDENADOR(A) DE CURSO

- Auxiliar o(a) coordenador(a) da UAB na elaboração da planilha financeira do curso.
- Acompanhar e supervisionar as atividades de tutores(as), professores(as), coordenador(a) de tutoria e coordenadores(as) de polo.
- Acompanhar o registro acadêmico dos(as) alunos(as) matriculados(as).
- Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso.
- Informar para a coordenação da UAB a relação mensal de bolsistas aptos(as) e inaptos(as) para recebimento
- Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na IES.
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos(as), em conjunto com o(a) coordenador(a) da UAB.

- Realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos(as) profissionais envolvidos(as) no curso.
- Verificar "in loco" o bom andamento do curso

PROFESSOR(A) CONTEUDISTA

- Elaborar e entregar à coordenação de curso os materiais didáticos no prazo determinado.
- Adequar para a linguagem da modalidade a distância os conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia utilizados no curso.
- Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino.
- Participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologias e recursos na modalidade a distância.
- Elaborar relatórios semestrais no âmbito de suas atribuições, para encaminhamento à DED/CAPES/MEC, ou quando solicitado.

PROFESSOR(A) FORMADOR(A)

- Desenvolver atividades de docência nas disciplinas curriculares do curso, pois é o principal responsável.
- Coordenar as atividades acadêmicas dos(as) tutores(as) atuantes em disciplinas sob sua coordenação.
- Apresentar ao(a) coordenador(a) de curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos(as) estudantes e do desenvolvimento da disciplina.
- Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na instituição de ensino.
- Participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologias e recursos na modalidade a distância.
- Elaborar relatórios semestrais no âmbito de suas atribuições, para encaminhamento à DED/CAPES/MEC, ou quando solicitado.
- Desenvolver atividades docentes na capacitação de coordenadores(as), professores(as) e tutores(as) mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação.
- Incluir material didático e cronograma da disciplina na Plataforma Moodle.

Encontro Presencial no Polo/campus com o Professor Formador — O professor formador, em período fixado no cronograma do módulo, realiza viagem para o polo/campus no início do período da disciplina, a fim de apresentar a disciplina e iniciar seu desenvolvimento esclarecendo como ocorrerão todas as atividades e avaliações a distância.

TUTOR(A) À DISTÂNCIA

- Estabelecer contato virtual permanente com os(as) alunos(as) e mediar a comunicação entre professor(a) formador(a) e cursistas acerca das atividades e conteúdos da disciplina.
- Manter regularidade de acesso a Plataforma Moodle e dar retorno às solicitações e dúvidas dos(as) cursistas no prazo máximo de 24 h, utilizando ferramentas como Mensagens, Fórum, Notícias.
- Participar do processo de avaliação dos(as) alunos(as) sob orientação do(a) professor(a) formador(a).
- Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela UEPA.
- Elaborar relatórios mensais do desempenho e pendências dos(as) alunos(as) e encaminhar à coordenação de tutoria.
- Estabelecer horário de atendimento on-line.
- Informar os(as) alunos(as) sempre com anuência do(a) professor(a) tutor(a).
- O(A) tutor(a) a distância acompanha os(as) alunos(as) no AVA, participa dos fóruns, tira dúvidas virtualmente, acompanha a entrada, a saída e a participação dos(as) alunos(as) nesse ambiente. O(A) tutor(a) a distância observa, então, o desenvolvimento das habilidades dos(as) alunos(as) no uso da plataforma e discute com eles(as) os conteúdos nesse local.

TUTOR(A) PRESENCIAL

- Realizar atendimento junto aos(as) alunos(as) no Polo/campus, em questões burocráticas e acadêmicas.
- Tirar dúvidas sobre o conteúdo e sobre a Plataforma Moodle presencialmente.
- Auxiliar o(a) professor(a) formador(a) principalmente nos encontros presenciais.
- Acompanhar os(as) alunos(as) nas aula virtuais.
- Acompanhar o desenvolvimento dos estágios supervisionados.

COORDENADOR(A) DE POLO

- O Coordenador de Polo é o responsável pela coordenação do polo de apoio presencial. É um(a) profissional graduado(a), que administra e zela pela infraestrutura física do Polo de Apoio Presencial (salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, secretaria) assim como dá suporte nas atividades de ensino, no acolhimento e manutenção dos(as) alunos(as).
- Os Polos deverão contar com uma biblioteca, onde estarão disponíveis obras de referência para cada disciplina da matriz curricular dos Cursos em EAD.

Plataforma Moodle para as atividades a distância

A Plataforma Moodle no endereço http://ead.uepa.br/moodle/ dispõe de algumas alternativas de atividades e recursos que podem ser utilizados pelo(a) professor(a) em sua metodologia de trabalho com a turma. Os recursos mais utilizados são:

- Arquivo permite que o(a) professor(a) insira textos ou atividades que servem como material de apoio para estudo e/ou acompanhamento nas aulas presenciais (fotos, artigos, textos em Word, PDF, planilhas de Excel, gráficos ou vídeos)
- Chat espaço criado pelo(a) professor(a) para que os(as) alunos(as) tirem suas dúvidas de forma coletiva (todos podem participar de uma só vez). É importante lembrar que os dias e horários em que os chats funcionam são definidos antecipadamente pelo(a) professor(a) (ou tutor à distância).
- *Tarefa* espaço que permite os(as) alunos(as) anexarem suas produções (geralmente texto em PDF resenhas, artigos, fichamentos, plano de aula entre outros).
- *Fórum* espaço de discussão coletiva (debate) sobre determinado tema (ou tópico) proposto pelo(a) professor(a).
- WIKI permite criar uma enciclopédia virtual de determinado assunto solicitado pelo(a) professor(a). O WIKI é uma construção coletiva, mas não de forma simultânea.

8.4 MODALIDADE PROGRAMAS ESPECIAIS – PARFOR

O Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), em parceria com CAPES/MEC/UEPA e prefeituras municipais, visa contribuir para a adequação da formação inicial dos(as) professores(as) em serviço na rede pública de educação básica por meio da oferta de cursos de licenciatura correspondentes à área em que atuam.

Nesta modalidade, os(as) alunos(as) cursam as disciplinas em blocos de disciplinas semestrais em períodos intervalares de forma sequenciada. Os períodos intervalares são informados pela Coordenação Geral do PARFOR/UEPA.

O primeiro módulo do ano letivo é ofertado em janeiro até, no máximo, a primeira quinzena de fevereiro e o segundo módulo no mês de julho até, no máximo, a primeira quinzena de agosto. As aulas presenciais correspondem a 80% da carga horária da disciplina e ocorrem de segunda a sábado, em regime integral, totalizando 10 horas/aula por dia. As atividades a distância correspondem a 20% da carga horária da disciplina e são realizadas por intermédio da Plataforma Moodle.

Na operacionalização do curso, é de fundamental importância a articulação da Coordenação do Curso com os(as) Coordenadores(as) de *Campus*/Polo. O controle do registro acadêmico é realizado pela Coordenação de Registro e Controle Acadêmico – CRCA dos *campi* da UEPA onde é ofertado o Curso. Onde não há *campus*, a responsabilidade é da CRCA do CCSE/UEPA.

8.5 MODALIDADE PROGRAMAS ESPECIAIS – FORMA PARÁ

O Programa de Educação e Formação Superior (FORMA PARÁ), no âmbito do Estado do Pará, coordenado pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET), foi criado pela Lei Ordinária nº 9.324, de 7 de outubro de 2021. O objetivo é oportunizar à população a realização de um curso superior no seu ambiente, sem a necessidade de deslocamento para outros municípios.

Destaca-se na referida Lei o Art. 8° que declara que as "Universidades Públicas, estadual ou federal, que tenham sede e representação no Estado do Pará, gozarão de preferência para a oferta dos cursos de nível superior, nas modalidades presencial, semipresencial e à distância, dentro do Programa Forma Pará". Neste sentido, o Forma Pará vem estabelecendo parcerias com a Universidade do Estado do Pará na oferta de cursos em municípios em que a UEPA não tem *campus* universitário.

Em julho de 2022, está previsto o início do Curso de Licenciatura em Pedagogia nos municípios de Santo Antônio do Tauá e Marituba e para janeiro de 2023 nos municípios Maracanã e Afuá.

Neste programa os(as) alunos(as) cursam as disciplinas em blocos de disciplinas semestrais em períodos intervalares de forma sequenciada. Os períodos intervalares são fixados, conforme calendário acadêmico da UEPA.

O primeiro módulo do ano letivo é ofertado em janeiro até, no máximo, a primeira quinzena de fevereiro e o segundo módulo no mês de julho até, no máximo, a primeira quinzena de agosto. As aulas presenciais correspondem a 80% da carga horária da disciplina e ocorrem de segunda a sábado, em regime integral, totalizando 10 horas/aula por dia. As atividades a distância correspondem a 20% da carga horária da disciplina e são realizadas por intermédio da Plataforma Moodle.

Na operacionalização do curso é de fundamental importância a articulação da Coordenação do Curso com os(as) Coordenadores(as) de Polo.

Coordenação de Registro e Controle Acadêmico (CRCA)

A Coordenação de Registro e Controle Acadêmico (CRCA), ligada diretamente à Diretoria de Controle Acadêmico–DCA, desenvolve o trabalho de organização e estruturação da vida acadêmica dos(as) alunos(as) da UEPA, em seus referidos *Campi*.

A CRCA é responsável por resolver ou encaminhar questões de matrícula, notas e documentações aos setores competentes. Com o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas SIGAA o lançamento das notas é feito pelo docente, para tanto o seu plano de disciplina deve estar no Sistema.

9. AVALIAÇÃO DO CURSO E DA APRENDIZAGEM

Avaliação do Curso

Conforme o Regimento Geral da UEPA, Art. 48 §4°, a avaliação dos cursos da UEPA deve ocorrer constantemente visando, quando necessário, a reformulação de seu Projeto Pedagógico. Portanto, cabe à Coordenação do Curso de Pedagogia coordenar, ao final de cada semestre, o processo de avaliação do curso, conforme Regimento Geral, Art. 41, inciso I, a partir de formulários *online* com questões abertas e fechadas visando:

- A avaliação das disciplinas pelos(as) alunos(as).
- A avaliação das turmas pelos(as) docentes.
- A avaliação da coordenação do curso por docentes e discentes.
- A autoavaliação de docentes e discentes.

Destacam-se algumas variáveis no processo de avaliação semestral do Curso de Licenciatura em Pedagogia:

- Participação de docentes e discentes em projetos de ensino, pesquisa e extensão.
- Produção acadêmica de docentes e discentes.
- Apresentação e cumprimento do Plano de Disciplina.
- Cumprimento da carga horária das disciplinas.
- Frequência docente e discente.
- Aproveitamento acadêmico discente.
- Acervo bibliográfico.
- Laboratórios.
- Tempo de integralização curricular.
- Materiais didáticos.

Avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem deve subsidiar e redirecionar o planejamento e a execução do processo ensino-aprendizagem, assim como as condições oferecidas a esse desenvolvimento. Portanto, a avaliação da aprendizagem visa diagnosticar necessidades e contribuir para a superação destas, retroalimentando a produção dos(as) alunos(as) e o trabalho do(a) professor(a), além de classificar resultados de aprendizagens.

Ressalta-se que no processo de avaliação da aprendizagem do(as) aluno(as) sejam consideradas produções, frutos de elaboração e reelaboração, oriundas de ações diversas e não somente de participação em aulas expositivas.

Art. 63 – A avaliação da aprendizagem, contínua e cumulativa, compreenderá, de acordo com a natureza das disciplinas, um conjunto de atividades; aulas teóricas, seminários, planejamento, execução e avaliação de pesquisa, trabalhos de campo, estágios supervisionados ou equivalente; leituras programadas; trabalhos especiais; provas orais ou escritas, prova prática, estudo de caso, pesquisa bibliográfica, trabalho individual e/ou equipe; de acordo com a natureza das disciplinas e outras previstas nos planos de ensino (REGIMENTO GERAL DA UEPA, p.57)

No processo de avaliação da aprendizagem também serão consideradas participação e frequência. A verificação da aprendizagem no Curso de Licenciatura em Pedagogia obedecerá aos artigos de 62 a 73 da subseção IV-Avaliação da Aprendizagem, do Regimento Geral da UEPA.

10. POLÍTICA DE ATENDIMENTO E INCLUSÃO DO CCSE/UEPA

Coordenação de Apoio e Orientação Pedagógica (CAOP)

A Coordenação de Apoio e Orientação Pedagógica (CAOP) do Centro de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Pará, aprovada e regulamentada por meio da Resolução Nº 2409/11 – CONSUN/UEPA, de 21 de dezembro de 2011, está vinculada, diretamente, a pró- reitoria de graduação – PROGRAD e tem por finalidade desenvolver atividades de assessoramento nas ações técnicas e didático-pedagógicas, aos eixos de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento dos cursos ofertados pelos centros, envolvendo todos os segmentos da universidade. As referidas ações visam o desenvolvimento das relações entre aluno(a), professor(a), universidade, ensino e aprendizagem.

As atribuições da Coordenação de Apoio e Orientação Pedagógica estão asseguradas no Art. 6º da resolução. Dentre as quais estão destacadas a seguir:

- Estimular e apoiar os cursos nas atividades pedagógicas de melhoria do ensino e aprendizagem;
- Propor e realizar estudos e pesquisas pedagógicas;
- Elaborar e desenvolver projetos na área de qualificação pedagógica dos(as) docentes e técnicos(as);
- Fornecer orientação acadêmica aos(as) docentes e discentes;
- Assessorar a avaliação, elaboração e execução dos projetos pedagógicos através dos(as) técnicos(as) pedagogos(as) que atuam nos cursos;
- Fornecer assessoramento pedagógico a todos(as) os(as) envolvidos(as) direta e indiretamente nas ações de ensino, pesquisa e extensão, tais como: chefias de departamento, coordenação de curso, coordenação de estágio, pós-graduação, entre outros;
- Contribuir pedagogicamente nas ações desenvolvidas pela PROGRAD, Direção de Centro e Coordenação de Interiorização.

Serviço de Apoio Psicológico e Pedagógico (SAPP)

O Serviço de Apoio Psicológico e Pedagógico (SAPP) surgiu em 2009 a partir da necessidade de promoção da escuta psicológica e de uma orientação pedagógica mais sistemática junto aos(as) acadêmicos(as) do CCSE/UEPA. O objetivo do SAPP é prestar Serviço de Apoio Psicológico e Pedagógico (SAPP) aos(as) discentes da UEPA, em especial, aos(as) do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE), que estão com dificuldades emocionais e pedagógicas. Esse espaço visa também possibilitar o aperfeiçoamento dos hábitos, atitudes e condutas dos(as) discentes em direção ao aprimoramento pessoal e intelectual.

O SAPP funciona de segunda a sexta feira, no horário de 8h às 12h e 14h às 18h e ainda das 18h30 às 21h, no Bloco I (Térreo) do CCSE. Os interessados em marcar atendimento devem agendar previamente o horário.

Núcleo de Assistência Estudantis (NAE)

O Núcleo de Assistência Estudantil (NAE), da Universidade do Estado do Pará, vinculado à reitoria, é órgão de gestão, articulação, elaboração, acompanhamento, execução e avaliação de Políticas de Assistência Estudantil aos(as) alunos(as) da UEPA.

Anualmente o NAE disponibiliza, por meio de Edital, bolsas de Incentivo-acadêmico aos(as) estudantes de todos os *campi* visando proporcionar, através de programas, oportunidades de enriquecimento da formação acadêmica dos(as) alunos(as), em especial daqueles(as) oriundos(as) de escola pública e

carentes socioeconomicamente.

O programa contribui para a diminuição da evasão dos(as) alunos(as) por falta de condições de se manterem estudando e ainda favorece o desenvolvimento pessoal e acadêmico com à sua permanência e inserção na dinâmica universitária de produção e socialização do conhecimento.

Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI)

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) foi instituído para garantir o acesso, a permanência e a terminalidade acadêmica de pessoas com necessidades educacionais especiais na Educação Superior, no âmbito do CCSE/UEPA.

O NAI objetiva atender e orientar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) junto aos (as) estudantes universitários dos cursos de graduação e pós-graduação que apresentam necessidades educacionais especiais, como deficiência visual, baixa visão, cegueira e surdez a partir de ações que ampliem as condições de acessibilidade em todos os espaços, práticas educacionais, avaliações e processos seletivos.

É importante ressaltar que o NAI conta com intérpretes na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), voltados para o atendimento da comunidade surda, interna ou externa.

Núcleo de Estágio Obrigatório e Não Obrigatório – NENO

O Núcleo de Estágio Obrigatório e Não Obrigatório (NENO) visa propiciar o acesso e a integração dos(as) acadêmicos(as) junto às instituições e à comunidade por meio de estágios, oportunizando-lhes vivenciar situações reais do mercado de trabalho, dinamizando ainda mais o processo de ensino aprendizagem, com uma formação profissional de melhor qualidade.

É um dos responsáveis pelo gerenciamento das informações relativas ao Estágio obrigatório e Não Obrigatório dos(as) discentes regulamente matriculados(as) no Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE).

Cabe ao referido Núcleo, assessorar o processo de inclusão dos(as) acadêmicos(as) na realização de seu estágio de formação, além de encaminhar e orientar sobre o mercado de trabalho, fornecendo informações sobre as legislações vigentes sobre os estágios e demais assuntos, temáticas relacionadas com sua formação e atuação profissional. Considera-se o estágio como componente curricular, integrando o projeto pedagógico dos cursos de graduação do CCSE/UEPA.

Ressalta-se que o aprendizado de competências possibilite aos(as) acadêmicos(as) a relação teoria e prática, aperfeiçoando suas habilidades pessoais, interpessoais e a um perfil profissional que atenda as exigências do mercado de trabalho e a uma vida cidadã.

Restaurante Universitário

O Restaurante Universitário (RU) do CCSE/UEPA está localizado no Bloco V e atende toda a comunidade universitária discente, docente e técnicos-administrativos. Os cardápios são variados, sempre com uma opção vegetariana. Alunos(as) e funcionários(as) pagam valores simbólicos pela refeição, subsidiada pelo governo do Estado. Os(As) alunos(as) pagam somente R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos), os servidores(as) técnicos(as) administrativos(as) pagam R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) e os(as) servidores docentes R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos). A Missão do RU é ofertar uma alimentação segura, saborosa e nutritiva à Comunidade Acadêmica do CCSE/UEPA

11. SERVIDORES DOCENTES POR TITULAÇÃO E CARGA HORÁRIA

Os(As) docentes que ministram aulas nos Cursos ofertados pelo Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) estão vinculados(as) aos departamentos da UEPA. Os Departamentos são as menores unidades funcionais da estrutura universitária. As disciplinas dos diversos cursos da UEPA compõem os departamentos, por isso os(as) docentes das disciplinas estão vinculados aos departamentos e não aos cursos. Não obstante, alguns(mas) docentes, recorrentemente, ministram aulas no Curso de Licenciatura em Pedagogia. O quadro a seguir destaca alguns destes docentes que nos últimos 05 (cinco) anos foram lotados no curso.

Nº	PROFESSORES(AS)	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO	СН	VÍNCULO
01	Adriana Modesto Coimbra Dias	História	Mestrado	40h	Temporária
02	Aiala Colares de Oliveira Couto	Geografia	Doutorado	TIDE	
03	Alcides Inácio Sousa Simião	Rede de Computadores	Mestrado	40h	Temporário
04	Aldeniza de Oliveira Ximenes	Pedagogia	Doutorado	40h	Efetiva
05	Alessandra Regina e Souza Mafra	História	Doutorado	40h	Temporária
06	Alexandre Jorge Gaia Cardoso	Administração de Empresas	Doutorado	TIDE	•
07	Altem Nascimento Pontes	Física	Doutorado	40h	Efetivo
08	Ana Carolina Batista Mafra	Física	Mestrado	40h	Temporária
09	Ana Celia do Nascimento Morais	História	Mestrado	40h	Temporária
10	Ana Claudia da Silva Pereira	Pedagogia	Doutorado	40h	Efetiva
11	Ana Cláudia Serruya Hage	Pedagogia	Doutorado	40h	Efetiva
12	Ana D'Arc Martins de Azevedo	Pedagogia	Doutorado	40h	Efetiva
13	Ana Paula Cunha dos Santos Fernandes	Educação Artística Hab. Música	Doutorado	TIDE	
14	Ana Telma Monteiro de Sousa	Pedagogia	Doutorado	TIDE	
15	Anderson Madson Oliveira Maia	Pedagogia	Mestrado	TIDE	Efetivo
16	Andrea da Silva Pastana	História	Mestrado	40h	Temporária
17	Antonia Edna Silva dos Santos	Matemática	Mestrado	TIDE	•
18	Antônio de Pádua de Mesquita dos				
	Santos Brasil	Geografia	Doutorado	40h	Efetivo
19	Antonio Pádua Sales Costa	Educação Artística Hab. Música	ducação Artística Hab. Música Mestrado 40h		Temporário
20	Antônio Serafim Azeredo	Ciências Sociais	Mestrado	40h	Efetivo
21	Antonio Sergio Vasconcelos Darwich	Psicologia	Mestrado	40h	Efetivo
22	Ariana Kelly Leandra Silva da Silva	Ciências Sociais	Doutorado	40h	Temporária
23	Arthur Elias Silva Santos	Psicologia	Mestrado	40h	Temporário
24	Benedito Tavares Bechara Resque	Ciências Naturais - Biologia	Mestrado	40h	Temporário
	Junior				-
25	Brayna Conceição dos Santos Cardoso	Letras	Doutorado	40h	Temporária
26	Caetano da Providência Santos Diniz	Psicologia	Doutorado	40h	Efetivo
27	Camila Claíde Oliveira de Souza	Pedagogia	Mestrado	40h	Efetiva
28	Carla Figueiredo Marinho Saldanha	Ciências Sociais e Letras	Mestrado	40h	Temporária
29	Carla Solange Azevedo de Luna	Psicologia	Mestrado	40h	Efetiva
30	Carlos Augusto Pinheiro Souto	Educação Artística	Doutorado	40h	Efetivo
31	Carlos do Socorro Guerreiro Vaz	Agronomia	Mestrado	40h	Efetivo
32	Cássia Regina Rosa Venâncio	Química	Doutorado		Efetiva
33	Ceila Ribeiro de Moraes	Pedagogia	Mestrado		Efetiva
34	Cláudio Ludgero Monteiro Pereira	Psicologia	Mestrado	40h	Efetivo
35	Clícia da Silva Santos	Geografia	Mestrado	40h	Temporária
36	Creusa Barbosa dos Santos Trindade	Pedagogia	Doutorado	40h	Efetiva
37	Cristiano Pinto da Silva	Pedagogia	Mestrado	40h	Efetivo
38	Cyntia França Cavalcante de Andrade da Silva	Letras - Libras	Mestrado	TIDE	Efetiva
39	Davi Pereira de Souza	Letras	Mestrado	40h	Temporário
40	Dagmar Fonseca Souza	Psicologia	Mestrado	40h	Efetiva
41	Daiane Gasparetto da Silva	Psicologia	Doutorado	40h	Temporária
42	Danusa di Paula Nascimento da Rocha	Geografia	Mestrado	40h	Temporária
43	Darlene Araújo Gomes	Pedagogia	Mestrado	40h	Temporária

44	Denise de Souza Simões Rodrigues	Ciências Sociais	Doutorado	TIDE	
45	Denise Leal Eiró da Silva	Psicologia	Graduação	40h	Efetiva
46	Denise Ramos Cardoso	Letras - Língua Inglesa	Mestrado	40h	Efetiva
47	Derick Lima Gomes	Geografia	Mestrado	40h	Temporário
48	Diana Lemes Ferreira	Pedagogia	Doutorado	TIDE	Efetiva
49	Diego Gessualdo Sabado de Souza	Filosofia	Doutorado	40h	Temporário
50	Diniz Antonio de Sena Bastos	Psicologia e História	Doutorado	40h	Efetivo
51	Edina Fialho Machado	Pedagogia	Doutorado	40h	Efetiva
52	Eleanor Gomes da Silva Palhano	Ciências Sociais	Doutorado	40h	Efetiva
53	Elisângela Cláudia de Medeiros Moreira	Psicologia	Mestrado	40h	Efetiva
56	Evaldo Ferreira Rodrigues	Pedagogia	Doutorado	40h	Efetivo
57	Edvaldo de Noroes Santiago	Ciências Naturais	Mestrado	40h	Temporário
58	Fabio Rogerio Gomes Fortunato	Pedagogia	Especialização	40h	Temporário
59	Fabricia Cristian Moura de Souza Marques	Geografia	Mestrado	40h	Temporária
60	Felipe Giordano Azevedo da Silva	Geografia	Mestrado	40h	Temporário
62	Fernando Antônio Colares Palácios	Bacharelado em Piano	Doutorado	40h	Efetivo
63	Fernando Octávio Barbosa de Almeida	Pedagogia Pedagogia	Mestrado	40h	Efetivo
64	Flavia Cristina Araújo Lucas	Ciências Biológicas	Doutorado	TIDE	
65	Francisca Guiomar Cruz da Silva	Pedagogia	Especialização	40h	Efetiva
66	Francisca Magnólia de Oliveira Rego	Letras - Português/Inglês	Mestrado	40h	Temporária
67	Geraldo Bruno Costa de Andrade	Pedagogia	Mestrado	40h	Efetivo
68	Glaciane Felipe Serrão	Letras - Português	Mestrado	40h	Temporária
69	Gustavo Soldati Reis	Teologia	Doutorado	TIDE	
70	Inês Trevisan	Ciências Biológicas	Doutorado	40h	Efetiva
71	Iolanda Rodrigues da Costa	Pedagogia Pedagogia	Mestrado	40h	Efetiva
72	Ioneli da Silva Bessa Ferreira	Letras - Português	Mestrado	40h	Efetiva
73	Iracildo Pereira Castro	Psicologia Psicologia	Mestrado	40h	Efetivo
74	Ivanete Barroso Moreira	Matemática	Doutorado	40h	Efetiva
75		Filosofia	Doutorado	TIDE	
76	Ivanilde Apoluceno de Oliveira Ivanilton Ferreira	Pedagogia	Mestrado	40h	Temporário
77	Izabel Cristina Borges Correa Oliveira	Psicologia Psicologia	Mestrado	TIDE	
78	Jacirene Vasconcelos de Albuquerque	Pedagogia	Doutorado	TIDE	
79	Jane Glaiby Silva Bastos			40h	Efetiva
	-	Psicologia	Doutorado	40h	Efetiva
80	Janete Benjamim	Pedagogia	Doutorado		
81	Jerônimo Cavalcante da Silva Dantas	Pedagogia	Especialização	40h	Temporário
82	Jerusa Barros Miranda	História	Mestrado	40h	Temporária
83	Jéssica Rocha de Souza Cardoso	Letras - Libras	Especialização	40h	Temporária
84	João Colares Mota Neto	Pedagogia	Doutorado	TIDE	
85	João da Silva Carneiro	Química	Doutorado	TIDE	
86	João Paulo Rocha dos Passos	Física	Mestrado	TIDE	
87	Joelciléa de Lima Aires	Pedagogia	Mestrado	40h	Efetiva
88	Jonatha Pereira Bugarim	Educação Física	Especialização	40h	Temporário
89	Jorgete Maria Portal Lago	Educação Artística Hab. Música	Mestrado	40h	Efetiva
90	José de Ribamar de Castro Carvalho	Química	Doutorado	TIDE	
91	José Julierme Furtado dos Santos	Ciências Sociais	Mestrado	40h	Temporário
92	José Ricardo da Silva Alencar	Física	Doutorado	40h	Efetivo
93	José Roberto Alves da Silva	Pedagogia	Doutorado	40h	Efetivo
94	Josias da Costa Junior	Teologia	Doutorado	TIDE	Efetivo
95	Josinete Pereira Lima	Ciências Sociais	Doutorado	TIDE	
96	Julia Cleide Teixeira de Miranda	Pedagogia	Mestrado	40h	Temporária
97	Katia Andreia Souza dos Santos	Letras - Libras	Mestrado	40h	Efetiva
98	Katia do Socorro Carvalho Lima	Pedagogia	Mestrado	40h	Efetiva
		Serviço Social	Doutorado	TIDE	
99	Katia Maria dos Santos Melo		1		
100	Katta Maria dos Santos Meio Keila Michelle Silva Monteiro	,	Mestrado	40h	Efetiva
		Educação Artística e Letras Ciências Sociais	Mestrado Doutorado	40h TIDE	
100	Keila Michelle Silva Monteiro	Educação Artística e Letras Ciências Sociais			Efetiva
100 101 102	Keila Michelle Silva Monteiro Lana Cláudia Macedo da Silva Larissa de Nazaré Carvalho de Aviz	Educação Artística e Letras Ciências Sociais Pedagogia	Doutorado Mestrado	TIDE 40h	Efetiva Temporária
100 101 102 103	Keila Michelle Silva Monteiro Lana Cláudia Macedo da Silva Larissa de Nazaré Carvalho de Aviz Lea Maria Gomes da Costa	Educação Artística e Letras Ciências Sociais Pedagogia Geografia	Doutorado Mestrado Mestrado	TIDE 40h TIDE	Efetiva Temporária Efetiva
100 101 102	Keila Michelle Silva Monteiro Lana Cláudia Macedo da Silva Larissa de Nazaré Carvalho de Aviz	Educação Artística e Letras Ciências Sociais Pedagogia	Doutorado Mestrado	TIDE 40h	Efetiva Temporária Efetiva Efetivo

			1		ı
106	Lucian José de Souza Costa e Costa	Música	Mestrado	40h	Temporário
107	Luciana Barbalho Pontes	Psicologia	Mestrado	40h	Temporária
108	Lucicléia Pereira da Silva	Química	Doutorado	TIDE	
109	Lucilei Martins de Oliveira	Ciências Sociais	Mestrado	TIDE	Efetiva
110	Luiz Alberto Cavalcante Guimarães	Ciências Biológicas	Mestrado	40h	Temporário
111	Luis Augusto Oliveira da Silva	Matemática	Especialização	40h	Efetivo
113	Luiz Miguel Queiroz Galvão	Pedagogia	Doutorado	40h	Temporário
114	Luzenilda Moita Sato	Matemática	Doutorado	TIDE	Efetiva
115	Mailson Lima Nazaré	Pedagogia	Mestrado	40h	Efetivo
116	Mara Silvia Jucá Acacio	Letras	Doutorado	4oh	Efetiva
117	Marcelo Luiz Bezerra da Silva	Pedagogia	Doutorado	40h	Efetivo
118	Maria da Conceição Gemaque dos Santos	Física	Doutorado	40h	Temporária
119	Maria Madalena Felinto Ramos	Letras	Mestreado	40h	Temporária
120	Márcia da Silva Carvalho	Pedagogia	Mestrado	40h	Temporária
121	Marcia Daniele dos Santos Lobato	Letras	Mestrado	40h	Temporária
122	Márcio José Silva	Matemática	Mestrado	40h	Efetivo
123	Márcio Oliveiros Alves da Silva	Letras - Português	Doutorado	40h	Temporário
124	Marcos Murelle Azevedo Cruz	Filosofia	Mestrado	40h	Temporário
125	Marcos Renan Freitas de Oliveira	Educação Física	Mestrado	40h	Temporário
126	Maria Auxiliadora Maués de Lima	j			•
	Araújo	Pedagogia	Doutorado	40h	Efetiva
127	Maria Celia Barros Virgolino Pinto	Pedagogia	Doutorado	40h	Efetiva
128	Maria Darlene Trindade Correa	Pedagogia	Mestrado	40h	Efetiva
129	Maria das Graças da Silva	Ciências Sociais	Doutorado	TIDE	
130	Maria das Graças Mesquita Rocha	Pedagogia	Mestrado	40h	Efetiva
131	Maria de Nazaré dos Remédios Sodré	Biologia	Mestrado	TIDE	Efetiva
133	Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Souza Avelino de Franca	Pedagogia	Doutorado	TIDE	Efetiva
134	Maria do Socorro Castro Hage	Pedagogia	Doutorado	TIDE	Efetiva
136	Maria Dulcimar de Brito Silva	Química	Mestrado	TIDE	Efetiva
137	Maria Elena Nascimento de Lima	Pedagogia	Mestrado	40h	Efetiva
138	Maria Isabela Faciola Pessoa	Matemática	Mestrado	40h	Efetiva
139	Maria Joaquina Nogueira da Silva	Pedagogia	Especialização	40h	Efetiva
140	Maria José de Souza Cravo	Biologia	Doutorado	40h	Efetiva
141	Maria José Santana Lobato da Silva	Pedagogia	Mestrado	40h	Efetiva
142	Maria Josevett Almeida Miranda	Pedagogia	Doutorado		Efetiva
143	Maria Lucia Gomes Figueira de Melo	Ciências Sociais	Doutorado		Efetiva
144	Maria Marize Duarte	Ciências Sociais	Doutorado	TIDE	
145	Maria Rosana de Oliveira Castro	Pedagogia	Doutorado	40h	Efetiva
146	Marilene dos Santos Marques	Pedagogia	Mestrado	40h	Efetiva
147	Mario Jorge Brasil Xavier	Ciências Sociais	Mestrado	TIDE	
148	Marlon Fernandes Farias	Física	Especialização	40h	Temporário
150	Mauro Emilio Costa Silva	Geografia	Doutorado	40h	Temporário
151	Mauricio Zeni	História	Doutorado	40h	Efetivo
154	Milene Vasconcelos Leal	Pedagogia	Mestrado	40h	Temporária
155	Milta Mariane Mata Martins	Química	Doutorado	TIDE	_
156	Milton Ribeiro da Silva Filho	Ciências Sociais	Mestrado	40h	Efetivo
157	Miraci Silva Costa	Física	Mestrado	40h	Temporário
158	Mirian Rosa Pereira	Pedagogia	Mestrado	40h	Efetiva
159	Mônica Eliana de Oliveira Ferreira	Pedagogia	Mestrado	40h	Efetiva
160	Monique Araújo Elias	Pedagogia	Especialização	40h	Temporária
161	Monise Campos Saldanha	Letras	Mestrado	40h	Temporária
162	Nazaré Cristina Carvalho	Educação Física	Doutorado	TIDE	
163	Neivaldo Oliveira Silva	Matemática	Doutorado	40h	Efetivo
164	Nelson Leite Cardoso	Física Física	Doutorado	TIDE	
		Matemática		+	
165	Nelson de Lima Ribeiro Filho		Mestrado	40h	Temporário
166	Nidal Afif Obeid Freitas	Pedagogia	Doutorado	TIDE	Efetiva
167	Nivea Maria Coelho Barbosa de Almeida	Pedagogia	Mestrado	TIDE	Efetiva
	rimetua	L	1	1	l .

			•	ı	1
169	Oneli de Fatima Teixeira Gonçalves	Psicologia	Doutorado		Efetiva
171	Osvando dos Santos Alves	Matemática	Doutorado	TIDE	
172	Paula Miranda Monteiro	Letras	Mestrado	40h	Temporária
173	Penn Lee Menezes Rodrigues	Física	Doutorado	40h	Efetivo
174	Priscyla Cristinny Santiago da Luz	Biologia	Doutorado	TIDE	
175	Rachel de Oliveira Abreu	Ciências Sociais	Doutorado	40H	Temporária
176	Raimundo Sergio de Farias Junior	Pedagogia	Doutorado	TIDE	Efetivo
177	Regina Lucia de Carvalho Nery	Filosofia	Mestrado	40h	Efetiva
178	Rejane de Assis Oliveira Monteiro	Pedagogia	Doutorado	40h	Efetiva
179	Rodrigo Moraes Ferreira	Pedagogia	Mestrado	40h	Efetivo
180	Rosa Maria Rayol Reis	Educação Física	Mestrado	40h	Temporária
181	Rosana Siqueira de Carvalho Vale	Letras	Doutorado	TIDE	Efetiva
182	Ronilson Freitas de Souza	Ciências Naturais	Doutorado	TIDE	Efetivo
183	Rosiellem Cabral dos Passos de Almeida	Letras	Mestrado	40h	Temporária
184	Rosilene Ferreira Gonçalves Silva	Pedagogia	Mestrado	40h	Efetiva
185	Rosilene Pacheco Quaresma	Pedagogia	Mestrado	40h	Efetiva
187	Sandoval dos Santos Amparo	Geografia	Doutorado	40h	Efetivo
188	Sandra Christina Ferreira dos Santos	Educação Artística	Doutorado	40h	Efetiva
189	Sandra do Socorro de Miranda Neves	Matemática	Doutorado	TIDE	Efetiva
190	Scheilla de Castro Abbud Vieira	Artes Plásticas	Mestrado	40h	Efetiva
191	Sergio Roberto Moraes Correa	Pedagogia	Doutorado	TIDE	Efetivo
192	Sebastião da Cunha Lopes	Agronomia	Doutorado	TIDE	Efetivo
193	Sonia Andrea Pimentel Rodrigues Ferreira	Pedagogia	Mestrado	40h	Temporária
194	Tainá Maria Magalhães Façanha	Música	Mestrado	40h	Efetiva
195	Talita Rodrigues de Sá	Letras	Mestrado	TIDE	Efetiva
196	Tânia Roberta Costa de Oliveira	Ciências Biológicas	Doutorado	40h	Efetiva
197	Terezinha Medeiros Gonçalves de Loureiro	Biologia	Doutorado	40h	Temporária
198	Terezinha Sirley Ribeiro Sousa	Pedagogia	Mestrado	40h	Efetiva
199	Thayse Cristine Melo Benathar	Ciências Biológicas	Mestrado	40h	Temporária
200	Thabata de Farias Silva	Ciências Sociais	Mestrado	40h	Temporária
201	Tony Leão da Costa	História	Doutorado	40h	Efetivo
202	Ubiracy Rodrigues Soares	Matemática	Mestrado	40h	Efetivo
203	Valéria Cristian Soares Ramos da Silva	Letras	Doutorado	40h	Efetiva
204	Vanja da Cunha Bezerra	Serviço Social	Mestrado	TIDE	Efetiva
205	Wagner De Lima Alonso	Música	Mestrado	40h	Temporário
206	Waldinett Nascimento Torres Pena	Letras	Especialização	40h	Temporária
207	Wallace Andrew Lopes Rabelo	Filosofia	Mestrado	40h	Temporário
208	Zélia Vieira Cruz Veloso	Pedagogia	Mestrado	40h	Efetiva

12. SERVIDORES DO QUADRO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

Os servidores técnico-administrativos e operacionais, lotados no Curso de Licenciatura em Pedagogia estão vinculados à Coordenação Administrativa do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) — *Campus* I. Os referidos profissionais dão o suporte necessário e fluidez aos processos administrativos e pedagógicos requeridos ao bom funcionamento do Curso.

Equipe que compõe a Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia					
Servidor(a)	Formação	Função	Vínculo		
C i Di i I M	Pedagogia		EC .:		
Ceila Ribeiro de Moraes	Titulação: Mestra	Coordenadora do Curso	Efetiva		
Ana Cláudia da Silva Pereira	Pedagogia	Coordenadora da UAB/EAD -	Efetiva		
Alia Ciaudia da Silva Felelia	Titulação: Doutora	Pedagogia	Eleuva		
Maria do Socorro Castro Hage	Pedagogia	Coordenadora de Estágio	Efetiva		
Maria do Socorio Castro Hage	Titulação: Doutora	Supervisionado	Eleuva		
Glenda Ramos Lima	Pedagogia	Assessed Padagásias	Tamananánia		
Gienda Ramos Lima	Titulação: Especialista	Assessora Pedagógica	Temporária		
Jane Elisa Otomar Buecke	Pedagogia	A sanasama Dada aé aina	Efetiva		
Jane Elisa Otomar Buecke	Titulação: Mestra	Assessora Pedagógica	Eletiva		
Odinás I smas do Silva	Pedagogia	A sanasama Dada a á aiga	Efetiva		
Odinéa Lopes da Silva	Titulação: Mestra	Assessora Pedagógica	Eletiva		
Alinne Nara Magalhães	Ensino Médio	Administrativo	Temporária		
Artur Melo de Oliveira	Ensino Médio	Estagiário	Temporário		
Flávia da Cunha de Oliveira	Ensino Médio	Administrativo	Temporária		
Luiz Miguel da Luz Barros	Ensino Médio	Administrativo	Temporário		

13. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

Biblioteca

A Biblioteca Paulo Freire, localizada no BlocoV do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) da UEPA, oportuniza à comunidade interna do *campus* a consulta e o empréstimo do seu acervo, dando suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão. O acervo da biblioteca também está disponível para a comunidade externa do *campus* atendendo aos diversos interesses dos que procuram o espaço. Possui ambiente agradável com salas de estudo e centro de convivência.

A missão da biblioteca do CCSE/UEPA é promover e garantir à comunidade acadêmica o acesso à informação através da aquisição, atualização, compartilhamento e distribuição do acervo informacional no âmbito do Sistema de Bibliotecas da UEPA – SIBIUEPA, subsidiando o ensino, a pesquisa e a extensão da Universidade.

A Biblioteca Paulo Freire é uma das 21 bibliotecas (06 em Belém e 15 nos demais *campi*) que compõem o Sistema de Bibliotecas da Universidade do Estado do Pará (SIBIUEPA), sob coordenação técnica da Biblioteca Central, localizada no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) ou Campus II. A Biblioteca Paulo Freire do Campus I (CCSE) funciona principalmente de segunda à sexta, das 8h às 21h.

Brinquedoteca

O laboratório pedagógico Brinquedoteca Carlos Cardoso da Cunha Coimbra, do CCSE/UEPA foi criado em 2011 como projeto de extensão universitária vinculado a PROEX e, devido sua ação multidisciplinar e importância foi institucionalizado em 2014 pelo Conselho Universitário (CONSUN) da UEPA.

As metodologias desenvolvidas na brinqedoteca estão fundamentadas, principalmente, na teoria do brincar e da ludicidade e na aplicação de jogos conforme a Teoria das Multiplas Inteligências de Howard Gardner

A Brinquedoteca Carlos Coimbra objetiva desenvolver projetos pedagógicos no sentido de resgatar o ato de brincar propiciando a interação entre os sujeitos e estimulando a linguagem, o raciocínio lógico, a psicomotricidade, as relações afetivas, sociais, políticas e culturais com crianças, jovens, adultos e idosos.

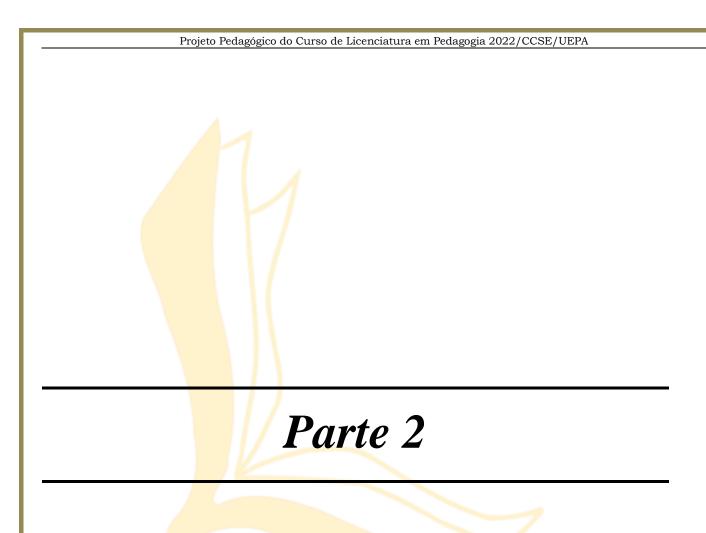
A Brinquedoteca dará suporte importante ao processo de curricularização da extensão no Curso de Pedagogia.

Laboratórios de Informática

O CCSE oferece ao seus(uas) alunos(as) laboratórios didáticos que assumem importante papel de aprendizagem através da experimentação, possibilitando a conexão entre os conhecimentos teóricos e os conhecimentos práticos. O Curso de Licenciatura em Pedagogia dispõe de 02 laboratórios de informática para o desenvolvimento das disciplinas suportadas por recursos digitais como Tecnologia Educacional e outras. O Laboratórios de Informática I (LABINF I) fica localizado no bloco III– 2º piso e o LABINF II no térreo do bloco II. Os laboratórios disponibilizam acesso a Internet, software aplicativos e softwares educativos, além de kit de Robótica da Lego. O Laboratório fica aberto nos horários matutino, vespertino e noturno com o objetivo de atender a Comunidade Acadêmica na utilização das máquinas.

Salas de aula, sala de videoconferência, sala multiuso e equipamentos

As salas de aula do Curso de Licenciatura em Pedagogia com capacidade para 45 pessoas são definidas pela Coordenação Administrativa do CCSE no início de cada semestre letivo. Além das salas de aulas são disponibilizadas, com prévio agendamento na referida coordenação, a Sala Multiuso, anexa ao auditório Paulo Freire, com capacidade para 51 pessoas, e a sala de Videoconferência, com capacidade para 66 pessoas, está localizada no térreo do prédio Castelinho.



14. FUNDAMENTOS DA ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

O Curriculo do Curso de Licenciatura em Pedagogia fundamenta-se, principalmente, nas Diretrizes Curriculares de Pedagogia expressas na Resolução CNE/CP 1, de 15 de maio de 2006 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, previstas na Resolução CNE/CP 2, de 20 de dezembro de 2019. Buscou-se atender as orientações da Resolução CNE/CP 2/2019, especialmente, quanto a distribuição da carga horária do curso, assim como, atender orientações da Resolução CNE/CP 1/2006 quanto a estrutura curricular do curso em núcleos de estudos (Resolução CNE/CP 1/2006, Art.5°, p.2).

Ressalta-se que as competências gerais docentes, previstas na Resolução CNE/CP 2/2019 (p.13) e desenvolvidas a partir de conhecimentos historicamente construídos, da pesquisa, da análise crítica, do desenvolvimento da criatividade, da manifestação artística e cultural, do uso de diferentes linguagens—verbal, corporal, visual, sonora e digital, do acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação, da autonomia, da consciência crítica e responsabilidade, da promoção dos direitos humanos, da consciência socioambiental, da empatia, do diálogo, da resolução de conflitos, da cooperação, do respeito ao outro, da valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, da promoção do ambiente colaborativo e dos princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários estão, indubitavelmente, expressas na organização curricular do Curso, além do mais estas orientações também estão previstas na Resolução CNE/CP 1/2006, Art.4°, p. 2.

A distribuição da carga horária do curso atende a Resolução CNE/CP 2/2019, pois as disciplinas do desenho curricular que compõem os Núcleos de Estudos (Resolução CNE/CP 1/2006) correspondem aos grupos I (800 horas), II (1.600 horas) e III (400 + 400 horas), previstos nos Art. 12, 13, 15, assim como, correspondem as 400 horas adicionais para as atividades pedagógicas e de gestão (Art. 22, p.11), conforme exemplifica os quadros esquemáticos a seguir.

NÚCLEO DE ESTUDOS BÁSICOS								
GRUPO I		GRUPO II		GRUPO III				
DISCIPLINA CH		DISCIPLINA	CHT	CHPCC				
Filosofia da Educação	100	Alfabetização e Letramento	40	40				
Sociologia da Educação	100	Alfabetização Matemática	40	40				
História da Educação	100	Educação e Ludicidade	40	40				
Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem	100	Educação Infantil no Contexto Brasileiro	60	40				
Produção de Gêneros Acadêmicos	80	Língua Portuguesa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	60	40				
Didática	100	Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	60	40				
Tecnologia Educacional	80	Ciências nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	60	40				
Teoria do Currículo e Diversidade Cultural	80	História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	60	40				
Políticas Públicas e Educação	80	Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	60	40				
	820	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Especial	40	40				
		Formas de Expressão e Comunicação Artística	80	400				
		Linguagens Especiais e Comunicação Humana	80					
		LIBRAS	80					
		Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	80					
		Pesquisa Educacional	80					
		Educação do Campo	80					
		Educação, Gênero e Sexualidade	80					
		Educação para as Relações Étnico-Raciais	100					
		Metodologia Científica	80					
		Planejamento e Avaliação Educacional	80					
			1340					

NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES			
GRUPO II			
DISCIPLINA	СН		
Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC I	80		
Atividades Complementares	100		
Disciplina Optativa I	80		
Disciplina Optativa II	80		
Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II	80		
	420		

NÚCLEO DE APROFUNDA	NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS						
GRUPO III		400 HORAS ADICIONAIS					
DISCIPLINA	СН	DISCIPLINA	CH				
Estágio Supervisionado em Educação Infantil	100	Educação em Instituições Não Escolares e Ambientes Populares	100				
Estágio Supervisionado em Educação de Jovens e Adultos		Fundamentos da Gestão Educacional	100				
Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental (1º ao 3º ano)	100	Organização do Trabalho Pedagógico	80				
Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental (4º e 5º ano)		Estágio Supervisionado em Instituição Não Escolares e Ambientes Populares	100				
	400	Estágio Supervisionado em Gestão Educacional	100				
			480				

Legenda:

CH – Carga Horária

CHT- Carga Horária Teórica

CHPCC – Carga horária como prática dos componentes curriculares

CARGA HORÁRIA TOTAL E HORA AULA TOTAL DAS DISCIPLINAS

A carga horária do Curso de Licenciatura em Pedagogia totaliza 3.860 horas, sendo que deste total 3.260 correspondem ao total de horas aula com o(a) professor(a), conforme o Art. 44, parágrafo 4º do Regimento Geral: "A duração da hora/aula para qualquer turno é de cinquenta minutos".

É importante esclarecer que a diferença entre a carga horária total do curso e o total de horas aula, a saber 600 horas, corresponde ao tempo mínimo necessário para os(as) alunos(as) realizarem os estudos e produções solicitadas pelo(a) professor(a) e que são realizadas fora do horário de aula.

Considerando que o Curso é desenvolvido em 08 semestres e cada semestre é constituído por 20 (vinte) semanas, as 600 horas divididas por 160 semanas resulta em 3 horas e 75 centésimos (75%) de hora, ou seja, 3 horas e 45 minutos por semana. Resumindo, o(a) aluno(a) do Curso terá, além das horas aula desenvolvidas em sala de aula, 3 horas e 45 minutos por semana para produzir suas atividades em horário estipulado por si mesmo conforme sua organização cotidiana.

Ressalta-se que o número de semanas especificado acima fundamenta-se no Art. 163, parágrafo único do Regimento Geral que expressa: "Para os efeitos de atribuição de carga horária das disciplinas e atividades, fica estabelecido o limite de quarenta semanas para o ano letivo". Portanto, no caso dos semestres letivos, entende-se formado por 20 semanas.

No Parecer CNE/CES nº: 261/2006, de 9/11/2006 que fundamenta a Resolução nº 3, de 2/07/2007 que trata sobre o conceito de hora-aula afirma que a "formação superior envolve necessariamente o estudo individual, cuja duração excede em muito o trabalho acadêmico efetivo previsto nos projetos pedagógicos dos cursos."

15. NÚCLEOS DA ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

Conforme a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, a estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, será constituída de 03 (três) núcleos:

- Núcleo de Estudos Básicos.
- Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos.
- Núcleo de Estudos Integradores.

Núcleo de Estudos Básicos

O Núcleo de Estudos Básicos tem fundamental importância para o processo formativo do(a) pedagogo(a), pois contempla um amplo leque de conhecimentos que embasam o fazer docente e a gestão educacional em ambientes escolares e não escolares, tendo como parâmetro o desenvolvimento da sociedade brasileira multicultural e diversa.

Conforme a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, o Núcleo de Estudos Básicos visa:

- A aplicação de princípios e conceitos de diferentes áreas do conhecimento ao campo da Pedagogia para o desenvolvimento dos sujeitos, das organizações e da sociedade.
- O estudo das relações entre educação e trabalho, respeito à diversidade e diferenças, direitos humanos, cidadania, desenvolvimento e sustentabilidade, entre outras problemáticas da sociedade contemporânea.
- O conhecimento multidimensional do ser humano em situações de aprendizagem, observando questões atinentes à ética, à estética e à ludicidade em âmbitos escolares e não-escolares.
- O estudo da didática, teorias e metodologias pedagógicas, além de códigos de diferentes linguagens e suas tecnologias.
- O planejamento, execução e avaliação de processos educativos na educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos observando as dimensões: física, cognitiva, afetiva, cultural, lúdica, ética e biossocial, além do contexto histórico e sociocultural do sistema educacional brasileiro.
- O trabalho didático com conteúdos pertinentes aos primeiros anos do ensino fundamental, relativos à Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.
- A gestão educacional e democrática em espaços escolares e não-escolares observando a legislação relativa à organização da educação nacional.
- A realização de estudos sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade, relativamente à educação, visando detectar diferentes forças, interesses e contradições e ainda considerá-los nos planos pedagógicos e de ensino-aprendizagem.
- A articulação entre o saber acadêmico, a pesquisa e a prática educativa.

QUADRO 1 - DISCIPLINAS DO NÚCLEO DE ESTUDOS BÁSICOS

Percurso Formativo	Código	Disciplinas	СН
rormativo	DFCS0000	Filosofia da Educação	100
	DFCS0000	Sociologia da Educação	100
	DFCS0000	História da Educação	100
Fundamentos de	DLLT0000	Produções de Gêneros Acadêmicos	80
diferentes áreas	DART0000	Formas de Expressão e Comunicação Artística	80
	DGAC0000	Educação e Ludicidade	80
	DPSI0000	Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem	100
	DEES0000	LIBRAS	80
	DEES0000	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Especial	80
D	DEES0000	Linguagens Especiais e Comunicação Humana	80
Diversidade e	DEDG0000	Educação para as Relações Étnico-Raciais	100
inclusão	DEES0000	Teoria do Currículo e Diversidade Cultural	80
	DEDG0000	Educação do Campo	80
	DFCS0000	Educação, Gênero e Sexualidade	80
	DEDG0000	Tecnologia Educacional	80
	DMEI0000	Alfabetização Matemática	80
	DEDG0000	Didática	100
	DEDG0000	Educação Infantil no Contexto Brasileiro	100
	DEES0000	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	80
	DLLT0000	Alfabetização e Letramento	80
Docência	DLLT0000	Língua Portuguesa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100
	DMEI0000	Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100
	DCNA0000	Ciências nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100
	DFCS0000	História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100
	DFCS0000	Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100
	DEES0000	Políticas Públicas e Educação	80
	DEES0000	Planejamento e Avaliação Educacional	80
Docquico	DFCS0000	Metodologia Científica	80
Pesquisa	DFCS0000	Pesquisa Educacional	80
		Total	2.560

Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos

O Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos é voltado às áreas de atuação profissional e visa:

- A realização de investigações sobre processos educativos e gestoriais em instituições escolares e não escolares.
- A elaboração de propostas educacionais inovadoras alicerçadas nas teorias da educação e na diversidade social e cultural da sociedade brasileira, assim como, avaliação e produção de materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem em instituições escolares e não escolares.

QUADRO 2 - DISCIPLINAS DO NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS

Código	Disciplinas	СН
DEDG0000	Estágio Supervisionado em Educação Infantil	100
DEDG0000	Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental (1º ao 3º ano)	100
DEDG0000	Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental (4º e 5º ano)	100
DEDG0000	Estágio Supervisionado em Educação de Jovens e Adultos	100
DEDG0000	Estágio Supervisionado em Instituições Não Escolares e Ambientes Populares	100
DEDG0000	Estágio Supervisionado em Gestão Educacional	100
DEES0000	Organização do Trabalho Pedagógico	80
DEES0000	Fundamentos da Gestão Educacional	100
DEDG0000	Educação em Instituições Não Escolares e Ambientes Populares	100
	Total	880

Núcleo de Estudos Integradores

O Núcleo de Estudos Integradores visa enriquecer o desenvolvimento do currículo do Curso de Licenciatura em Pedagogia possibilitando o exercício da flexibilidade curricular, associando ainda mais o currículo do Curso às diferentes realidades da Amazônia, às perspectivas profissionais não contempladas nos núcleos de estudos gerais e específicos, ao aprofundamento de temáticas integrantes ou emergentes da formação e aos interesses dos(as) alunos(as) conforme as possibilidades acadêmicas do CCSE/UEPA.

O Núcleo de Estudos Integradores visa a flexibilização e enriquecimento curricular a partir da participação em:

- Eventos científicos diversos.
- Projetos de iniciação científica, monitoria, projetos de ensino e extensão, especialmente os orientados por docentes da UEPA.
- Atividades práticas de pesquisa e ensino, de modo a propiciar vivências nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos.
- Atividades de comunicação e expressão cultural.

QUADRO 3- DISCIPLINAS/ATIVIDADES DO NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES

Código	Disciplinas	СН
=	Disciplina Optativa I	80
-	Disciplina Optativa II	80
-	Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC I	80
-	Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II	80
-	Atividades Complementares	100
	Total	420
XXXX0000	Extensão como Unidades Curriculares de Extensão*	180

^{*}A carga horária de 180 horas de extensão como Unidades Curriculares de Extensão não será somada à carga horária total do curso, pois as ações referentes à extensão farão parte do desenvolvimento das disciplinas.

16. MATRIZ CURRICULAR

SEM	CODIGO	DISCIPLINAS	СНТ	T	P	THA	EXT		
521.1	DFCS06	Filosofia da Educação	100	100	-	83	-		
	DFCS04	Sociologia da Educação	100	100	_	83	_		
1°	DFCS0000	História da Educação	100	100	_	83	-		
	DPSI0000	Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem	100	100	-	83	-		
	DLLT02	Produção de Gêneros Acadêmicos	80	40	40	67	-		
		TOTAL	480	440	40	399			
	DEDG0000	Didática	100	60	40	83			
	DLLT0000	Alfabetização e Letramento	80	40	40	67			
2°	DMEI0000	Alfabetização Matemática	80	40	40	67	36		
	DGAC0000	Educação e Ludicidade	80	40	40	67			
	DEDG0000	Educação Infantil no Contexto Brasileiro	100	60	40	83			
		TOTAL	440	240	200	367			
	DFCS02	Metodologia Científica	80	80	-	67			
	DLLT0000	Língua Portuguesa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100	60	40	83			
3°	DMEI0000	Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100	60	40	83	36		
	DEDG04	Tecnologia Educacional	80	60	20	67			
	DART0000	Formas de Expressão e Comunicação Artística	80	40	40	67			
		TOTAL	440	300	140	367			
	DFCS0000	Educação, Gênero e Sexualidade	80	80	-	67			
	DEDG0000	Educação para as Relações Étnico-Raciais	100	60	40	83			
4º	DCNA0000	Ciências nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100	60	40	83	36		
-	DFCS0000	História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100	60	40	83			
	DFCS0000	Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100	60	40	83			
	21 020000	TOTAL	480	320	160	399			
	DEES10	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Especial	80	40	40	67			
	DEES0000	Linguagens Especiais e Comunicação Humana	80	40	40	67	1		
5°	DEES04	LIBRAS	80	30	50	67	36		
	DEES0000	Planejamento e Avaliação Educacional	80	80	-	67			
	DEDG0000	Estágio Supervisionado em Educação Infantil	100	-	100	83			
	1 222 30000	TOTAL	420	190	230	351			
	DFCS0000	Pesquisa Educacional	80	80	-	67			
	DEDG0000	Educação do Campo	80	60	20	67			
	DEES0000	Teoria do Currículo e Diversidade Cultural	80	80	-	67			
6°	DEDG0000	Educação em Instituições Não Escolares e Ambientes Populares	100	60	40	83	36		
		Estágio Supervisionado em Instituição Não Escolares e Ambientes				83			
	DEDG0000	Populares	100 - 100						
		TOTAL	440	280	160	367			
	DEES06	Políticas Públicas e Educação	80	80	-	67	-		
		Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e			40				
	DEES08	Adultos	80	40	40	67	-		
	DEDG0000	Estágio Supervisionado em Educação de Jovens e Adultos	100	-	100	83	-		
7°	DEDG0000	Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental (1º ao 3º ano)	100	-	100	83	-		
	DEDG0000	Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental (4º e 5º ano)	100	-	100	83			
		TOTAL	460	120	340	383			
	-	Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC	80	-	80	80	-		
	-	Atividades Complementares	100	-	100	100	-		
			180		180	180			
	DEES0000	Organização do Trabalho Pedagógico	80	60	20	67	-		
	DEES0000	Fundamentos da Gestão Educacional	100	100		83			
	DEDG0000	Estágio Supervisionado em Gestão Educacional	100	-	100	83			
8°	-	Disciplina Optativa I	80	60	20	67			
	-	Disciplina Optativa II	80	60	20	67	-		
		TOTAL	440	280	160	367			
	-	Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II	80	_	80	80			
		TOTAL	3.860	2.170	1690	3.260			
	randa:	2 0 1.122	2.300	,	2070	2.200			

Legenda:

CH: Carga Horária Total da disciplina

THA: Total de Hora-aula da disciplina

T: Carga Horária Teórica

P: Carga Horária Prática

EXT: Carga Horária de Extensão extraída das cargas horárias das disciplinas do semestre – não contabilizada na carga horária total do Curso.

17. DISCIPLINAS OPTATIVAS

As disciplinas optativas, em consonância com a Resolução nº 3639/21-CONSUN/UEPA, de 03 de março de 2021, visam o enriquecimento e a diversificação da formação acadêmica. Conforme a referida Resolução:

- As disciplinas optativas devem ser escolhidas pelo(a) aluno(a) dentre um rol de disciplinas especificadas no Projeto Pedagógico do Curso.
- As disciplinas optativas devem ser ofertadas após a metade do curso permitindo "maior aproveitamento em termos de complementação de estudos" (Art. 4º parágrafo único grifo nosso).
- A carga horária das disciplinas optativas, juntamente com as Atividades Complementares, não pode ultrapassar 20% da carga horária prevista para integralizar o curso (Art. 6°).

É importante esclarecer que as 160 horas das 02 disciplinas optativas, somadas às 100 horas de Atividades Complementares, totalizam 260 horas o que corresponde a somente 6,73% do total de 3.860 horas para a integralização curricular.

QUADRO 4 - DISCIPLINAS OPTATIVAS

Código	Disciplinas	СН
DART0000	Musicalização	80
DART0000	Artes Cênicas e Educação	80
DCNA0000	Tópicos de Saúde na Educação Básica	80
DEDG0000	Educação na Terceira Idade	80
DEDG0000	Educação para o Trânsito	80
DEDG0000	Pedagogia Hospitalar	80
DEDG0000	Educação e Justiça Restaurativa	80
DEDG0000	Educação a Distância	80
DEES0000	Braille	80
DEES0000	Fonoaudiologia e Educação	80
DEES0000	Tecnologia Assistiva	80
DFCS0000	Educação Popular	80
DFCS0000	História, Cultura e Religiosidade Amazônica	80
DFCS0000	Antropologia Educacional	80
DGAC0000	Educação e Corporeidade	80
DLLT0000	Inglês Instrumental	80
DMEI0000	Tendências em Educação Matemática	80
DMEI0000	Informática Básica	80
DMEI0000	Estatística Aplicada à Educação	80
DPSI0000	Psicologia Institucional	80
DPSI0000	Educação Sexual	80
DPSI0000	Psicopedagogia	80

18. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Conforme Regimento da UEPA, Art. 61, parágrafo 1°, "O currículo de cada curso de graduação poderá contemplar atividades complementares que envolvem participação em conferências, congressos, simpósios, mesas redondas, estágio extracurricular, minicursos e outros". No Curso de Licenciatura em Pedagogia, as Atividades Complementares devem possibilitar experiências educativas que contribuam para a formação do(a) futuro(a) Pedagogo(a), além de permitir o aprofundamento de questões educacionais.

A contabilização das Atividades Complementares ocorrerá da mesma forma para todas as modalidades do Curso de Licenciatura em Pedagogia: Regular, Modular, PARFOR, FORMA PARÁ e UAB/EAD.

- No início do 7º semestre, o(a) discente preencherá o *formulário online* para registro das atividades complementares, especificando as atividades, cargas horárias e o documento comprobatório.
- Em data agendada, o(a) discente apresentará à Coordenação do Curso de Pedagogia/Coordenação do Campus/Polos/Assessorias Pedagógicas envelope identificado com nome, matrícula, turno e turma, contendo os documentos originais que comprovam a realização das atividades descritas no formulário *online*.
- A Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, em seu cronograma semestral, fixará
 o período para entrega e devolução dos documentos originais.
- A contabilização das Atividades Complementares será encerrada ao final do 7º semestre a fim de que a Coordenação de Registro e Controle Acadêmico (CRCA) registre a aprovação do(a) aluno(a) no SIGAA.
- O quadro com os critérios para contabilização das atividades complementares deverá ser amplamente divulgado e disponibilizado aos(as) discentes desde sua entrada no Curso para que estes tenham clareza das cargas horárias que poderão ser contabilizadas em cada atividade.
- Somente serão aceitos documentos para computação das Atividades Complementares os datados
 a partir da entrada do(a) aluno(a) no Curso de Pedagogia da UEPA, exceto os que entraram por
 transferência externa ou ex officio.
- As atividades de extensão como Unidades Curriculares de Extensão, pertencentes a matriz curricular do Curso, não serão contabilizadas para as Atividades Complementares.
- As certificações, para serem validadas, deverão estar devidamente autenticadas com assinaturas e carimbos da instituição promotora do evento e, no caso das cerificações que foram emitidas eletronicamente, deverão estar autenticadas com assinatura eletrônica.

QUADRO 5 – CRITÉRIOS PARA CONTABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

	ATIVIDADES DE ENSINO						
Nº							
1	Monitoria	15 horas - período inferior a 2 anos 30 horas - 2 anos completos	Declaração ou certificado fornecido pelo setor da IES responsável pelo programa, contendo a carga horária, período, disciplina monitorada e local da realização.				
2	Projetos de Ensino	30 horas por projeto	Declaração ou certificado fornecido pelo setor da IES responsável pelo projeto, contendo a carga horária, período e local da realização.				
3	Estágio Não Obrigatório	30 horas por estágio na área do curso (Mínimo de 6 meses)	Declaração, atestado ou certificado fornecido pela instituição responsável, que apresente a carga horária, a denominação da atividade, data e local da realização.				
4	Experiência docente	15 horas - período inferior a 2 anos 30 horas - 2 anos completos	Declaração fornecida pela instituição responsável, que apresente o período de atuação e a denominação da atividade.				
5	Projeto Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência – PIBID	30 horas	Declaração ou certificado fornecido pelo setor da IES responsável pelo projeto, contendo a carga horária, período e local da realização.				
6	Disciplina(s) de outros cursos da UEPA (que não integram o currículo do próprio curso de graduação)ou disciplina(s) cursada(s) em outra IES.	15 horas por disciplina	Histórico escolar constando a disciplina cursada ou declaração da Secretaria da IES, com carga horária. Em ambas as situações, a disciplina deve ter sido cursada no mesmo período do curso.				
		ATIVIDADADES DE PI					
1	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBIC	30 horas	Declaração ou certificado fornecido pelo setor da IES responsável pelo programa, contendo período e local da realização.				
2	Projeto de Pesquisa	30 horas por projeto	Declaração ou certificado fornecido pelo setor da IES responsável pelo projeto, contendo período e local da realização.				
3	Grupo de estudos científicos (registrado na IES)	15 horas por Grupo	Declaração ou certificado fornecido pelo setor da IES responsável pelo projeto, contendo período e local da realização.				
		ATIVIDADES DE EXT					
1	Programa Campus Avançado	15 horas por participação	Declaração ou certificado fornecido pelo setor da IES responsável pelo programa, contendo período e local da realização.				
2	Projeto de Extensão	30 horas por projeto	Declaração ou certificado fornecido pelo setor da IES responsável pelo projeto, contendo período e local da realização.				
1	Company and antique according to the	EVENTOS Até 30 horas	Declaração ou certificado fornecido pelos				
1	Cursos, palestras, seminários, workshop, congressos ou similares na qualidade de participante ou ouvinte.	independentemente da quantidade de eventos.	organizadores do evento, no qual deverá constar a carga horária ou período, a denominação do evento, data e local da realização.				
2	Cursos, palestras, seminários, workshop, congressos ou similares na qualidade de expositor/apresentação de trabalho.	Até 30 horas independentemente da quantidade de eventos.	Declaração ou certificado fornecido pelos organizadores do evento, no qual deverá constar a carga horária ou período, a denominação do evento, data e local da realização.				
3	Cursos, palestras, seminários, workshop, congressos ou similares na qualidade de organizador (direção geral ou presidência).	Até 20 horas independentemente da quantidade de eventos	Declaração ou certificado fornecido pelos organizadores do evento, no qual deverá constar a carga horária ou período, a denominação do evento, data e local da realização.				
4	Cursos, palestras, seminários, workshop, congressos ou similares na qualidade de organizador: demais funções	Até 10 horas independentemente da quantidade de eventos	Declaração ou certificado fornecido pelos organizadores do evento, no qual deverá constar a carga horária ou período, a denominação do evento, data e local da realização.				
5	Atuação em eventos artísticos culturais	15 horas	Declaração ou certificado fornecido pelos organizadores do evento, no qual deverá constar a carga				

			horária ou período, a denominação do evento, data e				
			local da realização.				
	PUBLICAÇÕES						
1	Artigo em revista indexada	A1 e A2: 50 horas por artigo B1 e B2: 35 horas por artigo B3, B4 e B5: 25 horas por artigo C:	Apresentação do documento de aceite do trabalho ou cópia de parte da publicação que comprove a autoria.				
		15 horas por artigo					
2	Artigo em revista não indexada	10 horas por artigo	Apresentação do documento de aceite do trabalho ou cópia de parte da publicação que comprove a autoria.				
3	Capítulo de livro	15 horas por capítulo	Cópia de parte da publicação que comprove a autoria ou documento comprobatório de que está no prelo.				
4	Livros: autoria e coautoria	50 horas por livro	Cópia da contracapa do livro ou documento comprobatório de que está no prelo.				
5	Patente	30 horas	Declaração, atestado ou certificado fornecido pelo setor responsável, com a denominação da atividade, data e local da realização.				
6	Publicações em periódicos.	10 horas	Apresentação do documento de aceite do trabalho ou cópia de parte da publicação que comprove a autoria.				
7	Texto científico em jornal ou revista com circulação regular.	10 horas	Cópia de parte da publicação que comprove a autoria ou documento comprobatório de que está no prelo.				
8	Resumo nacional e/ou internacional	15 horas resumo internacional 10 horas por resumo nacional	Apresentação de documento do aceite do trabalho ou cópia de parte da publicação que comprove a autoria.				
9	Resumo expandido nacional e/ou internacional	20 horas por resumo internacional 15 horas por resumo nacional	Apresentação de documento do aceite do trabalho ou cópia de parte da publicação que comprove a autoria.				
		OUTROS					
1	Premiação: Excelência Acadêmica do CCSE	15 horas por certificado, até 2 certificados	Cópia do certificado com registro digital no Sistema de validação eletrônica da UEPA				
2	Empresa Junior (oficialmente reconhecidas) que tenha relação com o curso.	Participante: 10 horas por ano completo Coordenação: 20 horas por ano completo	Declaração ou Certificado de participação na atividade emitido pela coordenação da referida empresa.				
3	Intercâmbio de trabalho ou estudo no exterior	10 horas por mês no intercâmbio, considerando até 5 meses	Declaração da instituição onde realizou-se o intercâmbio e período.				
4	Curso de Idiomas	20 horas por ano, considerando até 2 anos	Certificado de escola credenciada, desde que o aluno tenha sido aprovado a cada semestre ou declaração do curso com matrícula, frequência, carga horária e aprovação no nível/semestre.				
5	Trabalho voluntário em ONGs ou em outras instituições (oficialmente reconhecidas) que tenha relação com o curso.	10 horas por semestre considerando até 2 anos	Declaração ou certificado da Instituição contendo período e/ou carga horária do trabalho realizado.				
6	Representação estudantil em órgão colegiado da UEPA	10 horas	Portaria.				
7	Mesário do TRE	10 horas	Declaração ou documento comprobatório fornecido pelo TER com a denominação da atividade, data da realização.				
8	Outras atividades desde que tenham relação com o curso.	20% da carga horária total do evento desde que atinja, no máximo, 40 horas	Declaração ou Certificado de participação na atividade, desde que haja relação com o curso de formação do aluno.				

19. TEMAS TRANSVERSAIS

Na definição dos Temas Transversais para o currículo do Curso de Licenciatura em Pedagogia considerou-se:

• A obrigatoriedade dos temas a serem trabalhados nos currículos da Educação Básica, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDB)

Formação e história do povo brasileiro: matrizes indígena, africana e europeia.	Art. 26 § 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.
Direitos Humanos: prevenção de violência contra a criança, o adolescente e a mulher.	Art. 26 § 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino. Art. 32. § 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.
Educação Alimentar e Nutricional	Art. 26. § 9°-A. A educação alimentar e nutricional será incluída entre os temas transversais

 As recomendações da Base Nacional Comum Curricular, Resolução CNE/CP 2, de 22 de dezembro de 2017, quanto aos temas contemporâneos transversais na composição do currículo e quanto à saúde física e emocional dos(as) educandos(as).

Art. 8º §1º Os currículos devem incluir a abordagem, de *forma transversal e integradora*, de *temas* exigidos por legislação e normas específicas, e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, que afetam a vida humana em escala local, regional e global, observando-se a obrigatoriedade de temas tais como o *processo de envelhecimento e o respeito e valorização do idoso*; *os direitos das crianças e adolescentes*; *a educação para o trânsito*; *a educação ambiental*; a *educação alimentar e nutricional*; a *educação em direitos humanos*; e a *educação digital*, bem como o tratamento adequado da temática da *diversidade cultural*, *étnica*, *linguística e epistêmica*, na perspectiva do desenvolvimento de práticas educativas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira (grifo nosso).

- Art. 4º A BNCC, em atendimento à LDB e ao Plano Nacional de Educação (PNE), aplica-se à Educação Básica e fundamenta-se nas seguintes competências gerais, expressão dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a serem desenvolvidas pelos estudantes:
 [...]
- 8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos(as) outros(as), com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
- 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, de forma harmônica, e a cooperação, fazendo-se respeitar, bem como promover o respeito ao outro(a) e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
- O Art.59, Inciso I, da LDB, que trata do atendimento às necessidades do educando com deficiência.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos(as) educandos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- (...) (BRASIL, LDB, 1996)
- A Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
 - Art. 6º A Educação Ambiental deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino. [...]
 - Art. 16. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer:
 - I pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;
 - II como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;
 - III pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

De acordo com as orientações mencionadas acima os Temas Transversais que compõem o currículo do Curso de Licenciatura em Pedagogia e que deverão constar nos Planos de Ensino, conforme a especificidade de cada disciplina, nas atividades diversas do Curso e nas produções acadêmicas de docentes e discentes são os discriminados no quadro a seguir.

QUADRO 6 – TEMAS TRANSVERSAIS

Temas	Especificação		
Diversidade Sociocultural	Respeito e valorização da diversidade cultural, étnica, linguística, religiosa e de saberes.		
Direitos Humanos	Direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, individuais e coletivos, visando à igualdade e defesa da dignidade humana.		
Educação Inclusão social da pessoa, independentemente de sua classe social, gênero, orientação sexua étnica, idade e deficiência a partir da participação efetiva nas atividades sociais e acadêmicas.			
Educação Ambiental	Consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado consigo mesmo, com os(as) outros(as) e com o planeta.		
Educação para o Trânsito Segurança no trânsito como autopreservação e preservação da vida do(a) outro(a).			
Saúde Física e Emocional	Cuidados com a alimentação e o corpo exercitando o autoconhecimento e a autoavaliação respeitando- se e respeitando o(a) outro(a) com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e		

20. PRÁTICA DOCENTE

A prática docente no Curso de Licenciatura em Pedagogia está em consonância com a Resolução CNE/CP nº 2/2019 que em seu Art. 15, parágrafo 3º, expressa que a "prática deve estar presente em todo o percurso formativo do(a) licenciando(a), com a participação de toda equipe docente da instituição formadora, devendo ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduza de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado". A prática docente num total de 400 horas, conforme a Resolução CNE/CP nº 2/2019, visa propiciar ao(a) educando(a) explorar metodologias de ensino e construção de materiais didáticos à luz das teorias educacionais e da Base Nacional Comum Curricular – Educação Básica.

QUADRO 7 – CARGA HORÁRIA DE PRÁTICA DOCENTE

Código	Disciplinas	СН	T	P
DEDG0000	Educação Infantil no Contexto Brasileiro	100	60	40
DLLT0000	Alfabetização e Letramento	80	40	40
DMEI0000	Alfabetização Matemática	80	40	40
DGCA0000	Educação e Ludicidade	80	40	40
DLLT0000	Língua Portuguesa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100	60	40
DMEI0000	Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100	60	40
DCNA0000	Ciências nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100	60	40
DFCS0000	História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100	60	40
DFCS0000	Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100	60	40
DEES0000	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	80	40	40
		•	Total	400

Legenda:

CH: Carga Horária T: Carga Horária Teórica P: Carga Horária Prática

21. ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DE GESTÃO

Conforme a Resolução CNE/CP nº 2/2019, Art. 10, todos os cursos em nível superior de licenciatura devem ter no mínimo 3.200 horas, distribuídas conforme quadro a seguir.

QUADRO 8 -DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA MÍNIMA DAS LICENCIATURAS

Grupos	Especificação		
Grupo I – 800h	Base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais		
Grupo II – 1.600h Aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temát conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos			
Grupo III – 800h	Prática pedagógica: 400h estágio supervisionado em situações de trabalho na escola 400h prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II		
3.200h			

A Resolução CNE/CP nº 2/2019, em seu Art. 22, orienta que se o Curso de Licenciatura em Pedagogia pretender formar o(a) pedagogo(a) para atuar em administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional, coordenação e assessoramento pedagógico em ambientes de aprendizagem escolares e não escolares, deve obrigatoriamente acrescentar 400 horas ao mínimo de 3.200. Em atendimento a esta orientação o Curso de Pedagogia da UEPA ofertará as seguintes disciplinas totalizando 560 horas.

QUADRO 9 – DISCIPLINAS QUE ATENDEM AO ART.22 DA RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2/2019

Código	Disciplinas	CH
DEES0000	Fundamentos da Gestão Educacional	100
DEDG0000	Estágio Supervisionado em Gestão Educacional	100
DEDG0000	Educação em Instituições Não Escolares e Ambientes Populares	100
DEDG0000	Estágio Supervisionado em Instituição Não Escolares e Ambientes Populares	100
DEES0000	Organização do Trabalho Pedagógico	80
	Total	480

22. ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR

O Estágio Supervisionado Curricular apresenta dois principais eixos: docência e gestão, ambas em ambientes escolares e não escolares. A Resolução CNE/CP nº 1/2006 no Art. 8º, inciso IV, expressa que no projeto pedagógico da instituição deve-se garantir que a integralização de estudos seja efetivada por meio do estágio curricular que propiciem

experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências: na *Educação Infantil* e nos *anos iniciais do Ensino Fundamental*, prioritariamente; nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal; na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar; na *Educação de Jovens e Adultos* e na participação em *atividades da gestão* de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos e em reuniões de formação pedagógica (grifo nosso).

Conforme a Resolução CNE/CP nº 2/2019, Art. 15, deve-se garantir 400 horas de "estágio supervisionado em ambiente de ensino e aprendizagem", ou seja, em situação real de trabalho em escola (Art. 11, inciso III), conforme mostra o Quadro 10.

QUADRO 10 - ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS CURRICULARES EM DOCÊNCIA

Código	Disciplinas	СН
DEDG0000	Estágio Supervisionado em Educação de Jovens e Adultos	100
DEDG0000	Estágio Supervisionado em Educação Infantil	100
DEDG0000	Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental (1º ao 3º ano)	100
DEDG0000	Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental (4º e 5º ano)	100
	Total	400

Quanto à inclusão do Estágio Supervisionado em Educação de Jovens e Adultos atende-se a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, Art.8º, inciso IV, que orienta que nos termos do projeto pedagógico da instituição, a integralização de estudos será efetivada por meio de estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo a assegurar aos(as) graduandos(as) experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências:

- Na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
- Nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal.
- Na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar.
- Na Educação de Jovens e Adultos.
- Na participação em atividades da gestão de processos educativos.

Os estágios que tratam da gestão educacional abrangerão as instituições escolares e não escolares:

QUADRO 11 – ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS CURRICULARES EM GESTÃO

Código	Disciplinas	СН
DEDG0000	Estágio Supervisionado em Gestão Educacional	100
DEDG0000	Estágio Supervisionado em Instituição Não Escolares e Ambientes Populares	100
	Total	200

Nas *Orientações para os Estágios Supervisionados Curriculares Obrigatórios* (Anexo 2) encontram-se informações sobre a matrícula nos estágios, objetivos de cada um deles, cargas horárias voltadas para o estudo e planejamento das ações que serão desenvolvidas nas instituições, execução das ações, registros de frequência, elaboração de projeto de intervenção e artigo científico, além dos procedimentos para creditação de cargas horárias no estágio supervisionado curricular.

A Jornada de Estágio Supervisionado será realizada em período fixado no calendário semestral do Curso e divulgada amplamente desde o início do semestre.

23. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é atividade obrigatória para a integralização curricular. O TCC culmina no 8º semestre, contudo é um processo que envolve as disciplinas Metodologia Científica, no 5º semestre, e Pesquisa Educacional, no 6º semestre. O(A) discente desenvolve seu trabalho de conclusão, mais efetivamente, no 7º semestre no Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I), qualificando-o ao final do semestre. Finalmente, o Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II), no 8º semestre, culmina com a defesa de sua pesquisa.

Metodologia Científica

A disciplina Metodologia Científica, ofertada no 5° semestre, antecedendo a disciplina Pesquisa Educacional, visa fundamentar o processo de elaboração da investigação científica a partir de discussões acerca dos elementos constitutivos do Método Científico e sua aplicação na elaboração dos trabalhos acadêmicos como, por exemplo, a monografia que se constitui como trabalho final no Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Pesquisa Educacional

A disciplina Pesquisa Educacional possibilitará ao(a) discente discutir a pesquisa em educação e ainda o processo de elaboração do projeto de pesquisa e seus aspectos, como os tipos de pesquisa, abordagens e formas de coleta, sistematização e análise de dados. Na referida disciplina o(a) aluno(a) elaborará um pré-projeto de pesquisa que culminará na elaboração e defesa de sua monografia no 8º semestre.

O tema do pré-projeto partirá de uma das linhas de pesquisa do Curso de Licenciatura em Pedagogia (Quadro 12), que por sua vez se originam, principalmente, das linhas de pesquisa dos grupos de pesquisa do CCSE/UEPA . É importante ressaltar que os referidos grupos de pesquisa estão todos cadastrados ao sistema LATTES do CNPQ/MEC.

QUADRO 12 - LINHAS DE PESQUISA DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

1.	Arte e Educação na Amazônia.
2.	Comunidades e Povos Tradicionais da Amazônia.
3.	Currículo Escolar e Diversidade Cultural.
4.	Educação Ambiental na Amazônia.
5.	Educação e Diversidade Cultural na Amazônia.
6.	Educação e Práticas Pedagógicas em Saúde.
7.	Educação e Tecnologias Digitais.
8.	Educação em Espaços de Privação de Liberdade.
9.	Educação Inclusiva e Diversidade.
10.	Educação Popular.
11.	Educação, Cidadania e Movimentos Sociais.
12.	Educação, Cultura e Relações Étnico-Raciais.
13.	Formação de Professores da Educação Básica.
14.	Gênero, Sexualidade e Educação.
15.	Gestão e Práticas Educativas em Ambientes Escolares e Não Escolares.
16.	História, Cultura e Educação na Amazônia.
17.	Infância, Cultura e Educação.
18.	Juventude, Sociabilidade e Processos Educativos.
19.	Letramento na Educação Básica.
20.	Pedagogia Social.
21.	Pedagogias Decoloniais
22.	Políticas e Práticas Educativas na Educação Básica.
23.	Políticas e Práticas Educativas na Educação do Campo.
24.	Políticas e Práticas Educativas na Educação Especial.

- 25. Políticas e Práticas Educativas na Educação Superior.
 26. Projeto Pedagógico em Instituições Escolares e Não Escolares.
- 27. Psicologia Educacional.

TCCI

No 7º semestre do Curso de Licenciatura em Pedagogia o(a) aluno(a) será matriculado(a) em Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) a fim de finalizar seu projeto de pesquisa iniciado na disciplina Pesquisa Educacional e dar início à pesquisa propriamente dita que resultará na monografia a ser defendida no 8º semestre.

A Coordenação de TCC do Curso de Pedagogia solicitará, junto aos departamentos do CCSE/UEPA, o(a) professor(a)-orientador(a) para acompanhar o(a) discente na elaboração do TCC conforme a linha de pesquisa escolhida pelo(a) discente.

Ao final do semestre letivo o(a) aluno(a) apresentará à uma banca de qualificação, constituída por seu orientador(a) e mais dois membros docentes com expertise na área da linha de pesquisa adotada, seu projeto de pesquisa e o capítulo de fundamentação teórica que norteará a continuação da pesquisa no semestre seguinte.

Na falta de um dos membros da banca de TCC I a qualificação pode, excepcionalmente, ser realizada com apenas um membro docente, o que não pode acontecer na defesa do trabalho ao final do 8° semestre (TCC II).

O(A) discente que não conseguir realizar todas as ações pertinentes ao TCC I terá que, dependendo da situação, solicitar ao(a) seu(a) orientador(a) a remarcação da qualificação. Se esta solicitação não puder ser atendida o(a) aluno(a) será "reprovado" no SIGAA e matriculado novamente no semestre seguinte em TCC I.

Importante ressaltar que o TCC poderá ser resultante de vivências em projetos de ensino, pesquisa e extensão, de Programa de Monitoria, Programa de Iniciação à Docência (PIBID), Programa Residência Pedagógica (PRP), Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e vivências dos estágios supervisionados em ambientes escolares e não escolares.

TCC II

O(A) aluno(a) aprovado(a) em TCC I será matriculado(a) em Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) para continuar a pesquisa e elaborar a monografia. Ao final do semestre o(a) aluno(a), obrigatoriamente, defenderá seu trabalho à uma banca composta por seu(sua) orientador(a) e mais dois membros docentes, que poderá ser um membro interno e um membro externo a UEPA.

Da mesma forma que ocorre no 7º semestre em TCC I, o(a) discente que não conseguir finalizar seu trabalho no 8º semestre, dependendo da situação, poderá solicitar ao(a) seu(a) orientador(a) a remarcação da defesa. Se isto não for possível, o(a) aluno(a) será "reprovado" no SIGAA e matriculado no semestre seguinte em TCC II.

Nas *Orientações para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do Curso de Licenciatura em Pedagogia* (Anexo 3) encontram-se as informações necessárias quanto à matrícula em TCC I e II, processo de orientação do projeto e realização da pesquisa, elaboração da monografia e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

A Jornada de TCC será realizada em período fixado no calendário semestral do Curso e divulgada amplamente desde o início do semestre.

24. EXTENSÃO CURRICULAR

Conforme o Regimento Geral da UEPA, Art. 37, inciso IV, o Colegiado do Curso pode propor projetos de extensão de interesse do Curso cabendo à coordenação deste, deliberar sobre a elaboração e execução dos referidos projetos. (Art. 41, inciso III). Neste sentido, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, em sua matriz curricular, apresenta a integração das disciplinas do 2º ao 6º semestre na realização de projetos de extensão.

É relevante ressaltar que a UEPA, conforme Resolução nº 3228/17 do Conselho Universitário (CONSUN), Art. 1°, entende como atividades de extensão:

- PROGRAMA Conjunto de projetos temáticos de ações de caráter orgânico-institucional gerenciado com a mesma diretriz e voltado a um objetivo comum.
- PROJETOS Ações contínuas de caráter educativo, cultural, científico, tecnológico, ambiental e de inovação.
- ATIVIDADES Ações episódicas, de caráter educativo, cultural, ambiental, científico ou tecnológico, a exemplo de cursos, eventos, prestação de serviços, produções e publicações, podendo ser incorporadas aos projetos.
- EVENTO Ação esporádica de interesse técnico, social, científico, esportivo e artístico, como: assembleia; campanha de difusão cultural; campeonato; ciclo de estudos; circuito; colóquio; concerto; conclave; conferência; congresso; conselho; debate; encontro; escola de férias; espetáculos; exibição pública; exposição; feira; festival; fórum; jornada; lançamento de publicações e produtos; mesa redonda; mostra; olimpíada; palestra; recital; reunião; semana de estudos; seminário; show; simpósio; torneio e outros.
- PUBLICAÇÃO Produções extensionistas relacionadas com a elaboração de produtos acadêmicos que instrumentalizam ou que são resultantes das ações de ensino, pesquisa e extensão, tais como: cartilhas, vídeos, filmes, softwares, CDs e outros tipos de mídias digitais são também identificados como ações extensionistas.

No Curso de Licenciatura em Pedagogia, os projetos de extensão, na forma de unidades curriculares, ocorrerão da seguinte forma:

- Os projetos de extensão como unidades curriculares serão elaborados ou reelaborados, obrigatoriamente, no semestre anterior a sua execução para que haja tempo hábil para viabilização de providências necessárias a sua realização.
- Será elaborado um único projeto de extensão para cada semestre com Título, Áreas, Coordenação, Equipe Técnica, Departamento, Parcerias, Participantes da UEPA, Participantes da Comunidade, Local de Realização, Período, Resumo, Fundamentação Teórica, Objetivos, Justificativa, Metodologia, Resultados Esperados e Cronograma. Neste projeto serão especificadas as ações referentes a cada disciplina, assim como as parcerias que serão estabelecidas, como por exemplo, com os núcleos e grupos de pesquisa e extensão do CCSE/UEPA ou instituições diversas do município.
- Os projetos de extensão curricular serão elaborados por docentes das áreas relativas às disciplinas do semestre, mediados pela Coordenação do Curso.
- As ações de extensão devem resultar em livro, capítulo de livro, anais, manual, cartilha, jornal, boletim, revista, artigo, relatório técnico, produto audiovisual, programas de rádio, programa de TV, aplicativo para software, jogo educativo, produto artístico, exposições e outros.
- Serão disponibilizadas 180 horas para planejamento e execução das atividades de extensão curricular do 2º ao 6º semestre, distribuídas 36 horas em cada semestre. Não haverá acréscimo na soma total da carga horária do curso, pois as ações farão parte da programação das disciplinas conforme quadro 13.

QUADRO 13 – PROJETOS DE EXTENSÃO COMO UNIDADES CURRICULARES

SEM	CODIGO	DISCIPLINAS	СН	EXT	PROJETO
	DEDG0000	Didática	100		
2°	DLLT0000	Alfabetização e Letramento	80		Brinquedoteca
	DMEI0000	Alfabetização Matemática	80		como Laboratório
	DGAC0000	Educação e Ludicidade	80		de Ensino
	DEDG0000	Educação Infantil no Contexto Brasileiro	100		
		TOTAL	440		
	DFCS0000	Metodologia Científica	80		
	DLLT0000	Língua Portuguesa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100		
3°	DMEI0000	Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100	36	Arte e Educação
	DEDG0000	Tecnologia Educacional	80		
	DART0000	Formas de Expressão e Comunicação Artística	80		
		TOTAL	440		
	DFCS0000	Educação, Gênero e Sexualidade	80		
	DEDG0000	Educação para as Relações Étnico-Raciais	100		ExpoCiência
4º	DCNA0000	Ciências nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100		
	DFCS0000	História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100		
	DFCS0000	Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100		
		TOTAL	480		
	DEES0000	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Especial	80		
	DEES0000	Linguagens Especiais e Comunicação Humana	80		Práticas
5°	DEES0000	LIBRAS	80	36	Inclusivas
	DEES0000	Planejamento e Avaliação Educacional	80		
	DEDG0000	Estágio Supervisionado em Educação Infantil	100		
		TOTAL	420		
	DFCS0000	Pesquisa Educacional	80		
	DEDG0000	Educação do Campo	80		D 44
	DEES0000	Teoria do Currículo e Diversidade Cultural	80		Práticas Pedagógicas e
6°	DEDG0000	Educação em Instituições Não Escolares e Ambientes Populares	100	36	Diversidade Cultural
	DEDG0000	Estágio Supervisionado em Instituição Não Escolares e Ambientes Populares	100		
	TOTAL				

25. PROGRAMAS/NÚCLEOS/GRUPOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO CCSE/UEPA

Os Programas, Núcleos e Grupos de Pesquisa, Ensino e Extensão do CCSE/UEPA, incrementam a relação entre ensino, pesquisa e extensão nos cursos possibilitando a participação dos(as) alunos(as) em práticas de ensino, de iniciação científica e de socialização de conhecimentos com a sociedade.

Programa de Monitoria

O Programa de Monitoria da UEPA é regulamentado pela Resolução 2808, de 18 de março de 2015 do CONSUN/UEPA. De acordo com o Art. 2º desta resolução, o Programa de Monitoria destina-se a ampliar espaços de aprendizagem e a estimular o interesse pelo magistério superior, aprimorando a qualidade do ensino. Compete aos(as) monitores(as) auxiliar os(as) professores(as) em tarefas didáticoscientíficas ao alcance de estudantes já aprovados na disciplina, inclusive na preparação de aulas, de trabalhos escolares e atividades de pesquisa e extensão.

A Monitoria da UEPA é desenvolvida sob duas modalidades, sendo uma bolsista e outra voluntária, devendo as duas receber o mesmo tratamento quanto à seleção, acompanhamento, avaliação, deveres e direitos, exceto percepção de bolsas. Haverá uma única seleção contemplando as duas modalidades, onde os(as) monitores(as) aprovados(as) poderão ser admitidos(as) na monitoria voluntária por ordem de classificação, mediante assinatura de termo de compromisso.

Os requisitos para a participação dos(as) discentes no programa são: estar regularmente matriculado no curso de graduação da UEPA, que tenha sido aprovado(a) no componente curricular, objeto da monitoria; possuir comprovadamente compatibilidade de horário entre suas atividades acadêmicas e as atividades de monitoria.

Na Universidade do Estado do Pará, o Programa de Monitoria está vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), por meio da Coordenação de Programas e Projetos (CPP) que compõe a Diretoria de Desenvolvimento de Ensino (DDE). Trata-se de um programa do campo do ensino, mas também considera a pesquisa e a extensão, além disto é coordenado, no âmbito de cada Centro da Universidade, pela Coordenação de Apoio Pedagógico (CAOP).

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), sob a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tem entre seus objetivos valorizar o magistério e incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

O PIBID oferece bolsas de iniciação à docência aos(as) alunos(as) dos cursos de graduação que desenvolvam suas práticas pedagógicas em escolas da rede pública colaborando, assim, para a qualidade da educação básica pública em nosso país.

Assim, a UEPA, por meio do referido programa, vem desenvolvendo ações e reflexões didáticos pedagógicas, acadêmicas científicas e culturais que impactem a qualificação e a valorização da formação e possibilite um diálogo efetivo entre a Universidade e a escola pública de educação básica do Estado do Pará.

Na Universidade do Estado do Pará, o PIBID está vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), por meio da Coordenação de Programas e Projetos (CPP) que compõe a Diretoria de Desenvolvimento de Ensino (DDE).

Programa de Residência Pedagógica

O Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores(as)/CAPES. A residência é uma atividade de formação realizada por um(a) discente regularmente matriculado(a) em curso de licenciatura e desenvolvida em uma escola pública de educação básica, denominada escola-campo, o(a) residente é o(a) aluno(a) com matrícula ativa em curso de licenciatura que tenha percentual concluído de integralização curricular de no mínimo 50%.

A imersão do(a) aluno(a) neste processo formativo deve contemplar, entre outras atividades, regência de sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um(a) professor(a) da escola com experiência na área de ensino do(a) licenciando(a) e orientado(a) por um(a) docente da sua Instituição Formadora.

Na Universidade do Estado do Pará, o Programa de Residência Pedagógica está vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), por meio da Coordenação de Programas e Projetos (CPP) que compõe a Diretoria de Desenvolvimento de Ensino (DDE).

Programa de Iniciação Científica (PIBIC)

O PIBIC é um programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq/Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações que visa à qualificação de estudantes de graduação para a pesquisa científica. O programa concede cotas de bolsas de Iniciação Científica a Instituições de Ensino e Pesquisa brasileiras. Cada instituição fica encarregada de administrar sua cota sob a supervisão do CNPq.

A UEPA concede bolsas de incentivos à pesquisa, por meio da promulgação de chamadas públicas em diversas áreas do conhecimento, com vistas a contribuir para a formação plena do(a) aluno(a). Os(As) alunos(as) selecionados(as) devem apresentar bom desempenho acadêmico, com potencial para dar continuidade a seus estudos em nível de pós-graduação.

Na Universidade do Estado do Pará, o Programa de Iniciação Científica está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), por meio da Diretoria de Desenvolvimento à Pesquisa.

Núcleo de Educação Popular Paulo Freire (NEP)

- O Núcleo de Educação Popular Paulo Freire (NEP) é um núcleo universitário que promove a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com foco na Educação Popular. O NEP foi fundado em 2002 e teve seu Projeto Pedagógico aprovado pela Resolução nº. 903/03, de 17 de dezembro de 2003, do Conselho Universitário da Universidade do Estado do Pará, estabelecendo como objetivos:
- a) a formação contínua de educadores(as) e educandos(as) dos diversos cursos da UEPA e da comunidade local;
 - b) a reflexão-intervenção sobre o contexto social e educacional;
- c) e a integração da Universidade com os diversos segmentos do Estado do Pará, na perspectiva da inclusão social e da Pedagogia de Paulo Freire.

Em sua história, o NEP tem investido na experimentação pedagógica, por meio das várias turmas de alfabetização e pós-alfabetização, da criação de materiais didáticos e metodologias educacionais e na realização de pesquisas no campo da educação popular, com publicações de livros, cadernos, artigos, relatórios.

O NEP é sede do Grupo de Pesquisa Núcleo de Educação Popular Paulo Freire e coordena a Rede de Educação Inclusiva na Amazônia e a Cátedra Paulo Freire da Amazônia. A Cátedra Paulo Freire da Amazônia, coordenada pelo Núcleo de Educação Popular Paulo Freire – NEP, da Universidade do Estado do Pará, congrega inicialmente pesquisadores(as) e grupos de pesquisa, educadores(as), profissionais, militantes que se referenciam pelo legado de Paulo Freire, dos seguintes estados da federação: Pará, Amapá e Amazonas, representados pelas seguintes instituições: UEPA – Universidade do Estado do Pará; UFPA

Universidade Federal do Pará; IFPA – Instituto Federal do Pará; UNIFAP – Universidade Federal do Amapá; UEA – Universidade do Estado do Amazonas; UFAM – Universidade Federal do Amazonas.

Núcleo de Estudos e Extensão Trilhas Investigativas e Práticas Sociais (NETRILHAS)

O Núcleo de Estudos e Extensão Trilhas Investigativas e Práticas Sociais (NETRILHAS) compõe uma das unidades institucionalizada de Ensino, Pesquisa e Extensão do CCSE/UEPA. O Netrilhas é constituído por atividades pedagógicas, artístico-culturais e ambientais e tem como princípios as práticas pedagógicas interdisciplinares que desenvolvam a cidadania e a inclusão social junto às comunidades com vulnerabilidade social. Tem como objetivo a formação de crianças e adolescentes potencializando qualidade de vida, construção de uma consciência cidadã crítica e ambiental, além de trabalhar o processo de (re)construção social. Para participar do núcleo, os(as) estudantes devem estar regularmente matriculados(as) em cursos de graduação da UEPA, com disponibilidade de tempo para exercer as práticas de extensão.

Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB)

O Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB) tem como objetivo criar ações de inclusão, de enfretamento ao racismo e de defensa dos direitos da população negra na Amazônia. O NEAB é vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e realiza, pesquisas e ações de extensão visando, a partir dos debates, a proposição de soluções e perspectivas que partam da educação e da arte como importantes instrumentos de justiça social e direitos humanos.

Para participar do NEAB, os(as) estudantes devem estar regularmente matriculados(as) em cursos de graduação da UEPA, com disponibilidade de tempo para exercer as práticas de extensão.

Núcleo de Arte e Cultura (NAC)

O Núcleo de Arte e Cultura (NAC) da UEPA é uma unidade da Pró-Reitoria de Extensão que tem como missão a promoção, fortalecimento a difusão do diálogo artístico e cultural no ambiente acadêmico e na sociedade, através da execução de políticas culturais, articuladas com Pró-Reitorias e Centros da UEPA e /ou outras instituições.

O NAC coordena grupos musicais da UEPA como o Madrigal da UEPA, Quarteto de Cordas Paulino Chaves, UEPA Jazz Band, a Camerata Olympia Amazônica, entre outros. O NAC também fomenta apresentações culturais por meio de projetos voltados às comunidades como, Saúde e Alegria nos hospitais da região metropolitana de Belém, Concertos Didáticos realizados em locais reconhecidos como patrimônio histórico e ambiental, Concertos nos *campi* da UEPA e escolas públicas, bem como, Projeto Voluntariado Arte e Cultura, Círio de Todos os Timbres e Projeto Artes Cênicas como Paixão de Cristo.

O(A) aluno(a) que quiser participar das atividades do NAC deve ficar atento(a) aos editais para bolsistas ou procurar o núcleo para participar como voluntário(a).

Núcleo de Estudo em Educação Científica, Ambiental e Práticas Sociais (NECAPS)

O Núcleo de Estudo em Educação Científica, Ambiental e Práticas Sociais (NECAPS) tem a missão de colaborar na construção de um projeto educativo que vise o fortalecimento de uma sociedade mais justa – virtude de dar a cada um, aquele direito que é seu, mais livre – no sentido de não ser servil e ter o poder de decidir e agir com autonomia em função do coletivo, mais democrática – que respeite a pluralidade de ideias, sem coerção e discriminação a partir de um trabalho voltado a educação científica, educação ambiental e educação para saúde, metodologicamente desenvolvido através de atividades de informática, de iniciação científica e atividades lúdicas tendo como referência o contexto amazônico.

Para participar do núcleo, os(as) estudantes devem estar regularmente matriculados(as) em cursos de graduação da UEPA, com disponibilidade de tempo para exercer as práticas de extensão.

Culturas e Memórias Amazônicas (CUMA)

O Culturas e Memórias Amazônicas é um grupo de estudos e pesquisas registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade do Estado do Pará.

O grupo, que congrega professores(as) e alunos(as) de diferentes cursos de graduação e pósgraduação da UEPA, está organizado visando construir redes entre diversos saberes amazônicos. Cultura, eixo temático, é entendida como amálgama de elementos materiais ou imaginários construídos ou modificados por homens e mulheres que dão forma às sociedades. Essa pluralidade cultural da região nos instiga a pensar o lugar das mesclas, os processos de mestiçagens, a crioulidade e herança indígena das gentes, com suas manifestações artísticas, religiosas e linguísticas, entre outras. Para além de um grupo de pesquisa, compõe um núcleo institucionalizado do CCSE, com ações e projetos de extensão e ensino.

Para participar, os(as) estudantes devem estar regularmente matriculados(as) em cursos de graduação da UEPA, com disponibilidade de tempo para desenvolver as pesquisas.

QUADRO 14 – GRUPOS DE PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO – CCSE DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – UEPA

1- GRUPO	EDUQ – Saberes e Práticas Educativas de Populações Quilombolas
Linhas de Pesquisa	EDUQ em Quilombos (Nas Trilhas do Quilombo). Eduq Roda Viva (Processos Formativos Continuada). Eduq na Escola (Formação Continuada na Escola).
Coordenação	Prof.ª Dra. Ana D'Arc Martins de Azevedo / Prof.ª Ma. Simone de Freitas Conceição Souza
2- GRUPO	JEDS – Juventude, Educação e Sociabilidades
Linhas de Pesquisa	Juventudes e processos educativos. Juventudes, sociabilidade urbana e conexões digitais. Juventude, Formação de Professores, Gênero, sexualidade.
Coordenação	Prof. ^a Dra. Lucélia de Moraes Braga Bassalo / Prof. ^a Ma. Ceila Ribeiro de Moraes
3- GRUPO	GEPPEM – Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagogia em Movimento
Linhas de Pesquisa	Pedagogia Social. Educação e práticas pedagógicas em saúde. Pedagogias humanizadoras em ambientes de privação de liberdade.
Coordenação	Prof. ^a Dra. Diana Lemes Ferreira / Prof. ^a Dra. Jacirene Vasconcelos de Albuquerque
4- GRUPO	NEP – Núcleo de Educação Popular Paulo Freire
Linhas de Pesquisa	Educação Freireana e Filosofia. Educação Inclusiva e Diversidade. Educação Popular de Jovens e Adultos. Educação Popular em saúde. Educação Popular Infantil e Escolarização Básica. Educação, desenvolvimento e ação coletiva na Amazônia rural. Grupo de Estudos em Educação, Surdez e Libras. Paulo Freire e a Educação Popular. Representações Sociais e Educação.
Coordenação	Prof. ^a Dra. Ivanilde Apoluceno de Oliveira /Prof. ^a Dra. Tânia Regina Lobato dos Santos
5- GRUPO	GEPPED – Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Educação
Linhas de Pesquisa	Formação e Valorização Docente. Gestão e Financiamento da Educação. Políticas Públicas Educacionais.
Coordenação	Prof. ^a Dra. Maria Rosana de Oliveira Castro
6- GRUPO	NECAPS – Núcleo de Estudos em Educação Científica, Ambiental e Práticas
Linhas de Pesquisa	Cultura de Paz. Cultura Digital. Formação Cultural de Professores. Formação Inicial e Continuada. Produção, Apropriação e Difusão do Conhecimento. Socio Biodiversidade, Sustentabilidade e Educação.
Coordenação	Prof ^a . Dr ^a . Tânia Roberta Costa de Oliveira (Coordenadora e Líder do Grupo no CNPq) / Prof ^a . Dr ^a . Cassia Regina Rosa Venâncio (Vice-líder)
T CDUDC	Prof. Ma. Maria de Nazaré dos Remédios Sodré (Fundadora do Núcleo)
7- GRUPO	GEPPSEMA – Grupo de Estudo e Pesquisa em Pensamento Social e Educacional das Margens Amazônicas
Linhas de Pesquisa	Educação do Campo, Políticas Públicas, Formação e Trabalho Docente. Pensamento Social, Educação e Ações Coletivas na Amazônia.

Coordenação	Prof. Dr. Sergio Roberto Moraes Corrêa / Prof. a Dra. Ana Claudia da Silva Pereira
	-
8- GRUPO	SOCID – Sociedade, Ciência e Ideologia -
Linhas de Pesquisa	Cultura e Abordagens do Imaginário. Paradigmas Sociológicos e Educação. Sociedade e História da Educação. Sociedade, Educação e Multiculturalismo. Sociologia e Educação Ambiental.
Coordenação	Prof.ª Dra. Denise de Souza Simões Rodrigues / Prof.ª Dra. Maria Lúcia Gomes Figueira de Melo
9- GRUPO	GRUPEMA – Grupo de Pesquisa em Educação e Meio Ambiente
Linhas de Pesquisa	Práticas culturais de trabalho, espaços educativos, formativos e de circulação de saberes em contextos territoriais de comunidades tradicionais na Amazônia. Território, Cultura e Natureza - processos educativos e relações socioambientais na Amazônia. Educação Ambiental e Patrimônio na Amazônia. Práticas educativas em ambientais não escolares (Formais e informais).
Coordenação	Prof. ^a Dra. Maria das Graças da Silva
10- GRUPO	GPEFORP – Práticas Pedagógicas e Formação Docente: um enfoque interdisciplinar
Linhas de Pesquisa	Formação de Professores, Interdisciplinaridade e Políticas Públicas 2. Práticas Pedagógicas: currículo e gestão.
Coordenação	Prof. a Dra. Maria do Socorro Castro Hage
11 - GRUPO	RPPDA – Rede de Pesquisa sobre Pedagogias Decoloniais na Amazônia
Linhas de Pesquisa	Genealogia do Pensamento Pedagógico Decolonial na Amazônia. Pedagogias Decoloniais e Interseccionalidades na Amazônia. Práticas Pedagógicas Decoloniais na Amazônia.
Coordenação	Prof. Dr. João Colares da Mota Neto / Prof. Dr. Waldir Ferreira de Abreu
12 - GRUPO	GEPGTEC – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Gestão, Trabalho e Educação Carcerária
Linhas de Pesquisa	As Práticas Pedagógicas na Educação Carcerária. Educação e Trabalho. Educação no Cárcere. Educação, Gênero, Sexualidade e Intereseccionalidades. História da Educação, Educação Para Privados de Liberdade. Juventude Carcerária, Gênero e territorialidade. Organização e Gestão do Trabalho. Políticas Públicas de Gestão e Financiamento da Educação. Políticas Públicas Educacionais. Políticas Públicas para Educação de Jovens e Adultos no Cárcere. Práticas de Gestão Escolar Democrática
Coordenação	Prof. a Dra. Maria Auxiliadora Maués de Lima Araújo / Prof. Dr. Sérgio Bandeira do Nascimento
13 - GRUPO	Geppe – Processos em Psicologia Educacional e Psicopedagogia Preventiva
Linhas de Pesquisa	Desenvolvimento e Aprendizagem em Idosos. Dificuldade de Aprendizagem. Diversidade e Inclusão. Facilitadores de Grupos em Ludopedagogia. Psicologia Cultural e Social. Psicologia, Religiosidade e Misticismo. Relações Interpessoais e Afetividade. Socioeducação, Sujeito e Cultura. Subjetividade e Violência nas Relações Interpessoais. Tecnologia Educacional. Violência Escolar sob enfoque Psicopedagógico Preventivo
Coordenação	Prof. Me Cláudio Ludgero Monteiro Pereira / Prof. Dr Diniz Antonio de Sena Bastos
14 - GRUPO	GHEDA – História da Educação na Amazônia
Linhas de Pesquisa	Instituições educativas, intelectuais e impressos. História, cultura e educação em espaços não escolares.
Coordenação	Prof.ª Dra. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França/ Prof.ª Dra. Maria Betânia Barbosa Albuquerque
15 - GRUPO	Infância, Cultura e Educação
Linhas de Pesquisa	Criança, cultura e imaginário social. Criança, cultura e ludicidade. Cultura e educação infantil na Amazônia. Formação de professores e práticas escolares na Amazônia. Educação Infantil Inclusiva. Formação de professores na Educação Infantil.
Coordenação	Prof.ª Dra. Tânia Regina Lobato dos Santos / Prof.ª Dra. Nazaré Cristina Carvalho
16 - GRUPO	GEIA – Grupo de Estudos Indígenas na Amazônia
Linhas de Pesquisa	Línguas Indígenas: descrição, documentação e educação. Saberes e Processos de Educação entre os Povos Indígenas na Amazônia. Saberes, Práticas e Políticas Públicas de Educação na Saúde com Povos Indígenas na Amazônia.
Coordenação	Prof. a Dra. Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar / Prof. a Ma. Rita de Cassia Almeida Silva
17 - GRUPO	GPESPI – Grupo de Pesquisa e Extensão em Socioeducação e Políticas Intersetoriais
Linhas de Pesquisa	Adolescentes em conflito com a Lei e Gênero em espaços de restrição e privação de liberdade. Políticas Públicas Intersetoriais para Adolescentes em situação de privação e restrição de liberdade. Processos educacionais e metodologias inclusivas em ambientes de restrição e privação de liberdade, para adolescentes em conflito com a Lei.
Coordenação	Prof. ^a Dra. Aderli Goes Tavares
18 - GRUPO	Representações Sociais e Projeto Político Pedagógico
Linhas de Pesquisa	Formação de Professores
Coordenação	Prof.ª Dra. Maria Josefa de Souza Távora
19 - GRUPO	Socioeducação, Sujeito e Cultura
Linhas de Pesquisa	Socioeducação e políticas educacionais
Coordenação	Prof. Me. Cláudio Ludgero Monteiro Pereira / Prof. Dr. Joao Gomes Tavares Neto
20 - GRUPO	GEPEEAm – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial na Amazônia

Linhas de Pesquisa	Educação Especial do Campo. Formação de professores, Políticas e Práticas Pedagógicas. Interfaces das Artes: trajetórias das/com pessoas público-alvo da Educação Especial.
Coordenação	Prof. ^a Dra. Ana Paula Cunha dos Santos Fernandes
21 - GRUPO	GEFES – Gênero, feminismos e sexualidades
Linhas de Pesquisa	Corpo, Sexualidades e Educação. Gênero, Violência e Educação
Coordenação	Prof. ^a Dra. Lana Claudia Macedo da Silva / Prof. ^a Ma. Izabel Cristina Borges Correa Oliveira
22 - GRUPO	GENSEG – Gênero, Sexualidades, Educação e Gerações
Linhas de Pesquisa	Gênero, Sexualidade e Educação.
Coordenação	Prof. ^a Dra. Ana Lídia Nauar Pantoja/Prof. Me. Tiago Luís Coelho Vaz Silva
23 - GRUPO	Linguagens e Tecnologia
Linhas de Pesquisa	Diversidade linguística. Estudos linguísticos: saberes e práticas. Estudos tecnológicos. Linguagens, alfabetização e letramento.
Coordenação	Prof. ^a Dra. Elisa Maria Pinheiro de Sousa/Prof. Dr. José Roberto Alves da Silva
24 - GRUPO	CUMA – Culturas e Memórias Amazônicas
Linhas de Pesquisa	Audiovisual. Diversidade linguística. Estudos em PLE/PLA (português como Língua Estrangeira/Língua Adicional). Ludicidade. Memória e história
Coordenação	Prof ^a . Dra. Josebel Akel Fares / Prof ^a . Dra. Nazaré Cristina Carvalho

REFERÊNCIAS

BRASIL. Altera os incisos I a V do art. 9°, o § 1° do art. 10 e o item 2.4 do Anexo I da Resolução/CD/FNDE n° 26, de 5 de junho de 2009. Resolução/CD/FNDE 8 de 30 de abril de 2010. Brasília: MEC, 2009
Brasília: MEC, 2017
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Resolução 2, de 15 de junho de 2012. Brasília: MEC, 2012
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica. Resolução CNE/CP 2, de 20 de dezembro de 2019. Brasília: MEC, 2019.
. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura em Pedagogia. Resolução CNE/CP 1, de 15 de maio de 2006. Brasília: MEC, 2019
. Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB. Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.
. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Resolução 1, de 30 de maio de 2012. Brasília: MEC, 2012
Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu dinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Resolução CNE/CEB 1, de 28 de maio de 2021. Brasília: MEC, 2021
Educação Ambiental. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, nstitui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providencias. Brasília: MEC, 1999
Educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011. Brasília: 2011
Estabelece como um dos princípios do ensino, na LDB, a consideração com a diversidade stnico-racial. Lei 12.796, de 4 de abril de 2013, Art.3°, Inciso XII. Brasília: MEC, 2013
Estágio de Estudantes. Lei 11.788, de 25 de Setembro de 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis 5.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei 0.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e lá outras providências. Brasília, 2008
. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei 3.146, de 6 de Julho de 2015. Brasília, 2015
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. Brasília: MEC, 2002

Orientações e diretrizes para concessão e pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a docentes dos cursos especiais presenciais de primeira e segunda licenciatura e de formação pedagógica do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), ministrados por instituições de educação superior (IES) sob coordenação da CAPES. Resolução/CD/FNDE 13 de 20 de maio de 2010. Brasília: MEC, 2010
Orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Resolução/CD/FNDE 26, de 5 de junho de 2009. Brasília: MEC, 2009
Plano de Formação dos professores da Educação Básica no âmbito do Ministério da Educação Portaria Normativa 09 de 30 de junho de 2009. Brasília: MEC, 2009
Plano Nacional de Educação- PNE. Lei 13.005/2014, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014.
Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica- PARFOR. Portaria/CAPES 82, de 17 de abril de 2017. Brasília: MEC, 2017
Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394/96 referente ao desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. Decreto 9.057 de 25 de maio de 2017. Brasília: MEC, 2017
Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Decreto 5.800 de 8 de junho de 2006. Brasília: MEC, 2006
Torna obrigatória a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial da rede de ensino. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Brasília: MEC, 2008
Torna obrigatória, como temas transversais, a inclusão de conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher na Educação Básica. Lei 14.164, de 10 de junho de 2021. Brasília: MEC, 2021
Torna obrigatório o conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental. Lei 11.525, de 25 de setembro de 2007. Brasília: MEC, 2007
FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994
Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
Pedagogia do Oprimido. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011
Professora Sim, Tia Não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'Água, 1997
UEPA. Ações de extensão no âmbito da UEPA. Resolução 3228 de 20 de setembro de 2017. Belém: CONSUN/UEPA, 2017
Atividades Complementares. Resolução 2781/2014 do CONSUN/UEPA. Regulamenta e Estabelece Critérios de Atualização dos Procedimentos Acadêmicos e Administrativos que Regem as Atividades Complementares nos Cursos de Graduação, no Âmbito da Universidade do Estado do Pará.

Disciplinas optativas/eletivas. Resolução 3639/21-CONSUN, 03 de março de 2021. Conceitua e estabelece normas para disciplinas optativas/eletivas nos currículos dos cursos de graduação da UEPA. Belém: CONSUN/UEPA, 2021
Estágios Curriculares. Resolução 3595/20 – CONSUN, de 19 de março de 2020 - Altera a Resolução 2761/14 – CONSUN que trata das Normas Gerais Orientadoras Referentes aos Estágios Curriculares na Universidade do Estado do Pará – UEPA. Belém: CONSUN/UEPA, 2018
Guia Acadêmico 2021. Belém: CONSUN/UEPA, 2021
Residência Pedagógica. Resolução 3383/18 – CONSUN, de 19 de dezembro de 2018. Aprova os critérios para a equivalência de estágios curriculares obrigatórios de discentes que participarem do Programa Institucional de Residência Pedagógica da CAPES, no âmbito da UEPA. Belém: CONSUN/UEPA, 2018
Site do Centro de Ciências Sociais e Educação. Disponível em: https://ccse.uepa.br/ccse/
Disciplinas na modalidade semipresencial. Resolução 3056/2016-CONSUN, de 21 de dezembro de 2016. Aprova e regulamenta a oferta de disciplinas na modalidade semipresencial nos cursos de graduação da UEPA. Belém: CONSUN/UEPA, 2016
Estatuto e Regimento Geral: Resoluções 2910/15 e 2911/15 – CONSUN de 18 de novembro de 2015. Belém: CONSUN/UEPA, 2016
Mobilidade Acadêmica. Resolução 2763/14-CONSUN, 29 de outubro de 2014. Altera a Resolução 2391/11- CONSUN, que trata das Normas para o Desenvolvimento do Programa de Mobilidade Acadêmica em Nível de Graduação entre a Universidade do Estado do Pará e Instituições de Ensino Estrangeiras Conveniadas ou não Conveniadas. Belém: CONSUN/UEPA, 2014
Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2027 (PDI). Comissão de Elaboração do PDI. Belém: UEPA, 2016.
Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia 2007. Centro de Ciências Sociais e Educação. Belém: UEPA, 2007
Site da Universidade do Estado do Pará. Disponível em: www.uepa.br
VÁZQUEZ, A. S. Filosofia da Práxis. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2007
ZILBERMANN, Regina. Orientação: a aventura compartilhada. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (Orgs.) A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002.

ANEXO 1

Objetivos, Ementas, Conteúdos Programáticos e Referências

Os quadros, a seguir, com os objetivos, ementas, conteúdos programáticos e referências básicas e complementares baseiam-se nas normatizações expressas no Regimento da UEPA, atualizado conforme Resoluções 2910/15 e 2911/15 do CONSUN/UEPA.

Conforme o Art. 38, incisos IV e VIII, cabe aos departamentos *elaborar os programas, as ementas e os projetos de ensino de cada disciplina, de acordo com as orientações emanadas pelos Cursos* a fim de que, em parceria com a coordenação de curso, possam estabelecer sistemáticas de avaliação docente.

O Art. 41, Inciso VI, ratifica a orientação acima quando afirma que compete ao coordenador do Curso "acompanhar e avaliar a realização do currículo do Curso, adotando as medidas necessárias ao fiel e adequado cumprimento dos conteúdos programáticos e das cargas horárias estabelecidas, bem como das orientações emanadas do Projeto Pedagógico".

É importante ressaltar que o Regimento da UEPA, no Art. 38, inciso I, e no Art. 41 inclui nas competências dos departamentos também a elaboração dos Planos de Ensino, contudo, acredita-se que esta é uma atribuição do(a) professor(a), por isso o presente PPC apresenta apenas os objetivos, ementa, conteúdos e referências de cada disciplina. O(A) professor(a) deve ter liberdade no desenvolvimento de seu planejamento e de sua prática pedagógica a fim de que possa criar e socializar conhecimentos, conforme Art. 6°, Incisos II e V do Estatuto da UEPA:

São fins da Universidade do Estado do Pará:

II- **produzir conhecimento** e desenvolver programas e projetos de ensino, visando à formação e à qualificação de pessoas para a investigação filosófica, científica, artístico-cultural e tecnológica e para o exercício profissional;

V- realizar estudos e debates para a discussão das questões regionais e nacionais com o propósito de contribuir para a solução dos problemas, bem como **possibilitar a criação de novos saberes**, na perspectiva da construção de uma sociedade democrática (grifo nosso)

O Art. 8°, Inciso I, e os Art. 47 e 48 do Estatuto da UEPA corroboram com o mencionado anteriormente:

Art. 8°. É política básica da Universidade do Estado do Pará.

I- assegurar o pluralismo de ideias, através da plena liberdade de pesquisar, de ensinar, de aprender e de trabalhar o conhecimento produzido e de ensinar e aprender.

Art. 47. O ensino ministrado pela Universidade far-se-á através da união indissociável de teoriaprática, de ensino-pesquisa, visando desenvolver a capacidade de elaboração do conhecimento e a intervenção transformadora na realidade regional e nacional.

Art. 48. O ensino, em seus diferentes cursos e programas, deverá vincular se ao mundo do trabalho e à prática social, visar à criação de direitos, de **novos conhecimentos** e de práticas humanizadoras do ser humano, das instituições e da sociedade, bem como articular-se com os sistemas de educação, saúde, ciência, tecnologia e outros pertinentes.

Entende-se neste PPC "conteúdos programáticos" como os essenciais ou mínimos para a realização da disciplina, justamente porque o(a) professor(a) poderá acrescentar ou, se necessário, atualizar os conteúdos no decorrer do tempo.

Se houver necessidade de revisão drástica dos conteúdos programáticos, um ou mais docentes poderão entrar com solicitação de revisão via Processo Administrativo Eletrônico(PAE) ao Colegiado do Curso de Pedagogia o qual poderá fazer apreciação inicial e encaminhar a questão ao Departamento para conhecimento e apreciação. Após as análises o Colegiado de Curso aprovará ou não a solicitação de revisão conforme Art. 37, inciso III.

Quanto ao Art. 94 do Regimento que declara ser "obrigatório, por parte do(a) professor(a), o cumprimento integral do conteúdo programático e da carga horária estabelecida no currículo para cada disciplina" entende-se, quanto aos conteúdos, tratar-se do mínimo estabelecido no PPC e o acrescido pelo(a) professor(a) registrado em seu Plano de Ensino.

Disciplinas Obrigatórias

DEPARTAMENTO: DFCS DISC		CIPLINA: Filosofia da Educação	
SEMESTRE: 1°	CH: 100	CH TEÓRICA: 100	CH PRÁTICA: 0

OBJETIVO GERAL:

Compreender filosoficamente os conceitos bases da educação como ciência.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Reconhecer a importância do pensar filosófico em meio às construções das teorias pedagógicas.
- Desenvolver o pensamento crítico e problematizador sobre a educação e a sociedade.
- Analisar a práxis docente e a relação entre todos os agentes do processo educacional.
- Possibilitar a reflexão sobre a práxis e a realidade da educação no Brasil e no mundo.

EMENTA:

Reflexão sobre o que é a educação; quais as origens da educação; quais as funções da educação para as sociedades; quem são os agentes de um processo educacional (educadores, educandos, funcionários, comunidade extraescolar, governos); reflexão sobre políticas públicas e educação; reflexão sobre a prática educacional (realidade, possibilidades e desafios); Filosofia e Educação; Filosofia da Educação; Epistemologia e educação; Lógica e educação; Ética e educação; Ideologia e educação; Dialética e educação; A filosofia na educação brasileira (ensino para crianças, ensino médio e superior); O pensamento educacional de filósofos Clássicos e Medievais; O pensamento educacional de filósofos Modernos e Contemporâneos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1 O que é Filosofia da Educação e para quê.
- 2 Como é possível uma Educação para autonomia e libertação.
- 3 Reflexão sobre a história do educar e do aprender: educação ontem, hoje e amanhã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antônio. Por uma Pedagogia da Pergunta. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. LIPMAN, Matthew. et al. A filosofia na sala de aula. São Paulo: Nova Alexandria, 2001

KONDER, Leandro. Filosofia e Educação: de Sócrates a Habermas. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

FREIRE. Paulo. Extensão ou Comunicação? 5a e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.FREIRE. Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

KOHAN, Walter Omar. (Org.) Lugares da infância: filosofia. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

KOHAN, Walter Omar; WUENSCH, Ana Míriam. Filosofia para crianças: a tentativa pioneira de Matthew Lipman. 3e. Vol.1. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

LIPMAN, Matthew. A filosofia vai à escola. São Paulo: Summus, 1990.

DEPARTAMENTO: DFCS DISC		CIPLINA: Sociologia da Educação	
SEMESTRE: 1°	CH: 100	CH TEÓRICA: 100	CH PRÁTICA: 0

Compreender a educação como prática social, condicionante e condicionada por determinado tempo histórico e cultural a partir da produção do conhecimento sociológico sobre a educação, de modo a posicionar-se diante das especificidades da realidade educacional brasileira em seus aspectos amplos, institucionais e escolares a partir do reconhecimento das relações entre as teorias sociológicas, em suas diferentes orientações e o campo da educação, da aplicação dos diferentes conceitos teóricos da Sociologia da Educação na compreensão dos problemas educacionais e escolares, do reconhecimento da educação como um processo social que sedimenta a constituição das sociedades e da formulação de argumentos acerca dos processos educacionais reprodutores discutindo possibilidades de construção de práticas educacionais inclusivas e democráticas dos diferentes segmentos sociais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Reconhecer as relações entre as teorias sociológicas, em suas diferentes orientações e o campo da educação.
- Aplicar os diferentes conceitos teóricos da Sociologia da Educação na compreensão dos problemas educacionais e escolares.
- Reconhecer a educação como um processo social que sedimenta a constituição das sociedades.
- Formular argumentos acerca dos processos educacionais reprodutores discutindo possibilidades de construção de práticas educacionais inclusivas e democráticas dos diferentes segmentos sociais.

EMENTA:

Educação como processo e prática social, condicionante e condicionada por determinado tempo histórico e cultural. A sociologia da educação enquanto campo de conhecimento científico. As teorias sociológicas no campo da educação e da escola. A análise sociológica da escola: desigualdades, relações de poder, especificidades da contemporaneidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1 As teorias sociológicas no campo da educação: a educação como fato social
- 1.1. A sociologia, o Positivismo e a educação
- 1.2. A educação como processo de formação do ser social: O Funcionalismo.
- 2 As teorias sociológicas no campo da educação: os processos educativos e seus agentes
- 2.1. A sociedade dividida em classes: O Materialismo Histórico Dialético
- 2.2. A escola como Aparelho Ideológico de Estado
- 2.3. Os processos de reprodução cultural através da educação
- 2.4 A ação social e o fenômeno educativo: perspectica weberiana
- 2.5. Os intelectuais, a organização da cultura e o papel dos intelectuais da educação
- 3 Educação Básica: tensões, desafios e perspectivas
- 3.1. A educação como política e ação do Estado.
- 3.2. Os movimentos sociais na educação brasileira: conquistas e retrocessos
- 3.2. Cultura escolar, processos educativos e juventude
- 3.3. A escola como instituição generificada e a ascensão do discurso conservador
- 3.4 Educação e reprodução das relações sociais: relações de poder

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ADORNO, Theodor. Educação e emancipação. São Paulo: Paz e Terra, 1995. ALTHUSSER, L.ouis Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

ARENDT, Hanna. A crise na educação. In: Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2011 Carvalho, Alonso Bezerra de Carvalho; Silva, Wilton Carlos Lima da Silva (Org). Sociologia e Educação: leituras e interpretações. São Paulo: Avercamp, 2006.

CATANI, Alfredo; NOGUEIRA, Mª Alice (Orgs). Escritos de Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. COELHO, Wilma et al. Educação e Diversidade na Amazônia. 1° edição. Editora Livraria da Física: São Paulo, 2015. DUBET, François. O que é uma escola justa? Cadernos de Pesquisa, v. 34, nº 123, p. 539-555, set/de 2004; DURKHEIM, Emile. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Editora paz e Terra: São Paulo, 1996. (Coleção leitura)

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17º edição. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Escola "Sem Partido": esfinge que ameaça e educação e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jünger. A difusão mundial da escola. Lisboa: Educa, 2000.

QUINTANEIRO, Tânia et al. Um toque de clássicos. Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

BAÍA, Deylane Corrêa Pantoja et al. A Universidade Pública Reproduzindo as Desigualdades Sociais: um panorama da UFPA. In: SOUZA, Jailson de. et al. Desigualdade e Diferença na Universidade: gênero, etnia e grupos sociais. PROEX-UFRJ: Rio de Janeiro, 2006.

BORDIEU, Pierre. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

Carrano, Paulo Cesar Rodrigues. O ensino médio na transição da juventude para a vida adulta. In: Ferreira, Cristina Araripe (Org.) Juventude e iniciação científica: políticas públicas para o ensino médio. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

CUNHA, Célia da; PAIN FERNANDES, José H. O Contexto da Educação Básica e Desafios Contemporâneos. O FGV Online, Programa de Educação a Distância da Fundação Getúlio Vargas. Curso de Extensão para Profissionais da Educação, 2020.

FERNANDES, F. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo: Dominus, 1966. FERNANDES, F. O desafio educacional, São Paulo: Cortez, 1989.

Foucault, Michael. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1997.

FREIRE, Paulo. A Importância do ato de Ler: em três artigos que se completam. Editora Cortez: São Paulo, 1982. FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. 6ª edição. São Paulo: Editora Moraes, 1986

GADOTTI, Moacir. Escola Cidadã. 12º edição. Editora Cortez: São Paulo, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Educação. 6° edição. São Paulo: Editora Cortez, 2005. GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUIMARÃES, Áurea M. Novos regimes de ver, ouvir e sentir afetam a vida escolar. Educação, v. 35, n. 3, p. 413-430, 2010.

Iskandar, Jamil Ibrahim; LEAL, Maria Rute Leal. Sobre positivismo e educação. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 3, n.7, p. 89-94, set./dez. 2002.

KONDER, LEANDRO. Marx e a Sociologia da Educação. In: TURA, Maria de Lourdes Rangel. Sociologia para educadores. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

Lombardi, José Claudinei. Educação e ensino em Marx e Engels. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 2, n. 2, p. 20-42; ago. 2010.

LOPES, Paula Cristina. Educação, Sociologia da Educação e Teorias Sociológicas Clássicas: Marx, Durkheim e Weber. Site http://www.bocc.ubi.pt/normas.php. (Artigo)

Louro, Guacira L. Corpo, escola e identidade. Educação e realidade. N.25, v.2, p.59-79. Jul. / dez. 2000. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Textos sobre educação e ensino. São Paulo: Navegando, 2011.

MONTEIRO, Rosana Batista. Licenciatura. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA,

ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. Orientações para a Educação das Relações Étnico-raciais. SECAD: Brasília, 2010. MORIN, Edgar (Org.). A religação dos saberes: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

NOGUEIRA, C. M; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições Educação & Sociedade [online]. vol.23, n.78, pp. 15-35; Campinas: CEDES, 2002.

NOGUEIRA, Maria Alice. Relação Família-Escola: novo objeto da sociologia da educação. Rev. PAIDEIA, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto, Fev-Ago, 1998

OLIVEIRA, Amurabi. Repensando a Sociologia da Educação no Brasil: ações afirmativas e teorias do sul. Revista de Sociología de la Educación, vol. 11, n.º 1, 2018, p. 59-69.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação. Editora DP&A: Rio de Janeiro, 2000.

Saviani, Nereide. Escola e luta de classes na concepção marxista de educação. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 3, n. 1, p.7-14; fev. 2011.

SILVA, Maria das Graças. Práticas educativas no campo Socioambiental: estratégia dialógica entre escola e universidade no contexto Amazônico, Revista Tempos e Espaços em Educação. Sergipe, vol. 12, nº 28.

2019.

SOARES, Victor Wagner C e; LOPES, Laysla E. S. O Desenrolar da Sociedade Escravista da Colônia Brasileira. In: SANTOS, Nila M. Bastos. Caderno de bolsa: imagens da estigmatização. Editora EDFMA: São Luís, 2019.

Sposito, Marilia Pontes. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. Revista USP, São Paulo, n.57, p. 210- 226, março/maio 2003. p. 210-226.

WEBER, Max. Ensaios de sociologia. Rio de janeiro: Zahar, 1979.

DEPARTAMENTO: DFCS DISC		CIPLINA: História da Educação	
SEMESTRE: 1°	CH: 100	CH TEÓRICA: 100	CH PRÁTICA: 0

Analisar a educação brasileira em diferentes tempos e espaços.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Explicar o papel do arquivo, da fonte e o trabalho do pesquisador na escrita da história da educação;
- Analisar as diferentes formas de educação e os sujeitos da ação educativa nos períodos colonial, imperial e republicano;
- Caracterizar a renovação da educação brasileira nos anos de 1930, 1950 e 1960;
- Discutir a ditadura civil-militar e a educação;

Incentivar pesquisas sobre a história da educação na Amazônia.

EMENTA:

Arquivos, fontes e o trabalho do historiador da educação. A educação brasileira em diferentes tempos e espaços, as formas de educação e os sujeitos da ação educativa. A renovação da educação e o golpe civilmilitar e educação

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I: ARQUIVOS E FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Arquivos, fontes e o trabalho do historiador da educação

UNIDADE II: EDUCAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA

Educação Indígena

Congregações religiosas e educação Corporações religiosas e professores régios Marques de Pombal e a Educação Educação de mulheres

Educação de crianças

UNIDADE III: EDUCAÇÃO NO BRASIL IMPÉRIO

Escolas de primeiras letras

Instituições de amparo, assistência e educação de meninos e meninas Educação dos negros e indígenas Modelos de formação docente

Formação de professores na Província do Pará

UNIDADE IV: EDUCAÇÃO NO BRASIL REPÚBLICA

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932

Políticas educacionais: ensino primário e ensino normal de 1946 Manifesto dos Educadores: "mais uma vez convocados".

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4.024/61): debates escola pública e escola privada A Educação na Ditadura Civil e Militar

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ALBUQUERQUE, Maria Betânia Barbosa, FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. História da Educação na Amazônia Colonial: instituições e práticas educativas. Curitiba: CRV,2021

ANJOS, Juarez José Trechinski. O Testemunho dos Arquivos e o Trabalho do Historiador da Educação. História da Educação (*Online*), Porto Alegre, v. 22, n. 55, maio/ago., 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/heduc/v22n55/2236-3459- heduc-22-55-00279.pd

ARAÚJO, Sonia Maria da Silva; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza; ALVES, Laura Maria da Silva Araújo (Orgs.). Educação e Instrução Pública no Pará Imperial e Repúblicano. Belém: EDUEPA,2015.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. A Escola Normal da Província do Pará no Império In ARAÚJO, Maria da Silva, FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de, ALVES, Laura Maria da Silva Araújo (Orgs.). Educação e instrução pública no Pará Imperial e Republicana. Belém: EDUEPA ,2015. p 51- 68.

GONDRA, José Gonçalves. SCHUELER, Alessandra. Educação, poder e sociedade no império brasileiro. São Paulo: Cortez, 2008(Biblioteca básica da história da educação brasileira).

ROMANELLI, Otaiza Oliveira. História da Educação no Brasil: 1930-1973. Petrópolis: Vozes, 1998

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

BUECKE, Jane Elisa Otomar. A educação na Amazônia Seiscentista. In. ALBUQUERQUE, Maria Betânia Barbosa, FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. História da Educação na

Amazônia Colonial: instituições e práticas educativas. Curitiba: CRV,2021

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. O território do consenso e a demarcação do perigo: política e memória do debate educacional dos anos 30. In: FREITAS, Marcos Cesar de (Org.). Memória intelectual da educação brasileira. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco/EDUSF,1999. (p,17-30)

CHAMBOULEYRON, Rafael Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentistas. IN DEL PRIORI, Mary (Org.) História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto,1999. (p.55-83)

CUNHA, Luis Antônio, GOES, Moacir de. O golpe na educação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil.2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção memóriada educação).

VEIGA. Cynthia Greive. História da Educação. São Paulo: Ática, 2007.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil.2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção memóriada educação).

VEIGA. Cynthia Greive. História da Educação. São Paulo: Ática, 2007.

DEPARTAMENTO: DPSI DISCIPLINA		A: Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem		
SEMESTRE: 1°	CH: 100		CH TEÓRICA: 100	CH PRÁTICA: 0

Discutir questões conceituais, epistemológicas e contextuais relacionadas a Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, com base em paradigmas da Psicologia e da Educação e temas transversais a estas áreas do conhecimento.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender as principais contribuições teórico-prática da psicologia da educação: clássicos e contemporâneos.
- Conhecer os conceitos sobre a aprendizagem;
- Refletir criticamente sobre o desenvolvimento humano e processos de aprendizagem

EMENTA:

Teorias do desenvolvimento. Teorias da aprendizagem. A relação desenvolvimento e aprendizagem. O enlace cognitivo. Construção de valores. Dificuldades de aprendizagem.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I

O ser humano e sua constituição como ser biopsicossocial.

UNIDADE II

Os processos de Aprendizagem

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

AQUINO, Júlio Groppa. Erro e fracasso na escola. São Paulo: Summus, 1997.

BECKER, Fernando. Educação e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. BOCK, Ana M. B. Psicologias: uma introdução aos estudos de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

COLL, César. Ensino, aprendizagem e discurso em sala de aula. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. DUARTE, Newton. Vygotsky e o aprender a aprender. São Paulo: autores associados, 2001.

FERREIRO, E. Atualidade de Jean Piaget. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. FREITAS, M. Teresa de Assunção. Vygotsky e Bakthin. São Paulo: Ática, 1996.

MANTOVANINI, Maria Cristina. Professores e alunos problemas: um círculo vicioso. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

DEPARTAMENTO: DFCS		DISCIPLINA: Produção de Gêneros Acadêmicos		
SEMESTRE: 1°	CH: 80	CH TEÓRICA: 40	CH PRÁTICA: 40	

Formar um leitor crítico com competência textual para a compreensão e produção de gêneros acadêmicos orais e escritos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender que o processo de leitura se realiza a partir do diálogo entre leitor e objeto lido, seja este escrito, linguagem de conhecimento.
- Elaborar/reelaborar textos acadêmicos conforme norma culta da língua portuguesa orais e escritos.
- Analisar características e funções do texto.
- Identificar os elementos responsáveis pela textualidade como a estruturação, a coerência, a coesão, a clareza e estudados.
- Analisar intertextualmente o texto, considerando os vários pontos de vista.

EMENTA

Compreensão, produção, leitura e revisão/reescrita de textos acadêmicos na perspectiva da metodologia acadêmico-gêneros orais e escritos. Aplicação das Normas da ABNT.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1. LEITURA E CONSTRUÇÃO DE SENTIDO
- 1.1 A leitura como produção de sentido: conhecimento linguístico, conhecimento enciclopédico e conhecimento interacional.
- 1.2 Técnicas de leitura do texto científico: leitura exploratória e leitura crítica.
- 1.3 A leitura e o registro de dados: fichamento e a técnica de sublinhar
- 1.4 O Preenchimento do Currículo Lattes e a elaboração de currículos.
- 1.5 Tópicos de gramática normativa

2. PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS

- 2.1. Texto e Leitura
- 2.2. Coesão e coerência textual
- 2.3. Parágrafo padrão: características e construção de argumentos.
- 2.4 Processos de elaboração/reelaboração de textos acadêmicos: paráfrase, citação e amplificação
- 2.5 A Produção do efeito de sentido de objetividade no texto acadêmico
- 2.6 O plágio no texto científico
- 2.7 Normas e orientação sobre a ABNT

3. GÊNEROS ACADÊMICOS ORAIS E OS ELEMENTOS DO DISCURSO

- 3.1 Gêneros acadêmicos orais: concepção e estrutura
- 3.2 Princípios gerais sobre a oratória
- 3.3 Para trabalhar a oratória
- 3.4 Caminhos práticos para oratória
- 3.5 Exposição oral
- 3.6 Seminário
- 3.7 Palestra
- 3.8 Debate

4. GÊNEROS ACADÊMICOS ESCRITOS

- 4.1. Propriedades estruturais, estilísticas e pragmáticas do texto científico
- 4.2 A objetividade da escrita acadêmica e o uso da voz ativa na escrita acadêmica;
- 4.3. Resenha crítica: características, estrutura, escrita/reescrita
- 4.4. Técnicas de resumo: características, estrutura, escrita/reescrita.
- 4.5. Técnicas de resenha: características, estrutura, escrita/reescrita
- 4.6. Artigo científico: características, estrutura, escrita/reescrita
- 4.7. Relatório: características, estrutura, escrita/reescrita.
- 4.8. Memorial: características, estrutura, escrita/reescrita.
- 4.9 Pôster: características, estrutura, escrita/reescrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

CONDURU, Marise e MOREIRA, Maria da Conceição. Produção científica na universidade. Belém: EDUEPA, 2007 MACHADO, Anna Rachel (coord). Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MACHADO, Anna Rachel___, Resumo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

MACHADO, Anna Rache. Resumo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MOTTA-ROTH, Désirée e HENDGES, Graciela. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SILVA, José Maria da e SILVEIRA, Emerson Sena da. Apresentação de trabalhos científicos: normas e técnicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

THEREZO, Graciema Pires. Redação e leitura para universitários. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

DEPARTAMENTO: DEDG		DISCIPLINA: Didática	
SEMESTRE: 2°	CH: 100	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 40

Analisar a Didática de forma crítica na formação teórico-prática e humana dos profissionais de Pedagogia de acordo com o contexto e exigências sociais bem como com seus fundamentos históricos e pressupostos filosóficos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Analisar a Didática numa perspectiva crítico-social da educação e a formação teórico-prática dos professores.
- Entender a multidimensionalidade e a interdisciplinaridade do processo educativo na escola básica envolvendo planejamento
- execução, subsidiadas pela avaliação qualitativa da aprendizagem do aluno.
- Desenvolver análises em nível teórico-prático dos fundamentos teórico-práticos da Didática.
- Entender o currículo como instrumento necessário à organização do processo de ensino e de aprendizagem.
- Discutir as tendências no ensino e seus reflexos na organização do trabalho pedagógico.
- Analisar os componentes didáticos da prática docente.
- Compreender a importância do planejamento pedagógico na práxis pedagógica do docente.
- Refletir acerca da importância da diversificação metodológica no contexto atual.
- Identificar a avaliação de forma crítica no contexto da aprendizagem e seus instrumentos qualitativos.

EMENTA:

Didática na formação do educador nas perspectivas acadêmicas, técnicas, práticas e de reconstrução social. O Currículo e a didática vivida no cotidiano escolar. Os componentes didáticos da prática docente: Escola e sociedade: ensino e aprendizagem; ensino e pesquisa; conteúdo e forma; professor e aluno. Planejamento de ensino: conceito e características, no contexto educacional. O Plano de Ensino como ferramenta norteadora da práxis docente: planos e projetos; competências e habilidades; objetivos de ensino e de aprendizagem; objetos de conhecimento; metodologias de ensino; processo de Avaliação da aprendizagem.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I - A Didática e o contexto das políticas públicas. A Didática: conceituação e características.

Grandes educadores e a Didática.

Dados históricos e tendências pedagógicas. Educação e suas acepções e processos.

A contribuição da Didática para a formação do educador. Componentes do processo ensino-aprendizagem.

UNIDADE II - Planejamento Pedagógico e a gestão do ensino aprendizagem. O planejamento e a organização do trabalho em sala de aula

Currículo e suas configurações no contexto educacional e as orientações normativas: BNCC e Diretrizes Curriculares para os níveis e modalidades de ensino.

Interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, transdisciplinaridade e pluridisciplinaridade no planejamento didático pedagógico do ensino.

Planos de ensino: tipos, estrutura e organização.

UNIDADE III - Os Componentes Didáticos da prática docente. Objetivos de aprendizagem no processo formativo do aluno.

Diversificação metodológica no contexto atual: projetos educativos, metodologias ativas e recursos tecnológicos. Abordagens e avaliação da aprendizagem: Instrumentos e processos.

Sala de aula: espaço de construção do conhecimento para o aluno Exercício docente: construção e práticas das aulas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ANTUNES. Celso. Professores e Professauros- reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CANDAU, Vera Maria et al (organizadoras). Didática e fazeres- saberes pedagógicos: diálogos, insurgências e políticas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

Rumo a uma Nova Didática. Petrópolis: Vozes, 1988.

BACICH, Lilian; MORAN, José. Metodologias Ativas Para Uma Educação Inovadora: uma abordagem teórico prática. Editora penso,2017.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Formação continuada de professores: uma releitura das áreas de conteúdo. [S.l: s.n.], 2017.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; SEMEGHINI-SIQUEIRA, Idméa. Da educação infantil ao ensino fundamental: formação docente, inovação e aprendizagem significativa. [S.l: s.n.], 2015.

CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática. São Paulo: Cortez, 1994. ENRICONE, Délcia (Org). Ser professor. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

FAZENDA, Ivani. Didática e interdisciplinaridade. São Paulo: Papirus, 2015.

FERNANDES, Domingos. Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas. SP: UNESP, 2009. FREIRE, Paulo e Faundes, Antônio. Por Uma Pedagogia da Pergunta, Rio de Janeiro, Paz E Terra, 1985.

FREITAS, L.C. Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática. 11ºedição, Papirus, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. 9a Ed. Campinas: Papirus, 1995. GODOY, Anterita Cristina de S. Fundamentos do trabalho pedagógico. Campinas/SP: Alínea, 2009

HAYDT, R. C. C. Curso de Didática Geral. São Paulo: Ática, 2006.

HOFFMAN, J. Avaliação: mito e desafio. Porto Alegre: Educação e Trabalho, 1992.

Avaliação Mediadora. Porto Alegre: Mediação, 2009.

_____Avaliar: respeitar primeiro, educar depois. Porto Alegre: Mediação, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. A formação de professores no curso de Pedagogia e o lugar destinado aos conteúdos do Ensino Fundamental: que falta faz o conhecimento do conteúdo a ser ensinado às crianças?

LIBAÑEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

SILVESTRE, Magali Aparecida; PINTO, Umberto de Andrade (Orgs.). Curso de Pedagogia: avanços e limites após as Diretrizes Curriculares Nacionais. São Paulo: Cortez, 2017.

MARTINEZ, Albertina. Criatividade no Trabalho Pedagógico e Criatividade na Aprendiza gem - Uma relação necessária? In: TACCA, Maria Carmen V. R. (Org.). Aprendiza gem e trabalho pedagógico. Campinas, SP, Alínea. 3ª edição, 2014, p. 69-95.

MOREIRA, Antonio Flávio (Org.) Currículo, cultura e sociedade. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2013. MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org.). Currículo, cultura e sociedade. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MORETTO, Vasco Pedro. Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____Técnicas de ensino: novos tempos, novas configurações. Campinas, SP: Papirus, 2006

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

em:<https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista>

RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves. Paradigma e Trabalho Pedagógico. In: TACCA, Maria Carmen V. R. (Org.). Aprendizagem e trabalho pedagógico. Campinas, SP, Alínea. 3º edição, 2014, p. 9-28. TACCA, Maria Carmen V. R. (Org.). Aprendizagem e trabalho pedagógico. Campinas, SP, Alínea. 3ª edição, 2014.

REVISTA BASILEIRA DE EDUCAÇÃO. ISSN 1809-449X Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SILVESTRE, Magali Aparecida; PINTO, Umberto de Andrade (Org.). Curso de Pedagogia: avanços e limites após as Diretrizes Curriculares Nacionais. São Paulo: Cortez, 2017.

SOUZA, Marcio Vieira; GIGLIO, Kamil. Mídias digitais, redes sociais e educação em rede: experiências na

pesquisa e extensão universitária. São Paulo: Blucher, 2015. [Livro Eletrônico]. Disponível em: https://books.google.com.br

TIBA, Içami. Ensinar aprendendo: Novos paradigmas na educação. São Paulo: Integrare Editora, 2006.

VEIGA, Ilma P. Alencastro (Org.) Didática: o ensino e suas relações. Campinas: Papirus, 2012.

VEIGA, Ilma Passos. Projeto político- Pedagógico da Escola: Uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995 EDUCAÇÃO E PESQUISA. ISSN 1678- Disponível: EDUCAÇÃO EM REVISTA. ISSN 1982-6621 Disponível

WEIGEL, Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros; VALLE NETO, Jaspe; NASCIMENTO, Aldenize Pinto de Melo do Didática no século XXI - volume I. EVEN3 PUBLICAÇÕES. Manaus, Amazonas, 2020. [Livro Eletrônico]. Disponível em: https://publicacoes.even3.com.br/book/didatica-no-seculo-xxi--volume-i-187195

DEPARTAMENTO: DLLT DISCIP		PLINA: Alfabetização e Letramento	
SEMESTRE: 2°	CH: 80	CH TEÓRICA: 40	CH PRÁTICA: 40

Promover a reflexão sobre o uso da leitura, escrita e oralidade por meio de práticas de letramento.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender os processos de leitura e escrita e oralidade.
- Compreender a relação entre alfabetização e letramento.
- Analisar estratégias e procedimentos de leitura e produção de textos orais e escritos.

EMENTA:

Leitura, escrita, oralidade: concepções, estratégias, procedimentos e reflexão da produção de textos. Alfabetização e Letramento: concepção e níveis de alfabetização. Questões sobre as práticas de Letramento

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Estratégias e procedimentos de Leitura (compartilhada e autônoma).

compreensão dos efeitos de sentidos em textos, uso de recursos linguísticos e multissemióticos. 3 Condições de produção de textos orais e escritos.

Relação fala/escrita e características de textos orais. 5 Aspectos relacionados à gramática.

Processo de alfabetização e letramento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BORTONI-RICARDO, Stella Maris, MACHADO, Veruska Ribeiro e CASTANHEIRA, Salete Flôres. Formação do professor como agente letrador. São Paulo: Contexto, 2010

CARVALHO, Maria Angélica Freire de. MENDONÇA, Rosa Helena (Orgs.). Práticas de leitura e escrita. Brasília: Ministério da Educação, 2006

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. 6. ed. São Paulo: Contexto, 201

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

ANTUNES, Irandé. Gramática contextualizada: limpando"o pó das ideias simples". São Paulo: Parábola Editorial, 2014

ARAÚJO, Denise Lino e SILVA, Williany Miranda da. A oralidade em foco: conceitos, descrição e experiências de ensino. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2016.

FÁVERO, Leonor Lopes, ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O, e AQUINO, ZildaG. O. Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna. São Paulo: Cortez, 2000

LEITE, Sérgio Antonio da Silva, COLELLO, Síilvia M. Gasparian e ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Alfabetização e letramento. São Paulo: Summus, 2010

MENDONÇA, Onaide Schwartz e MENDONÇA, Olympio Correa. Alfabetização: método sociolinguístico. São Paulo: Cortez, 2008 MOLLICA, Maria Cecília. Fala, letramento e inclusão social. São Paulo: Contexto,2007

NEVES, Maria Helena de Moura. Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa. São Paulo: Contexto,2O desenvolvimento da escrita na criança. In: VYGOTSKY, L. S. et al. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone/EDUSP, 1988.01

DEPARTAMENTO: DMEI DISC		CIPLINA: Alfabetização Matemática		
SEMESTRE: 2°	CH: 80	CH TEÓRICA: 40	CH PRÁTICA: 40	

Estudar os processos de desenvolvimento do conhecimento lógico-matemático nas crianças de 0 a 5 anos e 11 meses e os fundamentos teórico-metodológicos da aprendizagem da matemática no 1º ano do fundamental.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Discutir teórica e metodologicamente os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que manifestem o conhecimento lógico- matemático na educação infantil.
- Estudar os conceitos e conteúdos de matemática do primeiro ano escolar.
- Apresentar os fundamentos teóricos e metodológicos do ensino da matemática no primeiro ano escolar.
- Construir atividades e materiais instrucionais para ensino de matemática na educação infantil e no primeiro ano.

EMENTA:

Fundamentação teórico-prática da alfabetização matemática. Estudo dos conceitos e conteúdos de matemática do primeiro ano de escolarização. Discussão dos campos de experiência e respectivos objetivos de desenvolvimento do conhecimento lógico- matemático nas crianças de 0 a 5 anos e 11 meses; estudo dos campos de experiência e objetivos de conhecimento que remetem

à alfabetização matemática. Construção de propostas de ensino para a alfabetização matemática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

BNCC na educação infantil

Senso matemático infantil

Conceitos e atividades pré-numéricas

Construção do número pela criança

Contagem de rotina, ascendente e descendente

As diversas funções e usos do número no contexto diário: indicação de quantidades, ordem ou indicação de código

Leitura e escrita do número

Adição e subtração - conceitos e sentidos (juntar, acrescentar, separar, retirar) e operações

Problemas envolvendo os diversos sentidos da adição e da subtração

Sistema monetário brasileiro: reconhecimento de cédulas e moedas

Construção de conceitos geométricos

Localização de objetos e de pessoas no espaço

Reconhecimento de figuras geométricas planas e espaciais

Unidades de medidas comprimento, massa, capacidade e tempo;

Desenvolvimento do pensamento algébrico

Regularidades ou padrões em sequências (recursivas e não recursivas)

Noções de Probabilidade e estatística

Coleta e organização de informações

Leitura e construção de tabelas e de gráficos de colunas simples com registros pessoais

Atividades, jogos e brincadeiras para alfabetização matemática

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

KAMII, C. & DECLARK, G. Reinventado a Aritmética. Campinas: Papirus, 1996. KAMII, Constance. A criança e o número. Campinas: Papirus, 2011. 39ª ed.

KOBAYASHI, Maria do Carmo Monteiro. A construção da geometria pela criança. Bauru: EDUSC, 2001. Cadernos de Divulgação Cultural.

LORENZATO, Sérgio. Educação infantil e Percepção Matemática. Campinas: Autores Associados, 2006.

NACARATO, Adair Mendes. A formação matemática das professoras das séries iniciais – a escrita de si como prática de formação. In: BOLEMA – Boletim de Educação Matemática. vol 23, n. 37, dez., p.905-930. Rio Claro. UNESP. 2010.

NUNES, Terezinha; BRYANT, Peter. Crianças Fazendo Matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PANIZZA, Mabel (org.). Ensinar Matemática na Educação Infantil e nas Séries Iniciais: Análise e Propostas. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

SIMONS, Úrsula Marianne. Blocos Lógicos: 150 exercícios para flexibilizar o raciocínio. Petrópolis: Vozes, 2007.

SMOLE, Katia Cristina Stocco; DINIZ, Maria Ignez; CANDIDO, Patrícia. Brincadeiras infantis nas aulas de Matemática. Porto Alegre: ARTMED, 2000

SMOLE, K. C. S. Matemática na educação infantil. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

KAMII, C. & DECLARK, Georgia. Jogos em grupo na educação infantil - implicações da teoria de Piaget. (trad. Marina Célia Dias Carrasqueira, ed. orig. 1995). São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.

KAMII, C. Josepf, C. L. Aritmética novas perspectivas - implicações da teoria de Piaget. (trad. Marcelo Cesteri T. Lellis, Marta Rabíoglio e Jorge José de Oliveira, ed. orig. 1989). Campinas: Papirus, 1996.

LORO, ALINE RAFAELA. A importância do brincar na educação infantil. 2006.

NAVARRO, MARIANA STOETERAU. O brincar na educação infantil. IX Congresso Nacional de Educação, 2009 –

educere.bruc.com.br

SABER, Maria da Glória. Construção da Inteligência pela criança – Atividade do período pré-operatório. São Paulo, Scipione, 1989.

TANCREDI, Regina Maria Simões Puccinelli. Que matemática é preciso saber para ensinar na educação infantil? Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v. 6, no. 1, p. 284-298, mai. 2012. Disponível em http://www.reveduc.ufscar.br VISSICARO, Sueli de Paula. A Literatura Infantil no Ensino de Matemática. XII Encontro Nacional de Educação Matemática, São Paulo - SP. 2016.

ZASLAVSKY, Claudia. Jogos e atividades Matemáticas do mundo inteiro – diversão multicultural para idades de 8 a 12 anos. Porto Alegre. Artes médicas, 2000.

DEPARTAMENTO: DGAC DISCI		CIPLINA: Educação e Ludicidade	
SEMESTRE: 2°	CH: 80	CH TEÓRICA: 40	CH PRÁTICA: 40

Compreender o papel histórico-cultural do lúdico e do brincar para a formação humana e para o processo de aprendizagem na educação básica, considerando o jogo/brincadeira como parte do acervo cultural imaterial da humanidade e como prática social historicamente situada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Compreender as concepções teóricas do lúdico e ludicidade e suas contribuições para aprendizagem. Compreender a importância do jogo/brincadeira no processo de ensino-aprendizagem.

Analisar possibilidades metodológicas sustentadas pelo do jogo/brincadeira.

EMENTA:

Desenvolvimento da ludicidade na educação. Concepções teóricas de lúdico e ludicidade. Construção histórica, cultural e pedagógica em relação à presença do lúdico no ambiente educacional. A função social do jogo/brincadeira na educação escolar. Análise da prática pedagógica e possibilidades metodológicas para o ensino e relação da educação, ludicidade, cultura e infância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I: Ludicidade e Formação Humana Abordagens teóricas sobre a ludicidade Jogo/Brincadeira e a constituição do ser social

A construção histórico-cultural e pedagógica do jogo/brincadeira

UNIDADE II: Jogo/brincadeira na educação

Abordagens teórico-metodológicas do jogo/brincadeira na educação Análise crítica do trato com o jogo/brincadeira na BNCC

O jogo/brincadeira nos ciclos de aprendizagem da educação escolar.O jogo/brincadeira em diferentes ambientes educacionais

UNIDADE III: Jogo/brincadeira e a Organização do trabalho pedagógico Prática pedagógica e possibilidades metodológicas

Educação, ludicidade, cultura e infância

Experimentação e conhecimento sobre diferentes jogos e brincadeiras

Elaboração, execução e avaliação de processos de ensino-aprendizagem por meio de atividades lúdicas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ARCE. A; DUARTE. N. (Orgs). Brincadeira de papéis sociais na educação infantil: as contribuições de Vigotski, Leontiev e Elkonin., São Paulo, Xamã, 2006.

BENJAMIN, Walter. Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus Editorial, 1984. BRAZIL, Circe N. V. O jogo e a constituição do sujeito na dialética social. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1988 BROUGÉRE. Gilles. Brinquedo e cultura. São Paulo. Cortez. 1995;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

CAILLOIS, R. *Os jogos e os homens:* a máscara e a vertigem. Lisboa: Cotovia, 1990. Elkonin, D. (2009). *Psicologia do jogo*. São Paulo: Martins Fontes.

FACCI, M.G.D. *A periodização do desenvolvimento Psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigostski*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 64-81, abril 2004. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br

FREIRE, J. B. *Educação de corpo inteiro*. São Paulo, SP: Scipione, 1997. HUIZINGA, J. *Homo Ludens*: o jogo como elemento da cultura. Perspectiva, 2007.

PEREIRA, DimitriWuo. *Pedagogia da aventura na escola*: proposições para a base nacional comum curricular. Várzea Paulista: Fontoura, 2019

PICCOLO. G. M. Jogo ou brincadeira: afinal do que estamos falando. In: *Motriz*, Rio Claro, v.15 n.4 p.925-934, out./dez. 2009

WAJSKOP, Gisela. *Brincar na pré-escola*. 3 ed. São Paulo: Cortez (Coleção Questões da Nossa Época, vol. 48), 1999

DEPARTAMENTO: DEDG DIS		DISCIPLINA: Educação Infantil no Contexto Brasileiro		
SEMESTRE: 2°	CH: 100	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 40	

Fundamentar teórica, epistemológica, metodológica e politicamente a formação do(a) professor(a) para conhecer e compreender os marcos legais, os princípios e as finalidades da Educação Infantil e desenvolver a sua sensibilidade e habilidades para a efetivação de práticas docentes que promovam o desenvolvimento integral das crianças da educação infantil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender os fundamentos, princípios e as finalidades da Educação Infantil.
- Reconhecer a Educação Infantil como um direito da criança garantido na Legislação brasileira.
- Analisar os direitos de aprendizagens e os campos de experiências em contextos com as diversas realidades de práticas pedagógicas existentes na Educação Infantil.
- Conhecer as fases do desenvolvimento infantil e os processos de aprendizagem.
- Refletir sobre a importância da formação docente para a atuação na Educação Infantil.

EMENTA:

Aspectos sócio históricos, político e legal na Educação Infantil. Tendência e Concepção de Infância e educação. As finalidades da Educação Infantil. O desenvolvimento da criança de O a 5 anos. Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular. Direitos de Aprendizagem e Campos de Experiências. A Ludicidade na Educação Infantil. Formação e Trabalho Docente. A Prática Pedagógica na Educação Infantil. Inclusão Social e Diversidade. Planejamento e Avaliação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1- EIXO: Fundamentos legais, epistemológicos, políticos e pedagógicos da Educação Infantil Marco Legal da garantia da oferta da Educação Infantil.

Principais Tendências da Educação Infantil.

Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil.

2- EIXO: O desenvolvimento da criança de O a 5 anos.

Direitos de Aprendizagem e Campos de Experiências na BNCC. O papel da Ludicidade na Educação Infantil.

Convivência com a diversidade.

3- EIXO: A Formação e o Trabalho Docente

A Formação Docente para atuar na contemporaneidade. Planejamento e Prática Docente.

Elaboração e Aplicação de Material Pedagógico e Planos de Ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Brasília, 2017.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil! Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MECI SEF, 1998. 3vl: II

BRASIL. LDB. (Lei Darcy Ribeiro). Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. 14ª ed. Brasília, Câmara dos Deputados, 2017.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/1990. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Rio de janeiro: Paz e terra, 2003.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar. 24ª. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez,1988.

GARCIA, Regina Leite. Alfabetização - reflexões sobre saberes docentes e saberes discentes. São Paulo:

Cortez, 2008. GARCIA, Regina Leite (Org.). Novos olhares sobre a alfabetização. São Paulo: Cortez, 1994.

GRACIA, Regina Leite & FILHO, Aristeu Leite. (Orgs.). Em defesa da educação infantil. Rio de Janeiro: DP&A, 2001 GUIMARAES, Maria Célia. (Org.). Perspectivas para educação infantil. S.P: Araraquara: Junqueira & Marin, 2005.

KRAMER, Sônia. (Coord.). Com a pré-escola nas mãos. Uma alternativa curricular para educação infantil. São Paulo: Editora Ática, 1998.

KRAMER, Sônia (Org) Profissionais da educação infantil: gestão e formação. São Paulo: Editora Ática, 2005;

KEFTA, Silvana. Metodologia de Ensino e Educação Infantil: Algumas Considerações Sobre a Trajetória da Escola Infantil no Brasil. 2011.

MALUF, Ângela Cristina Munhoz. Brincar: prazer e aprendizado. Petrópolis: Vozes, 2003.

MENIN, Maria Suzana De Stefano. Piaget e Vygotsky. Um debate possível. Nuances. Revista do curso de pedagogia. UNESP. Presidente Prudente. 2. VII. Out, 1996.

NOVOA, António. (Org). Profissão professor. Coleção Ciências da Educação. 2ª. edição. Porto: Porto Editora, 2014.

PIMENTA, Selma Garrido (Org). Saberes pedagógicos e atividade docente/ textos de Edson Nascimento Campos ... [et. al.]; Selma Garrido Pimenta. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIAGET, Jean. Linguagem e pensamento da criança. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 2a edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TEIXEIRA, Josele & NUNES, Liliane. Avaliação inclusiva: a diversidade reconhecida e valorizada. – Rio de Janeiro: Wak Ed., 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

BENJAMIN. Walter. Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo. Summus. 1984; BRUHNS. Heloisa. O corpo parceiro e o corpo adversário. Campinas. Papirus. 1993;

CARVALHO, D.M. Et.al. Educação Infantil: desafios e perspectivas. Paraná: PUCPR, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015. Acessado em 09.12.2021.

FERNANDES, Claudia de O. (Org). Avaliação das Aprendizagens: sua relação com o papel social da escola. São Paulo: Cortez, 2014.

JR. KUHLMANN, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. ANPEd. Revista Brasileira de Educação. Número Especial. Mar./jun./Jul. n. 14. São Paulo: Editora Autores Associados, 2000.

LIMA, Adriana Flávia Santos de Oliveira. Pré-escola e alfabetização. Uma proposta baseada em Paulo Freire e 1 Piaget. Petrópolis. Ri. Editora Vozes, 1999

MACHADO, Edina Fialho. Educação na Diversidade: qual o lugar ocupado pelas Identidades e Alteridades, nesse processo? XX EPENN. Promoção: ANPEDE/ FORPREDE - Manaus - AM: UFAM, 2011.

MOLL, Jaqueline. Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender. Porto Alegre: Mediação, 2009.

RIBEIRO, M.P.; CLÍMACO, F.C. Impactos da Pandemia na Educação Infantil: a pandemia acelerou a necessidade de seproblematizar a questão digital na educação infantil? Pedagogia em Ação, Belo Horizonte, v. 13, n. 1.

DEPARTAMENTO: DFCS DISC		DISCIPLIN	IPLINA: Metodologia Científica		
SEMESTRE: 3°	CH: 80		CH TEÓRICA: 80	CH PRÁTICA: 0	

Compreender os fundamentos do conhecimento científico e de sua linguagem, em sua historicidade, desdobramentos políticos, sociais e epistemológicos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Pensar os aspectos éticos da pesquisa científica;
- Compreender as técnicas contemporâneas de estudo e de organização dos diversos trabalhos acadêmicos presentes na vida universitária.
- Estudar metodologias para estudos e produção de textos teóricos.
- Analisar a importância da Tecnologia e uso de softwares para a organização de dados de estudos e pesquisas.
- Discutir a construção das principais abordagens científicas da educação, e seu objeto de estudo.

EMENTA:

A ciência e sua historicidade; abordagens metodológicas e os diferentes paradigmas científicos; ética e ciência; ciência, sociedade e política; o processo de construção da pesquisa científica; organização, fundamentação e normalização de trabalhos acadêmicos no âmbito da UEPA e da ABNT; uso de softwares para a organização de dados de estudos e pesquisas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. A Ciência e a instauração do Conhecimento e suas formas

- 1,1. O Conhecimento como instrumento de compreensão e transformação do mundo.
- 1.2. Os principais tipos de Conhecimento e seus paradigmas.

2. Métodos Científicos das Ciências Sociais e Educação.

- 2,1. A ciência como um dos conhecimentos sobre a realidade social.
- 2.2. As Ciências Sociais e a Educação: as principais abordagens científicas: (a) o positivismo/funcionalismo; (b) a teoria crítica;
- (c) a fenomenologia.
- 2.3. O homem em sociedade como objeto de estudo nas ciências sociais e na educação.
- 2.4. A intersubjetividade na construção do conhecimento em ciências sociais e educação.

3. Tipos de pesquisa e as abordagens qualitativa e quantitativa em Educação.

- 3.1. Apresentar as diferenças e complementariedades dos tipos e abordagens de pesquisas na área das ciências sociais e educação
- 3.2. Pesquisa quantitativa e qualitativa em educação.
- 3.3. Principais tipos de pesquisa qualitativa: estudo de caso, pesquisa-ação, etnográfica, ambientes digitais/ciberespaços.
- 3.4. Aspectos éticos na pesquisa com seres humanos.
- 4. Caracterização das Pesquisas segundo os procedimentos Técnicos de Coleta.
- 4.1. Pesquisa documental.
- 4.2. Pesquisa bibliográfica.

5. O Planejamento da pesquisa Científica: O projeto de pesquisa.

- 5.1. A importância da formulação de um projeto de Pesquisa
- 5.2. Elementos constitutivos do projeto de pesquisa

6. A execução da pesquisa e apresentação dos Resultados

- 6.1. O trabalho de campo.
- 6.2 A construção dos dados.
- 6.3. Organização e análise dos dados.
- 6.4. Relatório de Pesquisa.

7. Diretrizes metodológicas do trabalho acadêmico

- 7.1. Normatização e aplicação das Normas da ABNT, na construção dos trabalhos acadêmicos. 7.2. Metodologias para estudos e produção de textos teóricos.
- 7.2. Tecnologia e uso de softwares para a organização de dados de estudos e pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ALVES, Rubem. Ciência, Coisa Boa. n: MARCELINO, N. Introdução às Ciências Sociais.Campinas, SP: Papirus, 1994.

ALVES, Rubem. Filosofia das ciências: introdução ao jogo e suas regras.19ª edição. São Paulo: Loyola, 2000.

ALVES-MAZZOTTI, A.J. Relevância e aplicabilidade de pesquisa em educação. In: Cadernos de Pesquisa, n 113, p.51-64, julho/2001.

CHIZOTTI, Antonio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 14ª edição. São Paulo: Cortez, 2017. DEMO, Pedro. Metodologia do Conhecimento Científico. São Paulo: Atlas, 2000.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2020.

KHUN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. Trad. Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. Planejamento de Pesquisa: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith, GEWANDSNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANDERY, Maria Amália et alli. Para Compreender a Ciência: uma perspectiva histórica. 4ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1988.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. A Contribuição da Pesquisa Etnográfica para a Construção do Saber Didático. In: OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales (Org). Didática: ruptura, compromisso e pesquisa. Campinas, SP: Papirus, 1993. (Coleção Magistério, Formação e Trabalho Pedagógico).

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda & MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia. 2ª ed. rev. atual. São Paulo: Moderna, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação – Referencias – Elaboração. Rio de Janeiro, 2000.

BABBIE, E. Métodos de Pesquisa de Survey. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2005.

BARROS, A. P. de e LEHFELD, N. A de S. Fundamentos de metodologia. Um guia para a iniciação científica. São Paulo, McGrraw-Hill do Brasil, 1986.

BASTOS, Lilia da Rocha et al. Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisas, teses, dissertações e monografias. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

BECKER, Howard. S. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1994.

BRITO, A.X e LEONARDOS, A.C. A identidade das Pesquisas Qualitativas: Construção de um quadro analítico. Cadernos de Pesquisa. n 113, 7-38.

CAPRA, F. O Ponto de Mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. Trad. de Álvaro CABRAL. São Paulo: Cultrix, 2002. CERVO, A. L. e BERVIAN, P.A. Metodologia Científica. São Paulo, McGrraw-Hill, 1977.

CICOUREL, A. Teoria e Pesquisa de Campo. In: ZALUAR, A. Desvendando Máscaras Sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

CRUZ NETO, Otávio. O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação. In: MINAYO, Maria Cecilia de Souza (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DESLANDES, Suely Ferreira. A Construção do Projeto de Pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecilia de Souza (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em Pesquisas Qualitativas. Revista Educar, Curitiba: Editora UFPR, n24, p.213-225, 2004. FAZENDA, I. (Org.). A Pesquisa em Educação e as Transformações do Conhecimento. São Paulo: Papirus, 1995.

FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo: Cortez, 2000.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FURLAN, Vera Irma. O Estudo de Textos Teóricos. In: CARVALHO, Maria Cecília de. Metodologia Científica Fundamentos e Técnicas: construindo o saber.

GAMBOA, Sílvio A Sanchez. A dialética na pesquisa em educação. In: FAZENDA, Ivani (Org,). Metodologia da pesquisa educacional. 6ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GATTI, B.A. A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil. Brasília: Editora Plano, 2002. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, Miriam. A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRESSELER, Lari Alice. Pesquisa Educacional. In: Série Realidade Educacional nº 2. São Paulo: Ed. Loiola, 1989. LAKATOS, Eva Maria & MARCONE. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1995.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 1992. LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. Maria Rita Neto Sales (Org). Etnografia da Prática Escolar. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Série Prática Pedagógica). MARTINS, G. de Andrade. Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações. São Paulo: Atlas, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORIN, Edgar. Ciência com Consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

PÁDUA, Elisabete M. M. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. São Paulo: Papirus, 1996. PORTELA, Girlene L. Pesquisa Quantitativa ou Qualitativa: eis a questão. Feira de Santana: UEFS (Inédito). RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica: um guia para eficiência nos estudos. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

RUMMLER, Guido. Elementos básicos para redação de citações em trabalhos com referências bibliográficas. Feira de Santana: UEFS, 1999.

SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. São Paulo: Martins Fontes, 1999

SALVADOR, Ângelo Domingos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica: elaboração de trabalhos científicos. 11ª ed. rev. amp. Porto Alegre: Sulina, 1986. (09/29-175/182).

SANTOS FILHO, J.C. & GAMBOA, S.S. Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade. São Paulo: Cortez, 1995. SANTOS, Antonio. R. dos. Metodologia Científica: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP & A editora, 1999. SANTOS, Boaventura de S. Introdução a uma Ciência Pós-Moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Boaventura de S. Para um Novo Senso Comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 3ª ed. v. 1. São Paulo: Cortez, 2002.

SEIDEL, Roberto. H. Manual Teórico e Prático para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos. Recife: Nossa Livraria, 2004. SEIXAS, Cid. et al. (Ed.). Légua & meia. Revista de Literatura e Diversidade Cultural. Ano 3, n.2. Feira de Santana: UEFS, 2004. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 26ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, AM & EPITÁCIO, Macário. Metodologia do Trabalho Científico. Fortaleza: UVA, 2000.

SOMEKH, Bridget, LEWIN, Cathy (Orgs.). Teoria e métodos de pesquisa social. Tradução de Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis (RJ): Vozes, 2015.

SYMANSKI, H. (Org.). A Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva. Brasília: Editora Plano, 2002 TEIXEIRA, Elisabeth. As Três Metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. Belém: Vozes, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. ZAGO, N.N (Org.). Itinerários da Pesquisa. Perspectiva qualitativa em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

DEPARTAMENTO: **DLLT** DISCIPLINA: **Língua Portuguesa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**SEMESTRE: **3°** CH: **100** CH TEÓRICA: **60** CH PRÁTICA: **40**

OBJETIVO GERAL:

Proporcionar conhecimentos sobre a língua portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com base em um estudo teórico e prático da aquisição, desenvolvimento, ensino e aprendizagem das múltiplas linguagens, da língua (oral/escrita), pautados nos BNCC e numa visão social, cultural, reflexiva, analítica e pragmática do uso linguístico em contextos distintos

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Conhecer os fundamentos teóricos da aprendizagem da língua portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Conhecer as orientações da BNCC para o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Analisar proposições metodológicas para o ensino-aprendizagem Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

EMENTA:

Linguagem, língua, fala, sociedade, cultura e ensino. Processos de Aquisição da Língua Oral. Processos de Aquisição da Língua escrita. Práticas linguístico-discursivas na Formação de leitores/escritores.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I: Linguagem, língua, fala, sociedade, cultura e ensino

- 1.1 Concepções: Linguagem, língua e fala
- 1.2 Língua: sociedade e cultura
- 1.3 Aquisição e desenvolvimento da Linguagem
- 1.4 Teorias de ensino-aprendizagem de Língua
- 1.5 Variação e diversidade linguística

Unidade II - Processos de Aquisição da Língua Oral

- 2.1 Aquisição/desenvolvimento da língua Oral
- 2.2 Característica e interfaces no ensino-aprendizagem da LO: habilidades e competências
- 2.3 Teorias de aprendizagem da LO
- 2.4 Dificuldade e recursos de aprendizagem

Unidade III - Processos de Aquisição da Língua escrita

- 3.1 Concepções: leitura, texto e escrita
- 3.2 tipos de leitura x escrita
- 3.3 O ensino-aprendizagem da escrita nos anos iniciais
- 3.4 teorias e métodos de ensino-aprendizagem da Língua escrita: implicações pedagógicas
- 3.5 Os gêneros textuais: processos de aquisição

Unidade IV - Práticas linguístico-discursivas na Formação de leitores/escritores.

- 4.1 A formação de leitores/escritores nos Anos iniciais do Ensino Fundamental
- 4.2 As práticas linguístico-discursivas de leitura
- 4.3 As práticas linguístico-discursivas de escrita

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BRAGA, Regina Maria; SILVESTRE, Maria de Fátima Barros. Construindo o leitor competente: atividades de leitura interativa para a sala de aula. 3 ed. São Paulo: Global, 2011.

BRAGGIO, Silvia lúcia Bionjal. Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista à sociolinguística. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e linguística. Pensamento e ação na sala de aula. São Paulo: Scipione, 2009

CAVALCANTE, M. A. da S.; FREITAS, M. L. Q. (Orgs). O ensino da língua portuguesa nos anos iniciais: eventos e práticas deletramento. Maceió: EDUFAL, 2008.

LURIA, Alexander Romanovich. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VYGOTSKY, L. S. et al.

Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone/EDUSP, 1988.

MALUF, M.R. (Org.). Metalinguagem e aquisição da escrita: contribuições da pesquisa para a prática da alfabetização. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

SAUTCHUK, Inez. A produção dialógica do texto escrito. São Paulo: Martins Fontes: 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

A RELPE - Revista Leituras em Pedagogia e Educação | e-ISSN: 2447-6293. Universidade Federal do Tocantins.

ALVES, Maria Teresa; SOARES, José. Francisco. Efeito-escola e estratificação escolar: o impacto da composição de turmas por nível de habilidade dos alunos. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 45, p. 25-59, 2007. Disponível. In: Acesso: 18 de fev. de 2022.

BNCC (Base Naciona Comum Curricular) Disponível em Acesso em: 15 jan. 2022.

COLL, César & MARTÍN, Elena. A educação escolar e o desenvolvimento das capacidades. Em Coll, César & Martín, Elena. Aprender conteúdos & desenvolver capacidades. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

COSCARELLI, C. V.; SOARES, M.; BATISTA, A. A.G. Matrizes de referência em leitura. Belo Horizonte: UFMG/Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais, 2004. In: Estudo Longitudinal da Geração Escolar 2005. Disponível em: https://www.ufmg.br/ead/seminario/anais/pdf/Eixo_3.pdf

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigostsk. Cadernos Cedes, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 64-81, abril 2004.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 1988.

https://www.ufpe.br/nehte/hipertexto2009/anais/g-l/jogos- online.pdf Acesso em: 10 jan. 2022

KLEIMAN, Ângela B. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1999.n. 2, p. 325-345, 2010. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/rbla/a/dGM6Yx4xjbmpnmzw3JK9XNs/?format=pdf&lang= pt. Acesso em 17 de fev. de 2022.

OLIVEIRA, Maria do Socorro. Gêneros textuais e letramento. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, Belo Horizonte, v. 10,

RIBEIRO, Andréa Lourdes; COSCARELLI, Carla Viana. Jogos online para alfabetização: o que a internet oferece hoje. In: III ENCONTRO NACIONAL SOBRE HIPERTEXTO, 2009. Anais. Disponível em:

SANTOS, Carmi Ferraz.; MENDONÇA, Márcia (Orgs). Alfabetização e Letramento: conceitos e relações. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, Ezequiel T. O ato de ler. 4a ed. São Paulo: Cortez, 1987.

SOARES, Magda. Concepções de linguagem e o ensino da Língua Portuguesa. In: BASTOS, Neusa Barbosa (org.) Língua Portuguesa: História, Perspectivas, Ensino. Sã Paulo: Educ: 1998.

SOARES, Magda. Linguagem e escola: uma perspectiva social. 10 ed. São Paulo: Ática, 1993 Leitura, Maceió, Universidade Federal de Alagoas.

DEPARTAMENTO: **DMEI** DISCIPLINA: **Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**SEMESTRE: **3°** CH: **100** CH TEÓRICA: **60** CH PRÁTICA: **40**

OBJETIVO GERAL:

Oportunizar aos discentes do curso de pedagogia o estudo e o aprofundamento dos conteúdos matemáticos específicos para os anos iniciais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Compreender a construção histórica dos números naturais e das frações.

Aprofundar os estudos das operações dos números naturais e das frações, as propriedades, as inter-relações, e seus significados. Compreender a construção de modelos matemáticos e generalizações para o desenvolvimento do pensamento algébrico.

Aprofundar o estudo das formas geométricas, as grandezas e medidas e suas relações com o cotidiano e com outras áreas do conhecimento

Estudar probabilidade e a ocorrência de um evento aleatório e sua aplicação na resolução de problemas.

EMENTA:

Números e operações e o pensamento algébrico. Espaço e forma. Grandezas e medidas. Probabilidade e estatística

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I números, operações e o pensamento algébrico 1. Sistemas de numeração

- 1.1 Aspectos históricos
- 1.2 Propriedades de um sistema de numeração 1.3Exemplos de sistemas de numeração 1.4Sistema de numeração decimal
- 2. Operações com números naturais e as Misconceptions sobre as operações
- 2.1 Adição
- 2.1.1 Aspectos históricos e semânticos
- 2.1.2 Aspectos lógicos do algoritmo
- 2.1.3 Propriedades operatórias
- 2.1.4 Resolução de questões
- 2.2 Subtração
- 2.2.1 Aspectos históricos e semânticos
- 2.2.2 Aspectos lógicos do algoritmo
- 2.2.3 Propriedades operatórias
- 2.2.4 Resolução de problemas
- 2.3 Multiplicação e semânticos
- 2.3.1 Aspectos históricos
- 2.3.2 Aspectos lógicos do algoritmo
- 2.3.3 Propriedades operatórias
- 2.3.4 Resolução de questões
- 2.4 Divisão
- 2.4.1 Aspectos históricos e semânticos
- 2.4.2 Aspectos lógicos do algoritmo
- 2.4.3 Propriedades operatórias
- 2.4.4 Resolução de questões com números naturais
- 2.5. O pensamento algébrico
- 3. Estudo das frações e seus diferentes significados

- 3.1 Aspectos históricos e semânticos das frações
- 3.2 Aspectos lógicos das frações
- 3.3 Equivalência de frações
- 3.4 Adição de frações
- 3.4.1 Adição de frações como o mesmo denominador 3.4.1.1 Técnica geométrica
- 3.4.1.2 Técnica aritmética
- 3.4.2 Adição de frações como denominadores diferentes 3.4.2.1Técnica geométrica
- 3.4.2.2 Técnica aritmética
- 3.4.3 Multiplicação de frações
- 3.4.3.1 Significado 3.4.3.2Técnica geométrica
- 3.4.3.3 Técnica aritmética 3.4.4. Divisão de frações
- 3.4.4.1 Significado 3.4.4.1 Técnica geométrica
- 3.4.4.2 Técnica aritmética
- 3.4.5. Resolução de problemas com frações
- 3.4.6 Misconceptions sobre frações
- 3.5. Números decimais
- 3.6 Porcentagem
- 3.6.1 Aspectos semânticos
- 3.6.1 Aspectos algorítmicos
- 3.6.2 Resolução de problemas
- 3.7 Razão e proporção e o pensamento proporcional
- 3.7.1 Aspectos semânticos
- 3.7.2 Representação
- 3.7.3 Propriedades
- 3.7.4 Resolução de problemas

Unidade II Espaço e forma

- 1. Posição e deslocamento no espaço
- 2. Estudo das figuras planas e não planas e suas relações
- 2.1. Estudo das propriedades das figuras planas.
- 3. Estudos das simetrias.

Unidade III Grandezas e medidas

- 1. Estudo das medidas e das relações entre elas.
- 2. Estudo das grandezas de tempo, temperatura, comprimento, massa, capacidade, volume, área.
- 3. Resolução de problemas envolvendo diferentes contextos.

Unidade IV Probabilidade

1. Noção de aleatoriedade: compressão de eventos certos, prováveis e impossíveis.

Probabilidade de ocorrência de um evento aleatório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BITAR, M. & FREITAS, J.L.M. Fundamentos e metodologias de matemática para os ciclos iniciais do ensino fundamental. Campo grande: UFMS, 2005

BRANCO, N.C.V. O estudo de padrões e regularidades no desenvolvimento do pensamento algébrico. (Dissertação de mestrado). Universidade de Lisboa, 2008

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília, DF, 2017.

CARNEIRO, R.F.; SOUZA, A.C.; BERTINI, L.F. A Matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: práticas de sala de aulae de formação de professores. Brasília, DF: SBEM, 2018.

CARVALHO, M. Números conceitos e atividades para a educação infantil e ensino fundamental I. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

CASTRO FILHO, J.A.; SANTANA, E.R.S.; LAUTERT, S.L. Ensinando multiplicação e divisão do 1º ao 3º ano. Bahia, Itabauna,2017

CASTRO FILHO, J.A.; SANTANA, E.R.S.; LAUTERT, S.L. Ensinando multiplicação e divisão do 4º ao 5º ano. Bahia, Itabauna,2017

CAZORLA, I.; MAGINA, S. GITIRANA, V. GUIMARAES, G. Estatística para os anos iniciais do ensino fundamental. Ed. Brasília: Sociedade Brasileira de Educação Matemática - SBEM, 2017.

CENTURION, M. Números naturais e operações. Editora Scipione, 1994

DIAS, M. da S. & MORETI, V.D. Números e operações: elementos lógico-históricos para atividade de ensino. Editora Intersaberes, 2012

FONSECA, M.C.F.R.; LOPES, M.P.; BARBOSA, M.G.G.; GOMES, M.L.M., DAYRELL, M.M.M. O ensino de geometria na Escola Fundamental. Três questões para a formação do professor dos ciclos iniciais. Belo Horizonte: autêntica, 2005 HUMPHERYS, C. & PARKER, R. Conversas numéricas. Porto Alegre, penso: 2019

IEZZI, G., MACHADO, A. DOLCE, O. Geometria plana: Conceitos básicos. Editora: Saraiva, 2019 ITACARAMBI, R.R. Resolução de problemas. São Paulo: editora da Física, 2010

LOPES, M.L.L. & NASSER, L. Geometria na era da imagem e do movimento. Rio de Janeiro: projeto Fundão, 2012 MACHADO, N. J. Medindo comprimentos. São Paulo: Scipione, 2000

NACARATO, A. & CUSTÓDIO, I.A. O Desenvolvimento do pensamento algébrico na educação básica: compartilhando propostas de sala de aula com o professor que ensina (ensinará) matemática. Brasília: Sociedade Brasileira de Educação Matemática, 2018.

NACARATO, A.M.; GRANDO, R.C. Estatística e probabilidade na Educação básica. Campinas: Mercado das letras,2013

PIMENTEL, T. VALE, I. FREIRE, F.; ALVARENGA, D. & FÃO, ANTÓNIO. Matemática para os anos iniciais: tarefas e desafios para sala de aula. Lisboa: texto, 2010

PIRES, C. M.C. Números Naturais e Operações. Editora Melhoramentos, 2013

PIRES, C.M.C.; CURI, E.; CAMPOS, T.M.M. Espaço e Forma: a construção de noções geométricas pelas crianças do ensino fundamental. São Paulo: PROEM, 2012

PORTO, R.S.O. MAGINA, S.M.P.; FERRER, G. I. G. Prelúdio da Álgebra nos anos iniciais da Educação Básica. Novas Edições Acadêmicas, 2018.

WALL, E. Teoria dos Números para Professores do Ensino Fundamental. Editora Penso, 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

BOALER, J.; MUNSON, J.; WILLIAMS, C. Mentalidades matemáticas na sala de aula. Porto Alegre: Penso, 2018.

ILVA, J. M. da; CIRÍACO, K. T. Possibilidades de desenvolvimento do pensamento algébrico a partir de tarefas nos anos iniciais. Boletim Cearense de Educação e História da Matemática, [S. l.], v. 8, n. 23, p. 115–130, 2021.

OLIVEIRA, V. & PAULO, R.M. Entendendo e discutindo as possibilidades do ensino de álgebra nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Educação Matemática em pesquisa. São Paulo, v.21, n.3, pp.75-95, 2019

SAMÁ, S. & SILVA, R.C.S. Probabilidade e Estatística nos anos iniciais do Ensino Fundamental a partir da Base Nacional Comum Curricular. Zetetiké, Campinas, SP, v.28, 2020, p.1-21.

SANTOS. M.J. C. dos. O letramento matemático nos anos iniciais do ensino fundamental. REMATEC: Revista de Matemática, Ensino e Cultura, Ano 15, Fluxo Contínuo, p.96-116. Pará, 2020.

VILA, A. & CALLEJO, M. L. Matemática para aprender a pensar: o papel das crianças na resolução de problemas. Porto Alegre: Artmed, 2006

DEPARTAMENTO: DEDG DISCIP		PLINA: Tecnologia Educacional		
SEMESTRE: 3°	CH: 80	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 20	

Analisar a influência das inovações e de recursos tecnológicos ao mundo do trabalho e na educação, de acordo com as exigências sociais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar os programas e políticas educacionais relacionados com o uso dos recursos tecnológicos.
- Elaborar atividades e projetos pedagógicos que contemplem a implantação e implementação de recursos tecnológicos nas práticas pedagógicas curriculares de sala de aula.
 - Refletir sobre questões relacionadas à acessibilidade na Web.

EMENTA:

Tecnologia educacional: Abordagens críticas sobre o uso de diferentes recursos tecnológicos na educação; Multimídia e Ferramentas colaborativas no contexto educacional; TDIC na Escola: práticas e processos; Contexto histórico da Educação à Distância (EAD); Legislação da EAD no Brasil; Tecnologias e Mídias para EAD; Tecnologias Assistivas aplicadas à Educação; Ambientes e Comunidades Virtuais de aprendizagem; Autoria e Produção em Tecnologias Educacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1. Tecnologias na educação: abordagens críticas e utilização na aprendizagem.
- 2. Multimídia e TDIC na escola: ferramentas, práticas e colaboração na escola
- 3. Panorama da EaD: conceitos, história, a legislação brasileira e mediação pedagógica
- 4. Tecnologia Assistiva e Acessibilidade na Web
- 5. Ambientes virtuais de aprendizagem (AVA): conceito e principais recursos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

CASTRO, J. T.; GALVÃO FILHO, T.; LUNA, A. V. A.; GALVÃO, N. C. S. S. (organizadores). Educação científica, inclusão ediversidade. Cruz das Almas - BA: EDUFRB, 2020

COSTA, F. A. et al. (Org.). Repensar as TDIC na educação: o professor como agente transformador. Santillana: Carnaxide, 2012.

FERREIRA, Giselle Martins dos Santos. Educação e Tecnologia: abordagens críticas. / Giselle Martins dos Santos Ferreira; Luiz Alexandre da Silva Rosado; Jaciara de Sá Carvalho. Rio de Janeiro: SESES, 2017.

LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. (Org.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009

PISCHETOLA, Magda. Inclusão digital e educação: a nova cultura da sala de aula. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC, 2016.

RIBEIRO, Renata Aquino. Introdução à EaD. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

SANTANA, Bianca; ROSSINI, Carolina; PRETTO, Nelson De Lucca. Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas políticas públicas. Salvador: Edufba; São Paulo: Casada Cultura Digital. 2012

SANTOS, Ranieri Alves dos. Ambientes e comunidades virtuais de aprendizagem. Indaial:

UNIASSELVI,2019. SILVA, M. Educação *online*: teorias, práticas, legislação e formação corporativa. São Paulo: Loyola, 2001

SONZA, A. P.; SALTON, B. P.; BERTAGNOLLI, S. C.; NERVIS, L.; CORADINI, L. Conexões assistivas: Tecnologia Assistiva emateriais didáticos acessíveis. Bento Gonçalves: IFRS, 270 p., 2020

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

ANDRADE, D.F. Educação no Século XXI - Volume 31 – Tecnologias/ Organização: Editora Poisson Belo Horizonte - MG: Poisson, 2019.

MORAN, José Manuel. Novas Tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, SP: Papirus, 2000. - (Coleção Papirus Educação).

REVISTA COCAR. Dossiê: Educação e tecnologias no contexto da pandemia pelo coronavirus e isolamento social: cenários, impactos e perspectivas. Revista Cocar. n. 9 (2021): Edição Especial. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/issue/view/170

REVISTA TECNOLOGIA EDUCACIONAL ISSN 0102-5503 - Ano L-230 Disponível em: <code>http://www.abtbr.org.br/</code>

REVISTA TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO ISSN: 1984-4751 Disponível em: https://tecedu.pro.br/

SOUSA, RP., MIOTA, FMCSC., and CARVALHO, ABG. (Orgs). Tecnologias digitais na educação [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011

SOUZA, Márcio Vieira; GIGLIO, Kamil. Mídias digitais, redes sociais e educação em rede: experiências na pesquisa e extensão universitária. São Paulo: Blucher, 2015. [Livro Eletrônico]. Disponível em: https://books.google.com.br

VELOSO, Maristela Midlej Silva de Araujo; BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. A cultura da liberdade de criação e o cerceamento tecnológico e normativo: potencialidades para a autoria na educação. Educação Temática Digital, v.18, ed.1. Campinas, 2016

DEPARTAMENTO: DART DISCIPLINA: Formas de Expressão e Comunicação Artística				
SEMESTRE: 3°	CH: 80	CH TEÓRICA: 40	CH PRÁTICA: 40	

Compreender a arte e sua relação com a educação a partir da perspectiva histórico-social e sua vinculação ao espaço educativo (na relação teoria e prática), considerando dinâmicas de apreciação crítica na experiência estética, nos processos de construção de juízos de gosto e na imersão dos sujeitos contemporâneos na cultura estético-visual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Conhecer as tendências na história da arte e da arte educação;
- Experimentar por meio da produção artístico-estética/forma, conteúdo e técnicas de representação artística: escultura; técnica mista de desenho-pintura-colagem; estêncil/estampa; fotografia e vídeo/audiovisual; e leitura e interpretação da imagem com aplicabilidade das experiências artísticas para a educação.

EMENTA:

Concepções de Arte e Estética ao longo da história. A representação artística: da pré-história à contemporaneidade. História da Arte na Educação. O Ensino de Arte na relação com as Tendências Pedagógicas da Educação. Teorias de Aprendizagem na relação com o Ensino de Arte. Produção artístico-estética: forma, conteúdo e técnicas de representação artísticas. Técnicas: escultura; técnica mista de desenho-pintura-colagem; estêncil/estampa; fotografia e vídeo/audiovisual; e leitura e interpretação da imagem com aplicabilidade das experiências artísticas para a educação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I: TENDÊNCIAS: ESTÉTICA E HISTÓRIA DA ARTE

- 1.1- Concepções de Arte e Estética ao longo da história;
- 1.2- A representação artística: da pré-história à contemporaneidade.

UNIDADE II: ARTE E EDUCAÇÃO: TEORIAS E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS

- 2.1 História da Arte na Educação;
- 2.2 O Ensino de Arte na relação com as Tendências Pedagógicas da Educação;
- 2.2 Teorias de Aprendizagem na relação com o Ensino de Arte.

UNIDADE III: EXPERIÊNCIAS ARTISTICAS/ESTÉTICAS E SUA APLICABILIDADE NA EDUCAÇÃO

3.1 - Produção artístico-estética: forma, conteúdo e técnicas de representação artísticas; Técnicas: escultura; técnica mista de desenho-pintura-colagem; estêncil/estampa; fotografia e vídeo/audiovisual; e leitura e interpretação da imagem com aplicabilidade das experiências artísticas para a educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos. São Paulo: Perspectiva, 2014. COLI, Jorge. O que é arte? São Paulo: Brasiliense, 2006.

COSTA, Cristina. Questões de arte. A natureza do belo, da percepção e do prazer estético. São Paulo: Moderna, 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

DONIS A. DONDIS. A Sintaxe da Linguagem Visual. São Paulo: Martins Fontes, 2001. DUARTE JR., João Francisco. Por que arte-educação? Campinas: Papirus, 2001

GARDNER, Howard. Estruturas da mente: a Teoria das Múltiplas Inteligências. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (Orgs.). Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. www.anpap.org.br ou http://anpap.org.br/media/2016-editores-lista-site-2016-12-06.pdf

www.revistas.usp.br (portal de revistas USP)

periodicos.udesc.br (periódico vinculado ao grupo de pesquisa educação, arte e inclusão)

https://www.editoracrv.com.br/livrosdigitais/index.html

https://museus.pa.gov.br/

https://indicalivros.com/livros/arte-moderna-e-contemporanea-percival-tirapeli

DEPARTAMENTO: DFCS DIS		DISCIPLINA: Educação, Gênero e Sexualidade		
SEMESTRE: 4°	CH: 80		CH TEÓRICA: 80	CH PRÁTICA: 0

Compreender a educação, gênero e sexualidade como produções históricas, em suas interrelações e diante dos desafios contemporâneos especificamente relacionando a identificação de teorias e conceitos estruturantes do campo de gênero e sexualidade e sua historicidade, o delineamento de formas de resistência aos processos de exclusão educacional e dominação social a partir do gênero, a apreensão dos processos educativos baseadas no binarismo, na manutenção das relações de poder suas inscrições no corpo, na escola e na sociedade e a análise da educação na interface e interseccionalidade de gênero, raça e classe social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Relacionar a identificação de teorias e conceitos estruturantes do campo de gênero e sexualidade e sua historicidade.
- Relacionar o delineamento de formas de resistência aos processos de exclusão educacional e dominação social a partir do gênero.
- Relacionar a apreensão dos processos educativos baseadas no binarismo, na manutenção das relações de poder suas inscrições no corpo, na escola e na sociedade
- Analisar a educação na interface e interseccionalidade de gênero, raça e classe social.

EMENTA:

A sexualidade como construção histórica, social, cultural, política e discursiva. Abordagens contemporâneas sobre Educação para as relações de Gênero e Sexualidade. Gênero como categoria de análise. Interseccionalidade entre gênero, raça e classe social. Sexualidade e geração. Gênero e moralidades. Direitos humanos e cidadania. Preconceito, discriminação, diferença, alteridade, identidade cultural.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Abordagem contemporânea sobre educação, gênero e sexualidade.
- Pressupostos epistemológicos
- Reflexões sobre a prática pedagógica: diversidade teórica e metodológica
- Relações de gênero e o papel da escola
- Diferenças e desigualdades na escola: gênero e sexualidade
- Gênero como categoria de análise e como campo de estudo.
- Diversidade na escola
- A heteronormatividade na escola
- Educação e violência contra a mulher
- Direitos humanos e o debate contemporâneo sobre o controle moral sobre a educação
- Estratégias discursivas para o controle do gênero e sexualidade na educação
- A falácia da Ideologia de gênero

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. Relações de gênero e o papel da escola. In: Stevens, Cristina; TAROUQUELLA, Katia Cristina; CAMPOS, Tânia Mara; ZANELLO, Valeska (Org). Gênero e Feminismos: Convergências (in)disciplinares. Brasília: Editora ExLibris, 2010.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2002.

BUTLER. J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pósestruturalista. 5. ed. Petrópolis, Vozes, 2003. LOURO, Guacira Lopes. Um Corpo Estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MURARO, Rose Marie e BOFF, Leonardo. Feminino e Masculino. Uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio Janeiro: Sextante, 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. Revista Estudos Feministas. v.9 n.2. Florianópolis, 2001.

ÁLVARES, Luzia Miranda & D'incao, Maria Angela (Orgs). A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM: MPEG, 1995.

BARREIRO, Alex *et al.* Ideologia de gênero? Notas para um debate de políticas e violências institucionais. Temáticas, Campinas, 24, (47): 223-246, fev./dez. 2016

BARZOTTO, Carlos Eduardo; SEFFNER, Fernando. Escola Sem Partido e sem gênero: redefinição das fronteiras público e privado na educação. Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade, v. 29, n. 58, p. 150-16, 2020.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CANCELA, Cristina Donza; MOUTINHO, Laura; Simões, Júlio Assis (Orgs.). Raça, Etnicidade, Sexualidade e Gênero: em perspectiva comparada. São Paulo: terceiro nome, 2015.

César, Maria Rita de Assis. "Gênero, sexualidade e educação: notas para uma" Epistemologia", Educar em Revista, n.35, p. 37-51, 2009.

DAVIS, Ângela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1977

GIDDENS, Anthony. A Transformação da intimidade: sexualidade, amor erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. Revista Espaço do Currículo, v.2, n.2, p.208-230, 2010.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no contexto escolar. Revista Educação On-line. PUC-Rio nº 10, p. 64-83, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Ideologia de Gênero: A gênese de uma categoria política reacionária ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma "ameaça à família tradicional". In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Debates Contemporâneos sobre Educação para a Sexualidade. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. (capítulos 3, 5 e 6).

Louro, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. Educação em Revista. Belo Horizonte. n. 46. p. 201-218. dez. 2007

MAIO, Eliane Rose; OLIVEIRA, Márcio de; PEIXOTO, Reginaldo. Discussão sobre gênero nas escolas: ações e resistências. Retratos da Escola, v. 14, n. 28, p. 57-74, 2020.

MAUÉS, Maria Angélica Motta; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos (Org). Coleção Mulheres e Gênero na Amazônia. Belém: GEPEM, 2011.

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. Feminino e Masculino. Uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio Janeiro: Sextante, 2002.

PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos, nº 48. Campinas, IFCH-Unicamp, 2002, p. 7-42.

PISCITELLI, Adriana; MELO, Hildete Pereira de; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lúcia (Orgs.) Olhares feministas. Brasília, MEC, UNESCO, 2009

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. Educação & Sociedade, v. 38, p. 09-26, 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: Pinsky, Carla Bassanez; Pedro, Joana Maria (Orgs.). Nova história das mulheres, São Paulo, Contexto. 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. A realidade nua e crua. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Lana Claúdia Macedo da; CARRERA, Ana Daniele Mendes. Em briga de Marido e Mulher a Educação Mete a Colher: A Atuação do Profissional de Pedagogia no Centro de Referência de Atendimento

à Mulher em Situação de Violência. Cadernos de Gênero e Diversidade, Vol 03, N. 01 - Jan.- Abr., 2017.

SILVA, Lana Claudia Macedo; OLIVEIRA, Izabel Cristina Borges Corrêa (Org.). Meninos Vestem Azul e Meninas Vestem Rosa? Construção de Identidades na Amazônia. Belém - Imprensa Oficial do Estado, 2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. O que é Violência Contra a Mulher. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2003.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In LOURO, Guacira Lopes (Org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

DEPARTAMENTO: DEDG DISC		CIPLINA: Educação para as Relações Étnico-Raciais	
SEMESTRE: 4°	CH: 100	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 40

Promover reflexões teórico-prática acerca da evolução histórica de acesso e permanência dos africanos e afrobrasileiros no contexto da educação por meio de abordagens contextuais que favoreçam a formação de professores e contribuam para o desenvolvimento de uma educação antirracista nas escolas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender a evolução histórica, social e política da participação da população afro-brasileira no contexto escolar brasileiro.
- Identificar os aspectos identitários, culturais e raciais no currículo escolar e legislação educacional relacionada ao tema.
- Elaborar propostas de aplicabilidade curricular das diretrizes nacional da educação para as relações étnico-raciais no cotidiano da educação básica.

EMENTA:

A Evolução Histórica de acesso dos africanos e afro-brasileiras à educação escolar. Contribuições africana e afro-brasileira na formação do povo brasileiro. Aspectos identitários, culturais e raciais no ambiente escolar. Cotas raciais: Diversidade e Inclusão das Diferenças: Processos de Ingresso e Permanência na Educação Superior. Legislação Brasileira para as relações étnico-raciais. Diretrizes curriculares para as relações étnico-raciais. Elaboração de projetos de combate ao racismo nas Escolas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I - CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS, CULTURAIS, IDENTITÁRIAS E POLÍTICAS DOS AFRICANOS E AFRO- BRASILEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL

A evolução histórica de acesso dos africanos e afro-brasileira à educação escolar. Contribuições africana e afro-brasileira na formação do povo brasileiro.

Aspectos identitários, culturais e raciais no ambiente escolar.

Cotas Raciais: Diversidade e inclusão das diferenças: Processos de ingresso e permanência na Educação Superior.

UNIDADE II- ESTRUTURA E LEGISLAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Legislação brasileira para as relações étnico-raciais.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.

Declaração Universal de Direitos Humanos (Resolução 217 A III) em 10 de dezembro de1948. Lei 10639/03 e 11.645/08

Estatuto da Igualdade Racial - 12.288/2010

UNIDADE III- ENTRE O SER, O TER E O FAZER: APLICABILIDADE CURRICULAR DAS DIRETRIZES NACIONAL PARA AEDUCAÇÃO BÁSICA.

Diretrizes Curriculares para as Relações Étnico-Raciais: Conhecer para aplicar. Aplicação das DCNS para o desenvolvimento curricular na Educação Básica.

Relação das DCNS Educação para as Relações Étnico-Raciais com os Descritores da BNCC - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Elaboração de projetos de combate ao racismo na escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary G. Relações Raciais na Escola: Reprodução de Desigualdades em Nome da Igualdade. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violência nas Escolas, 2006. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001459/145993por.pdf

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. "As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências". Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 2, p. 375-391, 2015. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/geousp/article/viewFile/102810/105686

BARBOSA, Muryatan Santana. "A construção da perspectiva africana: uma história do projeto História

Geral da África (UNESCO)". Revista Brasileira de História (ANPUH), vol. 32 n° 64, 2012, pp. 211-230. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n64/12.pdf

LOPES, Nei. Dicionário de Antiguidade Africana. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

MEINERZ, Carla; PEREIRA, Júnia Sales. Sessão temática Educação e relações étnico-raciais.

Educação & Realidade. v. 42, n. 1 (2017). p. 7-196. Disponível em:

http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/2999

MOORE, Carlos. "Novas bases para o ensino de História da África no Brasil". In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei nº 10.639/2003. Brasília: SECAD-MEC, 2005, pp. 133-166.

MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o Racismo na Escola. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. 2000. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf

OCHA, Rosa Margarida de Carvalho. Ped*agogia da diferença*: a tradição oral africana como subsídio para a prática pedagógica brasileira. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Reflexos da África: ideias e representações sobre os africanos no imaginário ocidental. Estudos de caso no Brasil e em Portugal. Goiânia: Editora da PUC-GO, 2010

PAULI, Alcione, CAGNETI, Sueli de Souza. Trilhas literárias indígenas para a sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. PEREIRA, Amilcar Araujo (Org.) Ensino de História e Culturas Afrobrasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PEREIRA, Junia Sales. Do colorido a cor: o complexo identitário na prática educativa. In: GONCALVES, Marcia de Almeida et all (org.). Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro: FGV, 2012.

ROMÃO, Jeruse (Org). História da Educação do Negro e outras histórias. Brasília: SECAD-MEC, 2005.Disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=16222

SECADI. *História e* cultura africana e afro-brasileira na educação infantil. Brasília: SECADI-MEC; UFSCAR, 2014. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002270/227009por.pdf

TRINDADE, Azoilda Loretto (Org). Africanidades brasileiras e educação. Rio de Janeiro/Brasília: ACERP/TV Escola/MEC, 2013. Disponível em:

http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/1426109893818.pdf

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ANTUNES, Cláudia Pereira; MEINERZ, Carla Beatriz. "Interculturalidade e educação das relações étnico-raciais: reflexões sobre a aplicação da Lei 11.645/08 no Rio Grande do Sul". *Revista Periferia*, v.7 n.1 jan-jun 2015. Disponível em http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/viewFile/21966/15945

BITTENCOURT JR., Iosvaldyr Carvalho; SABALLA, Viviane (Orgs). Procedimentos didáticos aplicáveis ao ensino de história ecultura afro-brasileira e africana. Porto Alegre: EDUFRGS, 2012.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2006.Disponível em:

 $http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-\ content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-\ das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf$

FERNANDES, Evandro; CINEL, Nora Cecília Boccacci; LOPES, Véra Neusa (Orgs). Da África aos indígenas do Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

GOMES, Flávio; MATTOS, Wilson Roberto de. "Em torno de Áfricas no Brasil: bibliografias, políticas públicas e formas de ensino de história". In: FEITOSA, L. C.; FUNARI, P. P.; ZANLOCHI, T. S. (Orgs). As veias negras do Brasil: conexões brasileiras com a África. Bauru, SP; EDUSC, 2012, pp. 45-78.

GOMES, Nilma Lino. "Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos". Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em:

http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf

HERNANDEZ, Leila Leite. A África em sala de aula: visita a História contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005. LOPES, Nei. Enciclopédia brasileira de diáspora africana. São Paulo: Selo Negro, 2005.

http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.

http://www.entrelugares.ufc.br/phocadownload/eduardo-artigo.pdf

MEINERZ, Carla Beatriz. "Ensino de História, Diálogo Intercultural e Relações Étnico-Raciais". Educação & Realidade (Porto Alegre), v. 42, nº 1, p. 59-77, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2175-623661184

OLIVEIRA, Eduardo. "Epistemologia da ancestralidade". Disponível em:

TRINDADE, Azoilda Loretto (Org). Africanidades brasileiras e educação. Rio de Janeiro/Brasília: ACERP/TV Escola/MEC, 2013. Disponível em:

http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/1426109893818.pdf

TRINDADE, AzoildaLoretto (Org). Africanidades brasileiras e educação. Rio de Janeiro/Brasília: ACERP/TV Escola/MEC, 2013. Disponível em:

http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/1426109893818.pdf

DEPARTAMENTO: DCNA DISCIPLINA: Ciências nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

SEMESTRE: 4° CH: 100 CH TEÓRICA: 60 CH PRÁTICA: 40

OBJETIVO GERAL:

Explorar os saberes das Ciências da Natureza voltados para a melhoria das práticas educativas no âmbito do componente curricular das Ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Refletir sobre o ensino de Ciências na perspectiva da investigação, do letramento científico e das relações existentes entreciências, tecnologias, sociedade e ambiente.

Analisar o Ensino de Ciências na perspectiva dos eixos temáticos Terra e Universo, Matéria e Energia e Vida e Evolução propostos na BNCC.

Conhecer as habilidades e os procedimentos metodológicos essenciais esperados para o componente curricular e ano do Ensino Fundamental.

Proporcionar práticas educativas que estimulem a experimentação, a discussão e a elaboração de projetos de ensino e recursos didáticos mediante a contextualização de problemas reais socioambientais.

Realizar a ExpoCiência para socialização de projetos de ensino e recursos didáticos para o ensino de ciências.

EMENTA:

Contextualização do ensino de Ciências da Natureza nos anos iniciais do ensino fundamental. Tendências metodológicas para o ensino de Ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Abordagens teórico-práticas dos conceitos de Ciências voltadas às unidades temáticas Matéria e Energia, Vida e Evolução e Terra e Universo, integradas aos temas transversais, em especial, à Educação Ambiental, Direitos Humanos e Educação alimentar e nutricional, em conformidade com o proposto pela BNCC. Orientações sobre o Letramento científico e a dimensão ética das Ciências. Elaboração de projetos de ensino e recursos didáticos para o ensino de Ciências.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1 Contextualização do ensino de Ciências da Natureza 2 Tendências Metodológicas para o ensino de Ciências
- 3 Unidades temáticas Matéria e Energia, Vida e Evolução e Terra e Universo 4 Letramento Científico e ética das Ciências
- 5 Ensino de Ciências por investigação
- 6 Projetos de ensino e recursos didáticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BENDER, W. N. Aprendizagem Baseada em Projetos: Educação Diferenciada para o Século XXI. Porto Alegre: Penso, 2014. 156p .

CARVALHO, A. M. P. (Org.) Ensino de Ciências por Investigação: Condições para Implementação em Sala De Aula. Cengage Learning, 2014. 164p.

DELIZOICOV, D; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M, M. Ensino de Ciências: Fundamentos e Métodos. 5 ed. Editora Cortez, 2018.

MORAES, R. e MANCUSO, R. (Orgs.) Educação em Ciências: Produção de Currículos e Formação de Professores. 2 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

POZO, J. I.; CRESPO, M. A. G. A Aprendizagem e o Ensino de Ciências: do Conhecimento Cotidiano ao Conhecimento Científico. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 296 p.

VICKERY, A. et al. Aprendizagem Ativa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Porto Alegre: Penso, 2016.

WARD, H. et al. ENSINO DE CIÊNCIAS. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010 (tradução Ronaldo Cataldo Costa) YAMAMOTO, A. C.de A. (Org.) Buriti Mais: Ciências: Manual do Professor. São Paulo: Moderna, 2017. 5v. 1° ao 5° ano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/

REBOUÇAS, N.; RIBEIRO, R.; LOIOLA, M. Do Jardim à Sala de Aula: Metodologias para o Ensino de Botânica na Escola. Revista de Ensino de Ciências e Matemática, v. 12, n. 1, p. 1-23, 18 mar. 2021.

RICO, R. Confira 9 Planos de Aula de Ciências para cada ano do Ensino Fundamental. Exemplo https://novaescola.org.br/conteudo/12724/bncc-veja-planos-de-aula-de-ciencias-para-cada-ano-doensino-

fundamental Publicado em NOVA ESCOLA 11 de Outubro | 2018.

ROCHA, C. J. T. da; FARIAS, S. A. de. Metodologias Ativas de Aprendizagem Possíveis ao Ensino de Ciências e Matemática. REAMEC - Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática, [S. 1.], v. 8, n. 2, p. 69-87, 2020.

SANTOS, V. G. dos; ZANOTELLO, M. Ensino de Ciências e Recursos Tecnológicos nos Anos Iniciais da Educação Básica. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, [S. l.], v. 19, p. 683–708, 2019.

SILVA, M. L. Práticas Educativas no Ensino de Ciências nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I. IFGO: Campus Ceres, 2020.

VESTENA, R. de F.; SCREMIN, G.; BASTOS, G. D. Alimentação Saudável: Contribuições de uma Sequência Didática Interativa para o Ensino de Ciências nos Anos Iniciais. Revista Contexto & Amp; Educação, [S. l.], v. 33, n. 104, p. 365–394, 2018. DOI: 10.21527/2179-1309.2018.

DEPARTAMENTO: DFCS DISCIPLINA: História nos anos Iniciais do Ensino Fundamental				
SEMESTRE: 4° CH: 100 CH TEÓRICA: 60 CH PRÁTICA: 40				

Promover debate com base na produção historiográfica que venham contribuir às perspectivas, desafios junto ao processo de formação do discente

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender a formação sociocultural de nossa sociedade a partir das matrizes africanas e indígenas.
- Analisar os impactos invasivos com a chegada dos europeus no Brasil: processos de escravização indígena e africana e suas práticas de liberdade.
- Pensar em torno de aspectos relacionados à metodologia do ensino de História, voltados às séries iniciais do Ensino Fundamental.
- Identificar conceitos e temas relevantes junto à escolarização das séries iniciais do Ensino Fundamental da disciplina História.
- Refletir sobre a temática da História e Cultura indígena no Ensino de História nas séries iniciais do Ensino Fundamental, com base nas leis 10.639/2003 e 11.465/08.
- Estimular a produção de proposta pedagógica, como referencial de uso para as séries iniciais da disciplina História do Ensino Fundamental.

EMENTA:

Formação histórico-cultural da sociedade brasileira e amazônica em diferentes temporalidades. História da cultura afro-brasileira, africana e indígena. As Leis 10.639/2003 e 11.645/2008: espaços de diversidade no processo de ensino e aprendizagem em História nos anos iniciais. A história como ciência social. Cotidiano, mentalidade, história oral, história cultural: fundamentos básicos. Usos de documentos e fontes no ensino de história. Objetivos e finalidades para o ensino, planejamento e execução de atividades experimentais. Estudo crítico dos conteúdos e metodologias direcionadas ao ensino de história nas séries iniciais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I: Encontro ou desencontro? A invasão Europeia em terras Pindorama. (Séc. XV-XIX).

- 1. O mundo singular das populações autóctones.
- 2. A dinâmica do sistema escravista no Brasil: o tráfico africano transatlântico, resistência e fugas coletivas (séc. XVII-XIX).
- 3. A escravização indígena na Amazônia: mulheres cativas e ações de liberdade (séc. XVIII). UNIDADE II: A diversidade étnico-cultural da Sociedade Brasileira
- 1. Indígenas e Africanos na formação de mocambos; quilombos, após emancipação do Brasil (séc. XIX).
- 2. O modo de vida peculiar dos povos originários e afrodescendentes no Brasil atual. UNIDADE III: Um repensar constante em torno do ensino de História
- 1. Ensino de História: conceitos e temáticas fundamentais na escolaridade da Rede Básica de Ensino.
- 2. A pluralidade étnico-cultural no Brasil e o ensino da história e cultura indígena em nossas escolas: possibilidades e desafios a partir das leis 10.639/2003 e 11.465/2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. ANDRADE, Juliana; PEREIRA, Nilton. Ensino de História e suas práticas de pesquisa. São Leopoldo: Oikos, 2021.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

GOMES, Flávio. "No labirinto dos rios, furos e igarapés": camponeses negros, memória e pósemancipação na Amazônia, c. XIX-XX. História Unisinos, 10(3):281-292, Set./Dez. 2006.

KAYAPÓ, Edson; BRITO, Tamires. A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? Mneme - Revista de Humanidades, v. 15, n. 35, p. 38-68, 17 out. 2015.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. Novos Estudos-CEBRAP, n.74, São Paulo, mar. 2006, p. 107-123. https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100007

MELLO, Márcia. Desvendando outras Franciscas: mulheres cativas e as ações de liberdade na Amazônia colonial portuguesa. Portuguese Studies Review, n.13, p. 1-16, 2005.

MUNDURUKU, Daniel. "Os caçadores de alma". Barueri: Ed. Amarilys. 2010.

PEREIRA, Amilcar; MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

SILVA, Edson. Ensino e sociodiversidades indígenas: possibilidades, desafios e impasses a partir da lei 11.645/2008. Mneme - Revista de Humanidades, v. 15, n. 35, p. 21-37, 17 out. 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

ALENCASTRO, Luiz Felipe. O aprendizado da colonização. In:____. O tratado dos viventes. São Paulo: Cia. das Letras, 2000,p.11-42. BITTENCOURT, Circe (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider. História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 55-75 – 2010.

BITTENCOURT, Circe (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto. 2001.

CEREZER, Oswaldo. Ensinar História afro-brasileira e indígena no século XXI: a diversidade em debate. Curitiba: Appris, 2019.

BURKE, Peter (Org). A escrita da história: novas perpectivas. Trad: Magda Lopes. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1992.

BLOCH, March Leopoldo Benjamin. Apologia da História ou o Ofício do Historiador. Trad: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

COSTA, Emilia Viotti. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 17-54.

CLASTRES, Pierre. "Do Etnocídio". In: CLASTRES, Pierre. Arqueologia da Violência. São Paulo: COSACNAIFY, 2004

CHAMBOULEYRON, José Rafael, JUNIOR, Alves de Souza (Org). Novos olhares sobre a Amazônia Colonial. 1. Pakatatu. 2016

CASTRO, Mauricio Barros. et. al, História e cultura. Africana e Afro-Brasileira na Escola Rio de Janeiro Outras Letras, 2014. Vol .1

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. O livro de ouro da história do Brasil: do descobrimento à globalização. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

FONSECA, Selva; GATTI JÚNIOR, Décio. Perspectivas do Ensino de História: Ensino, Cidadania e Consciência histórica. Belo Horizonte: EDUFU, 2015.

FONSECA, Selma Guimarães. Didática e prática de ensino de história. São Paulo: Papirus, 2003.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende & RIBEIRO, Ana Paula Alves. Diversidade e sistemas de ensino brasileiro. Rio de Janeiro Outras Letras. 2014. Vol. 2

GRUZINSKI, Serge. A Amazônia e as origens da globalização (Sécs. XVI-XVIII)? Da História Local à História Global. 1°. Estudos Amazônicos. 2014

HORN, Geraldo Balduíno. O Ensino de história e o seu currículo: teoria e método. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.LUCINI, Marizete. Tempo, narrativa e ensino de história. Porto Alegre: Mediação, 1999.

LIMA, Sandra Fagundes de. A historicidade do ensino de história: a pesquisa e o fazer do professor. Cadernos de História, Uberlândia, v.15, n.1, p 161-171, set.2006/set.2007. Acesso em: 18.04.2021.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. IN:___Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH. Vol. 13, nº 25/26, p. 143-162, set 92/ago /93.

_____. A Escola Pública Contemporânea: Os Currículos Oficiais de História e o ensino Temático. IN: FENELON, Déa R. (Org) Revista Bras. de História. Vol. 6, nº ll, São Paulo: ANPUH, Set 98/ fev 86. p. 99-ll6.

OLIVEIRA, Margarida. História: ensino fundamental. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o ensino, vol. 21)

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Novos temas nas aulas de história. São Paulo: Contexto, 2009.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. Memória d'África: a temática africana na sala de aula. São Paulo: Cortez, 2010.

KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. Documento: 'Carta Régia de 13 de maio de 1808, que manda fazer guerra aos índios Botocudos'. Disponível em:

https://www.aacademia.org/vi.congresso.chileno.de.antropologia

DEPARTAMENTO: DFCS DISCIPLINA: Geografia nos anos Iniciais do Ensino Fundamental				
SEMESTRE: 4°	CH: 100	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 40	

Desenvolver um processo de discussão sobre o ensino de geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental que permita a desconstrução da visão estanque, descritiva e/ou fragmentada que caracteriza essa disciplina escolar e que possibilite ampliar a compreensão do conhecimento geográfico como auxiliar na construção de educandos conscientes e participativos socialmente.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Interpretar o processo de formação do território brasileiro tendo como referência a conceituação de meios geográficos.
- Compreender as mudanças no padrão de ocupação da Amazônia a partir da segunda metade do século XX e a inserção da região no mundo global contemporâneo.
- Destacar os fundamentos teóricos e metodológicos do ensino de geografía.
- Desenvolver estratégias pedagógicas voltadas à abordagem do cotidiano e do espaço local nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

EMENTA:

Espaço e território: conceitos-chave da geografia. Os meios geográficos e a formação territorial do Brasil. Amazônia: mudanças no padrão de ocupação da região. O Brasil e a Amazônia "ensinados" nos anos iniciais. Aprendizagem espacial e leitura de mundo: fundamentos do ensino da geografia. Cotidiano e espaço local: proposições para o ensino de geografia nos anos iniciais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1 MEIOS GEOGRÁFICOS: UMA FORMA DE "CONTAR" A HISTÓRIA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Espaço e território: conceitos-chave da geografia

Território usado e a concepção dos meios geográficos de Milton Santos Brasil e a expansão do meio técnico - todos os caminhos levam ao porto Industrialização e formação da região concentrada

Integração territorial - a fluidez do território e o avanço do meio técnico-científico e informacional

2 AMAZÔNIA: DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL CONTEMPORÂNEA

Para além dos rios e da floresta: rompendo visões estereotipadas sobre a Amazônia. Políticas territoriais, migrações e conflitos fundiários na região pós-anos 1950.

A importância e a especificidade do urbano na Amazônia.

A região diante da questão ambiental: fronteira do capital natural e r-existências

3 GEOGRAFIA E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO NOS ANOS INICIAIS

Abordagens teóricas e metodológicas do ensino de geografia: uma aproximação entre a ciência geográfica e a Pedagogia. Espaço vivido e percebido: aprendizagem espacial e ampliação da leitura de mundo nos anos iniciais

Alfabetização cartográfica e ludicidade: estratégias metodológicas para o ensino de geografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ANDRADE, Manuel C. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Cad. Cedes, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, mai./ago. 2005.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de Geografia. Cad. Cedes, Campinas, v. 25, n. 66, p. 185-207, mai/ago. 2005.

KOSEL, Salete; FILIZOLA, Roberto. Didática da Geografia – memórias da terra: o espaço vivido. São Paulo: FTD, 1996, p. 09-22.

LOUREIRO, Violeta R.; PINTO, Jax N. A. A questão fundiária na Amazônia. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 77- 98, 2005.

PISSINATI, Mariza. C.; ARCHELA, Rosely, S. Fundamentos da alfabetização cartográfica no ensino de geografia. Geografia, Londrina, v. 16, n. 1, p. 169-195, 2007.

ROCHA, Genylton O. R. da.; AMORAS, Izabel C. R. O ensino de geografia e a construção de representações sociais sobre a Amazônia. Terra Livre, Goiânia, Ano 22, v. 1, n. 26, p. 143-164, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional. *In*:______. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 9 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006. p. 23-53.

TRINDADE JR., Saint-Clair C. Cidades na Floresta: os "grandes objetos" com expressão do meio técnicocientífico informacional no espaço amazônico. Revista IEB, São Paulo, n. 50, p. 13-138, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

ALMEIDA, Rosângela Doin de. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

AMIN, Mario M. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 107, p. 17-38, 2015.

ANDREIS, Adriana Maria; CALLAI, Helena Copetti. Alicerces às aulas: princípios, conceitos e categorias geográficas. Revista Ensino de Geografia, Recife, v. 2, n. 3, p. 80-101, 2019.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Brasília, 2017.

BREDA, Thiara Vichiato; PICANÇO, Jefferson de Lima; ZACHARIAS, Andréa Aparecida. Possibilidades para a alfabetização cartográfica a partir de jogos e sensoriamento remoto. Terrae, São Paulo, p. 41-48, 2012.

BREDA, Thiara V. Jogos geográficos na sala de aula. Curitiba: Appris, 2018.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem? *In*: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte (Org.). O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006. p. 55-93.

CASTELLAR, Sônia (Org.). Educação geográfica: teorias e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2007.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; DE PAULA, Igor Rafael. O papel do pensamento espacial na construção do raciocínio geográfico. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 10, n. 19, p. 294-322, jan./jun. 2020.

CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; SILVA, Paulo Roberto de Abreu. A construção do conhecimento cartográfico nas aulas de geografia. 1. ed. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2020.

FUINI, L. L.; SANTOS, J. L.; DAMIÃO. C. A.; OLIVEIRA, P. A música como instrumento para o ensino de Geografia e seus conceitos fundamentais: pensando em propostas para o trabalho em sala de aula. Para Onde!?, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 206-216, 2012.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos W.; MICHELOTTI, Fernando Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o Mundo. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MARTINS, Rosa E. M. W. O uso da literatura infantil no ensino de geografia nos anos iniciais. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 27,p. 64-79, 2015.

MELLO, Mariana N. C. Mitos, lendas e "causos" como instrumentos da descolonização no ensino de geografia na Amazônia paraense. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 9, n. 18, p. 228-244, jul./dez. 2019.

MOLINA, Márcia A. G.; ARAUZ, Valéria A. R. Letra da canção: "Saga da Amazônia": um olhar interdisciplinar. *In*: SOUSA, I. V.(Org.). Letras, Linguística e Artes: Perspectivas Críticas e Teóricas. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. p. 369-381.

SELBACH, Simone (coord.). Geografia e didática. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

STRAFORINI, Rafael. A totalidade do mundo nas primeiras séries do ensino fundamental: um desafio a ser enfrentado. Terra Livre, São Paulo, Ano 18, v. 1, n. 18, p. 95-114, 2002.TRINDADE JR., Saint-Clair C. da. Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg., São Paulo, v. 13, n. 2, p. 135-151, 2011.

VERÍSSIMO, Tatiana C.; PEREIRA, Jakeline. A floresta habitada: história da ocupação humana na Amazônia. Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), 2020.

DEPARTAMENTO: **DEES** DISCIPLINA: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Especial

SEMESTRE: 5° CH: 80 CH TEÓRICA: 40 CH PRÁTICA: 40

OBJETIVO GERAL:

Promover o conhecimento da trajetória histórica da educação inclusiva e especial no Brasil, bem como entender as diversas características dos educandos com deficiência e suas representações na sociedade, de modo a oferecer-lhes atividades mais interessantes e desafiadoras ao seu potencial no ambiente escolar. Conscientizar o aluno da importância de sua atuação para a qualificação do processo de inclusão escolar. Preparar e desenvolver didáticas visando criar estratégias para os futuros profissionais que atuam na rede de ensino, a partir da prática inclusiva.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Discutir os princípios norteadores da Educação Especial e temas fundamentais relativos à inclusão educacional de alunos com dificuldades de aprendizagem e necessidades especiais.

Proporcionar ao aluno um espaço de reflexão sobre a prática pedagógica voltada para a inclusão educacional.

Identificar características da DI, Síndrome de Down, TEA, TDAH, Asperger e Superdotação.

Promover a pesquisa em educação especial.

EMENTA:

Conhecimento dos fundamentos filosóficos, históricos da educação especial, determinante culturais, econômicos, políticos e ideológicos do conceito de cidadania. A representação social dos diferentes. Políticas educacionais de educação especial e inclusiva frente às mudanças paradigmáticas. A construção da escola inclusiva no estado do Pará. Identificação das características, necessidades e potencialidades de educandos que apresentam Deficiência Intelectual, Síndrome de Down, Síndrome de Asperger, Transtorno Déficit Atenção e Hiperatividade, Transtorno do Espectro Autista, Superdotação ou Altas Habilidades

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Trajetória história e perspectivas da educação especial no Brasil
- Declaração de SALAMANCA e a educação para todos
- A Constituição Federal Brasileira
- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- Diretrizes para educação inclusiva no Brasil
- Deficiências Intelectuais, Síndrome de Down, TEA, TDAH, Asperger e Superdotação.
- Planejamento Curricular e inclusão
- Ações didáticas para o ensino de educação inclusiva
- A educação inclusiva e o processo de avaliação
- A representação social dos alunos com deficiência
- A Formação do docente voltada a educação inclusiva
- A escola inclusiva
- A pesquisa em Educação Inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtien/Tailândia, 1990.

Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, 18 set. 2008ª

Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2011. JANNUZZI, Gilberta. A Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 3. ed., rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. 211 p. (Coleção Educação contemporânea).

- LIMA, Ana Cristina Dias Rocha. Síndrome de Down e as Práticas Pedagógicas. Editora Vozes, 1ª edição, 2016.
- MATTOS, Paulo. No mundo da lua: 100 perguntas e respostas sobre o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Editora: Autentica, 17ª edição, 2020.
- Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.
- Nota Técnica SEESP/GAB/N°11/2010. Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Brasília: MEC/SEESP/GAB, 2010b.
- Nota Técnica SEESP/GAB/N°19/2010. Profissionais de Apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino. Brasília: MEC/SEESP/GAB, 2010c.
- Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: Acesso em: 14 Jan. 2022.
- Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008 b.
- Resolução CNE/CEB N. 4/2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009b.
- SOARES, Liana S. D. Síndrome de Down: Exercícios de Alfabetização e de Discalculia. Editora: Thieme Revinter, 2ª edição, 2016.
- TUCHMAN, Roberto; RAPIN, Isabelle. Autismo: abordagem neurobiológica. Porto Alegre: Artmed, 2009. VIRGOLIM, Angela M. R. Altas habilidade/superdotação: encorajando potenciais. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.
- WILLIAMS, Chris; WRIGHT, Barry. Convivendo com Autismo e Síndrome de Asperger: estratégias práticas para pais e profissionais. Tradução Cássia Nasser. São Paulo: Mbooks do Brasil, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

- ARANHA, M. S. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. Revista do Ministério Público do Trabalho, Brasília, ano XI, n. 21, p. 160-173, 2001. Disponível em: http://www.adion.com.br/mznews/data/paradigmas.pdf Acesso em: 16 JAN. 2022.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/cci-vil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em: 16 Jan. 2022.
- MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação Especial No Brasil História E Políticas Públicas. São Paulo: editora Cortez. 2010 RODRIGUES, David. Inclusão e Educação Doze Olhares Sobre Educação Inclusiva. São Paulo: editora Summus. 2006
- PRIETO, R. G. Formação de professores para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais: diretrizes nacionais para a educação básica e a educação especial. In: VIZIM, M.; SILVA, S. (Org.). Políticas públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiências. Campinas: Mercado das Letras, p. 125-151, 2003

DEPARTAMENTO: **DEES** DISCIPLINA**: Linguagens Especiais e Comunicação Humana**SEMESTRE: **5**° CH: **80** CH TEÓRICA: **40** CH PRÁTICA: **40**

OBJETIVO GERAL:

Oportunizar aos alunos a construção de saberes e práticas sobre as linguagens especiais e comunicação humana das pessoas com deficiências sensoriais para proporcionar acessibilidade comunicacional em diferentes espaços de interações.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Conhecer as deficiências sensoriais
- Reconhecer as características dos processos linguísticos das pessoas com deficiência (surdos, cegos e surdocegos);
 - Compreender o sistema de comunicação das deficiências sensoriais;
 - Identificar aportes conceituais da educação acessível;
- Identificar espaços acessíveis no desenho arquitetônico em vários contextos;
- Saber das ações pedagógicas para a apropriação técnico-metodológica das tecnologias digitais d e informação ecomunicação acessíveis

EMENTA:

Estudo das peculiaridades de comunicação das crianças com deficiências sensoriais e seus Sistemas de comunicação. Busca da compreensão dos processos linguísticos da pessoa surda a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, como modalidade de língua que permite o aceno natural da linguagem. Estudo sobre sistema Braille. Estudo sobre a surdocegueira e Comunicação Expressiva: tadoma, LIBRAS na mão, BRAILLE, na mão leitura labial, escrita na palma da mão, Escrita ampliada, Escrita Cursiva. Estudo da acessibilidade Física e Virtual. Introdução as Tecnologias Assistivas e Comunicação alternativa e ampliada (CAA). Estudo da teoria de Jean Van Dijk.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – Deficiências Sensoriais Conceito de deficiências Representações das deficiências As Deficiências sensoriais

UNIDADE II- Processos de aquisição da linguagem: Surdez Compreensão dos processos linguísticos da pessoa surda Aquisição da linguagem em crianças surdas;

Aquisição e desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua Aquisição de segunda língua.

UNIDADE III - Processos de aquisição da linguagem: Deficiência visual e surdocegueira

A educação dos deficientes visuais e baixa visão e surdocegueira; O sistema Braille: o código escrito; Estudo da teoria de Jean Van Dijk.

Recursos educacionais: lupa, sorobã, reglete, punção, máquina Perkins, impressora Braille, etc.

Os sistemas de comunicação dos surdocegos: tadoma, LIBRAS na mão, BRAILLE na mão, leitura labial, escrita na palma da mão, escrita ampliada.

UNIDADE IV tecnologias assistivas Acessibilidade: aspectos conceituais e legais; As tecnologias assistivas;

Tecnologia de alta complexidade; Tecnologia de baixa complexidade; Acessibilidade física e virtual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

COSTA, Maria Piedade Rezende da. Descobrindo a Surdocegueira – educação e comunicação. São Carlos: EDUFSCAR, 2005; FARREL, Michael, Deficiencias sensoriais e incapacidades físicas: guia do professor. Porto alegre: artemed, 2008.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Surdez: processos educativos e subjetividades. São Paulo: Editora Lovise, 2000; LARAMARA. Ler e escrever em Braille. Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual, 1999.

LODI, Ana Cláudia B. [et al] (orgs). Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002;

MACHADO, Edileine Vieira Machado. Orientação e Mobilidade: Conhecimento Básicos para inclusão do deficiente visual –

Brasília: Mec /SEESP, 2003;

MAZINI, Elcie F. Salzano (Org.) Do Sentido Pelos Sentidos Para o Sentido: Sentido das pessoas com deficiência sensorial. Niterói: Velor, 2002;

MEC/SEESP. Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Visual. Elaboração: Elizabet Dias Sá [et al] – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007;

NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula; SOBRINHO, Francisco de Paula. Acessibilidade. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de Jesus [et al]

(Orgs). Educação Especial: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008).

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.

SÁ, Elizabet dias de (Org.). Deficiência visual — coleção: Atendimento educacional especializado — São Paulo: MEC/ SEESP, 2007; ZAPOROSZENKO, Ana; ALENCAR, Gizeli Aparecida Ribeiro de. Comunicação Alternativa E Paralisia Cerebral: recursos didáticos e de expressão. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação Universidade Estadual de Maringá. Programa de Desenvolvimento Educacional, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

CAMPBELL, Selma Ines. Múltiplas faces da inclusão. Rio de Janeiro, Wake d. 2009. ESTROBEL. As imagens de Outro Sobre a Cultura Surda. Florianópolis. Ed. da UFSC, 2008;

LIMA, Kátia do Socorro Carvalho Lima. Educação de Surdos no Contexto Amazônico: um estudo da variação lingüística na Libras. UEPA. Belém, 2009. Dissertação de Mestrado

MANZINI, Eduardo José. Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para comunicação alternativa. [2. ed.]. Brasília: [MEC, SEESP], 2006

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2006;

DEPARTAMENTO: DEES DISCIPLINA: I		LIBRAS	
SEMESTRE: 5°	CH: 80	CH TEÓRICA: 30	CH PRÁTICA: 50

Proporcionar aos acadêmicos dos Cursos de Licenciaturas conhecimentos teóricos e práticos acerca da educação das pessoas surdas e da LIBRAS.

A disciplina tem fundamento voltado à acessibilidade e inclusão na educação que envolve duas subcategorias: obrigatória e optativa e nas ementas envolvem: fundamentos teóricos sobre práticas educacionais para atuação com alunos surdos e práticas para estabelecer por meio da Libras a comunicação com a pessoas surda.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Saber utilizar os conteúdos de Libras no sentido de reflexão do profissional;
- Analisar o status atribuído à língua de sinais nas filosofias educacionais para surdos: oralismo, comunicação total e bilinguismo;
- Conhecer os Sinais Básicos;

Intervir metodologicamente no processo de aprendizagem da Língua de sinais.

EMENTA:

<u>Parte teórica</u>: contexto histórico da educação dos surdos e da língua de sinais; Representações sobre os surdos; Identidade e processos culturais da pessoa surda; Abordagens educacionais; matrizes legais da educação de surdos; LIBRAS: histórico, universais linguísticos, políticas linguísticas; A educação de surdos no estado do Pará.

<u>Parte prática</u>: Estudos e complexidades inerentes a Língua Brasileira de Sinais: características básicas, Noções de gramática das línguas de sinais; alfabeto manual e repertório linguístico da LIBRAS. Práticas comunicacionais e diálogos em libras no contexto da educação

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- História dos surdos no Brasil e no mundo;
- Políticas Públicas voltadas a educação de surdos;
- Legislação: acessibilidade, reconhecimento da LIBRAS, inclusão e os direitos da pessoa surda;
- Fundamentos Pedagógicos da Língua Brasileira de Sinais, características, alfabeto, pronomes, parâmetros, verbos, advérbios)
- Identidade surda e repertório linguístico da LIBRAS
- Sinais básicos, práticas comunicacionais e diálogos no contexto da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

FELIPE, Tânia A. Libras em contexto. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

FERNANDES, Sueli. Práticas de letramentos na Educação Bilíngue para surdos, SEED, 2006 GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009.

LACERDA, C. B. F; QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. (Org.). Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed,2004.

SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. M. (Org.). Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades. São Paulo: Plexus,2003.

THOMA, Adriana; LOPES, Maura (Org.) A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferenças no campo daeducação. Santa Cruz do Sul: DEDUNISC, 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão. MEC/SEEP: Brasília, 2005. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>

Coleção UAB-UFSCar, Pedagogia, Língua brasileira de sinais Libras – uma introdução, São Carlos, 2011. GOES, Maria Cecília. Linguagem Surdez e Educação. Campinas: autores Associados, 2002.

LODI, Ana Cláudia Balieiro. Ensino da língua portuguesa como segunda língua para surdos: impacto na Educação Básica.

SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2001

DEPARTAMENTO: DEES DISCIE		DISCIPLIN	CIPLINA: Planejamento e Avaliação Educacional		
SEMESTRE: 5° CH: 80		CH TEÓRICA: 80	CH PRÁTICA: 0		

Oportunizar aos discentes elementos para a compreensão do processo de Planejamento e Avaliação Educacional na história da educação brasileira, seus componentes político-administrativos, características, tipos e formulação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Conhecer a história do Planejamento e Avaliação Educacional no Brasil
- Analisar os limites e as possibilidades do Planejamento e da Avaliação Educacional;
- Compreender o processo de formulação do Planejamento e da Avaliação Educacional
- Identificar as características e os tipos de Planejamento e de Avaliação Educacional
- Estudar o papel do Planejamento e da Avaliação Educacional nas Organizações.

EMENTA:

Contexto histórico do Planejamento e Avaliação Educacional no Brasil. Possibilidades e limites do Planejamento e Avaliação Educacional. Planejamento Educacional nas Organizações. Projeto Pedagógico da escola: ação sócio-política democrática

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I. O Planejamento e a Avaliação no Brasil e no contexto educacional

- Os grandes paradigmas
- Contextualização histórica
- Planejamento e Avaliação: Tipologia e Semântica

Unidade II. O Planejamento e a Avaliação no contexto educacional escolar

- Planejamento e Avaliação em nível de Sistema
- Avaliação Institucional
- Projeto Político Pedagógico: Elementos básicos
- Pedagogia de Projetos no cotidiano escolar

Unidade III. Planejamento e Avaliação no contexto das Organizações

- Planejamento Estratégico
- A Avaliação de Desempenho

Unidade IV. Possibilidades e Limites do Planejamento e da Avaliação Educacional

- Planejamento e Avaliação no âmbito da Política Educacional e Legislação
- Planejamento e Avaliação: Indicadores de Análise
- Critérios e Instrumentos avaliativos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

CUNHA, Maria Isabel da (Org.). Formatos avaliativos e concepção de docência. – Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção educação contemporânea).

DÁLMAS, Ângelo. Planejamento Participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FREITAS, Luis Carlos de (Org.). Questões de avaliação educacional. Campinas, SP: Komedi, 2003. (Série avaliação: construindo o campo e a crítica).

FREITAS, Luis Carlos et al. Avaliação educacional: caminhando pela contramão. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção fronteiras educacionais).

GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.). Autonomia da escola: princípios e propostas. – São Paulo: Cortez, 1997.

HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. - Porto Alegre: Mediação, 2009. (11ª ed. rev. e atual. ortog.).

HOFFMANN, Jussara. Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação. 9ª ed. revista. Porto Alegre: Mediação, 2005.

MEDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis. Projeto político-pedagógico: construção e implementação na escola. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea).

MELO E SOUZA, Alberto de (Org.). Dimensões da avaliação educacional. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, João Ferreira de e FONSECA, Marília (Orgs.). Avaliação institucional: sinais e práticas. – São Paulo: Xamã, 2008.

PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: Como construir o Projeto Político-Pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, 2001.

REZENDE, Denis Alcides. Planejamento estratégico para organizações públicas e privadas. São Paulo: BRASPORT, 2008.

ROMÃO. José Eustáquio. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. 2ª Ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1999. (Guia da escola cidadã; v. 2).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

BELLONI, Isaura. Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da nossa época).

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003

GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. - 13ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 5ª Ed. - Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação: mito ou desafio – uma perspectiva construtivista. 17ª Ed. – Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995.

KON, Anita (Org.). Planejamento no Brasil II. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999. (Debates: Economia).

MENEGOLLA, Maximiliano e SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1992. (Coleção escola em debate).

MINDLIN, Betty. Planejamento no Brasil. 5ª Ed. - São Paulo: Editora Perspectiva, 2003. (Debates: Economia).

SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que avaliar? Como avaliar? critérios e instrumentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. (Coleção escola em debate).

VASCONCELIOS, Celso dos Santos. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1995. (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 1).

Sites Importantes: www.anped.org.br www.mec.gov.br www.inep.gov.br www.cpdoc.fgv.br www.fnde.gov.br

DEPARTAMENTO: DEDG DISCIPLINA: Estágio Supervisionado em Educação Infantil				
SEMESTRE: 5°	CH: 100	CH TEÓRICA: 0	CH PRÁTICA: 100	

Compreender as concepções e contribuições do Estágio Supervisionado na formação do professor prático-reflexivo, capaz de superar os desafios e promover a organização de uma prática docente na Educação Infantil que facilite o desenvolvimento integral da criança dessa fase escolar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Promover o uso de tecnologias de comunicação que favoreçam o processo ensino-aprendizagem no contexto do ensino presencial e ou remoto.
- Desenvolver atividades pedagógicas que assegurem os direitos de aprendizagem e vivências dos campos de experiências definidos na BNCC da Educação Infantil.
- Elaborar material e projetos pedagógicos para a superação das dificuldades e a melhoria do processo ensino-aprendizagem na Educação Infantil no contexto das aulas presenciais e ou remotas.

EMENTA:

Finalidades e Concepções de Estágio Supervisionado na Formação Docente. Base Nacional Comum Curricular. Práticas reflexivas sobre a organização da Educação Infantil. Estabelecimento de relações teórico-prática na educação infantil. Elaboração de Projetos Didáticos. Atividades de Participação e Regência de Classe.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1- EIXO: Fundamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos do Estágio Supervisionado. Legislação que ampara o Estágio no Curso de Pedagogia

Concepções de Estágio Supervisionado Estágio Supervisionado como Pesquisa

2- EIXO: Estágio Supervisionado na Educação Infantil Finalidade do Estágio Supervisionado na Educação Infantil A Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular

Direitos de Aprendizagem e Campos de Experiências na Educação Infantil -BNCC.

3- EIXO: O Estágio Supervisionado na Educação Infantil

Orientações para Instrumentação Teórica e Prática do Estágio (documentação) Vivências nos Campos de Estágio em Educação Infantil

Relatos de Experiências de docentes, coordenadores e Fóruns de Educação Infantil; Elaboração de Planos de Aulas e Ações Pedagógicas para aplicação na Educação Infantil

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ALBUQUERQUE. Jacirene Vasconcelos de. MACHADO. Edina Fialho. SANTOS. Creusa Barbosa. Estágio Supervisionado e Formação de Professores: Avanços e Desafios do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará. IN: ALBUQUERQUE. Jacirene Vasconcelos de. *et al.* (Orgs.) O Estágio na Formação do Pedagogo: Reflexões e Práticas. Belém: DUEPA,2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Brasília, 2017.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil! Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MECI SEF, 1998. 3vl: II

BRASIL. Resolução CNE/CP 01, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em cursos de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União. Brasília, 4 de março de 2002, Seção I, p. 09.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. www.portal.mec.gov.br/cne Acesso em: 23 de fevereiro de 2007.

BRASIL. Resolução CNE nº 2, de 1º/07/2015. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados e de segunda

licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, 2015;

KEFTA, Silvana. Metodologia de Ensino e Educação Infantil: Algumas Considerações Sobre a Trajetória da Escola Infantil no Brasil. 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos, para que? 7ª Ed., São Paulo, Cortez, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria do Socorro Lucena. ESTÁGIO: diferentes concepções. Estágio e Docência. 5ª d. São Paulo: Cortez, 2010. (1ª parte, Cap. 1, p. 32-57).2 Depoimento de Nilce Conceição da Silva, revista Sala de Aula (1990, n. 22, p. 20).

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Pedagogia e Pedagogos: Caminhos e Perspectivas. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. PIMENTA, S.G. e LIMA, M.S.L. Estágio e Docência: diferentes concepções. 5ª d. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, M.P.; CLÍMACO, F.C. Impactos da Pandemia na Educação Infantil: a pandemia acelerou a necessidade de se problematizar a questão digital na educação infantil? Pedagogia em Ação, Belo Horizonte, v. 13, n. 1.

UEPA. RESOLUÇÃO Nº 01/2021 de 13/04/de 2021.Dispõe sobre os procedimentos adotados para o desenvolvimento dos Estágios Curriculares Supervisionados no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia durante a pandemia da covid-19.

Colegiado do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade do Estado do Pará. Belém: UEPA, 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA COMPLEMENTARES:

ABARBOSA, Ivone Gracia & SOARES, Marcos Antônio. Educação Infantil e Pobreza Infantil em Tempos de Pandemia no Brasil: Existirá Um "Novo Normal"? Dossiê Especial: educação Infantil em tempos de pandemia. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 35-57, jan./jan., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1980-4512. DOI: https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e79044. Acessado em: 08/12/2021.

BRASIL. Lei 11.788, de 25/09/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20/12 de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 07/12/1977, e 8.859, de 23/03/1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20/12/1996, e o art. 60 da Medida Provisória no 2.164-41, de 24/08/2001; e dá outras providências. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/cne. Acesso em: 30 de fevereiro 2020

CARVALHO, D.M.; ARAÚJO, S.C.F.; PINHEIRO, F.V.R.; DIAS, L.S. Educação Infantil: desafios e perspectivas. Paraná: PUCPR, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18440_9156.pdf.

FAUSTINO. Rodrigo Alexandre Cavalarini. O Estágio Curricular Obrigatório no Contexto da Pandemia da Covid-19: a experiência do formato remoto. Temas & Matizes, Cascavel, v. 14, n. 25. Jan/dez. 2020. Ahead of Print. Pró-reitoria de Graduação da Unioeste.

MONTEIRO, Adriana Lima. Estágio Supervisionado na Educação Infantil: Implicação na Formação Inicial. XI Congresso Nacional de Educação. EDUCERE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 23 a 26/09/2013.

DEPARTAMENTO: DFCS DISCIPLIN		NA: Pesquisa Educacional		
SEMESTRE: 6°	CH: 80		CH TEÓRICA: 80	CH PRÁTICA: 0

Compreender as diferentes possibilidades de realização da pesquisa em educação a partir do delineamento da educação como campo, objeto de pesquisa e seus desafios, da aprendizagem das abordagens e procedimentos teóricos metodológicos da pesquisa em educação, da descrição dos procedimentos de reunião de dados e da elaboração do planejamento da pesquisa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Delinear a educação como campo, objeto de pesquisa e seus desafios.
- Aprender as abordagens e procedimentos teóricos metodológicos da pesquisa em educação.
- Descrever procedimentos de reunião de dados e da elaboração do planejamento da pesquisa.

EMENTA:

A pesquisa em educação, abordagens qualitativas e quantitativas; os enfoques de investigação científica da educação; os tipos de pesquisa; as formas de reunião e análise do corpus/dados da pesquisa; O Projeto de Pesquisa e características de sua elaboração; o Relatório da Pesquisa: TCC, Monografia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1 A Pesquisa em Educação: rigor e desafios
- 1.1. O Conhecimento Científico
- 1.2. Projeto de Pesquisa e Projeto de intervenção: Diferenças
- 1.3. Trabalho de Conclusão de Curso
- 1.4. A Pesquisa em Educação: objeto e campo
- 2 Abordagens e Marcos Teórico Metodológicos da pesquisa em educação
- 2.1. Abordagem qualitativa e quantitativa em educação
- 2.2. Positivismo, Fenomenologia, Marxismo
- 2.3. Pós-estruturalismo e Educação
- 2.4. Pós-colonialismo, Decolonialidade e Educação
- 2.5. Os tipos de pesquisa em educação
- 2.5.1. Pesquisa Quantitativa em Educação
- 2.5.2. Pesquisa Bibliográfica e Documental
- 2.5.3. Pesquisa Participante
- 2.5.4. Estudo de Caso e Pesquisa Etnográfica
- 2.6. Objeto, corpus, lócus e reunião de dados: procedimentos e cuidados
- 2.6.1. A delimitação do objeto, a construção do corpus e o locus da pesquisa
- 2.6.2. Dados textuais: Fichas de Registro de Dados
- 2.6.3. Dados orais: Questionário e entrevistas
- 2.6.4. Observação
- 3 O planejamento da pesquisa
- 3.1. A ética na pesquisa em Educação e o TCLE
- 3.2. Elaboração do projeto de pesquisa

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:* Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sarip Knopp. *Investigação Qualitativa em Educação*: Uma introdução a teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

FLICK, Uwe. Introdução a pesquisa qualitativa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*: a Pesquisa Qualitativa em Educação. 5 ed. 18, São Paulo: Atlas, 2009.

WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (Orgs.). *Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação*: Teoria e Prática. 2a Edição. Petrópolis: Vozes, 2011

ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília; VILELA, Rita (Org). *Intinerários de Pesquisa:* perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DPGA, 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

ALMEIDA, Maria Isabel de. Realidade social e os desafios da pesquisa em educação: reflexões sobre o nossopercurso. Psicologia da educação, São Paulo, n. 31, p. 35-43, ago. 2010.

ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. Cadernos de pesquisa, v. 113, p. 51-64, 2001. BARBIER, René. A Pesquisa-ação. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.

BARBOSA, Deborah R; SOUZA, Marilene P R de. Ética na Pesquisa Qualitativa: Reflexões Sobre Privacidade, Anonimato e Confidencialidade. In: Guerriero, Iara Coelho Zito; Schmidt, Maria Luisa Sandoval; Zicker, Fabio. (Orgs) Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

CHARLOT Bernard. Desafios da educação na contemporaneidade: reflexões de um pesquisador. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. especial, p. 147- 161, 2010

CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. Revista Portuguesa de Educação. Universidade do Minho, Portugal, ano16, v.2, p.221-236, 2003.

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artemed, Bookman, 2007.

DENZIN, Norman; Lincloln, Yvonna. O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GATTI, B.A. Estudos quantitativos em educação. Educação e Pesquisa. v.30, n.1 São Paulo: FEUSP, Jan. Abr. 2004

 . Construção	da Pesquisa er	n Educação	no Brasil.	. Brasilia:	Edit. Libe	er Livro, 2	2008.
 . Grupo focal	na pesquisa e	m Ciências	Sociais e	Humanas.	Brasília:	Liber Liv	ro, 2005

_____. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, v. 28, n. 1, 2012.

LINHARES, Célia Frazão. Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. Estudos etnográficos da educação: uma revisão de tendências no Brasil. Educação em Foco. Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 39-57, 2006.

OLIVEIRA, Thiago Ranniery Moreira de; PARAÍSO, Marlucy Alves. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação. Pro-Posições, v. 23, n. 3, p. 159-178, 2012.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 122, p. 283-303, maio/ago. 2004.

SANTOS FILHO, JOSÉ Camilo dos, GAMBOA Silvio Sánchez (Org.). Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000

VILELA, Rita Amélia T. O lugar da abordagem qualitativa na pesquisa educacional: retrospectiva e tendências atuais. Perspectiva. Florianópolis, v.21, p. 431-466, 2003.

ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília; VILELA, Rita (Org.). Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

DEPARTAMENTO: DEDG DISCIPL		PLINA: Educação do Campo		
SEMESTRE: 6°	CH: 80	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 20	

Apropriar-se de conhecimentos técnico-científico e metodológicos indispensáveis à elaboração de projetos educativos que atendam às especificidades que caracterizam os diferentes contextos rurais em que as escolas se inserem.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Ampliar e qualificar o conhecimento dos acadêmicos acerca do lugar da educação do campo nas políticas públicas e na Legislação Brasileira história, lutas e conquistas.
- Investigar os aspectos que caracterizam diferentes realidades educacionais, sociais, econômicas, culturais e políticas.

EMENTA:

Educação do Campo e os Movimentos sociais do Campo: conceito, história e concepções. Populações tradicionais do Campo: saberes, práticas e cultura. Docência no Campo como prática política e social. Currículo da Escola do Campo: saberes, diversidade cultural, gênero, gerações e matrizes étnicas. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: conceito, perspectiva. Pesquisa como princípio estruturante da docência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1- Campo e Educação no Brasil: questões introdutórias.
- 2- O Movimento por uma Educação do Campo: História, Lutas e Conquistas. 3- Educação do Campo nas Políticas Públicas e na Legislação Brasileira.
- 4- A educação e escola do campo: concepções curriculares e teórico metodológicas. 5- Contexto rural enquanto espaço histórico de atuação dos movimentos.
- 6- Populações tradicionais do Campo: saberes, diversidade cultural, gênero, gerações e matrizes étnicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ARROYO, Miguel Gonzaley; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do Campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro;

BAPTISTA, Naidison de Quintella (orgs.). CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. 6ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

COSTA, Marisa Vorraber. (Org.). NETO, Alfredo Veiga. [et. Al.] . Caminhos investigativos II: Outros modos de pensar e fazer

pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra. 3 ed. São Paulo: Petrópolis, 2002. (Série Brasil cidadão).

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. Heterogeneidade sociocultural da Amazônia. Texto organizado com alunos da disciplina: Educação rural da Amazônia. Curso de Pedagogia. ICED/UFPA, 2016.

Currículo: Morrendo nas entrelinhas do caderno escolar. Inserido no artigo de MARQUES, Maria Ornélia da Silveira Saberes escolares: para Além da Escola; que por sua vez encontra-se inserido IN: OSOWSKI, Cecília Irene (Org.). Provocação da sala de aula. 83 São Paulo, Edições Loyola, 1999.

Por uma Educação do Campo na Amazônia: Currículo e diversidade cultural em debate. Digitalizado.

LIMA, Iranete Maria de Silva. CARVALHO, Cyntia Xavier de. FRANCO, Maria Joselma do Nascimento. (Orgs.). Educação do Campo e diversidade cultural: Faces e interfaces. Recife: Editora UFPE, 2016. LIMA, Marcos Vinícius da Costa. COSTA, Solange Maria Gayoso da. Cartografia Social das Crianças e Adolescentes Ribeirinhas/Quilombolas da Amazônia. IN Revista Geografares. nº 12. P. 76-113. Julho, 2012.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. MARCONDES, Maria Inês. TEIXEIRA, Elizabete (Orgs). Abordagens teóricas e construções metodológicas na pesquisa em Educação. Belém: EDUEPA, 2011.

SOUZA, Maria Antônia. Educação e Movimentos Sociais do Campo: A produção do conhecimento no período de 1987 A 2015. 2ª ed. Atual, ampliada e revisada. Curitiba: Editora UFPR, 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

AMIGUINHO, Abílio. Educação em meio rural e desenvolvimento local. Revista Portuguesa de Educação, 18(2), pp. 7-43, 2005, CIEd - Universidade do Minho.

ANTONIO, Clésio Acilino e LUCINI, Marizete. Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 177-195, maio/ago. 2007 177. Disponível emhttp://www.cedes.unicamp.br

ARROYO, Miguel e FERNANDES, Bernardo Mançano. Por uma educação básica do campo: a educação básica e o movimento social no campo. V.2. Brasília, 1999.

BENJAMIN, César e CALDART, Roseli Salete. Por uma educação básica do campo: projeto popular e escolas do campo. V.3. Brasília, 1999.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. Trabalho Necessário. MST - Ano 2, nº 2, 2004. (Texto produzido a partir da exposição "A construção da identidade da Educação do Campo", desenvolvida no INEP | MEC. Panorama da Educação do Campo. Brasília | DF, 2007

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo, de 03 de abril de 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Complementares da Educação Básica para as Escolas do Campo. Resolução Nº 2, de 28 de abril de 2008.

DEPARTAMENTO: DEES DISCIPLINA: Teoria do Currículo e Diversidade Cultural			ade Cultural
SEMESTRE: 6° CH: 80		CH TEÓRICA: 80	CH PRÁTICA: 0

Compreender as diferentes dimensões currículo, norteando estudos, discussões e reflexões sobre a evolução, estrutura e organização curricular brasileira.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Discutir o conceito de currículo contextualizando-o na dimensão cultural, social e histórica buscando uma compreensão da evolução do currículo ao longo do contexto educativo;

Refletir sobre currículo como instrumento prescritivo ou como construto social, considerando os pressupostos da proposta pedagógica;

Estabelecer relação entre currículo, conhecimento, currículo escolar e planejamentos;

Situar o Currículo contextualizando-o com a diversidade cultural; estabelecer relação entre currículo e sociedade.

EMENTA:

Aborda sobre o conceito e a dimensão de currículo. Discute as teorias do currículo e as questões atuais do currículo. Enfoca as tendências e os paradigmas teóricos e práticos atuais do currículo da educação básica no Brasil. Currículo e Diversidade Cultural na contemporaneidade

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- As teorias do currículo na perspectiva de Tomaz Tadeu da Silva
- Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo
- Atualidade da pedagogia do oprimido: opressão e educação libertadora hoje e sempre
- Um aspecto da função ideológica da escola: o currículo oculto
- História do currículo e currículo como construção histórico-cultural
- Questões étnico-raciais e currículo: uma abordagem reflexiva
- O campo do currículo no brasil: os anos noventa
- O racismo no contexto educativo: uma questão ética e de direitos humanos
- O currículo sob a cunha da diferença

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

APPLE, Michael W. Ideologia e Currículo. Porto Alegre: Artmed, 2006.

HAMILTON, David. "Mudança social e mudanças pedagógicas: a trajetória de uma pesquisa histórica" in *Revista Teoria e Educação*, 6. Porto Alegre: Pannonica, 1992.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Currículos e Programas no Brasil. São Paulo: Papirus, 2000.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. O campo do currículo no Brasil: construção no contexto da ANPED. In: *Cadernos de Pesquisa*. n. 117, p. 81-101, novembro. Fundação Carlos Chagas: São Paulo, 2002.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; TADEU, Tomás da Silva. *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2000. SACRISTÁN, J. Gimeno. *O Currículo*: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *Poderes Instáveis em Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÒMEZ, A. I. Pérez. Compreender e transformar o ensino. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. SILVA, Tomás Tadeu. *Documentos de identidade*. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte. Autentic, 1999

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

COSTA, Marisa Vorraber. (Org.) Currículo, nos limiares do Contemporâneo. 2 ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2000 FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Rio de janeiro: Paz e terra, 2003

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: Políticas, estrutura eorganização. São Paulo: Cortez, 2005

LOPES, A.R.C; MACEDO, E.F de. Currículo: Debates Contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2005 MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005

PONCE, Branca Jurema. *Currículo*: o acesso à cultura como problema e solução para a exclusão social. Artigo apresentado e publicado nos Anais do ENDIPE (Encontro Nacional de Didática e prática de Ensino). Recife, 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Educação, Sujeito e História. São Paulo: Olho D'Água, 2001

DEPARTAMENTO: **DEDG** DISCIPLINA: **Educação em Instituições não Escolares e Ambientes Populares**SEMESTRE: **6°** CH: **100** CH TEÓRICA: **60** CH PRÁTICA: **40**

OBJETIVO GERAL:

Promover a compreensão e análise das concepções, e pressupostos filosóficos e pedagógicos da Educação em Instituições não Escolares e em Ambientes Populares no Brasil

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Construir referenciais teórico-metodológicos em Instituições Não Escolares e Ambientes Populares, de maneira a subsidiar o estágio e as práticas pedagógicas;
- Debater sobre os pressupostos conceituais da educação popular e suas interlocuções com o campo de atuação do (a) Pedagogo
- (a) em ambientes não escolares;
- Refletir sobre a atuação do(a) Pedagogo(a) em diferentes espaços educativos, tais como: rua, cárcere, empesas, hospitais, espaço de acolhimento de idosos, autarquias, ongs, etc.

EMENTA:

Desenvolver estudos teórico-práticos sobre a educação em diferentes ambientes educativos. Identificar nesses espaços as especificidades educacionais de atuação do/a Pedagogo/a com crianças e pessoas jovens, adultas e idosas, tendo como referência teórica e metodológica a educação popular.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE 1 – REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO EM INSTITUIÇÕES NÃO ESCOLARES E AMBIENTES POPULARES

- 1.1. Definições da Pedagogia e o seu campo de atuação
- 1.2. Educação não-formal: definições e problemáticas
- 1.3. Pedagogia Social e o Educador Social
- 1.4. Pressupostos conceituais da educação popular e suas interlocuções com o campo de atuação do pedagogo em ambientes não escolares

UNIDADE 2 – MÚLTIPLOS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DO(A) PEDAGOGO (A)

- 2.1. Especificidades e desafios da educação em hospitais, centros comunitários, casas de acolhimento de idosos, empresas, movimentos sociais, cárceres, entre outros espaços.
- .2. Cartografia de práticas pedagógicas em instituições não escolares e ambientes populares

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ARROYO, Miguel. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes,2012

FERREIRA, Diana Lemes Ferreira; ALBUQUERQUE, Jacirene Vasconcelos de; SILVA, Rosilene Ferreira Gonçalves. (Orgs). Pedagogia em Diferentes Contextos. Coleção Pedagogia em Movimento. Curitiba: CRV, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. GRACIANI, Maria Stela Santos. Pedagogia Social. São Paulo: Cortez, 2014.

LIBANEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos, para que? São Paulo: Cortez, 2004

_____. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de Pedagogia. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org). Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2011

MACHADO. Edina Fialho; SILVA, Cristiano Pinto e ALMEIDA, Fernando Octávio Barbosa. (Org.). Pedagogias e sujeitos em conexão. Coleção Pedagogia em Movimento. Curitiba: CRV, 2020

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

AMARAL, Gerlaine Belchior; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; ARAUJO, Talita Medeiros de. Pedagogia Jurídica no Brasil: questões teóricas e práticas de um campo em construção. Coleção Práticas Educativas. Fortaleza: Editora da UECE, 2021.

Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional. Curitiba. Online, v28, p.1-18, 2016

CALIMAN, Geraldo. Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador. Revista de Ciências da Educação. UNISAL - Americana/SP - Ano XII - N°23 – 2° semestre

GRACIANE, Maria Stela. Pedagogia Social de Rua. São Paulo: Cortez, 1998.

LOPES, Izolda (Org). Pedagogia Empresarial: formas e contextos de atuação. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2008.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, R.C.S.; SCORTEGAGNA, Paola ANDRESSA; OLIVEIRA, Flávia da Silva. Análise das produções sobre a educação na terceira idade. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional. Curitiba. *Online*, v28, p.1-18, 2016OLIVEIRA, R.C.S.; SCORTEGAGNA, Paola ANDRESSA; OLIVEIRA, Flávia da Silva. Análise das produções sobre a educação na terceira idade.

SILVA, Lana Cláudia Macedo da. OLIVEIRA, Izabel Cristina Borges Corrêa. (Org) Meninos vestem azul e meninas vestem rosa? Construção de identidades na Amazônia. Belém, Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2021.

DEPARTAMENTO: **DEDG** DISCIPLINA: **Estágio Supervisionado em Instituições Não Escolares e Ambientes Populares**

SEMESTRE: 6° CH: 100 CH TEÓRICA: 0 CH PRÁTICA: 100

OBJETIVO GERAL:

Conhecer e vivenciar princípios e aplicabilidades da atuação do(a) Pedagogo(a) em diferentes espaços sociais, valorizando as especificidades dos ambientes e dos sujeitos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Analisar diferentes contextos sociais e identificar as particularidades do trabalho do pedagógico nesses contextos.
- Identificar e analisar as dimensões do trabalho pedagógico em pedagogia social em ambientes nãoescolares.
- Elaborar, executar e avaliar planos e/ou projetos de investigação e de ação educativa.

EMENTA:

Educação em instituições não escolares e ambientes populares: Concepções e práxis de Estágio Supervisionado. O papel do/a pedagogo em ambientes não escolares. Elaboração, Execução e Avaliação de Projetos Pedagógicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

EIXO I: Pressupostos que norteiam o Estágio Supervisionado Estágio: diferentes concepções

Importância e contribuições do Estágio na Formação do/a Educador/a; Legislação que norteia o estágio no Brasil;

EIXO II: Educação em Instituições Não-Escolares e Ambientes Populares

O Estágio Supervisionado e a atuação de pedagogos/as em espaços não escolares.

A Formação do/a Pedagogo/a para atuar em Espaços Não Escolares: desafios e perspectivas Pesquisa sobre o ambiente de atuação de Pedagogos/as e suas ações nesses campos.

EIXO III: A efetivação da Prática Procedimentos metodológicos do estágio; Orientação dos instrumentos, diagnóstico;

Elaboração, execução e avaliação de projetos e/ou planos de ação educativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ALBUQUERQUE, Jacirene Vasconcelos de; MOTA NETO, João Colares da; OLANDA, Osterlina Fátima Jucá; RIBEIRO, Williame de Oliveira. (Org.). O Estágio na formação do Pedagogo: reflexões e vivências. 1ed. BELEM: EDUEPA, 2015, v. 1, p. 99-116.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Gloria. Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do 3º setor. São Paulo: Cortez, 2001.

GRACIANI, Maria Stela Santos. Pedagogia Social. São Paulo: Cortez, 2014;

UEPA. Centro de Ciências Sociais e Educacionais. Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da UEPA. Belém, 2006

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

ALMEIDA, Marcos Garcia. Pedagogia Empresarial: saberes, práticas e reverenciais. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

ARAÚJO, Flávia Gomes Marçal Pantoja de (Org.). Direito humano na Amazônia: uma questão de justiça. SDDH. Belém, 2013.

ARROYO, Miguel Gonzalez. VIELA, Maria dos A. Lopes. SILVA, Maurício Roberto da. (Org). Trabalho Infantil: exercício tensos de ser criança. Haverá espaço na agenda pedagógica? Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre experiência e o saber da experiência. Revista Brasileira de Educação. jan/fev/mar/abr, n. 19, 2002;

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº. 8.069/90, de 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA-

SP, 1991.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. [LDB]. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Resolução CNE/CP 01, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em cursos de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União. Brasília, 4 de março de 2002, Seção I, p. 09.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01 06.pdf

Acesso em 18 de abril de 2014.

CRUZ, Célia Maria Pacheco. Pedagogia carcerária e hospitalar: Novas perspectivas de atuação profissional do pedagogo. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 08, Vol. 07, pp. 71-86. Agosto de 2020. ISSN: 2448- 0959, Link de acesso:

https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/pedagogia-carceraria DOI:

10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/pedagogia-carceraria

FERREIRA, Diana Lemes Ferreira; ALBUQUERQUE, Jacirene Vasconcelos de; SILVA, Rosilene Ferreira Gonçalves. (Orgs). Pedagogia em Diferentes Contextos. Coleção Pedagogia em Movimento. Curitiba: CRV, 2017.

MACHADO, Edina Fialho. SILVA, Cristiano Pinto da. ALMEIDA, Fernando Octávio Barbosa de. (Orgs). Pedagogias e Sujeitos em Conexão. Coleção Pedagogia em Movimento. V.2. Curitiba: CRV, 2020. Coord. Diana Lemes Ferreira).

MACHADO, Edina Fialho. O Estágio Supervisionado no Abrigo Cordeirinho de Deus como Prática Pedagógica Social. In: FERREIRA, Diana Lemes; ALBUQUERQUE, Jacirene Vasconcelos de; SILVA, Rosilene Ferreira Gonçalves. (Org). Pedagogia em Diferentes Contextos. Coleção Pedagogia em Movimento. Curitiba: CRV, 2017.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação Escolar nas Prisões: o olhar de alunos e professores. Jundiaí, Paco Editorial, 2014.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira. Escolarização Hospitalar: Educação e saúde de mãos dadas para humanizar. Rio de Janeiro: Vozes, 2009

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MIRANDA, Joseval dos Reis. O estágio supervisionado e a atuação do pedagogo em espaços não escolares. In: IX Congresso nacional de Educação – EDUCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. PUCPR, 2009

MORAES, Ceila R.; FERREIRA, D. L.; ALBUQUERQUE, J. V.; SILVA, R. F. G. A Formação do Pedagogo para atuar em Espaços Não Escolares: Desafios e Perspectivas. In: IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação / VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação, Lisboa Portugal, 2014.

SILVA, Lana Cláudia Macedo da. OLIVEIRA, Izabel Cristina Borges Corrêa. (Org) Meninos Vestem Azul e Meninas Vestem Rosa? Construção de identidades na Amazônia. Belém, Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2021.do Pará, 2021.

DEPARTAMENTO: DEES DISCIPI		LINA: Políticas Públicas e Educação		
SEMESTRE: 7°	CH: 80	CH TEÓRICA: 80	CH PRÁTICA: 0	

A disciplina visa promover discussões, estudos e pesquisas acerca da construção de políticas públicas, reformas e condições de aplicação na educação brasileira em seus diferentes níveis e modalidades nas diferentes esferas administrativas

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Desenvolver estudos sobre a trajetória histórica sobre as reformas da educação brasileira
- Promover o debate sobre as reformas educacionais e as políticas de descentralização, inclusão e financiamento da educação (FNDE e FUNDEB)
- Propiciar análises e compreensões sobre a política educacional brasileira nas diferentes modalidades e níveis educacionais, bem como o debate formação inicial e continuada de docentes
- Entender a construção das BNCC nas séries iniciais.

EMENTA:

Análise da legislação educacional em vigor: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Estatuto da Criança e do Adolescente, Plano Nacional de Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais; Discussão das políticas públicas educacionais: Formação de professores, Financiamento da educação, currículo e inclusão

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

A construção das políticas públicas educacionais e a influência dos organismos multilaterais (UNESCO, ONU, Banco Mundial). O Plano Nacional de Educação

A LDB 9.394/96 e Estatuto da Criança e Adolescente: direito a educação As Diretrizes Curriculares e a construção do BNCC nas séries iniciais

A Formação de Inicial e Continuada de Docentes

As principais fintes do Financiamento da Educação: FUNDEB e FNDE A construção das políticas públicas de inclusão para Educação Básica A importância da pesquisa em políticas educacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, N.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. BRASIL. Plano Nacional de Educação, Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

SILVA Antonia Almeida e SCAFF Elisângela Alves da Silva. Ensino Fundamental de Nove Anos Como política de Integração Social: Análises a Partir de Dois Estados Brasileiros ANPED, Gt-5 outubro, 2009. Captura em WWW.anped.org.br, dia 26 de junho de 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

BANCO MUNDIAL. Brasil. Justo. Competitivo. Sustentável. Estratégia de Assistência ao País 15-47. Washington, 2002, p. 17- 54 Disponível em:

http://www.obancomundial.org/index.php/content/view_folder/92.html. Acesso jan 2021

BRASIL. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Disponível In: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_ Identificação/lei% 2014.113-2020? Open Document.

CARVALHO, Fabrício Aarão Freire. Financiamento da educação pública: o "pano de fundo" da política de fundos no Brasil. In:http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/35.pdf. Acessado em 13/06/2021.

https://www.fnde.gov.br/programas - FNDE

https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente- confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021 Digital.pdf.

HYPOLITO, Álvaro Luiz M. Trabalho docente e o novo plano nacional de educação: valorização, formação e condições de trabalho. Cadernos CEDES, Volume: 35, número: 97, Publicado: 2015. Disponível: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/MBxtWzyDKPxw8N3LL9f74pM/?lang=pt&format=pdf

MARTINS, Paulo de Sena. O Financiamento da Educação Básica como Política Pública. Revista Brasileira de política e Administração da Educação. Porto Alegre, V.26, 2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de (org.). Políticas e práticas de formação dos docentes, dirigentes escolares,

Planejamento, financiamento e avaliação da educação - Série Anais do VI Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, IX Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação. [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018. Disponível in:

https://www.anpae.org.br/IBERO2018/publicacao/Volume2.pdf

SAVIANI, Demerval. Sistema Nacional de Educação: Conceito, papel histórico e obstáculos para sua construção no Brasil. ANPED, trabalho encomendado, 2009. Captura em www.anped.org.br dia 26 de junho de 2021

DEPARTAMENTO: DEES DISCIPLINA: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação de				
Jovens e Adultos				
SEMESTRE: 7°	CH: 80	CH TEÓRICA: 40	CH PRÁTICA: 40	

Analisar e compreender a Educação de Jovens e Adultos no contexto educacional brasileiro, considerando os condicionantes sociais, políticos e culturais deste segmento no contexto atual;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Conhecer e analisar as políticas públicas no âmbito da educação de jovens e adultos;
- Conhecer e problematizar os processos de ensino-aprendizagem e as alternativas metodológicas na educação de jovens e adultos.

EMENTA:

Analisar o contexto histórico, político e social da EJA no Brasil. Políticas públicas na educação de jovens e adultos (EJA). A construção do projeto político-pedagógico de EJA. O método Paulo Freire e Programas e alternativas metodológicas na área de EJA. Os novos suportes técnicos-informacionais, a educação à distância em EJA. EJA e as relações para o mundo do trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Fundamentos históricos, econômicos, sociais e culturais da EJA
- Retrospectiva histórica da Educação de Jovens e Adultos do Brasil Colônia a século XXI.
- As condições econômicas, históricas e sociais que geram o jovem e o adulto analfabeto;
- Os organismos multilaterais internacionais e o desenvolvimento da EJA no Brasil
- O perfil do discente e a função da escola moderna voltada a EJA.
- Entender a relação da educação de jovens e adultos e o mundo do trabalho.
- Especificidades do Planejamento e Avaliação em EJA.
- A pesquisa na Educação de Jovens e Adultos
- As Políticas Públicas voltada a EJA e as Diretrizes Curriculares da EJA
- A Formação Inicial e Continuada para EJA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

FREIRE, Paulo Educação e mudança. 24º ed. São Paulo: Paz e terra, 2001 FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 1982.

GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2000

KHOL, Marta de Oliveira. Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.

MEC/UNESCO. Educação como exercício de diversidade. Brasília: Unesco/MEC, Anped, 2005 (Coleção educação para todos; 6).

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (Orgs). Educação de Jovens e Adultos; Rio de Janeiro:DP&A, 2004

RAAB. Práticas educativas e a construção do currículo. In: Revista de educação de jovens e adultos: Alfabetização e cidadania. São Paulo, nº 11, abril, 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

BARRETO, Vera. Paulo Freire para Educadores; São Paulo: Arte. & Ciência, 1998. SOARES, Leôncio. Educação de Jovens e Adultos; Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HADDAD, Sérgio e DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação. ANPED, nº 14, Mai/Jun/Jul/Ago 2000, pp. 108-130. Disponível em:

http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_08_SERGIO_HADDAD_E_MARIA_CLA RA_DI_PIERRO.pdf

Revista Educação & Realidade: Educação de Jovens e Adultos, Letramento e Formação de Professores. Moll, Jaqueline (Org) Vol. 29 nº 2 jul/dez 2004 Porto Alegre 2005.

SOEK, Ana Maria. Fundamentos e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos. Curitiba: Editora Fael, 2010.

DEPARTAMENTO: DEDG	DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado em Educação de Jovens e
Adultos		

SEMESTRE: **7**° CH: **100** CH TEÓRICA: **0** CH PRÁTICA:**100**

OBJETIVO GERAL:

Desenvolver estudos teórico-práticos, pesquisas e intervenções sobre a atuação do/a Pedagogo/a na Educação de Jovens e Adultos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender as especificidades da Educação de Jovens e Adultos como um campo de atuação do/a Pedagogo/a.
- Identificar e analisar as dimensões do trabalho pedagógico na Educação de Jovens e Adultos.
- Elaborar, executar e avaliar planos e/ou projetos de investigação e de ação educativa na EJA

EMENTA:

Especificidades da Educação de Jovens e Adultos como um campo de atuação do/a pedagogo/a. Dimensões do trabalho pedagógico na Educação de Jovens e Adultos. Elaboração, execução e avaliação de projetos de investigação e de ação educativa na EJA.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

EIXO I: Especificidades da Educação de Jovens e Adultos como um campo de atuação do pedagogo/a Estágio Supervisionado na EJA: introdução ao debate.

Importância e contribuições do Estágio na EJA na formação do/a pedagogo/a.

A EJA como um campo de atuação do/a pedagogo/a: especificidades, desafios e complexidades.

EIXO II: Dimensões do trabalho pedagógico na EJA A formação do/a pedagogo/a para atuação na EJA.

O currículo da EJA (anos iniciais do Ensino Fundamental); Organização do trabalho pedagógico na EJA.

EIXO III: A pesquisa e a prática pedagógica na EJAO estágio na EJA como práxis e como pesquisa; Procedimentos metodológicos do estágio.

Elaboração, execução e avaliação de projetos e/ou planos de investigação e de ação educativa na EJA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ALBUQUERQUE, Jacirene Vasconcelos de; MOTA NETO, João Colares da; OLANDA, Osterlina Fátima Jucá; RIBEIRO, Williame de Oliveira. (Org.). O Estágio na formação do Pedagogo: reflexões e vivências. 1ed. BELEM: EDUEPA, 2015, v. 1, p. 99-116.

FREIRE. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRACIANI, Maria Stela Santos. Pedagogia Social. São Paulo: Cortez, 2014;

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação [online]. 2000, n. 14 [Acessado 3 fevereiro 2022], pp. 108-130. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200007 Epub 20 Dez 2012. ISSN 1809-449X. https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200007.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação Escolar nas Prisões: o olhar de alunos e professores. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

PAIVA, Jane, HADDAD, Sérgio; SOARES, Leôncio José Gomes. Pesquisa em educação de jovens e adultos: memórias e ações na constituição do direito à educação para todos. Revista Brasileira de Educação [online]. 2019, v. 24 [Acessado 3 fevereiro 2022], e 240050. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240050 Epub 14 Out 2019. ISSN 1809-449X. https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240050.

PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira; CARVALHO, Alexandre Filordi de; NOVAES, Luiz Carlos. A formação do pedagogo e a educação nas prisões: reflexões acerca de uma experiência. Cadernos CEDES [online]. 2016, v. 36, n. 98 [Acessado 3 fevereiro 2022], pp. 109-122. Disponível em: https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016162564. ISSN 1678-7110. https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016162564

RIBEIRO, Vera Masagão; CATELLI JUNIOR, Roberto; HADDAD, Sergio. A avaliação da EJA no Brasil: insumos, processos, resultados. Brasília: INEP, 2015.

VENTURA, J. A EJA E OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE NAS LICENCIATURAS.

Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade, v. 21, n. 37, 2 set. 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. [LDB]. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Resolução CNE/CP 01, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em cursos de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União. Brasília, 4 de março de 2002, Seção I, p. 09.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf Acesso em 18 de abril de 2014.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. Cadernos CEDES [*online*]. 2001, v. 21, n. 55 [Acessado 3 Fevereiro 2022], pp. 58-77. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300005. Epub 27 Ago 2001. ISSN 1678-7110. https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300005

FERREIRA, Diana Lemes Ferreira; ALBUQUERQUE, Jacirene Vasconcelos de; SILVA, Rosilene Ferreira Gonçalves. (Orgs). Pedagogia em Diferentes Contextos. Coleção Pedagogia em Movimento. Curitiba: CRV, 2017.

MACHADO, Edina Fialho. SILVA, Cristiano Pinto da. ALMEIDA, Fernando Octávio Barbosa de. (Orgs). PEDAGOGIAS ESUJEITOS EM CONEXÃO. Coleção Pedagogia em Movimento. V.2. Curitiba: CRV, 2020. Coord. Diana Lemes Ferreira)

DEPARTAMENTO: DED (ano)	G DISCIPLINA: Estágio	Supervisionado em Ensino	o Fundamental (1º ao 3º
SEMESTRE: 7°	CH: 100	CH TEÓRICA: 0	CH PRÁTICA: 100

Estudar referenciais teórico-metodológicos subjacentes à formação docente e os seus reflexos nas experiências vivenciadas no campo de estágio supervisionado

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Inserir alunos e professores formadores no campo de estágio para conhecimento das práticas pedagógicas nas unidades escolares.
- Planejar atividades didático-pedagógicas interdisciplinares em parceria com professores dos campos de estágio do 1º ao 3º ano do ensino fundamental.
- Orientar a elaboração de projeto de pesquisa com o intuito de diagnosticar, problematizar e analisar as questões emergentes do campo de estágio e propor intervenção para melhoria das práticas pedagógicas.
- Estabelecer momentos de estudo e troca de experiências com professores do 1º ao 3º ano do ensino fundamental com vistas a garantir a divulgação das produções realizadas no estágio supervisionado.

EMENTA:

Caracterização da importância do Estágio Supervisionado. Pesquisa acerca da realidade educacional do 1º ao 3º ano do ensino fundamental na comunidade escolar. Compreensão sobre as áreas de conhecimentos com base na BNCC. Construção de projetos pedagógicos. Orientação, planejamento e aplicação de projetos na comunidade escolar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Legislação, objetivos e importância do Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental (1º ao 3º ano)

Objetivos e fundamentos das áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas

Planejamento e Elaboração de Projetos Pedagógicos

Formação do pedagogo docente e aplicação dos projetos de pesquisa

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa. O senso prático de ser e estar na profissão. São Paulo: Cortez, 2006.

ALARCÃO, Isabel (1996). Reflexão crítica sobre o pensamento de D. Schon e os programas de formação de professores. In (Org.). Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão. Portugal: Porto, 1996. cap. 1, p. 9-39.

ALARÇÃO, I. Supervisão da prática pedagógica. 2.ed. Coimbra: Almeida, 2003.

AQUINO, J. G. Confrontos na sala de aula: uma leitura institucional da relação professor-aluno. São Paulo: Summus, 1996.

BARREIRO, I. M de; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari, K. Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e aos métodos. Portugal: Porto, 1994.

BORGES, R. C. M. B. O professor reflexivo-crítico como mediador do processo de inter-relação da leitura – escrita. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

	Sociologia.	In: ORTIZ,	, R. Cultura	a brasileira	e identidade	nacional.	5.ed.	São	Paulo
Brasiliense,	1994.								

_____Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRASIL. Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, DF, 23 dez. 1996.

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. BRASIL. Secretaria de Educação Infantil. Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília/; MEC. BREZINSKI, I. Profissão professor: identidade e profissionalização docente. Brasília: Plano, 2002. CANDAU, V. A didática em questão. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. CONTRERAS, J. La autonomia del professorado. Barcelona: Morata, 1997. _. A autonomia de professores. São Paulo: Cortez, 2002. CUNHA. Izabel da. O bom professor e sua prática. 5ª ed. Campinas – SP Papirus, 1995. _. O professor universitário na transição de paradigmas. Araraquara: JM, 1998. FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. Campinas: Papirus, 1994. FOERSTE, Erineu. Parceria na formação de professores. São Paulo: Cortez, 2005. FONSECA, S. G. Didática e Prática de Ensino de História: experiências, reflexões e aprendizagens. Campinas: Papirus, 2003. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1971. . Educação e mudança. RJ: Paz e Terra, 1979. _; SHOR, Ira. Medo e Ousadia: o cotidiano do professor. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. . Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996. GIROUX, H. Escola crítica e política cultural. São Paulo: Cortez, 1987. HERNÁNDEZ, F. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998. IMBERNÓN, Francisco. Formação docente profissional: formar-se para a mudança e a incerteza, 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005. LIBÂNEO, J. C. Adeus professor, adeus professora? São Paulo: Cortez, 1998. . Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítico de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002. _. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001. .OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003 (Docência em Formação). LISITA, V. M. S. S.; SOUSA e L. F. E. C. P. (Org.). Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2000. NÓVOA, A. (Org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992. . Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992. . O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). Profissão professor. Porto: Porto Editora, 1992. PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos). (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999.
- PRETO, Nelson de L. A Ciência nos livros didáticos. Campinas-SP: Unicamp, Salvador; UFBA, 1985.

RAMALHO, Betânia Leite; NUÑEZ, Isauro Beltrão; GAUTHIER. Clemont. Formar o professor,

PIMENTEL, Maria da G. O professor em construção. Campinas-SP/: Papirus, 1993.

profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SACRISTÁN, J. G. Tendências investigativas na formação de professores. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

. O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática? 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTO, Maria E, V.M. Área/escola/: desafios interdisciplinares. Lisboa: livros horizonte, 1994. SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. Porto: Afrontamento, 1987.

SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (Org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 77-91.

TARDIF, M. Saberes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

VASCONCELLOS, C. S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político- pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZEICHNER, Ken. Novos caminhos para o practicum: uma perspectiva para os anos 90, in NÓVOA, Antônio (Org). Os professores e sua formação. Portugal-Lisboa: Dom Quixote, 1992. cap. 6, p. 115-138.

_____. Novos caminhos para o practicum: uma perspectiva para os anos 90, in NÓVOA, Antônio (Org). Os professores e sua formação. Portugal-Lisboa: Dom Quixote, 1992. cap. 6, p. 115-138.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

ALARCÃO, I. Reflexão crítica sobre o pensamento de D. Schön e os programas de formação de professores. Revista da Faculdade Educação da USP, v.22, nº 2,1996. p. 11-42.

ANDRÉ, Marli et al. Estado da Arte da Formação de Professores no Brasil. Educ. Soc. v.20, n.68, Campinas dez. 1999.

AZEVEDO, Mª Antônia Ramos. Os saberes de orientação de estágio de professores. In PINTO, Mª das Graças G. Diálogos acerca dos estágios curriculares supervisionados: interfaces e possibilidades. Anais do XV ENDIPE: Minas Gerais - Belo Horizonte. 2010. p. 25-36.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP1, de 18 de fevereiro de 2002a: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior curso de licenciatura de graduação plena. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 27 abr. 2009.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002b: Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica nível superior. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf. Acesso em: 27 abr. 2009.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 28/2001: Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: http://www.ensinopublico.pro.br/Documentos% 5CFederal% 5C02042008053727.doc> Acesso em: 27 abr. 2009.

CUNHA, L. A. S. Formação inicial do professor da educação básica: contribuição da teoria sobre o professor reflexivo no Estágio Supervisionado. 2002. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

CURY, C. R. J. Estágio supervisionado na formação docente. In: Endipe, 11., 2002, Goiânia. DOMINIK, Rejany dos S; SANTIAGO, Solange; FERREIRA, Sueli Camargo. O estágio na formação de professores em Niterói-RJ: intenções, construções e reflexões. Anais do XV ENDIPE: Minas Gerais - Belo Horizonte. 2010.

FRANCO, G. O estágio supervisionado para profissionais do magistério e suas influências na prática docente. 2002. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual do Vale do Acarau e Universidade Internacional de Lisboa.

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança. Educação & Sociedade, Campinas: Cedes, nº 68, p.239-277, 1999.

LIMA, Mª do Socorro Lucena. O que é estágio com parceria? As ousadias e desafios de ensinar e aprender a ser professor pesquisador. In AGOSTINI, Sandra. O estágio supervisionado na formação de professores: múltiplos olhares. Anais do XV ENDIPE: Minas Gerais - Belo Horizonte. 2010. p. 25-36.

PAGANELLI, T. Para a construção do espaço geográfico na criança. Revista Terra Livre. São Paulo/; Marco Zero, 1987.

DEPARTAMENTO: DED O	G DISCIPLINA: Estágio	Supervisionado em Ensino	Fundamental (4° e 5°
ano)			
SEMESTRE: 7°	CH: 100	CH TEÓRICA: 0	CH PRÁTICA: 100

Estudar referenciais teórico-metodológicos subjacentes à formação docente e os seus reflexos nas experiências vivenciadas no campo de estágio supervisionado;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Inserir alunos e professores formadores no campo de estágio para conhecimento das práticas pedagógicas nas unidades escolares;
- Planejar atividades didático-pedagógicas interdisciplinares em parceria com professores dos campos de estágio do 4° e 5° ano do ensino fundamental;
- Orientar a elaboração de projeto de pesquisa com o intuito de diagnosticar, problematizar e analisar as questões emergentes do campo de estágio e propor intervenção para melhoria das práticas pedagógicas;
- Estabelecer momentos de estudo e troca de experiências com professores do 4º e 5º ano do ensino fundamental com vistas a garantir a divulgação das produções realizadas no estágio supervisionado.

EMENTA:

Caracterização da importância do Estágio Supervisionado. Pesquisa acerca da realidade educacional do 4º e 5º ano do ensino fundamental na comunidade escolar. Compreensão sobre as áreas de conhecimentos com base na BNCC. Construção de projetos pedagógicos. Orientação, planejamento e aplicação de projetos na comunidade escolar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1. Legislação, objetivos e importância do Estágio Supervisionado
- 2. O Estágio Supervisionado em Ensino Fundamental (4º e 5º ano)
- 3. Objetivos e fundamentos das áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas
- 4. Planejamento e Elaboração de Projetos Pedagógicos
- 5. Formação do pedagogo docente e aplicação dos projetos de pesquisa

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa. O senso prático de ser e estar na profissão. São Paulo: Cortez, 2006.

ALARCÃO, Isabel (1996). Reflexão crítica sobre o pensamento de D. Schon e os programas de formação de professores. In (Org.). Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão. Portugal: Porto, 1996. cap. 1, p. 9-39.

ALARÇÃO, I. Supervisão da prática pedagógica. 2.ed. Coimbra: Almeida, 2003.

AQUINO, J. G. Confrontos na sala de aula: uma leitura institucional da relação professor-aluno. São Paulo: Summus, 1996. BARREIRO, I. M de; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari, K. Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e aos métodos. Portugal: Porto, 1994.

BORGES, R. C. M. B. O professor reflexivo-crítico como mediador do processo de inter-relação da leitura – escrita. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

	. Sociologia.	In: ORTIZ,	R. Cultura	a brasileira	e identidade	nacional.	5.ed. Sã	io Paulo
Brasiliense	e, 1994.							

_____. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRASIL. Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. BRASIL. __

Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001
BREZINSKI, I. Profissão professor: identidade e profissionalização docente. Brasília: Plano, 2002.
CANDAU, V. A didática em questão. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
CONTRERAS, J. La autonomia del professorado. Barcelona: Morata, 1997.
A autonomia de professores. São Paulo: Cortez, 2002.
CUNHA. Izabel da. O bom professor e sua prática. 5ª ed. Campinas – SP Papirus, 1995.
O professor universitário na transição de paradigmas. Araraquara: JM, 1998. FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. Campinas: Papirus, 1994.FOERSTE, Erineu. Parceria na formação de professores. São Paulo: Cortez, 2005.
FONSECA, S. G. Didática e Prática de Ensino de História: experiências, reflexões e aprendizagens. Campinas: Papirus, 2003. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1971.
Educação e mudança. RJ: Paz e Terra, 1979.
SHOR, Ira. Medo e Ousadia: o cotidiano do professor. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996. GIROUX, H. Escola crítica e política cultural. São Paulo: Cortez, 1987.
HERNÁNDEZ, F. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.
IMBERNÓN, Francisco. Formação docente profissional: formar-se para a mudança e a incerteza, 5 ed. São Paulo: Cortez. 2005. LIBÂNEO, J. C. Adeus professor, adeus professora? São Paulo: Cortez, 1998.
Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítico de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.
OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo Cortez, 2003 (Docência em Formação).
LISITA, V. M. S. S.; SOUSA e L. F. E. C. P. (Org.). Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2000.
NÓVOA, A. (Org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). Profissão professor. Porto: Porto: Editora. 1992.

PIMENTEL, Maria da G. O professor em construção. Campinas-SP/: Papirus, 1993.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção docência

. O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática? 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

(Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo:

PRETO, Nelson de L. A Ciência nos livros didáticos. Campinas-SP: Unicamp, Salvador; UFBA, 1985.

em formação. Série saberes pedagógicos).

Cortez, 1999.

RAMALHO, Betânia Leite; NUÑEZ, Isauro Beltrão; GAUTHIER. Clemont. Formar o professor, profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SACRISTÁN, J. G. Tendências investigativas na formação de professores. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTO, Maria E, V.M. Área/escola/: desafios interdisciplinares. Lisboa: livros horizonte, 1994. SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. Porto: Afrontamento, 1987.

SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (Org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 77-91.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL. Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília/; MEC.

TARDIF, M. Saberes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

VASCONCELLOS, C. S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZEICHNER, Ken. Novos caminhos para o practicum: uma perspectiva para os anos 90, in NÓVOA, Antônio (Org). Os professores e sua formação. Portugal-Lisboa: Dom Quixote, 1992. cap. 6, p. 115-138.

_____. Novos caminhos para o practicum: uma perspectiva para os anos 90, in NÓVOA, Antônio (Org). Os professores e sua formação. Portugal-Lisboa: Dom Quixote, 1992. cap. 6, p. 115-138.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

ANDRÉ, Marli et al. Estado da Arte da Formação de Professores no Brasil. Educ. Soc. v.20, n.68, Campinas dez. 1999. ALARCÃO, I. Reflexão crítica sobre o pensamento de D. Schön e os programas de formação de professores. Revista da Faculdade Educação da USP, v.22, nº 2,1996. p. 11-42.

AZEVEDO, Mª Antônia Ramos. Os saberes de orientação de estágio de professores. In PINTO, Mª das Graças G. Diálogos acerca dos estágios curriculares supervisionados: interfaces e possibilidades. Anais do XV ENDIPE: Minas Gerais - Belo Horizonte. 2010. p. 25-36.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP1, de 18 de fevereiro de 2002a: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior curso de licenciatura de graduação plena. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 27 abr. 2009.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002b: Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica nível superior. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf. Acesso em: 27 abr. 2009.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 28/2001: Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponívelem: http://www.ensinopublico.pro.br/Documentos%5CFederal%5C02042008053727.doc> Acesso em: 27 abr. 2009.

CUNHA, L. A. S. Formação inicial do professor da educação básica: contribuição da teoria sobre o professor reflexivo no Estágio Supervisionado. 2002. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

CURY, C. R. J. Estágio supervisionado na formação docente. In: Endipe, 11., 2002, Goiânia.

DOMINIK, Rejany dos S; SANTIAGO, Solange; FERREIRA, Sueli Camargo. O estágio na formação de professores em Niterói-RJ: intenções, construções e reflexões. Anais do XV ENDIPE: Minas Gerais - Belo Horizonte. 2010.

FRANCO, G. O estágio supervisionado para profissionais do magistério e suas influências na prática docente. 2002. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual do Vale do Acarau e Universidade Internacional de Lisboa

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança. Educação & Sociedade, Campinas: Cedes, nº 68, p.239-277, 1999.

LIMA, Mª do Socorro Lucena. O que é estágio com parceria? As ousadias e desafios de ensinar e aprender a ser professor pesquisador. In AGOSTINI, Sandra. O estágio supervisionado na formação de professores: múltiplos olhares. Anais do XV ENDIPE: Minas Gerais - Belo Horizonte. 2010. p. 25-36.

PAGANELLI, T. Para a construção do espaço geográfico na criança. Revista Terra Livre. São Paulo/; Marco Zero, 1987.

DEPARTAMENTO: DEES DISCIPLINA: Organização do Trabalho Pedagógico				
SEMESTRE: 8°	CH: 80	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 20	

Possibilitar o acesso a elementos que permitam a compreensão dos fundamentos teóricos e metodológicos do trabalho pedagógico considerando uma concepção crítica de educação e a função social e política da educação escolar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Conhecer diferentes formas de organização do trabalho pedagógico e seus fundamentos.
- Desenvolver análises acerca da organização do trabalho pedagógico por meio da reflexão crítica e da prática.

EMENTA:

Estudo teórico-prático sobre a organização do trabalho pedagógico, sua relação com a organização do processo de trabalho em geral, sua natureza, categorias e especificidades. Organização e contextualização do trabalho pedagógico nos processos de ensino e aprendizagem. A articulação entre a avaliação e a organização do trabalho pedagógico. Análise dos ambientes educativos diferenciados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I: A escola como local de trabalho

Conceituação e importância do trabalho para o ser humano Trabalho manual e trabalho intelectual

O trabalho como princípio educativo

Trabalho Docente: natureza, desafios, possibilidades e limites.

Unidade II: A escola como organização Organização: conceito, características e tipos e etc. Cargos e funções na organização escolar

Registro e Documentação do trabalho pedagógico

Rotinas administrativas e pedagógicas: Calendário Letivo, planos, projetos, etc.

Unidade III: Planejamento e Avaliação e Organização do Trabalho Pedagógico Planejamento como instrumento de organização

Da Avaliação Institucional à Avaliação da Aprendizagem A organização do Ensino em Séries e em Ciclos Aprovação Automática e Progressão Continuada

O docente e a mediação pedagógica

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ALBORNOZ, Suzana. O que é trabalho. 8ª reimpressão da 6ª Ed.- São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos). ALVES, Nilda e GARCIA, Regina Leite (Orgs.). O sentido da escola. 3ª Ed. – Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

ANTUNES, Celso. Piaget, Vygotsky, Paulo Freire e Maria Montessori em minha sala de aula. São Paulo: Cidadania Cultural, 2008. (Um olhar para a educação).

ARROYO, Miguel G. Ofício de mestre: imagens e auto-imagens. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BARBOSA, José Juvêncio. Alfabetização e leitura. 2ª Ed. Ver. – São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção magistério, 2º Grau. Série formação do professor; v.16).

DUARTE, Newton (Org.). Sobre o construtivismo: contribuições a uma análise crítica. 2ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 77)

_____. Vigotski e o "aprender a aprender": crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 4ª Ed.

Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção educação contemporânea).

______. Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski. 4ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 55).

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). Formação continuada e gestão da educação. - São Paulo:

Cortez, 2003. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. Educação e mudança. 31ª Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. (Coleção Educação e Comunicação, v. 1). GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. O que é Pedagogia. 4ª Ed. – São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos; 193). GROSSI, Esther Pillar. Didática da alfabetização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (v. 3 Didática do nível alfabético).

HERNANDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre. Artmed, 1998. HOFFMANN, Jussara. Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação. Porto Alegre. Mediação, 1998.

HORN, Claudia Inês, SILVA, Jaqueline Silva da POTHIN, Juliana. Brincar e jogar: atividades com materiais de baixo custo. Porto Alegre: Mediação, 2007. (Cadernos de Educação Infantil, 37).

KRUG, Andréa. Ciclos de formação: uma proposta transformadora - 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de e TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 2ª ed.

- São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação).

_____. Organização e gestão da escola: teoria e prática. -5ª Ed. revista e ampliada – Goiânia: Editora Alternativa, 2004. PINTO, Umberto de Andrade. Pedagogia Escolar: coordenação pedagógica e gestão educacional. São Paulo: Cortez, 2011.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÒMEZ, A. I. Pérez. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TARDIF, Maurice, LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas; trad. De João Batista Kreuch. 4ª Ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 6ª ed.- São Paulo: Libertad Editora, 2006

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

DUARTE, Newton. Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões? quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção polêmicas do nosso tempo, nº 86).

LAZZARATO, Maurizio, NEGRI, Antônio. Trabalho imaterial: formas de vida e produção da subjetividade.Rio de Janeiro: DP & A, 2001. (Coleção espaços do desenvolvimento).

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Origens da educação pública: a instrução na revolução burguesa do século XVIII. São Paulo: Loyola, 1981. MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma; reformar o pensamento. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio Mendes (Orgs.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998

PEREZ GOMEZ, A. I. A cultura escolar na sociedade neoliberal. Porto Alegre. Artmed, 2001

DEPARTAMENTO: DEES DISCIPI		IPLINA: Fundamentos da Gestão Educacional		
SEMESTRE: 8°	CH: 100	CH TEÓRICA: 100	CH PRÁTICA: 0	

Apropriar-se criticamente dos Fundamentos da Gestão Educacional, seus aspectos históricos, legais e organizacionais, bem como das especificidades da gestão educacional na escola do moderna, identificando as relações entre a reforma do Estado brasileiro e a gestão escolar. Analisando as características do sistema educacional e suas implicações no planejamento da gestão da escola pública e democrática.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Analisar e refletir aspectos político-pedagógicos do sistema educacional brasileiro a partir das políticas públicas, programas e ações vigentes.
- Entender a trajetória histórica da Gestão Escolar no Brasil;
- Desenvolver uma compreensão crítica dos sistemas de ensino, e respectivas instituições, em seus aspectos administrativos, técnicos, pedagógicos, políticos, financeiros e culturais, com vistas a organização da gestão educacional/escolar mais democrática.
- Compreender e refletir acerca do financiamento da educação e das agências financiadoras.
- Compreender a importância da gestão democrática, do planejamento participativo e da construção do conselho escolar na escola pública.

EMENTA:

Definição de responsabilidade da educação escolar na atualidade, bem como o processo histórico social em que isto se dá. Análise das funções que levam a efeito a gestão de organizações educacionais: seu planejamento, sem perder de vista a necessidade de orçamentos bem adequados à realidade vivenciada; Os paradigmas, a estrutura e o funcionamento da gestão educacional; O sistema de organização e gestão da escola; Os princípios, concepções e desenvolvimento da Gestão Democrática na escola pública; A constituição e a Importância do Conselho Escolar; O Projeto Político Pedagógico e o papel da Comunidade Escolar; O financiamento da Educação e agências financiadoras. - As funções da gestão educacional: Pedagógica, política, financeira, administrativa, pessoal e relacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Trajetória histórica, princípios e fundamentos da gestão democrática no Brasil;
- Gestão Escolar e LDB 9.394/96;
- A organização, o planejamento e as realidades vivenciadas no sistema escolar;
- Sistemas de Ensino, gestão escolar e a organização da escola básica;
- O Financiamento da Educação: FUNDEB e FNDE
- A Construção do Projeto Pedagógico: a importância da participação dos atores sociais
- As Funções da Gestão Educacional
- A importância do Conselho Escolar para gestão democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

AMARAL, Nelson. Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil. Brasília: Liber Livro, 2012.

ANDREOTTI, A.L.; LOMBARDI, J. C.; MINTO, L.W. (Orgs). História da Administração Escolar no Brasil. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

Δ	gestão	participativa	na escola	10 ed	Petrópolis	RI.	Vozes	2011
A	gestao	participativa	na escora.	10. eu.	renopons,	Ŋ.	v ozes,	2011

_____Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

Escola participativa: o trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro: DPS, 2007.

LIMA, Márcia Regina Canhoto. Paulo Freire e administração escolar: a busca de um sentido. Brasília: Liber Livro, 2007. SILVA. Fabiana Sena da; DANTAS, Maria Betânia da Silva; AMARAL, Josali do. Gestão Educacional. João Pessoa: IFPB, 2015

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

BRASIL. LDB 9.394/96. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

FERREIRA, N. S. C. (Org.) Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São

Paulo: Editora Cortez, 2008.

GANDIN, D.; GADIN I. A. Temas para um Projeto Político Pedagógico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

OLIVEIRA, Dalila A. (Org.). Gestão Democrática da educação: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2006. PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PILETTI, N.; ROSSATO, G. Educação Básica: da organização legal ao cotidiano escolar. São Paulo: Ática, 2010.

DEPARTAMENTO: DEDG	DISCIPLINA: Estágio Supervisionado em Gestão Educacional					
SEMESTRE: 8°	CH: 100	CH: 100 CH TEÓRICA: 0 CH PRÁTICA: 100				

Compreender os fundamentos teórico-práticos e metodológicos que norteiam a Gestão Educacional, suas concepções e pesquisas de processos na Educação Básica e Superior.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Realizar estudos teórico-práticos relacionados aos fundamentos da gestão educacional;
- Desenvolver análise, elaboração e execução de projetos de gestão e ação pedagógica que se constituam objeto da prática profissional da equipe gestora dos diversos contextos educacionais;
- Proporcionar atividades relacionadas ao diagnóstico, planejamento e avaliação de processos de gestão educacional;
- Reconhecer os princípios que norteiam a gestão democrática e suas instâncias de tomadas de decisão das instituições, campos de estágio.

EMENTA:

Estudos teórico-práticos em gestão educacional. Pesquisa, participação e acompanhamento dos processos de gestão educacional. Análise de projetos e processos de trabalho nas áreas de gestão, coordenação e assessoramento pedagógico nos níveis e modalidades da Educação Básica e Superior. Diagnóstico, Planejamento, Execução e Avaliação de Projetos de Gestão Educacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

EIXO I: PRESSUPOSTOS QUE NORTEIAM O ESTÁGIO SUPERVISIONADO IMPORTÂNCIA E CONTRIBUIÇÕES DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DO/A EDUCADOR/A

Legislações que norteiam o estágio no Brasil

Estágio em Gestão Educacional.

EIXO II: GESTÃO EDUCACIONAL NA ATUALIDADE

A função social da escola, sua qualidade e desafios; Gestão Escolar Democrática;

Planejamento participativo.

EIXO III: VIVÊNCIAS DE GESTÃO NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS

Realização de pesquisas, elaboração e socialização de projetos de ações pedagógicas para a melhoria da qualidade do ensino e de atendimento às comunidades, nos sistemas educacionais da educação básica e superior, e nas diferentes modalidades de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ALBUQUERQUE, Jacirene Vasconcelos et al (Org.). O estágio na formação do pedagogo. Belém: EDUEPA: 2015.

ALONSO, Kátia Morosov; MONTEIRO, Tereza Leones. O Gestor Escolar e a Gestão Democrática: papéis e desafios. School Manager and Democratic Management: roles and challenges. Revista de Educação Pública, [s. 1.], v. 18, n. 38, 2012. Disponível em:

https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsdoj&AN=edsdoj.6ce553a4b6e44bcb8449e21a60e9743c&lang=pt-pt&site=eds-live&scope=site. Acesso em 20.12.2021.

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Negro de. O Coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade. São Paulo: Loyola, 2010.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.3

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. www.portal.mec.gov.br/cne Acesso em: 23 de fevereiro de 2007.

BRASIL. Resolução CNE nº 2, de 1º de julho de 2015. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e

cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, 2015:

BARREIRO, I. M. F. GEBRAN, Raimunda Abou. Práticas de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores. São Paulo: Avercamp, 2006.

CURY, C. R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. RBPAE, v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007. DOMINGUES, I. O coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2014

FONSECA, Marília. É possível articular o projeto político-pedagógico e o plano de desenvolvimento da escola? Reflexões sobre a reforma do Estado e a Gestão da escola básica. In: BARTOLOZZI, Elisa e OLIVEIRA, Dalila Andrade. Crise da Escola e políticas educativas. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009, pp. 271 – 286.

HORA, D. L. da. Gestão democrática na escola: artes e ofícios de participação coletiva. Campinas: Papirus, 2009.

GADOTTI, Moacir. A gestão democrática na escola para jovens e adultos: ideias para tornar a escola pública uma escola de EJA. In: Reorganização e reorientação curricular da educação de jovens e adultos RRCEJA [S.l: s.n.], 2003.

GHEDIN. Evandro (Org). Estágio com Pesquisa. São Paulo: Cortez, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008

LÜCK, Heloísa. Ação integrada: administração, supervisão e orientação educacional. Petrópolis: RJ, Vozes, 25ª ed., 2007. (Série, cadernos de Gestão).

LÜCK, Heloísa. Gestão e Clima organizacional da escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Série, cadernos de Gestão).

LÜCK. Heloísa. Gestão Participativa na escola. 9ª ed. RJ: Vozes, 2011. (Série, cadernos de Gestão).

MARTINS, José do Prado. Gestão Educacional: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação. 4ª ed, Rio de Janeiro: wak, 2010.

MONTEIRO, Karine Ferreira; GAIO, Victoria Mottim; SOUZA, Graziela Ferreira de. O ensino remoto e o estágio supervisionado em gestão na educação básica: um caminho possível? Revista de Estudos em Educação e Diversidade. v. 2, n. 4, p.1- 20,abr./jun.2021. Disponível em: http://periodicos2.uesb.br/index.php/ reed ISSN: 2675-6889.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. O coordenador pedagógico e o seu papel no cotidiano escolar. Revista Educação Pública, v. 20, nº 14, 14 de março de 2020. Disponível em:

https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/14/o-coordenador- pedagogico-e-o-seu-papel-no-cotidiano-escolar. Acessado em: 30/12/2021

UEPA. Projeto Político do Curso de Pedagogia. Centro de Ciências Sociais e Educação. Universidade do Estado do Pará, Belém, 2006. (O novo PPC do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UEPA está passando pelo processo de Reformulação e deverá compor esta referência assim que for aprovado).

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 8 ed. São Paulo: Liberdad Editora, 2007.

VEIGA, I.P.A. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 29 ed. Campinas - SP: Papirus, 2012.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 8 ed. São Paulo: Liberdad Editora, 2007.

VIEIRA, Alexandre Thomaz; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini; ALONSO, Myrtes. (Org.). Gestão Educacional e Tecnologia. São Paulo: Avercamp, 2003.

XAVIER, Amanda Rezende Costa & AZEVED, Maria Antônia Ramos de. ASSESSORIA PEDAGÓGICA UNIVERSITÁRIA NOCONTEXTO DA UNIVERSIDADE NOVA: MAPEAMENTO E REFLEXÕES. EDUR. Educação em Revista. 2020; DOI:

http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698232232. Acessado em: 30/12/2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

DAVID, Ricardo Santos. A construção da identidade do coordenador pedagógico e seu perfil profissional no contexto atual. Revista Labor, [s. 1.], v. 1, n. 17, p. 143–157, 2017. Disponível em:

https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsdoj&AN=edsdoj.f0d5e94ef45a440e94c9ce9c6f6dc883&lang=pt- pt&site=eds-live&scope=site. Acesso em: 20.12.2021.

FELDMANN, Marina Graziela; LIBÓRIO Andréia Regina Silva Cabral; ALBUQUERQUE Maria de Jesus Ferreira César de. Comunidades quilombolas e estágio curricular supervisionado nas licenciaturas: diálogos possíveis em Freire. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 28, n. 3, jul./set., 2021. Disponível em: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa

NASCIMENTO, Vanise Panont; CHIUSOLI, Cláudio Luiz. O papel do gestor escolar: estudo de caso sobre os desafios da educação pública. Política e Gestão Educacional, [s. l.], v. 23, n. 2, 2019. DOI 10.22633/rpge.v23i2.11997. Disponível em:

https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsdoj&AN=edsdoj.8e8b3d4fe4ba4f049416946f55e 21c04&lang=pt- pt&site=eds-live&scope=site. Acesso em: 20.12.2021.

PÁDUA, Carlos de Oliveira; FRANÇA-CARVALHO, Antonia Dalva. Ações Desenvolvidas Pelo Coordenador Pedagógico Em Tempo De Pandemia: Um Relato De Experiência. Holos, [s. l.], v. 5, n. 0, p. 1–12, 2020. DOI 10.15628/holos.2020.11393. Disponível em:

https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsdoj&AN=edsdoj.17a5d5d5ed5b484da6d487e38a ec2419&lang=pt -pt&site=eds-live&scope=site. Acesso em: 20.12.2021.

SILVA, Eliene Farias. O papel do coordenador pedagógico no contexto escolar e suas contribuições à prática docente. Revista de Gestão e Avaliação Educacional, v. 8, n. 17, p. 1–10, 2019. DOI 10.5902/2318133836808. Disponível em:

https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsdoj&AN=edsdoj.89681346ff144469395e4ed8635db e7&lang=pt- pt&site=eds-live&scope=site. Acesso em: 20.12.2021

SOUZA, Lânia Daniela Marta; RIBEIRO, Marcelo Silva De Souza. O Perfil do Gestor Escolar Contemporâneo: das permanências as incorporações para exercício da função. Revista Espaço do Currículo, [s. 1.], v. 10, n. 1, 2017. DOI 10.15687/rec.v10i1.33386. Disponível em:

https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsdoj&AN=edsdoj.2f4788ee92794f018b0fcde265 49d89c&lang=pt- pt&site=eds-live&scope=site. Acesso em: 20.12.2021.

TOZETTO, Susana Soares; STEFANELLO, Franciele Aparecida Carneiro. Formação do coordenador pedagógico ante as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Plano Nacional de Educação. Devir Educação, [s. l.], v. 5, n. 2, 2021. DOI 10.30905/rde.v5i2.385. Disponível em:

https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsdoj&AN=edsdoj.4ff403e8db34a34ad13b657b319a8 f8&lang=pt- pt&site=eds-live&scope=site. Acesso em: 20.12.2021.

Optativas

DEPARTAMENTO: DART DISCI		CIPLINA: Musicalização		
SEMESTRE: Optativa CH: 80		CH TEÓRICA: 40	CH PRÁTICA: 40	

OBJETIVO GERAL:

Desenvolver saberes musicais fundamentais por meio de vivências práticas e reflexivas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Conhecer os fundamentos teóricos da musicalização na educação.

Conhecer as orientações da BNCC quanto ao uso da música no processo de aprendizagem. Conhecer procedimentos metodológicos e recursos musicais que favorecem o processo educativo.

EMENTA:

A música como fator educativo, sensibilização, estético-musical. Recursos musicais no processo de ensino-aprendizagem: métodos, técnicas e materiais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 Base Nacional Comum Curricular Artes 2 A diversidade na Educação Musical
- 3 Formas e gêneros musicais
- 4 Os elementos Constitutivos da música: Altura, intensidade, duração, timbre, melodia, ritmo, texturas e silêncio 5 Diferentes fontes sonoras: Instrumentos convencionais e não convencionais
- 6 Técnicas de registros em áudio e áudio visual
- 7 Notação musical convencional e não convencional 8 Técnicas e jogos de musicalização

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília 2018.

BRITO, Teca A. koellreutter educador: O humano como objetivo da educação musical. São Paulo. Petrópolis, 2001.

FONTERRADA, Maria Trench de oliveira. De Tramas e fios: Um ensaio sobre música e educação. 2ª edição. São Paulo: editora UNESP; Rio de Janeiro: FUNARTE, 2008.

MATEIRO, T e ILARI, B.Pedagogias em Educação Musical. 1ª edição. Curitiba: editora Intersaberes, 2012.

SCHAFER, M. R. Murray. O ouvido pensante. Tradução: Marisa Trench de O. Fonterrada; Magda R. Gomes da Silva. Maria Lúcia Pascoal. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

SWANWICK, Keith. Música, mente e educação. Tradução: Marcell Silva Steuernagel. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

BRITO, Teca A. Um jogo chamado música: escuta, experiência, criação e educação. São Paulo: Editora Petrópolis, 2019.

FRANÇA, Cecília Cavaliere. Turma da música. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2011

DEPARTAMENTO: DART DISCI		CIPLINA: Artes Cênicas e Educação		
SEMESTRE: Optativa	CH: 80	CH TEÓRICA: 40 CH PRÁTICA:		

Proporcionar e possibilitar ao educador condições de compreender a arte dramática e sua utilidade para o processo de formação do indivíduo para a complexidade da arte, fortalecendo o conhecimento na interdisciplinaridade, encenar, atuar e improvisar compreendendo a organização dos papeis, aprimorando estratégias de entendimento do fazer artístico e suas manifestações na sociedade permitindo a reflexão sobre a arte dramática, o ato cênico, o ator, criação de papeis, o circo. Compreender a função da cultura nas manifestações regionais (opera amazônica e suas interfaces: pássaro junino, reisado, folias, carnaval, boi bumba, quadra junina, etc.).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Conhecer técnicas de ensino da arte dramática para o contexto educacional.
- Desenvolver atividades cênicas voltadas ao atendimento de todos que a disciplina venha a assistir.
- Conhecer técnicas e abordagens pedagógicas e a dinâmica do teatro para a diversidade humana.
- Desenvolver habilidades integradoras quanto às práticas pedagógicas artísticas aliadas ao ensino do teatro.

EMENTA:

Introdução à história e concepções teóricas: do teatro clássico à performance contemporânea. Artes cênicas como experiências estéticas multissensoriais. A cena em diversos contextos socioculturais. Artes cênicas e educação: jogos, encenações e criações coletivas. Artes cênicas na legislação educacional brasileira.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I

História do Teatro

Filosofia da arte.

Conceito de teatro.

Origem do teatro.

O teatro no Brasil.

Teatro infantil.

O texto.

O ator.

Destino do teatro.

Panorama atual do teatro infantil no Brasil.

Termos e metas para atores.

O teatro dos pássaros / pássaro junino.

Folclore: imaginário popular.

UNIDADE II

Dança

Linguagem dança.

Atividades práticas do ensino da dança.

UNIDADE III

Jogos dramáticos

O jogo dramático.

Teatro para crianças e adolescentes.

Sugestões e orientações para o jogo

dramático infantil.

UNIDADE IV

Fantoches

O brinquedo do João Redondo - folclore

potiguar.

Teatrinho do romanceiro.

Jogos folclóricos.

Teatro de bonecos.

Oficina de fantoches em papel machê.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

DÓRIA, Lilian Maria Fleury Teixeira. Linguagem do teatro / Lilian Maria Fleury Teixeira Dória. — Curitiba: (Coleção Metodologia do Ensino de Artes, v. 7), Editora Ibpex, 2009.

ENGELMANN, Ademir Antônio. Filosofia da arte / Ademir Antônio Engelmann. – (Coleção Metodologia do Ensino de Arte) – Curitiba: Ibpex, 2008.

FABRÍCIO, A.C. Memórias de um aprendizado: um processo de criação de texto para teatro com crianças. Edição do autor. Curitiba: [s.n.], 2004.

FERREIRA, Aurora. A criança e a arte: o dia-a-dia na sala de aula/Aurora Ferreira. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Wark Ed. 2008. FILHO, Audir Bastos; CAVALCANTI, Fernanda Uchôa. Caixa de colagens. Rio de janeiro: DP&A, 2003.

JUDKINS, Rod. A arte da criatividade / Rod Judkins; tradução de Alexandre Matias. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

LOURO, Viviane dos Santos. Arte e responsabilidade social: inclusão pelo teatro e pela música / Viviane dos Santos Louro (organização); Sérgio Zanck; Alex de Andrade; Lisbeth Soares; Flávio Gonzales – Santo André: TDT artes, 2009.

MARTINS, Bene. Desdobramentos das linguagens artísticas: diálogos interartes na contemporaneidade / Bene Martins & Joel Cardoso. Belém: IFPA/ICA/PPGARTES, 2012.

MÖDINGER, Carlos Roberto. Artes visuais, dança, música e teatro: práticas pedagógicas e colaborações docentes / Carlos Roberto Mödinger ... [et al]; ilustrações de Eloa Guazzelli. – Erechim: Edelbra, 2012.

MONTEIRO, Regina Fourneaut. Jogos dramáticos / Regina Fourneaut Monteiro. — São Paulo: McGraw-Hill do Brasil. 1979.

MUNIZ, Mariana de Lima; CRUVINEL, Tiago de Brito. Pedagogia das artes cênicas: criança, jogo e formação. / Mariana de Lima Muniz e Tiago de \brito Cruvinel (organizadores). - Curitiba: CRV, 2016.

Bezerra Santiago. - Campinas, SP: Papirus, 2009.

OSTROWER, Fayga. Criatividade e processos de formação / Fayga Ostrower, 30 ed. – Petrópolis, Vozes, 2014. POUGY, Eliana. Todas as artes /Eliana Pougy. 1ª ed. – São Paulo: Ática, 2011.

REVERBEL, Olga. Teatro na escola / Olga Reverbel. - São Paulo: Scipione, 1997.

SALLES, Vicente, 1931-. Épocas do teatro no Grão-Pará: ou, apresentação do teatro de época / Vicente Salles. – Belém: UFPA, 1994.

SLADE, P. O jogo dramático infantil. (Trad.) Tatiana Belinky. São Paulo: Summus, 1978.

SPOLIN, Violeta. Improvisação para o teatro. Tradução de Ingrid DormienKoudela e Eduardo José de Almeida Amos. São Paulo: Perspectiva, 1982.

ZAGONEL, Bernadete (Org.). Avaliação da aprendizagem em arte / Bernadete Zagonel (organização) / (Coleção Metodologia do Ensino de Artes). – Curutiba: Ibpex, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

ABRAMOVICH, Fani. O estranho mundo que se mostra às crianças / Fani Abramovich; [direção da coleção Fani Abramovich].— São Paulo: Summus, 1983.

ANDRE, Carminda Mendes. Teatro pós-dramático na escola: inventando espaços: estudos sobre as condições do ensino do teatro. São Paulo: UNESP, 2011.

BARBOSA, Ana Mae. Arte- educação: leitura no subsolo / Ana Mae Barbosa, (Org.). – 9ª ed. – são Paulo: Cortez, 2013. BERTHOLD, Margot. História mundial do teatro. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BOAL, Augusto. Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas. São Paulo: Editora 34, 2019. DESGRANGES, Flávio. Pedagogia do teatro: provocação e dialogismo. São Paulo: Hucitec, 2017.

FARIA, João Roberto. História do teatro brasileiro v.1: das origens ao teatro profissional da primeira metade do século XX. São Paulo: Perspectiva, 2012. FARIA, João Roberto. História do teatro brasileiro v.2: do modernismo às tendências contemporâneas. São Paulo: Perspectiva, 2013. GRIMBERG, Nado. Jogos teatrais: 100 exercícios com dinâmicas para estimular criatividade e interação. São Paulo: Matrix, 2019.

HARTMANN, Luciana (Org.); VELOSO, Graça (Org.). O teatro e suas pedagogias: práticas e reflexões. Brasília: UNB, 2017.

HUBERT, Marie-Claude. As grandes teorias do teatro. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. KOUDELA, Ingrid Dormien (Org.); Almeida Junior, José Simões de (Org.). Léxico de pedagogia do teatro. São Paulo: Perspectiva, 2015.

OLIVEIRA, Gislene de Campos. Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico / Gislene de Campos Oliveira. 20ª ed. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SPOLIN, Viola. Jogos teatrais na sala de aula: um manual para o professor. São Paulo: Perspectiva, 2017.

PAVIS, Patrice. Dicionário da performance do teatro contemporâneo. São Paulo: Perspectiva, 2017. TELLES, Narciso. Pedagogia do teatro: práticas contemporâneas na sala de aula. Campinas: Papirus, 2015

VYGOTSKI, L.S. (Lev Semenovitch), 1896-1934. Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico livro para professores. / Lev seminovitch Vygotski: tradução e revisão técnica Zoia Prestes e Elisabeth Tunes. – 1ª ed. – São Paulo: Expressão popular, 2018.

DEPARTAMENTO: DCNA DISCIPLINA		A: Tópicos de Saúde na Educação Básica		
SEMESTRE: Optativa	CH: 80	CH TEÓRICA: 80	CH PRÁTICA: 0	

Explorar o tema saúde numa visão holística do corpo, no sentido da manutenção do equilíbrio de suas funções e da integridade física de todos os seres humanos, em sua diversidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Abordar a saúde em seus aspectos conceituais, buscando desenvolver atitudes de autocuidados com o corpo e com o bem-estar coletivo;

Estimular o respeito à saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários; Promover a criação de hábitos saudáveis e sustentáveis por meio da discussão acerca dos riscos associados à integridade física

de todos os seres humanos.

EMENTA:

Definição de saúde. Reflexão sobre à visão holística do corpo humano. Estabelecimento de relações entre o autocuidado e o cuidado coletivo com a saúde corporal, cognitiva e emocional. Orientação sobre questões alimentares e nutricionais. Orientação sobre a prevenção de acidentes domésticos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1Saúde e cuidados com o corpo

- 2 Higiene e prevenção de doenças
- 3 Hábitos alimentares e nutricionais 4 Prevenção de acidentes domésticos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ALMEIDA-FILHO, N. M. O Que é Saúde? Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília-DF: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2017 FERNANDES, J. et al. Vacinas. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2021. p.164.

OLIVEIRA, M. H. B. de; TELES, N.; CASARA, R. R. R. Direitos Humanos e Saúde: Reflexões e Possibilidades de Intervenção. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2021.133p.

PERES, F.; RODRIGUES, K. M.; SILVA, T. L. Literacia em Saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2021. 154p. SENAR. Saúde: Prevenção de Doenças, Alimentação e Higiene Pessoal. Brasília: Senar, 2019. 84 p

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICASCOMPLEMENTARES:

ROCHA, V.; LONDE, L. R. Desastres: Velhos e Novos Desafios para a Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2021.138p

VASCONCELLOS, M. S. de; CARVALHO, F. G. de; ARAUJO, I. S. de. O Jogo como Prática de Saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2018. 134p.

OLIVEIRA FILHO, J. P.; SANTOS, M. L.; ZÔMPERO, A. F. A Temática Saúde na Perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum Curricular. Rev. Ens. Educ. Cienc. Humana, v. 21, n. 4, p. 430-436, 2020.

ZUGE, B.; LIXINSKI ZUGE, B.; BECKER ENGERS, P.; CRISTINA DE ZORZI, F.; COPETTI, J. A Base Nacional Comum Curricular: uma Análise a partir da Temática Saúde. Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, v. 12, n. 1, 20 nov. 2020.

ZUGE, BL; ENGERS, PB; CORRÊA, SLP; FERNANDES, T.; SOUZA, MB de.; COPETTI, J. Promoção da Saúde na Educação Infantil e na Primeira Infância: possibilidades e desafios do Currículo da Base Nacional Comum. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, [S. 1.], v. 9, n. 9, pág. e387996634, 2020.

ESCOREL, S. Reviravolta na Saúde: Origem e Articulação do Movimento Sanitário. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. 208p. Em acesso aberto no SciELO Livros

MINAYO, M. C. de S. VIOLÊNCIA E SAÚDE. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. 132p. Em acesso aberto no SciELO Livros NORONHA, J. C. de et al. Brasil Saúde Amanhã: Dimensões para o Planejamento da Atenção à Saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2017. 236p. Em acesso aberto no SciELO Livros

DEPARTAMENTO: DEDG DISCIPLI		INA: Educação na Terceira Idade			
SEMESTRE: Optativa	va CH: 80		CH TEÓRICA: 60 CH PRÁTICA: 2		

Refletir a educação como direito da pessoa idosa, conhecendo o processo de envelhecimento humano, identificando o local de pertencimento da memória no processo de reafirmação de identidades.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Dialogar sobre o processo de envelhecimento humano
- Identificar os desafios apresentados a vida do idoso nos dias atuais
- Sensibilizar a sociedade para a promoção da inclusão do idoso
- Analisar os direitos constitucionais do sujeito idoso
- Construir metodologias para trabalhar com idosos em espaços escolares e não escolares

EMENTA:

O desenvolvimento da disciplina "educação na terceira idade", tem como centro de debate o estatuto do idoso, buscando identificar a educação como direito constitucional básico, reconhecendo o processo de envelhecimento humano e identificando os desafios apresentados a essa etapa da vida, identificando memória de idosos como instrumento facilitador do processo de reafirmação de identidades, debatendo práticas pedagógicas com idosos em espaços escolares e não escolares.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1. A educação como direito inerente a vida: O idoso e a garantia a educação por meio da Lei 10.741 em outubro de 2003
- 2. O processo de envelhecimento humano
- 3. Memória de idosos e sua contribuição na construção e reconstrução de uma aprendizagem dialógica, humanizada e autônoma
- 4. Práticas de educação escolares e não escolares com idosos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BRASIL. Lei n°1074/2003. Estatuto do Idoso. Brasília, 2006

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos. 2. ed., São Paulo: T.A. Queiroz, 1994. DELGADO, L. de A. N. História oral: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. FREIRE, P. Papel da Educação na Humanização. Paz e terra, São Paulo, s/v, n. 9, p. 123-132, 1969 FREIRE, P.; BETTO, F. Essa escola chamada vida. 6ª Ed. São Paulo: Ática, 1988.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática pedagógica. São Paulo: Paz e terra, 1996. LE GOFF, J. História e memória. Tradução Bernardo Leitão [et al]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEAL, Milene Vasconcelos. Trajetória educativa escolar: memórias de idosos. Belém, 2017. 118f (mestrado em educação) - Universidade do Estado do Pará.

MUCIDA, A escrita de uma memória que não se apaga-envelhecimento humano, Belo Horizonte: Autêntica, 2009

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

ALMEIDA, Dayse Coelho de. Estatuto do Idoso: real proteção aos direitos da melhor idade Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 120, 1 nov.2003. Disponível em: www.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp? id=4402. - Acesso em: 11 de dezembro de 2021

OLIVEIRA, I. A. (Org.). Formação pedagógica de educadores populares: fundamentos teóricos metodológicos freireanos. Belém: EDUEPA, 2011

SANTOS, S. de J. P. dos. A amorosidade freireana na prática pedagógica de educadoras do NEP: contribuição ao processo ensino-aprendizagem e formação dos/as educandos/as como sujeitos sociais. nº de f. 86 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Centro de Ciências Sociais e Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2011.

DEPARTAMENTO: DEDG DISCIPI		PLINA: Educação para o Trânsito		
SEMESTRE: Optativa	CH: 80	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 20	

Oportunizar a formação cidadã de usuários do trânsito, em especial futuros profissionais da educação, tendo em vista articular currículo formal e educação para o trânsito, buscando maior aproximação entre universidade e sociedade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Proporcionar ao futuro profissional da educação conhecer, vivenciar e refletir sobre a realidade do trânsito por meio do contato com múltiplos materiais e pesquisas sobre o assunto.
- Aprimorar a relação teoria e prática realizando reflexões e atividades práticas de educação básica;
- Contribuir para a percepção do trânsito como um espaço democrático, público e compartilhado, fundamental para a convivência social.
- Sistematizar conhecimento produzido por meio de elaboração de recursos didáticos e artigos sobre a educação para o trânsito.

EMENTA:

Pesquisas e ações sobre a história e legislação da educação para o trânsito; análise do Código de Trânsito Brasileiro e obrigatoriedade da educação para o trânsito na educação básica e superior; Convergência entre a educação para o trânsito, em ambientes escolares e não escolares; a Universidade e o trânsito; Relações humanas e ética no trânsito; Trânsito como fenômeno social e comportamental; Campanhas educativas e políticas públicas de educação para o trânsito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1. História da educação para o trânsito no Brasil: legislação, políticas públicas e ações educativas.
- 2. Educação para o trânsito na educação básica e superior: a transversalidade e contemporaneidade do tema nos currículos formais.
- 3. Educação, ética e cidadania no trânsito como pilares fundamentais na construção de um trânsito seguro e humanizado.
- 4. Percepção de risco e comportamento humano no trânsito.
- 5. Pesquisas, ações pedagógicas e metodologias interativas: construindo proposições para a prática pedagógica aplicada a Educação para o Trânsito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BRASIL. DENATRAM. Código de Trânsito Brasileiro: Instituído pela Lei n. 9503, de 23-9-97,1. ed. Brasília: DENATRAN, 2008.

BRASIL. Diretrizes nacionais da educação para o trânsito na pré-escola/Texto de Juciara Rodrigues; Ministério das cidades, Departamento Nacional de Trânsito, Conselho Nacional de Trânsito. Brasília: Ministério das Cidades, 2009

BRASIL. Diretrizes nacionais da educação para o trânsito no ensino fundamental/Texto de Juciara Rodrigues; Ministério das cidades, Departamento Nacional de Trânsito, Conselho Nacional de Trânsito. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

FILIPOUSKI, Ana Maria Ribeiro; SEFFNER, Fernando, KEHRWAL, Isabel Petry e SCHÃFFER, Neiva Otero (Orgs). Trânsito e educação: itinerários pedagógicos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. VASCONCELOS, Eduardo Alcântara. O que é trânsito. São Paulo: Brasiliense, 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

FERREIRA, Diana Lemes; MORAES, Ceila Ribeiro de; ALBUQUERQUE, Jacirene Vasconcelos; OLIVEIRA, Elizabeth Carvalho de. Curupira: superamigo do trânsito. Belém: Brasil Cultural, 2019. FERREIRA, Diana Lemes; MORAES, Ceila Ribeiro de; ALBUQUERQUE, Jacirene Vasconcelos; OLIVEIRA, Elizabeth Carvalho de (Orgs). Navegando nos rios da Amazônia com a Iara. Belém: Brasil Cultural, 2019.

FERREIRA, Diana Lemes. MORAES, Ceila Ribeiro de; ALBUQUERQUE, Jacirene Vasconcelos; OLIVEIRA, Elizabeth Carvalho de (Orgs). Navegando nos rios da Amazônia com a Iara. Belém: Brasil Cultural, 2019.

GEHL, Jan. Cidade para as pessoas. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

HOFFMAN, Maria Helena; CRUZ, Roberto Moraes; ALCHIERI, João Carlos (Orgs). Comportamento Humano no Trânsito. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

NISKIER, Arnaldo. Educação para o trânsito. São Paulo: Edições Consultor, 2009

RODRIGUES, Juciara. Educação de trânsito no Ensino fundamental: caminho aberto à cidadania.

Brasília: ABDETRAN -

Associação Brasileira dos Departamentos de Trânsito, 1999.

ROZESTRATEN, J.A. Psicologia do Trânsito: conceitos e percursos básicos. São Paulo: EPU, 1988

SILVA, Irene Rios da. Transitando com segurança: educação para o trânsito. São José - SC: Ilha Mágica Editora, 2006

SILVA, Irene Rios da. Guia Didático de Educação Para o Trânsito. Design Institucional: Marcelo Tavares de Souza. São José - SC: Ilha Mágica Editora, 2012

SOUZA, Elias Lopes Esteves de; SOUZA, Vera Maria Leite de; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Educação para o Trânsito nas escolas: em libras. São Paulo: Ciranda Cultural, 2011.

Revista Portal do Trânsito e Mobilidade. Disponível em: portaldotransito.com.br/tags/revista

Blog. Educação para o trânsito com qualidade. Disponível em:

www.educacaoparaotransitocomqualidade.com.br http://educacaoparaotransitocomqualidade.blogspot.com/

Programa conexão DNIT. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/serviços/dnit-aderir-ao-programa-nacional-de-educação-para-otrânsito-conexão-dnit-1

Site criança segura. Disponível em: www.ongcriancasegura.org.br

DEPARTAMENTO: DEDG		SISCIPLINA: Pedagogia Hospitalar	
SEMESTRE: Optativa	CH: 80	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 20

Compreender a importância da educação em contexto hospitalar, ressaltando o processo pedagógico, a legalidade e a relevância das ações educacionais para a vida e a continuidade de estudos dos educandos hospitalizados, dentre elas a escuta pedagógica qualificada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender o histórico da Educação em Ambiente Hospitalar e os instrumentos legais do direito à Educação dos educandos hospitalizados.
- Analisar os processos pedagógicos e as práticas docentes desenvolvidos em contexto hospitalar.
- Promover a reflexão sobre projetos educacionais, brinquedoteca hospitalar e experiências de ensino, pesquisa e extensão em hospitais.

EMENTA:

A importância do atendimento educacional em ambiente hospitalar. Contexto histórico da Pedagogia Hospitalar. Amparo legal da educação em contexto hospitalar. Direito à educação e Educação Inclusiva concernentes aos educandos hospitalizados. Processos pedagógicos e prática docente na educação hospitalar. Os educandos em situação de doença e tratamento de saúde. Projetos e experiências educacionais em hospitais. Brinquedoteca hospitalar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I: CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICAS PÚBLICAS CONCERNENTES AO ATENDIMENTO EDUCACIONAL EM AMBIENTE HOSPITALAR

- 1.1 Contexto histórico da Pedagogia Hospitalar no Brasil e no mundo.
- 1.2 Amparo legal da educação em contexto hospitalar.
- 1.3 Direito à educação e Educação Inclusiva no que tange aos educandos em tratamento de saúde.

UNIDADE II: ATENDIMENTO EDUCACIONAL EM CONTEXTO HOSPITALAR

- 2.1 O atendimento escolar no ambiente hospitalar
- 2.2 Processos pedagógicos desenvolvidos com educandos hospitalizados.
- 2.3 A prática docente na educação hospitalar.
- 2.4 Os educandos em situação de doença e tratamento de saúde.

UNIDADE III: PROJETOS E EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS EM HOSPITAIS

- 3.1 Projetos educacionais em hospitais.
- 3.2 Ensino, pesquisa e extensão em Pedagogia Hospitalar.
- 3.3 Brinquedoteca hospitalar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ARTIOLI ROLIM, C. L. Educação hospitalar: uma questão de direito. Actualidades Investigativas en Educación, v. 19, n. 1, p. 1–17, 12 dez. 2018.

COSTA, J. M.; ROLIM, C. L. A. Classe hospitalar: atendimento educacional à criança em tratamento de saúde. Educação Formação, v. 5, n. 3, 27 jul. 2020.

FERNANDES, E. M.; ORRICO, H.; ISSA, R. M. Pedagogia Hospitalar - Princípios, políticas e práticas de uma educação para todos. Curitiba: Editora CRV.1°Edição.2014, 108p.

FERREIRA, M.K.M et. Al. A criança e o adolescente cronicamente adoecidos e a escolarização durante a internação hospitalar. Trabalho, Educação e Saúde, v.13, n.3, p. 639-655, dez. 2015.

FONSECA, E. S. Atendimento escolar no ambiente hospitalar. 2ª ed. São Paulo, Memnon, 2008.

_____. Classe hospitalar e atendimento escolar domiciliar: direito de crianças e adolescentes doentes. Revista Educação e Políticas em Debate, 2015.

- LEITE, M.A.V.et al. Brinquedoteca hospitalar: o lúdico como instrumento de mediação na recuperação da saúde de crianças enfermas. Elo, v. 2, n. 1. 1 ago. 2015.
- MATOS, E. L. M. Escolarização Hospitalar: educação e saúde de mãos dadas para humanizar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- MATOS, E. L. M. e MUGIATTI, M. T. de F. Pedagogia Hospitalar. a humanização integrando educação e saúde, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 5ª edição, 2012.
- PEREIRA, R. T.; ROLIM, C. L. A. Compreensões sobre as perspectivas pedagógicas desenvolvidas no atendimento educacional hospitalar e domiciliar no Brasil. Perspectiva, v. 38, n. 4, p. 1–22, 13 jan. 2021.
- PALOMARES-RUIZ, A.; SÁNCHEZ-NAVALÓN, B.; GARROTE-ROJAS, D. Educación inclusiva en contextos inéditos: laimplementación de laPedagogíaHospitalaria. Revista Latinoamericana de CienciasSociales, Niñez y Juventud, v. 14, n. 2, p. 1507–1522, 2016.
- ROLIM, C. L. A. Entre escolas e hospitais: o desenvolvimento de crianças em tratamento hospitalar. Pro-Posições, v. 26, n. 3, p. 129–144, 2015.
- SILVA, R.F.G. A extensão universitária integrando educação e saúde no atendimento educacional à criança hospitalizada. In: MACHADO, E.F.; SILVA, C.P.; ALMEIDA, F.O.B. (Orgs). Pedagogia e sujeitos em conexão. Curitiba: CRV, 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

- ASINELLI-LUZ, A.; LIMA-BERTON, T. D. DE; MONTEIRO, M. P. G. As práticas educativas e o pedagogo hospitalar. Ensino em Revista, v. 28, p. e002, 25 mar. 2021.
- AROSA, A. C e SCHILKE, A. L. Quando a escola é no hospital. Niterói, RJ: Hipertexto Editora, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Atualizada em 24/09/2018.
- _____. Ministério da Educação. Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC; SEESP, 2002. 35p. Carta Europeia da Criança Hospitalizada, 1986.
- CLARO, A. P. D.; RIBEIRO, E. A.; NOZU, W. C. S. Organização e funcionamento das classes hospitalares: uma prerrogativa da Educação Especial? Horizontes Revista de Educação, v. 8, n. 15, p. 293–309, 1 jul. 2020.
- CONANDA. Resolução nº 41, de 17 de outubro de 1995. Dispõe sobre os Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados. Diário Oficial da União. Brasília, SeçãoI, p. 16319-16320,17/10/95.
- COVIC, A.N. OLIVEIRA, F.A.M..O aluno gravemente enfermo. São Paulo, Cortez, 2011.
- FERNANDES, E. M. et. al. Classe Hospitalar: Saberes e Fazeres da Prática Pedagógica. Curitiba: Appris Editora, 1°Edição.2020,81p.
- JUSTI, M.Q.J. et al. Pedagogia e Escolarização no Hospital. Curitiba: Ibpex, 2011.
- MATOS, E. L. M. e TORRES, P. L. Teoria e Prática na Pedagogia Hospitalar: novos cenários, novos desafios. Curitiba: Editora Champagnat, 2010.
- PAULA, E. M. A. T. Brinquedoteca hospitalar: direitos das crianças e adolescentes hospitalizados. Revista Conexão UEPG, v.3, n.1, 2007.
- SILVA, R.F.G.; COSTA, L.F.; SOUZA, L.A. Escolarização hospitalar: práticas pedagógicas com educandos em tratamento de hemodiálise. In: LEMES, D.F.: VASCONCELOS, J.A.; SILVA, R.F.G. (Orgs). Pedagogia em Diferentes Contextos. Vol. 1, Curitiba: CRV, 2017.
- ZOMBINI, E. V. et al. Classe hospitalar: a articulação da saúde e educação como expressão da política de humanização do SUS. Trabalho, Educação e Saúde, 2017.
- CECCIM, R. B. Classe hospitalar: encontros da educação e saúde no ambiente hospitalar. Pátio, Revista pedagógica. Editora Artes Médicas Sul. Porto Alegre, ano 3, nº 10, p. 41-44, agosto outubro de 1999.
- FONSECA, E. S. Atendimento pedagógico-educacional para crianças e jovens hospitalizados: realidade nacional. MEC/SEESP. Revista Integração, ano 9, nº 49, p. 9-15, março-abril de 2000.

HOSTERT, P. C. DA C. P.; MOTTA, A. B.; ENUMO, S. R. F. Coping da hospitalização em crianças com câncer: A importância da classe hospitalar. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 32, n. 4, p. 627–640, 1 out. 2015.

ZIMMERMANN, A. et al. Pedagogia hospitalar favorecendo a continuidade escolar da criança hospitalizada. Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, v. 19, n. 1, p. 62–66, 1 jun. 2017

POLAINO-LORRENTE, Aquilino. LIZASOAIN, Olga. La pedagogia hospitalariaen Europa: lahistoriareciente de um movimiento pedagógico innovador. Uni-versidad Complutense, Dpt. de Didáctica y Orientación. Universidad de Navarra. Disponível em: http://www.psicothema.com/psicothema.asp?id=814

MELO, C.Q.D.; LIMA, V.M. Professor na pedagogia hospitalar: atuação e desafios. Colloquium Humanarum, v. 12, n. 2, p. 144— 152, 20 abr. 2015. Disponível em: https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/1226/1395 Acesso em: 12 dez. 2021.

DEPARTAMENTO: DEDG		DISCIPLINA: Educação e Justiça Restaurativa		
SEMESTRE: Optativa	CH: 80	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA:20	

Oportunizar aos(as) Pedagogos(as) em formação, o conhecimento em princípios, pressupostos, fundamentos e conceitos fundamentais da Justiça Restaurativa na educação, para que a prática educacional — formal e não formal — seja dialógica, amorosa e horizontal, desenvolvendo a criatividade, incentivando, uma postura éticopolítica pautada em valores humanos essenciais que possam ser utilizados no ambiente escolar e não escolar, para criar uma cultura de diálogo, respeito mútuo e de paz, vislumbrando uma sociedade mais humanizada e justa no cenário paraense.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Aprimorar o vínculo interno nas relações humanas, priorizando o diálogo e a cooperação entre todas as pessoas da comunidade escolar, fazendo a conexão entre os(a) atores(as) escolares com vistas a prevenção de conflitos.
- Aperfeiçoar competências e habilidades que permitam uma boa comunicação e um bom diálogo entre todos(as).
- Construir soluções e alternativas pacíficas aos conflitos que terminem em violência, encarando os conflitos como oportunidades de mudança e de aprendizagem.
- Construir conteúdos e atividades pedagógicas cidadãs, focada em direitos e deveres, além de contextualizar, fazendo sentido para os(as) alunos(as).
- Criar redes de informações de apoio a crianças e adolescentes necessitados(as), ressaltando os valores da inclusão, do pertencimento, da escuta ativa e da solidariedade.

EMENTA:

Justiça restaurativa e educação: uma introdução. Fundamentos teóricos da justiça restaurativa na educação. Princípios e valores da justiça restaurativa na educação. Janela da disciplina social. Disciplina retributiva e disciplina restaurativa nas escolas. Componentes da justiça restaurativa na educação: 1- Criar ambientes de aprendizado justos e equitativos. 2. Nutrir relacionamentos saudáveis. 3. Reparar danos e transformar conflitos. Modelos e metodologias de justiça restaurativa na educação. Justiça restaurativa na educação e violências estruturais, institucionais, culturais e históricas. Justiça restaurativa e cultura de paz. (Con)viver restaurativamente, pelo viés da Comunicação Não Violenta. Educação como processo de humanização. Práticas de Educação em Justiça Restaurativa e em valores humanos. Este aporte teórico fomentará e contribuirá

para a eficiência da realização da Educação em Direitos Humanos nas escolas de todo o estado do Pará.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- EIXO 1 Fundamentos da Justiça Restaurativa JR
- 1.1. Conceitos, surgimento, fundamentos, princípios, valores fundamentais e essenciais da JR;
- 1.2. Janela da disciplina social.
- EIXO 2 Cultura da disciplina Punitiva e Restaurativa do ponto de vista de valores
- 2.1. Reeducar disciplinar com punição;
- 2.2. Restaurar a harmonia dos envolvidos;
- 2.3. Identificar as necessidades não atendidas;
- 2.4. Aspectos escolares;
- 2.5. Reestabelecer o equilíbrio.
- EIXO 3 Componentes da Justiça Restaurativa
- 3.1. Ambientes de aprendizagens equitativos;
- 3.2. Relacionamentos saudáveis:
- 3.3. Transformação de conflitos.

EIXO 4 - Justiça Restaurativa e Comunicação Não Violenta como filosofias do coração

- 4.1. Conceitos Essenciais em CNV: Auto-empatia, Empatia, vulnerabilidade, vida;
- 4.2. Estrutura do Diálogo: Presença, Escuta, atenção e potencial das Perguntas (Sócrates);
- 4.3. Aspectos Comunicacionais Passiva, Agressiva e Compassiva. A incapacidade para o diálogo
- 4.4. O Método principal da CNV 4 passos: Observação, Sentimentos (emoções e sensações), Necessidades e Pedidos;
- 4.5. Exercícios de Diálogo.

EIXO 5 – As Práticas Restaurativas adequadas para o âmbito escolar

- 5.1. O perguntar restaurativo;
- 5.2. O diálogo restaurativo;
- 5.3. A mediação escolar;
- 5.4. Os encontros restaurativos;
- 5.5. Os círculos construção de paz;
- 5.6. Os círculos restaurativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

AMSTUTZ, Lorraine Stutzman; MULLET, Judy H. Disciplina restaurativa nas escolas: responsabilidade e ambientes de cuidado mútuo. Tradução: Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2012.

BOYES-WATSON, Carolyn; PRANIS, Kay. Círculos em movimento: construindo uma comunidade escolar restaurativa. Tradução de Fátima De Bastiani. Porto Alegre, RS: AJURIS, 2015. Disponível em: https://www.escolamaispaz.org.br/circulosemmovimento/https://www.circulosemmovimento.org.br/_files/ugd/e 7dad6 ae02 3f8cc1b34d9fb010388dcd00076f.pdf. Acesso em: 09 fev. 2022.

EVANS, Katherine e VAANDERING, Dorothy. Justiça Restaurativa na Educação: promover responsabilidade, cura e esperança nas escolas. Tradução de Tônia Van Ecker. São Paulo: Palas Athena, 2018.

LEDERACH, John Paul. Transformação de Conflitos. Tradução: Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2012. PELIZZOLI, M. L. Cultura de Paz. Recife: EDUFPE, 2010.

PRANIS, Kay. Processos Circulares: teoria e prática. Tradução: Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2010. ROSENBERG, Marshall B. Comunicação Não-Violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Agora, 2006.

. A linguagem da paz em um mundo de conflitos. SP: Palas Athena, 2019.

TERRE DES HOMMES. Modelo de ação para prevenção da violência e práticas restaurativas em contextos escolares: Fortaleza: Terre des Hommes, 2015.

ZEHR, Howard. Justiça Restaurativa: teoria e prática. Tradução: Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2012. ZEHR, Howard. Trocando as Lentes. Tradução de Tônia Van Ecker. São Paulo: Palas Athena, 2008

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

BOHM, David. Diálogo: comunicação e redes de convivência. Tradução: Humberto Mariotti. São Paulo: Palas Athena, 2005. BRANCHER, Leoberto e SILVA, Susiâni (Org.) Justiça para o Século 21: semeando justiça e pacificando violências, três anos de experiência em Justiça Restaurativa na Capital Gaúcha. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

BUTLER, Judith. A força da Não violência. SP: Boitempo, 2021.

CARDOSO NETO, Vilobaldo. Justiça Restaurativa no Brasil: potencialidades e impasses. Rio de Janeiro: Revan, 2018. CNJ. Resolução n. 225 de maio de 2016 sobre Justiça Restaurativa.

COSTELLO BOB, Wachtel Joshua, Wachtel Ted. Manual de práticas restaurativas para docentes, agentes disciplinadores e administradores de instituições de ensino. EUA: International Institute for Restorative Practices, 2012.

DAYRELL, Juarez T. Múltiplos olhares sobre educação e cultura. In: A escola como espaço sociocultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 136 – 161. Disponível em:

https://docsbarraespartana.files.wordpress.com/2012/03/dayrell-juarez- multiplos-olhares-sobre-educacao-e-cultura.pdf. Acesso em: 12 dez. 2019.

ELLIOTT, Elizabeth M. Segurança e Cuidado: Justiça Restaurativa e sociedades saudáveis. Tradução de Cristina Telles Assumpção. São Paulo: Palas Athena, 2018.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALTUNG, Johan. Transcender e transformar: uma introdução ao trabalho de conflitos. Tradução de Antonio Carlos da Silva Rosa. São Paulo: Palas Athena, 2006.

JARES, Xesús R. Educar para a paz em tempos difíceis. Tradução de Elizabete de Moraes Santana. São Paulo: Palas Athena, 2007.

MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZÖLLER, Gerda. Amar e Brincar: fundamentos esquecidos do humano. Tradução: Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2006.

PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. Justiça Restaurativa: da teoria à prática. São Paulo: Ibccrim, 2009.

PASSOS, Celia M. Oliveira; RIBEIRO, Olga Oliveira Passos (Orgs.). Justiça restaurativa no ambiente escolar: instaurando onovo paradigma. Rio de Janeiro: MP/RJ, 2016.

PELIZZOLI, Marcelo L. (Org.). Justiça Restaurativa: caminhos da pacificação social. Caxias do Sul: Ed. da UCS/ Ed. da UFPE, 2016.

______. Marcelo L. (Org.) "Introdução à CNV – reflexões sobre fundamentos e método." In. . M. & Sayão S. (Orgs.) Diálogo, mediação e justiça restaurativa. Recife: EDUFPE, 2012.

. M.L. "Cultura de Paz como garantia dos direitos humanos". Cartilha, 2015.

______. Círculos de Diálogo: Base restaurativa para a Justiça e os Direitos Humanos In: Direitos humanos e políticas públicas. Silva, Eduardo F., Gediel, José A. P., Trauczynski, Silvia C. Curitiba: Universidade Positivo, 2014. 432 p.

PRANIS, K. & BOYES-WATSON, C. No coração da esperança. Guia de práticas restaurativas. Porto Alegre: TJE-RS/AJURIS, 2011.

PRANIS, Kay. Processos circulares. SP: Palas Athena, 2012.

SHARP, Gene. Como a luta da não violência funciona e libertação. SP: Vide, 2021.

SILVA, Maria Coeli Nobre da. Justiça de Proximidade (restorative justice): instrumento de proteção dos direitos humanos para a vítima. Curitiba: Juruá, 2009.

SOUZA, Vera L. T. de; RAMOS, Vânia R. L.; OLIVEIRA, Beatriz C. de; DUGNANI, Lilian A. C.; MEDEIROS, Fernanda P. Emoções e práxis docente: contribuições da Psicologia à formação continuada. Rev. Psicopedagogia, v. 36, n.110, 2019. p. 235-245. Disponível em:

 $http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext\&pid=S0103-84862019000300011.\ Acesso\ em:\ 20\ abr.\ 2021.$

VALVERDE, Paulo. O fado é o coração: o corpo, as emoções e a performance no fado. Etnográfica/Centro em Rede de Investigação em Antropologia. v. III (1), 1999. p. 50-20. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol 03/N1/Vol iii N1 5-20.pdf. Acesso em 10 jan. 2020.

YODER, Carolyn. A cura do trauma: quando a violência ataca e a segurança comunitária é ameaçada. Tradução de Luís Fernando Bravo de Barros. Paulo: Palas Athena, 2018.

Vídeos:

 $https://www.youtube.com/watch?v=6DceyjMKel4\&ab_channel=TVBoitempo~(J.~Butler)~https://www.youtube.com/watch?v=wZUqk0t-qfE\&ab_channel=OLadoBomdoMundo~(O~que~\'e~N\~ao~violência)~$

Sites:

www.ufpe.br/edr https://www.circulosemmovimento.org.br/ https://www.tdhbrasil.org/ https://dialogostransformativos.com.br/

Textos Pelizzoli: www.4shared.com/folder/uHx4BC6g/online.html

Rede JR em PE: www.facebook.com/groups/justicarestaurativa.pe/?fref=ts

DEPARTAMENTO: DEDG DISC		CIPLINA: Educação a Distância	
SEMESTRE: Optativa CH: 80		CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 20

Estabelecer um processo de reflexão e análise crítica dos fundamentos e metodologia da Educação à distância, reconhecendo as possibilidades e limitações dessa modalidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Favorecer o reconhecimento das bases conceituais, fundamentos e legislação da EaD.
- Permitir a reflexão sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação como ferramenta do processo educativo na EaD.
- Favorecer a identificação dos critérios utilizados na organização administrativa e pedagógica da EaD.
- Facilitar a compreensão o papel do aluno e do professor no âmbito da EaD.
- Permitir a análise da importância da mediação pedagógica nas práticas educativas na modalidade à distância.
- Facilitar o reconhecimento dos pressupostos técnico-didáticos para a elaboração e uso de material didático para a educação à distância.

EMENTA:

Contextualização histórica. Bases conceituais e fundamentos. Legislação e regulamentação. Mediação pedagógica no contexto da EaD. As TICs no processo de ensino e aprendizagem — práticas metodológicas. Organização de sistemas de EaD: tutoria, estrutura tecnológica, avaliação, processo de gestão e produção de material didático.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1. Panorama da EaD: conceitos, história e a legislação brasileira
- 2. Mediação pedagógica na EaD: uma visão geral
- 3. Organizações e perspectiva sistêmica da EaD
- 4. A produção de Material Didático para EaD
- 5. A avaliação na Modalidade EAD

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BEHAR, P, A (Org.). Modelos Pedagógicos em Educação à Distância. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DIAS, Dosilâna Aparecida. Educação à distância: da legislação ao pedagógico. Colaboração de Lígia Silva Leite. Petrópolis - RJ: Vozes, 2010.

FILATRO, Andrea; Cairo, Sabrina. Produção de Conteúdos Educacionais. 2015. Saraiva LIMA, Artemilson. Fundamentos e prática na EaD. Natal: Editora do IFRN, 2012.

LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. (Org.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009 SILVA, M. Educação *online*: teorias, práticas, legislação e formação corporativa. São Paulo: Loyola, 2001

VALENTE, José Armando. PRADO, Maria Elisabette B. Brito. Educação a distância via Internet. São Paulo: Avercamp, 2003

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

ALMEIDA, Fernando José de. Educação a Distância: formação de professores em ambientes virtuais e colaborativos de aprendizagem – Projeto NAVE – São Paulo, 2001.

ANDRADE, D.F. Educação no Século XXI - Volume 31 – Tecnologias/ Organização: Editora Poisson Belo Horizonte - MG: Poisson, 2019.

MAIA, C; MATTAR, J. ABC da EaD: a educação a distância hoje. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007 Dossiê Ensino Remoto Emergencial. EmRede - Revista de Educação a Distância. Disponível em: https://www.aunirede.org.br/

Revista EaD em Foco. Fundação Cecierj/Consórcio Cederj. Disponível em: https://eademfoco.cecierj.edu.br SIMÃO NETO, A. Cenários e modalidades da educação a distância. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012. Disponível em: https://books.google.com.br

SOUSA, RP., MIOTA, FMCSC., and CARVALHO, ABG., Orgs. Tecnologias digitais na educação [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011

VELOSO, Maristela Midlej Silva de Araújo; BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. A cultura da liberdade de criação e o cerceamento tecnológico e normativo: potencialidades para a autoria na educação. Educação Temática Digital, v.18, ed.1. Campinas, 2016

DEPARTAMENTO: DE	ES	DISCIPLINA: Braille	
SEMESTRE: Optativa	CH: 80	CH TEÓRICA: 40	CH PRÁTICA: 40

Proporcionar conhecimento histórico, teórico e prático, bem como a escrita e leitura do Sistema Braille, a fim de que esse sistema não continue sendo um instrumento pouco utilizado e desconhecido, problematizando aspectos técnicos e éticos relacionados ao processo de adaptação de materiais e ao atendimento da pessoa com deficiência visual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Conhecer a história do Sistema Braille no Brasil:
- Entender como é feita a aplicação da leitura e escrita do sistema Braille no ensino da matemática, das ciências e na alfabetização;
- Propiciar o desenvolvimento de atitude profissional sensível e crítica sobre a inclusão, das pessoas com deficiência visual suas dificuldades, possibilidade e limitações.
- Realizar a construção e adaptação de materiais para o atendimento de pessoas com deficiência visual.

EMENTA:

Estudo do sistema Braille envolvendo o processo histórico, conceitual e as diferentes grafias em Braille para o desenvolvimento do processo educacional de pessoas cegas tais como a alfabetização Braille, código Braille aplicado para o ensino da alfabetização, matemática e ciências. O instrumental necessário para a escrita em Braille; Aspectos metodológicos relativos ao ensino do Sistema Braile. Transcrição e adaptação do livro didático em Braille, conhecimento dos recursos para a produção de material em Braille.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1 História do Sistema Braille no Brasil: Contextualização histórica e sua importância no processo de emancipação da pessoa com deficiência visual;
- 2 Introdução sistema ao Braille.
- 3 Instrumentos utilizados para a escrita: reglete, punção, máquina de datilografia Braille;
- 4 O Sistema Braille: alfabeto Braille; regras para a escrita; pontuação e outros sinais gráficos; Simbolização matemática. 5 Procedimentos de Leitura em Braille.
- 5 A construção e adaptação de materiais para o ensino em Braille.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

GRAFIA BRAILLE PARA A LÍNGUA PORTUGUESA, 2ª edição. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006. MAZZOTTA, Marcos José Silveira. - Educação Especial no Brasil: Histórias e Políticas Públicas. 3ª ed- São Paulo: Cortez, 2001.

MENDES, Fátima Aparecida Gonçalves. Percepções de adultos com deficiência visual sobre o Sistema Braille. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE, 6. 2009, João Pessoa. Anais. João Pessoa: SENABRAILLE, 2009.

MENDES, Fátima Aparecida Gonçalves. Sistema Braille: a leitura e escrita para adultos com deficiência visual. In: SIMPÓSIO DOS PROFISSIONAIS DA UNICAMP (III SIMTEC),3., 2010, Campinas/SP. Resumos eletrônicos... Campinas: Simpósio dos Profissionais da UNICAMP, 2010.

NORMAS TÉCNICAS PARA A PRODUÇÃO DE TEXTOS EM BRAILLE, 2ª edição. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

OLIVEIRA, Elinalva Alves de. A educação da criança com deficiência visual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1ª reimpressão, 2013. (coleção Rede de Saberes), 138p

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

CERQUEIRA, Jonir Bechara. O legado de Louis Braille. Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro, Edição especial 02, out. 2009. Disponível em: www.ibc.gov.br/nucleus/index. php?cetid=4&itemid=10196. Acesso em: 20 fev. 2022.

DEPARTAMENTO: DEES DISCIPLI		PLINA: Fonoaudiologia e Ed	NA: Fonoaudiologia e Educação		
SEMESTRE: Optativa	CH: 80	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 20		

Proporcionar referencial de análise e reflexão sobre as contribuições da Fonoaudiologia para uma educação escolar inclusiva, crítica e criativa que envolva os alunos e professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Caracterizar a dinâmica da Fonoaudiologia e da Educação no contexto escolar inclusivo.
- Compreender o processo de desenvolvimento típico da fala, da linguagem, da leitura, da escrita e da audição.
- Identificar os aspectos conceituais e de prevenção precoce dos Transtornos de comunicação.
- Caracterizar os transtornos de comunicação quanto aos tipos e causas.
- Refletir sobre o papel do Educador em relação ao aluno que possui Transtornos de comunicação.
- Caracterizar as dificuldades de aprendizagem e os transtornos de aprendizagem.
- Desenvolver estratégias eficazes que possam favorecer o processo de ensino/aprendizagem dos alunos com transtornos de comunicação, dificuldade de aprendizagem e transtorno de aprendizagem.
- Conhecer as tecnologias disponíveis para o aluno surdo, no processo de ensino/aprendizagem.
- Refletir sobre aportes teórico-metodológicos da educação inclusiva na visão fonoaudiológica.
- Conhecer a anatomia e fisiologia do trato vocal, sob influência de fatores orgânicos e psicossociais do professor.
- Promover atividades de orientação e prevenção no uso profissional da voz visando à promoção da qualidade vocal e aperfeiçoamento da comunicação efetiva.

EMENTA:

Fonoaudiologia e Educação: construção de práticas educativas de inclusão na formação do(a) professor(a). Teorias de aquisição da linguagem. Análises dos transtornos de comunicação detectados em salas de aulas da Educação infantil e do Ensino Fundamental: Transtornos do Desenvolvimento da Linguagem; Transtorno Fonológico, Motricidade Orofacial, Gagueira, Disfonias. Dificuldades de aprendizagem, Transtornos de aprendizagem: Conceitos, classificação, características e atuação multidisciplinar. Processamento auditivo Central e a aprendizagem. Tecnologias e a educação do aluno surdo. Processos de

desenvolvimento e aprendizagem de Pessoa com Deficiência - PcD. Voz do professor: fisiologia e higiene vocal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Fonoaudiólogo e Professor: uma parceria fundamental na construção de uma educação escolar inclusiva. Teorias de aquisição da linguagem.

Etapas da aquisição da linguagem.

Transtornos do Desenvolvimento da Linguagem: Conceitos, causas, características e atuação multidisciplinar. Transtorno fonológico: Conceitos, causas, características e atuação multidisciplinar.

Motricidade orofacial e sua importância para o ensino e aprendizagem. Gagueira: Conceitos, causas, características e atuação multidisciplinar.

Dificuldade e transtornos de aprendizagem: Conceitos, classificação, características e atuação multidisciplinar. Anatomia e fisiologia do sistema auditivo.

Tecnologias para alunos surdos.

A importância do processamento auditivo Central para o ensino e aprendizagem. Processos de desenvolvimento e aprendizagem de PcD.

Adaptações de estratégias educacionais para alunos PcD.

Voz do professor: Fisiologia e higiene vocal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BEHLAU, M., DRAGONE, M. L. S. & NAGANO, L. A Voz que Ensina. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

BOONE, D. & PANTE, E. Comunicação Humana e seus distúrbios. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

BRANDÃO, C. O que é educação. São Paulo: Cortez;1999.

G. & GUERRA, G. R. Fonoaudiologia na Escola. São Paulo: Lovise, 2000.

GIROTO, C. R. M. (Org.). Perspectivas atuais da fonoaudiologia na escola. São Paulo: Plexus, 1999. SACALOSKI, M.; ALAVARSI,

GOLDFELD, M – Fundamentos em Fonoaudiologia: Linguagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

JAKUBOVICZ, R. Gagueira. 6ª ed Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2009

SKLIAR, C.- A surdez: um olhar sobre as diferenças 3 ed, São Paulo: Editora Mediação, 2011.

SOUZA, S. B. A fonoaudiologia no âmbito escolar um encontro em construção. 2. ed. São Paulo: Lilivros, 1998.

ZORZI, J.L. Aprender a escrever: a apropriação do sistema ortográfico. Porto alegre: Artmed, 1998.

ZORZI, J.L. Aprendizagem e distúrbios da linguagem escrita, [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Artmed, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

BEHLAU M. (ORG) -Voz: O Livro do Especialista I. Rio de Janeiro: Revinter, 2001. Higiene Vocal Informações Básicas. Lovise, 2003.

BERBERIAN, A. C. Fonoaudiologia e educação: um encontro histórico. São Paulo: Plexus, 1995.

CONDEMARIN, M. & BLOOMQUIST, M. Dislexia: Manual de leitura corretiva. Trad. de Ana Maria Neto Machado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FERREIRA, L. P. O fonoaudiólogo e a escola. 2. ed. São Paulo: Summus, 1991.

FERREIRA, L.P.; BEFI-LOPES, D. M; LIMONGI, S.C.O. Tratado de Fonoaudiologia. São Paulo: Editora Roca, 2005.

DEPARTAMENTO: DEES		DISCIPLINA: Tecnologia Assistiva	
SEMESTRE: Optativa	CH: 80	CH TEÓRICA: 40	CH PRÁTICA: 40

Proporcionar subsídios teóricos e metodológicos que possibilitem o embasamento da ação pedagógica para desenvolvimento e aplicação e tecnologia assistiva junto a alunos que compõem o público-alvo da Educação Especial, em uma perspectiva inclusiva.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Discutir os conceitos de tecnologia assistiva e as concepções teóricas subjacentes a seu desenvolvimento e uso;
- Possibilitar a compreensão das relações entre a mediação pedagógica e a utilização de recursos de tecnologia assistiva de baixa e de alta complexidade de uso específico na área da educação.
- Analisar as diretrizes sobre a acessibilidade e ajudas técnicas e sua relação com as questões éticas, políticas e técnicas;
- Identificar os programas educacionais e sistemas de comunicação alternativa/aumentativa e sua aplicabilidade;
- Desenvolver e aplicar metodologias, recursos e/ou técnicas relativas às tecnologias assistivas aplicáveis na educação.

EMENTA:

Conceito de Tecnologia Assistiva e seu emprego para aumentar, manter ou melhorar habilidades de pessoas com limitações fundamentais funcionais, sejam físicas ou sensoriais. Recursos e serviços desenvolvidos em Tecnologia Assistiva. Características dos instrumentos e equipamentos, produção individualizada e em séries, simples ou complexas, geral ou específica. Principais tipos de Tecnologias Assistivas desenvolvidas e aplicadas nas atividades de vida diária (AVD), em sistemas de comunicação alternativa, adaptações estruturais em ambientes domésticos, profissionais ou públicos, adequação da postura sentada, adaptações para défices visuais e auditivos, equipamentos para mobilidade, adaptações em veículos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I: CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

- 1.1. Educação Especial, formação de professores e o uso de tecnologia assistiva: a construção de práticas pedagógicas inclusivas
- 1.2. Estilos de aprendizagem e uso de tecnologias na formação de professores para a prática pedagógica inclusiva: valorizando as competências individuais

UNIDADE II: TECNOLOGIA ASSISTIVA E RECURSOS DE ACESSIBILIDADE: O PAPEL DO DOCENTE

- 2.1. Mudanças no papel do educador diante da tecnologia
- 2.2. Recursos de acessibilidade à comunicação
- 2.3. Acessibilidade e princípios do Desenho Universal

UNIDADE III – SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AUMENTATIVA

- 3.1. Definições e conceitos
- 3.2. Classificação
- 3.3. Programas e Projetos
- 3.4. Internet e ambientes digitais

UNIDADE IV: TECNOLOGIA ASSISTIVA E INTERDISCIPLINARIDADE: NOVAS PERSPECTIVAS

- 4.1 Intervenção e possibilidades de atendimento na perspectiva da Inclusão por meio de Tecnologias Assistivas, para educandos com deficiência: (surdez, cegueira, baixa-visão, físico-motora, múltiplas deficiências, deficiência intelectual, transtorno do espectro autista).
- 4.2 Tecnologias Assistivas, adaptação curricular e estratégias pedagógicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BARROS, D.M.V. Estilos de aprendizagem e uso de tecnologias na formação de professores para a prática pedagógica inclusiva: valorizando as competências individuais. IN: GIROTO, C.R.M.; POKER, R.B. e OMOTE, S. (Org.) As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 238.p.

BERSCH, R. Introdução à Tecnologia Assistiva. Porto Alegre: 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao Tecnologia Assistiva.pd f. Acesso em: 24/02/2022.

BEZ, M. R.; PASSERINO, L. M. (2014). Perspectiva histórica do Scala. In: Comunicação alternativa: mediação para uma inclusão social a partir do SCALA [recurso eletrônico]. Liliana Maria Passerino, Maria Rosangela Bez (Org.). Passo fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo.

COSTA, M.T.A. (2020). Tecnologia Assistiva: uma prática para a promoção dos direitos humanos (2020). Editora INTERSABERES.

D. C. F. (Org.). Práticas Inclusivas: saberes, estratégias e recursos didáticos. 1. ed. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2019, p.14-35

GARCIA, J.C.D.; Instituto de Tecnologia Social – ITS BRASIL. Livro Branco da Tecnologia Assistiva no Brasil. São Paulo: ITS BRASIL, 2017.

HUMMEL, E.I. (2015). Tecnologia Assistiva: a inclusão na prática. Editora Appris. M L, G. S. Ó; DUTRA, A. A. Construindo Materiais Didáticos Acessíveis para o Ensino de Ciências. In: PEROVANO, L.P; MELO,

NUNES, L.R.O.P.; QUITERIO, P..; WALTER, C. C. F.; SCHIRMER, C. R.; BRAUN, P. Comunicar é preciso: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência — Marília: ABPEE, 2020.

PLETSCH, M.D. et al. Acessibilidade e Desenho Universal Aplicado à Aprendizagem do Educação Superior. Nova Iguaçu, ObEE, c.2020. Disponível em: https://portal.ufrrj.br/wp-content/uploads/2020/09/Acessibilidade-e-DesenhoUniversal-Aplicado-%C3%A0-Aprendizagem-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-Superior-final-okok.pdf. Acesso em: 24/02/2022.

SEABRA JUNIOR, M.O.; ARAÚJO, G.S.; UCHELLI, J.S.S. (2021). Tecnologia assistiva, metodologias ativas e jogos com estímulos em funções executivas na educação especial. Editora CRV.

SONZA, A. P.; SALTON, B.P.; BERTAGNOLLI, S.C.; NERVIS, L.; CORADINI, L. (2020) Conexões Assistivas: tecnologia assistiva e materiais didáticos acessíveis. Erechin: GRAFFOLUZ editora.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. Educação Unisinos, v. 22, 147-159, 2018. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.222.04/60746207 Acesso em: 24/02/2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

BECKER, M.U. Realidade aumentada como auxílio ao ensino e aprendizagem na deficiência intelectual. 2019. 30 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Centro de Tecnologia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019. Disponível em: http://repositorio.ufsm.br/handle/1/17101. Acesso em: 24/02/2022.

BORGES et al. Levantamento bibliográfico sobre tecnologias assistivas baseadas em realidade aumentada para desenvolvimento de atividades com crianças autistas. Brazilian Journal of Development, v. 6, n 7, 2020. Disponível em: https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/13881. Acesso em: 24/02/2022.

CARLETTO, A.C.; CAMBIAGHI,S.(2016). Desenho Universal: um conceito para todos. Disponível em: https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf. Acesso em: 24/02/2022.

CTA. Centro Tecnológico de Acessibilidade, 2020. Centro Tecnológico de Acessibilidade. Disponível em: https://cta.ifrs.edu.br/. Acesso em: 24/02/2022.

CTA. Centro Tecnológico de Acessibilidade, 2020. Termo modeladora de baixo custo. Disponívelem: https://cta.ifrs.edu.br/recurso-ta/termomodeladora-de-baixo-custo/. Acesso em: 24/02/2022.

CTA. Centro Tecnológico de Acessibilidade. Manual de confecção do facilitador de escrita. Disponível em: https://cta.ifrs.edu.br/manuais/manual-de-confecção-do-facilitador-para-escrita/. Acesso em: 24/02/2022.

DESTINY CNC. Máquina de corte a laser 1290. Disponível em: http://www.destiny-cnc.com/sale-9206307-dt-1290- laser- cutting-macine-for-acrylic.html. Acesso em: 26 out. 2020. GTMax3D. Impressora 3D Core A1 Dual. Disponível em: https://www.gtmax3d.com.br/impressora-3d-pro/gtmax3d-corea1-dual-simplify3d. Acesso em: 24/02/2022

DEPARTAMENTO: DFCS		DISCIPLINA: Educação Popular	
SEMESTRE: Optativa	CH: 80	CH TEÓRICA: 80	CH PRÁTICA: 0

Desenvolver estudos sobre a educação popular no contexto brasileiro e latinoamericano

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Explicitar as concepções e o histórico da educação popular no contexto brasileiro e latinoamericano
- Analisar os fundamentos teórico-metodológicos da educação popular de Paulo Freire
- Desenvolver estudos sobre a educação popular e os movimentos sociais
- Debater a formação de educadores populares
- Refletir criticamente sobre práticas de educação popular em diferentes níveis e modalidades de ensino e em diferentes contextos socioeducacionais.

EMENTA:

A educação popular no contexto brasileiro e latinoamericano; os fundamentos teórico-metodológicos da educação popular de Paulo Freire; a educação popular e os movimentos sociais; a formação de educadores da educação popular; práticas de educação

popular em diferentes níveis e modalidades de ensino e em diferentes contextos socioeducacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1 Histórico da Educação Popular no Brasil e no contexto latinoamericano 2- Concepções de Educação Popular
- 3 Fundamentos teórico-metodológicos da educação popular de Paulo Freire 4 Educação popular e os movimentos sociais
- 5 Formação de educadores da educação popular
- 6 Práticas de educação popular em diferentes níveis e modalidades de ensino e em diferentes contextos socioeducacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BRANDÃO, Carlos R. A educação popular na escola cidadã. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002a. BRANDÃO, Carlos. Educação Popular. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRANDÃO, Carlos R. "Os caminhos cruzados: formas de pensar e realizar a educação na América Latina". In Educação Popular: utopia latino-americana. São Paulo: Cortez: Edusp., 1994.

BRANDÃO, Carlos R. Lutar com a palavra: escritos sobre o trabalho do educador. 2a e. Rio de Janeiro: Graal, 1985 BRANDÂO, Carlos R. Pensar a Prática. São Paulo: Loyola, 1984.

BRANDÂO, Carlos R. (Org.) A questão política da educação popular. 5a e. São Paulo: Brasiliense, 1980.

DELGADO, Martha, SARDUY, Maria Isabel; VALDEZ, José Ramon (Orgs.) ¿Que és la Educación popular? La Habana: Editorial Caminos, 2012.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 12e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Compromisso: América Latina e Educação Popular. Indaiatuba-SP: Villa das Letras, 2008. FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. Que fazer: teoria e prática em educação popular. 2e. Petrópolis: Vozes, 1989. FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. Por uma pedagogia da pergunta. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Editora Autores Associados: Cortez, 1982. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 11e. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto (Orgs.). Educação Popular: utopia latino-americana. SP: Cortez: EDUSP, 1994.

GROPPO, Luís Antonio; COUTINHO, Suzana Costa. A educação popular e o campo das práticas socioeducativas: considerações sobre a história da educação popular e de seus desafios atuais. Eccos Revista Científica. V.40. 2016.

HOLLYDAY, Oscar Jara. Concepção dialética da educação popular. São Paulo: CEPIS, 1985 OLIVEIRA, Inês Barbosa de. As interfaces educação popular e EJA: exigências de formação para a prática com esses grupos sociais. Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 104-110, maio - ago., 2010. OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; BARBOSA, Rafael Grigório Reis. Educação Popular e o Processo de Socialização de Educandos de um Hospital Psiquiátrico de Belém-PA. Revista Contexto & Educação,

Unijuí vol. 25 n. 83. 2010.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Leituras Freireanas sobre educação. São Paulo: UNESP, 2003 PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy. Educação popular na América Latina: diálogos e perspectivas. Brasília: Ministério da Educação/Unesco, 2009

SCOCUGLIA, Celso Afonso. A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas. Paraíba: Editora Universitária, 1999. STRECK, Danilo R. (Org.) Fontes da Pedagogia Latino-Americana: uma antologia. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

BARRETO, Vera. Paulo Freire para educadores. São Paulo: Arte e Ciência, 1998. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Em campo aberto. São Paulo: Cortez, 1995.

CHABALGOITY, Diego. Ontologia do oprimido: construção do pensamento filosófico em Paulo Freire. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 36e. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia dos Sonhos Possíveis. São Paulo: UNESP, 2001

FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. Política e educação. São Paulo: Questões da nossa Época; Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1993. FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo, Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. HOLLYDAY, Oscar Jara. Para sistematizar experiências. Brasília: MMA, 2006 OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Paulo Freire: gênese da educação intercultural no Brasil. Curitiba: CRV, 2015.

PELANDRÉ, Nilcéa Lemos. Ensinar e aprender com Paulo Freire: 40 horas, 40 anos depois. 3e. revista. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

STRECK, Danilo R.; SANTOS, Karine. Educação de Jovens e Adultos: diálogos com a Pedagogia Social e Educação Popular. Eccos Revista Científica. V. 25. 2011.

STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. Dicionário Paulo Freire. 2e. Revista e ampliada. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DEPARTAMENTO: DFCS DISCIPLINA: H		listória, Cultura e Religiosidade Amazônica	
SEMESTRE: Optativa	CH: 80	CH TEÓRICA: 80	CH PRÁTICA: 0

Desenvolver estudos sobre manifestações culturais na história da Amazônia e suas interfaces entre educação, religião e saberes populares.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Realizar estudos sobre educação e religiosidade na história da Amazônia.

Apreender a caracterização dos povos originário e educação advindo do processo de colonização com discussão sobre cultura indígena, negra e cultura europeia na Amazônia.

Realizar levantamento das identidades amazônicas, sincretismo religioso e as múltiplas formas de saberes populares.

EMENTA:

Estudos sobre educação e religiosidade na história da Amazônia. Compreensão sobre as manifestações religiosas na interface entre religião e cultura na Amazônia. Caracterização dos povos originário e educação advindo do processo de colonização com discussão sobre cultura indígena, negra e cultura europeia na Amazônia. Levantamento das identidades amazônicas, sincretismo religioso e as múltiplas formas de saberes populares.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1- RELIGIÃO E CULTURA POPULAR NA AMAZONIA As Manifestações Religiosas na Amazônia. Manifestações religiosas na interface entre religião e cultura popular.
- 2 IDENTIDADE RELIGIOSA NA AMAZONIA E SIMBOLISMO RELIGIOSO Rituais, mitos, simbolismo, cura e identidades amazônicas. Pajelança cabocla, as irmandades religiosas e o catolicismo popular.
- 3 SABERES POPULARES AMAZÔNICOS, GÊNERO E TRANSITO RELIGIOSO Gêneros religiosos em trânsito: pajelanças cabocla, afro-amazônica, caribenha e as múltiplas formas de saberes populares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ALBUQUERQUE, Maria Betânia Barbosa. Beberagens indígenas e educação não escola no Brasil colonial. Belém: FCPTN, 2012. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAUÉS. Heraldo. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. In: VIEIRA, Célia Guimarães *et al.* (Orgs.). Diversidade biológica da Amazônia. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001, pp. 253-272.

METRAUZ. A. A Religião dos Tupinambás e suas relações com as demais tribos tupi-guaranis. São Paulo. Cia Editora nacional, 1950.

SALLES, Vicente. O negro na formação da sociedade paraense. Belém: Editora Paka-Tatu, 2015. SILVA, Garcilenil do Lago. Educação na Amazônia colonial. Manaus: Suframa, 1985.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

ABBEVILLE, Claude. História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circumvisinhaças. Maranhão: Typ. do Frias, 1874. Tradução de Cezar Augusto Marques. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221724 Acesso em: 14 nov. 2017.

ARENZ, Karl Heinz. Sem educação não há missão: a introdução da formação jesuítica no Maranhão e Grão-Pará (Século XVII). Outros Tempos — Pesquisa em Foco - História, [s.l.], v. 13, n. 21, p. 1-20, 30 jun. 2016. Universidade Estadual do Maranhão. http://dx.doi.org/10.18817/ot.v13i21.511. Disponível em: http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/arti cle/view/511. Acessado: 21 dez. 2021.

BUECKE, Jane Elisa Otomar. Infância e práticas educativas na Amazônia Seiscentista. 2019. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Centro de Ciências Sociais e Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2019.

CANEVACCI, Massimo. Conceito de Sincretismo, In: Sincretismo: Uma Exploração das Hibridações Culturais. São Paulo: Prêmio Nobel, 1995.

COLARES, Anselmo. Colonização, catequese e educação no Grão-Pará. 2003. Tese (Doutorado em

Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2003. COSTA, Elisangela Silva da. A ação pedagógico-formativa da Companhia de Jesus na cidade de Belém do Grão-Pará (1652-1759). 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: http://www.ppged.com.br/arquivos/File/DisElisangelaCostaPPGED2016.pdf Acessado em 22 Dez. 2021.

COSTA, Éden Moraes da. De Médico a Santo Popular: A Devoção ao Dr. Camilo Salgado em Belém do Pará. In: Revista de Estudos Amazônicos. V. 5, N°2. Belém, UFPA, 2010.

FERRETTI, Mundicarmo. Mineiro-Curador e Curador-Mineiro: Integração de Tradições Culturais Diversas em Terreiros de Religiões Afro-Brasileiras no Maranhão. FAPEMA, 1995. Disponível: http://www.unicap.br/revistas/teologia/arquivo.

Acessado em 14 Dez. 2021.

FERRETTI, Mundicarmo. Mineiro-Curador e Curador-Mineiro: Integração de Tradições Culturais Diversas em Terreiros de Religiões Afro-Brasileiras no Maranhão. FAPEMA, 1995. Disponível: http://www.unicap.br/revistas/teologia/arquivo. Acessado em 14 Dez. 2021.

FERRETTI, Sérgio F. Usos e Sentidos do Conceito de Sincretismo Religioso. In: Repensando o Sincretismo. São Paulo: Universidade de São Paulo; São Luís: 1995.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Os reis de Mina: a Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos no Pará do século XVII ao XIX. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, v.9, n.1, 1994.

DEPARTAMENTO: DFCS DISC		SCIPLINA: Antropologia Educacional	
SEMESTRE: Optativa CH: 80		CH TEÓRICA: 80	CH PRÁTICA: 0

Analisar a diversidade de saberes e práticas pedagógicas existentes nos muitos grupos sociais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Conceituar a cultura
- Discutir seu papel e implicações no contexto da educação
- Fazer com que o docente de Pedagogia contextualize, analise e reflita, criticamente, a sociedade, considerando a história antropológica de formação da cultura brasileira.

EMENTA:

Refletir sobre as relações entre sociedade, cultura e processo pedagógico, considerando a diversidade de saberes e de formas derepasse de conhecimento. Enfatiza a multiculturalismo, interculturalidade, a pluralidade de práticas educativas, escolas e matrizes curriculares.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

O campo e a abordagem antropológicos

Tendências do pensamento antropológico contemporâneo: a antropologia social e cultural O indivíduo, a cultura e a sociedade; a diversidade de culturas e o etnocentrismo Sistemas culturais: religião, ideologia, educação

O multiculturalismo e a educação Imagens, símbolos e educação Ritos, rituais e práticas escolares

O estudo dos grupos, das classes de idade e a escola

A prática antropológica: o método e a pesquisa em antropologia da educação

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ANDRÉ, Marli Eliza. Etnografia da Prática Escolar. Campinas: Papirus, 2003.

BRANDÃO, Carlos R. Educação como Cultura. Campinas: Mercado das Letras, 2002

GUSMÃO, Neusa Ma. (Org). Diversidade, Cultura e Educação: Olhares Cruzados. São Paulo: Biruta, 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

BRANDÃO, Carlos R. O Que é Educação São Paulo: Brasiliense, 2001.

CANDAU, Vera Maria. Educação entre o Crítico e o Não-Crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SANTOS, Boaventura Souza. Direitos Humanos e o Desafio da Interculturalidade. Revista de Direitos Humanos, Nº 2, Junho 2009.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos Teóricos Metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

TRINDADE, Azoilda Loreto. Multiculturalismo: Mil e uma Faces da Escola. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DEPARTAMENTO: DGAC DIS		DISCIPLINA: Educação e Corporeidade	
SEMESTRE: Optativa	CH: 80	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA:20

Desvendar a importância do corpo na educação, orientando ações que levem os alunos a formar seus próprios significados de movimento, corpo e corporeidade relacionando-os com o contexto sócio cultural da sociedade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Refletir sobre a concepção de corpo na sociedade, a fim de desvelar os diversos saberes e conhecimentos sobre o corpo e acorporeidade.

EMENTA:

Estudo do homem nas suas dimensões sociopolítica e econômica e a relação com a cultura corporal e suas manifestações lúdicos-criativas. Assim como vivencia de modalidades corporais que contribuíram para a formação de hábitos de práticas corporais que concorrem para o lazer e qualidade de vida.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Eu o Corpo
- O Corpo na História
- O Corpo Lúdico
- Corpo e Cidadania
- Corpo e Educação
- Corpo Disciplinado

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges. História do Corpo: da revolução a grande guerra. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DEL PRIORE, Mary; AMANTINO Márcia. (Org.). História do corpo no Brasil. São Paulo, SP: Editora UNESP. 2011.

DIAS, João Carlos de Neves de S. N. Corpo e gestualidade: o jogo da capoeira e os jogos do conhecimento. São Paulo, SP: ANNABLUME, 2012.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: Nascimento da Prisão. Petrópolis: Vozes, 2002.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. Sentir, Pensar e Agir: Corporidade e Educação. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.LE BRETON, David. A sociologia do corpo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MACIEL, Sônia Maria. Corpo invisível: uma nova leitura na filosofia de Merleau Ponty. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 1997. MERLEAU- PONTY, Maurice. Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MOREIRA, Wagner Way. (Org.). Século XXI: a era do corpo ativo. Campinas, SP: Papirus, 2006.

SOARES, Carmem Lúcia (Org.). Imagens da Educação no Corpo. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. SOARES, Carmem Lúcia (Org.). Corpo e História. Campinas, SP: Autores associados, 2001.

THELM, Neyde; BUSTAMANTE, Regina; M. C. LESSA, Fábio de S. (Orgs.). Olhares do Corpo. Rio de janeiro: MAUAD, 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

ASSMAN, Hugo. Paradigmas Educacionais e corporeidade 3 edição. Piracicaba UNIPE, 1995 ALVES, Rubens. Por uma educação Romântica. Campinas, São Paulo: Papirus, 2002

BROWN, Peter. Corpo e Sociedade: O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990

BRUHNS, Heloisa T. Conversando sobre no corpo. 5 edição. Campinas, São Paulo: Papirus 1994. DAYRELL Juarez. Múltiplos olhares sobre a educação e cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

LEAL, Ondina Fachel. Corpo e Significado – ensaios de antropologia Social. 2 edição. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2001.

MARCELINO, Nelson Carvalho. Lúdico, Educação e Educação Física. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1999. MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. volume Il. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MOREIRA, Wagner way. Educação Física & Esportes: Perspectivas para o século XXI. Campinas, São

Paulo: Papirus, 1993.NETO, Samuel de Souza. Corpo para malhar ou para comunicar? São Paulo: Cidade Nova, 1996.

ROMERO, Elaine. Corpo, Mulher e sociedade. Campinas, SP: Papirus, 1995.

SALES,Lílian Silva de. Escola Mista, Mundo dividido Infância e construção de gênero na escola (Belém/Pa). Dissertação de mestrado. Belém- Pará: UFPa- CFCH-Depto. De Antropologia, 2002.

SANT ANNA, Denise Bernuzzi. Políticas do corpo. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SANTOS, Rafael e Trindade, AZOILDA Loretto. Multiculturalismo: Mil e uma faces da escola. 2 edição. Rio de Janeiro: DP&a, 2000.

DEPARTAMENTO: DLLT		DISCIPLINA: Inglês Instrumental	
SEMESTRE: Optativa	CH: 80	CH TEÓRICA: 40	CH PRÁTICA: 40

Formar um leitor crítico, competente para compreender e refletir com base em textos escritos em Língua Inglesa específicos dasua área de atuação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender que o processo de leitura se realiza a partir da utilização de ferramentas que permitem a construção do sentido veiculado pelo texto;
- Identificar, no texto, elementos familiares, como expressões conhecidas, palavras transparentes, dentre outros;
- Utilizar as diferentes estratégias e técnicas de leitura;
- Desenvolver atividades práticas que utilizem a aplicação de conhecimento prévio com o fim de analisar o texto abordado, buscando, assim, localizar os focos principais de informação.

EMENTA:

Apresentação e estudo das estruturas básicas da língua inglesa. Desenvolvimento de estratégias e técnicas de leitura e compreensão de textos autênticos em língua inglesa relacionados, preferencialmente, à área do curso. Análise dos elementos linguísticos e paralinguísticos que contribuem para a formação do sentido no texto.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I: Definição de Inglês Instrumental (ESP), conteúdo programático e objetivos. O conhecimento da língua materna e o aprendizado de uma língua para fins específicos (o que achas?).

UNIDADE II: Noções básicas de funcionamento da Língua Inglesa, classe de palavras: substantivos, adjetivos, verbos, pronomes, numerais, advérbios, ordem das palavras na frase.

UNIDADE III: Estratégias de leitura: *prediction*, *skimming* e *scanning*; identificação de informações específicas expressas ou passíveis de serem inferidas por meio de cognatos, palavras repetidas, números, nomes próprios.

UNIDADE IV: Níveis de compreensão de leitura: abordagens de compreensão geral (*top-down*) e compreensão de pontos específicos (*bottom-up*) dos textos.

UNIDADE V: Compreensão de informações não-verbais e de suas relações com as informações verbais expressas no texto.

UNIDADE VI: Identificação de informações específicas cujo reconhecimento envolva a compreensão de relações entre os elementos estruturais da frase. Marcadores Discursivos. Coesão e coerência.

UNIDADE VII: Identificação de informações específicas de textos científicos. Prática de leitura de textos específicos da área de estudo e pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

HUTCHINSON, Tom; WATERS, Alan. English for Specific Purposes: a learning-centred approach. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

MURPHY, Raymond. English Grammar in Use. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

SILVEIRA, Maria Elisa; VEREZA, Solange. Inglês instrumental. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

SOUZA, Adriana; CONCEIÇÃO, Absy; COSTA, Gisele; MELLO, Leonilde. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal, 2005

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

BOOTH, Diana L. Fried. Projet Work. Oxford univ. 1986 DUFF, Alan. Translation. Oxford Press. 1990 HEDGE, Trícia. Writing. Oxford Press. 1998.

PEREIRA, Walber. Inglês Instrumental na UEPA (coletânia) vol I, II, III, IV em 14 áreas, Belém,1996 SWAN, Michael. Effective Reading. Cambridge University Press.1998

WILLIAMS, Ray Vocabulary Recognition Strategies in Eap Reading. England, 1984

DEPARTAMENTO: DMEI DISCIPI		CIPLINA: Tendências em Educ a	INA: Tendências em Educação Matemática		
SEMESTRE: Optativa	CH: 80	CH TEÓRICA: 60	CH PRÁTICA: 20		

Discutir teoricamente as tendências em Educação Matemática e suas implicações na prática dos professores que ensinammatemática nos anos iniciais de escolarização.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Discutir teórica e metodologicamente as tendências em educação matemática;
- Relacionar as tendências com a prática de ensino de matemática nos anos iniciais do ensino fundamental;
- Elaborar propostas de atividades de ensino apoiadas nas tendências estudadas.

EMENTA:

Introdução à Educação matemática como área e conhecimento e prática educativa; discussão teórica das tendências em Educação matemática; relações entre as tendências e a sala de aula; aplicações das tendências em atividades de ensino.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Etnomatemática Modelagem Matemática

Resolução de problemas no ensino de matemática

Tecnologias da informação e comunicação no ensino de matemática Abordagens históricas no ensino de matemática

Uso de Jogos no ensino de matemática

Didática da Matemática

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BASSANEZI, R. C. *Ensino-aprendizagem com Modelagem* Matemática: uma nova estratégia. Editora Contexto, São Paulo, 2002. BIEMBENGUT, M. S.; HEIN, N. *Modelagem* Matemática *no Ensino*.5. ed. – São Paulo: Contexto, 2009.

BORBA, M. C. Fases das tecnologias digitais em Educação Matemática: sala de aula e internet em movimento. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

D'AMBROSIO, U. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 112p. (Coleção Tendências em Educação Matemática)

DANTE, L.R. Didática da Resolução de Problemas de Matemática, 12 ed. São Paulo: Editora Ática, 1999. 176p.

FREITAS, José Luiz Magalhães. Situações Didáticas. In: MACHADO, Silvia Dias A Educação Matemática: uma introdução. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 2002, 65-87.

KISHIMOTO, I. M. O jogo e a educação infantil. São Paulo: Pioneira, 1994.

KISHIMOTO, TizukoMorchida. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação. 14ª. ed. Petrópolis, RJ, 2007.

MACHADO, Silvia Dias Alcântara. Engenharia Didática. In: MACHADO, Silvia Dias A Educação Matemática: uma introdução. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 2002, 197-208.

MIGUEL, Antônio. Perspectivas teóricas no interior do campo de investigação "História na Educação Matemática". In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MATEMÁTICA, V, 2003, Rio de Janeiro. Caderno de Resumos. Rio Claro: UNESP, 2003.

MISKULIN, R. G. S. As possibilidades didático-pedagógicas de ambientes computacionais na formação colaborativa de professores de Matemática. In: FIORENTINI, D. (Org.). Formação de Professores de Matemática: explorando novos caminhos com outros olhares. Campinas: Mercado das Letras, 2003. p. 217-248.

ONUCHIC, L. R. Ensino-Aprendizagem de Matemática através da resolução de problemas. IN: BICUDO, M. A. V. Pesquisa em Educação Matemática. São Paulo: Editora UNESP, 1999. cap12, p.199 – 220.

PAIS, L. C. Didática da Matemática; Uma Análise da Influência Francesa – 3. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2001. PENTEADO, M. G. Novos Atores, Novo Cenário: Discutindo a inserção dos computadores na profissão docente. In: BICUDO, M. A.V. (Org.). Pesquisa em Educação Matemática: Concepções & Perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p.297-313.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

BARBOSA, J. C. A prática dos alunos no ambiente de Modelagem Matemática: o esboço de um framework. *In:* BARBOSA, J. C.; CALDEIRA, A. D.; ARAÚJO, J. L (Orgs.). *Modelagem* Matemática *na Educação* Matemática *Brasileira*: pesquisas e práticas educacionais. Recife: SBEM, 2007.

BORBA, M. C. Um Estudo de Etnomatemática: Sua Incorporação na Elaboração de uma Proposta Pedagógica para o "Núcleo- Escola" da Favela da Vila Nogueira - São Quirino, Dissertação de Mestrado, IGCE/UNESP, Rio Claro, 1987.

BORIN, J. Jogos e resolução de problemas: uma estratégia para as aulas de matemática. Vol. 6. São Paulo: IME/USP, 1996. (Coleção CAEM).

CALDEIRA, A.D.; VIEIRA, E. M. Vertentes da Modelagem Matemática em cursos de formação de professores no cenário mundial. *Anais* do X Encontro Nacional de Educação Matemática: educação Matemática, cultura e diversidade, Salvador: Bahia, 2010.

FERREIRA, E. S. Etnomatemática: Uma Proposta Metodológica, Universidade Santa Úrsula, Rio de Janeiro, 1997. HUIZINGA, Johann. Homo Ludens. São Paulo, Perspectiva, 1999.

MISKULIN, R. G. S. Concepções Teórico-Metodológicas sobre a Introdução e a Utilização de Computadores no Processo Ensino/Aprendizagem da Geometria. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

MISKULIN, R. G. S; AMORIN, J.A; SILVA, M. R. C. As possibilidades pedagógicas do ambiente computacional TELEDUC na exploração, na disseminação e na representação de conceitos matemáticos. IN: BARBOSA, R. M. (Org.) Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2005. p.71-84.

ONUCIC, L.R.; ALLEVATO, N. S. G. Novas reflexões sobre o ensino-aprendizagem de matemática através da resolução de problemas. In: BICUDO, M. A. V.; BORBA, M. C. (Org.). Educação Matemática – pesquisa em movimento. São Paulo: Cortez, 2004. p213-231.

PAIS, Luiz Carlos. Transposição Didática. In: MACHADO, Silvia Dias A. Educação Matemática: uma introdução. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 2002c, 13-42.

POLYA, George. A arte de Resolver Problemas. Tradução. Heitor Lisboa de Araújo. Interciência, 1978. 179p.

POZO, Juan Ignacio, organizador, A Solução de Problemas - aprender a resolver, resolver para aprender. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

VIANA, Marger. O movimento da matemática moderna e suas implicações no Ensino de 1º e 2º graus no Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MATEMÁTICA, V, 2003, Rio de Janeiro. Caderno de Resumos. Rio Claro: UNESP, 2003.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

VYGOTSKY, L. S. O papel do brinquedo no desenvolvimento. IN: A formação social da mente. São Paulo: Ícone – Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

DEPARTAMENTO: DMEI		DISCIPLINA: Informática Básica		
SEMESTRE: Optativa	CH: 80	CH TEÓRICA: 40	CH PRÁTICA: 40	

Desenvolver o uso básico das TDIC (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação)

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Diferenciar hardware e software.
- Interagir com diferentes mídias digitais
- Desenvolver o uso crítico da internet
- Identificar os componentes básicos de um computador (dispositivos de entrada/ saída, processadores e armazenamento).
- Compreender que para guardar, manipular e transmitir dados precisamos codifica-los de alguma forma que seja compreendida pela máquina (formato digital)
- Entender o processo de transmissão de dados: a informação é quebrada em pedaços, transmitida em pacotes através de múltiplos equipamentos, e reconstruída no destino
- Identificar problemas de segurança de dados do mundo real e sugerir formas de proteger dados (criar senhas fortes, não compartilhar senhas, fazer backup, usar antivírus, etc.).
- Entender como é a estrutura e funcionamento da internet
- Compreender o funcionamento de vírus, malware e outros ataques a dados

EMENTA:

Caracterização de hardware e software. Arquitetura básica de computadores. Identificar os tipos de software existentes. Estudo do sistema operacional como sendo o software que permite o uso de outro software. Identificar, em pesquisa ou no uso de diferentes dispositivos, os vários sistemas operacionais dos computadores (Windows, Linux, MacOS), dos tablets e os dos smartphones (Android, iOS). Compreender fundamentos básicos do funcionamento da internet. Conhecer diferentes serviços oferecidos na internet. Experimentar diferentes aplicativos, de preferência software livre, para produção de textos, planilhas e apresentações. Segurança digital.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1. Hardware
- 1.1. Arquitetura básica de computadores
- 2. Software
- 2.1. Básico
- 2.2. Aplicativo
- 2.2.1. Processador de textos
- 2.2.2. Planilha eletrônica
- 2.2.3. Elaboração de apresentações multimídia
- 3. Internet
- 3.1. Codificação em formato digital
- 3.2. Fundamentos de transmissão de dados
- 3.3. Proteção de dados
- 3.4. Serviços
- 3.4.1. Email
- 3.4.2. WWW
- 3.4.3. Computação em nuvem
- 3.4.4. Armazenamento de dados em nuvem

4. Segurança digital

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

CARISSIMI, A. da S.; ROCHOL, J.; GRANVILE, L. Z. Redes de Computadores. 1. ed. [S.l.]: Bookman, 2009. 392 p.

CENTRO DE ESTUDOS, RESPOSTA E TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA NO BRASIL Cartilha de Segurança

para Internet. São Paulo: CERT.BR, 2012. E-book em pdf.

OLIVEIRA, R. S. de; CARISSIMI, A. da S.; TOSCANI, S. S. Sistemas operacionais. 4. ed. [S.l.]: Bookman, 2010. 375 p. WEBER, Raul Fernando. Fundamentos de arquitetura de computadores. 4. ed. [S.l.]: Bookman, 2012. 424 p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

ARARIPE, Juliana P. G. A.; LINS, Walquíria C. B. Competências Digitais na Formação Inicial de Professores. São Paulo: CIEB; Recife: CESAR School, 2020. E-book em pdf.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA Currículo de Referência para o Curso Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Tecnologia e Computação. São Paulo: CIEB, 2020. Ebook em pdf.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. Currículo de referência – Itinerário Formativo em Tecnologia e Computação. São Paulo: CIEB, 2020. E-book em pdf.

RAABE, André L. A.; BRACKMANN, Christian P.; CAMPOS, Flávio R. Currículo de referência em tecnologia e computação: da educação infantil ao ensino fundamental. São Paulo: CIEB, 2018. E-book em pdf

DEPARTAMENTO: DMEI DISCII		PLINA: Estatística Aplicada à Educação	
SEMESTRE: Optativa	CH: 80	CH TEÓRICA: 40	CH PRÁTICA: 40

Capacitar o aluno a coletar, analisar e interpretar informações estatísticas referentes aos setores econômicos, financeiro, industrial, científico, social e educacional

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Conhecer as definições de estatística Aprender a trabalhar com bancos de dados Aprender a expor os dados Aprender a produzir e analisar dados educacionais

EMENTA:

Conceito de população e amostra estatística. Fases do método estatístico. Planejamento de uma pesquisa. Análise exploratória e descritiva de dados. Indicadores Educacionais

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1. Introdução
- 1.1. Fases do Método Estatístico
- 1.2. Conceitos de Estatística
- 1.3. Tipos de Séries
- 1.4. Tipos de Gráficos
- 2. Distribuição de Frequência (DF)
- 2.1. Conceitos
- 2.2. Elementos de uma DF
- 2.3. Regras para a elaboração de uma DF
- 2.4. Tipos de gráficos de uma DF
- 3. Medidas de Posição
- 3.1. Média Aritmética
- 3.2. Mediana
- 3.3. Moda
- 4. Medidas Separatrizes
- 4.1. Quartis
- 4.2. Decis
- 4.3. Percentis
- 5. Medidas de Dispersão
- 5.1. Desvio Médio
- 5.2. Variância
- 5.3. Desvio Padrão
- 5.4. Coeficiente de Variação
- 6. Medidas de Forma
- 6.1 Simetria
- 6.1.1 Coeficiente de Assimetria
- 6.2 Curtose
- 6.2.1 Coeficiente de Curtose
- 7. Indicadores Educacionais
- 7.1 IDEB- Indice de Desenvolvimento da Educação Básica
- 7.2 Taxa de Rendimento Escolar

- 7.3 Taxa de Evasão Escolar
- 7.4 Taxa de Distorção Idade/Série

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BABBIE, Earl. Métodos de Pesquisas de *Survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p.519. BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. Estatística Básica. 4. ed. São Paulo: Atual, 1987.

FONSECA J. S. e MARTINS G. A. Curso de Estatística. 6a ed. São Paulo. Atlas S.A. 1996. GOMES, F. Pimentel. Curso de estatística experimental. São Paulo: Nobel, 1990.

JOHNSON, DALLAS E. Applied Multivariate Methods for data analysts. Duxbery: Pacific Guave, 1998. LEVIN, J. Estatística Aplicada a Ciências Humanas. 2. ed. São Paulo: Editora Harbra, 1987.

SILVA, Nelson do Valle. Introdução à Análise de Dados Qualitativos. Rio de Janeiro: Vertice Editora, 1990. 28 SILVEIRA JÚNIOR, P et al. Curso de Estatística. Pelotas (RS): Editora da UFPEL, 1992.

WONNACOTT, R.; WONNACOTT, T. Fundamentos de Estatística. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.,1985.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

FONSECA, J.S da; MARTINS, G. de A. Curso de Estatística. São Paulo: Atlas, 1975.

KARMEL, P.H.; POLASEK, M. Estatística Geral e Aplicada para Economistas. São Paulo: tlas, 1974. MEYER, P.L. Probabilidade, Aplicações à Estatística. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1984. PIMENTEL GOMES, F. Curso de Estatística Experimental. São Paulo: Nobel, 1990.

SPIEGEL, M.R. Estatística. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1974

DEPARTAMENTO: DPSI DI		DISCIPLINA: Psicologia Institucional		
SEMESTRE: Optativa	CH: 80	CH TEÓRICA: 80	CH PRÁTICA: 0	

Proporcionar a análise das diferentes abordagens em Psicologia institucional, além de discutir criticamente sobre a instituição e os diferentes modos de organização das relações sociais no tempo e espaço de práticas institucionais concretas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Situar as principais tendências do movimento institucionalista, localizando os diferentes objetos de estudo;
- Estudar os conceitos fundamentais dos processos institucionais e intergrupais;
- Refletir sobre as teorias e técnicas da análise institucional no funcionamento de grupos ou organizações.

EMENTA:

Delimitação e contextualização histórica da Psicologia Institucional. Fundamentos de estruturas organizacionais. Normas, cultura e clima organizacional. Grupos nas organizações (conceito, estrutura, conflito e cooperação, tomada de decisão em grupo). Políticas e práticas de recursos humanos. Motivação. Comunicação. Liderança. Atuação do psicólogo em diferentes tipos de Instituições.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE 1: A Psicologia Institucional

- 1.1- Introdução à Psicologia Institucional: percurso histórico e principais conceituações; 1.2- Modelos teóricos, métodos e objetos de estudo;
- 1.3- Abordagens em Psicologia Institucional, o campo de atuação do (a) psicólogo (a) institucional e o paralelo com as práticas pedagógicas.

UNIDADE II: Grupos, organizações e instituições.

- 2.1- O movimento institucionalista: diferentes abordagens teóricas; 2.2- José Bleger: a psicologia como instituição;
- 2.3- O processo grupal por Enrique Pichon-Rivière; 2.4- Pedagogia Institucional;

UNIDADE III: Relações, intervenções institucionais e o campo da educação 3.1- Elaboração de diagnóstico institucional;

- 3.2- Psicologia institucional e as demandas educacionais.
- 3.3- Análise institucional e intervenções psicossociais na educação; 3.4- Aspectos sócio-políticos e psicológicos da instituição.

UNIDADE IV: Práticas institucionais e subjetividade 4.1- A esquizoanálise de Gilles Deleuze e Félix Guattari;

4.2- Temas contemporâneos em Psicologia Institucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

ALMEDIA, Laurinda R. de; PLACCO, Vera M. N. de S. As relações interpessoais na formação dos professores . São Paulo: Loyola, 2002.

BAREMBLITT, Gregório. Compêndio de análise institucional. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. PICHON-RIVIÈRE, Henrique. O processo grupal. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

ANTÚNEZ, S. (Org.) Disciplina e convivência na instituição escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

AQUINO, Júlio Groppa. Confrontos na sala de aula: uma leitura institucional da relação professor-aluno. São Paulo: Summus, 1996.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis: vozes, 1987.

GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). Textos em representações sociais.

Petrópolis: vozes, 2002. GUIRADO, M. Instituição e relações afetivas - o vínculo com o abandono. São Paulo: Summus, 1986.

LANE, Silvia; CODO, Wanderley. Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984. LOURAU, René. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. RJ: UERJ, 1993.

MOYSÉS, Lúcia. A auto-estima se constrói passo a passo. São Paulo: Papirus, 2001.

RODRIGUES, Heliana de Barros e outros (Orgs) Grupos e instituições em análise. Rosa dos tempos, Rio de Janeiro, 1992.

DEPARTAMENTO: DPSI DISC		SCIPLINA: Educação Sexual	
SEMESTRE: Optativa	CH: 80	CH TEÓRICA: 80	CH PRÁTICA: 0

Compreender a constituição da sexualidade nos aspectos biopsicossocial no ambiente escolar e implicações educacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Analisar conceitos e fatos relacionados à sexualidade humana a partir de uma concepção críticosocial e científica.
- Identificar as demandas sociais e educacionais acerca dos problemas da comunidade escolar no que se refere à vivência da sexualidade.
- Elaborar propostas educativas para trabalhar a orientação sexual na escola.

EMENTA:

Educação Sexual e Orientação Sexual. O estatuto epistemológico para a educação sexual na escola. Sexualidade enquanto construção cultural: entre o biológico e o cultural; Sexualidade, gênero e educação; Sexualidades e afetividade; Sexualidades plurais; a sexualidade como tema na escola.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I

Conceituação de Sexualidade.

Construção sociocultural da sexualidade.

UNIDADE II

Sexualidade, Gênero e Educação.

UNIDADE III

Sexualidade como tema na escola.

UNIDADE IV

Orientação Sexual na Escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BOCK, Ana M. B. Psicologias: uma introdução aos estudos de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2019. FREUD, S. "Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade (1926) Trad. e publ. no Brasil pela Editora Imago, 2019

GTPOS- Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual. Sexo se aprende na escola. São Paulo: Olho d'água, 1995.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

AQUINO, Júlio Groppa. (Org) Sexualidade na Escola: Alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus. 2007. BARROSO, Carmen e BRUSHINI, Cristina. Sexo e Juventude. São Paulo: Cortez. 2009 CASTELO, L. Branco. O que é erotismo. SP: Brasiliense, 2015.

DESSER, Nanete Ávila. Adolescência Sexualidade e culpa. Rosa dos Tempos / UNB: Brasília. 2007 FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. Educação Sexual - Prós e Contras. IN, Revista Brasileira de Sexualidade Humana, Vol. III - No 2. São Paulo, Ed. IGLU, 2018.

DEPARTAMENTO: DPSI DIS		DISCIPLINA: F	SCIPLINA: Psicopedagogia		
SEMESTRE: Optativa	CH: 80	CH TEÓR	RICA: 80	CH PRÁTICA: 0	

Conhecer a psicopedagogia enquanto prática institucional e clínica

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Propiciar ao aluno a compreensão e a caracterização das principais dificuldades de aprendizagem presentes na escola. Possibilitar ao aluno noções sobre avaliação e intervenção nas dificuldades de aprendizagem.

EMENTA:

Abordagens psicopedagógicas na ação educadora de perspectiva interdisciplinar, com ênfase no caráter preventivo das dificuldades de aprendizagem. O estudo de caso como exercício da pesquisa e de apoio à organização coletiva de diagnóstico situacional

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. PSICOPEDAGOGIA: HISTÓRIA E CONCEITO DA PSICOPEDAGOGIA.

Atuação do psicopedagogo e sua relação com o trabalho do professor.

2. ABORDAGENS PSICOPEDAGÓGICAS NO TRABALHO DO PROFESSOR

Ação pedagógica na perspectiva das possibilidades de aprendizagem dos alunos

O estudo de caso como possibilidade investigativa no diagnóstico da aprendizagem dos alunos Intervenções pedagógicas do professor a partir do diagnóstico da situação dos alunos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS:

BOSSA, Nádia A. Psicopedagogia no Brasil. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2017.

SISTO, Fermino Fernandes. Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SOLÉ, Isabel. A Orientação Educacional e a Intervenção Psicopedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES:

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. Adolescência Normal: Um Enfoque Psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 2002.

AQUINO, Júlio Groppa. Erro e Fracasso na Escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 2017.

BOCK, A. M. Psicologias. Saraiva, São Paulo: 2019.

SISTO, Fernandes Fermino. Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VISCA, Jorge. O diagnóstico operatório na prática psicopedagógica. São Paulo: Click Books, 2008.

ANEXO 2

Orientações para os Estágios Supervisionados Curriculares Obrigatórios do Curso de Licenciatura em Pedagogia

APRESENTAÇÃO

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Pará apresenta o documento "Orientações para os Estágios Supervisionados Curriculares Obrigatórios", com a finalidade de nortear os(as) docentes e discentes na realização dos estágios em Instituições Não Escolares e Ambientes Populares, Educação de Jovens e Adultos, Gestão Educacional, Educação Infantil e Ensino Fundamental (1° ao 3° ano e 4° e 5° ano). Os Estágios Supervisionados são disciplinas curriculares obrigatórias, portanto, requisito indispensável à obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Os estágios propiciam aos(as) graduandos(as), experiências e observações do exercício profissional em ambientes escolares e não-escolares e devem pautar-se pela reflexão da prática, uma vez que teoria e prática são indissociáveis e sua integração resulta na ampliação e fortalecimento de atitudes éticas, conhecimentos, habilidades e competências, necessárias ao desenvolvimento profissional. O Estágio Supervisionado é uma atividade da práxis humana, ressaltando que "*Toda práxis é atividade, mas nem toda atividade é práxis*" (VÁZQUEZ, 2007, p. 219). Neste sentido, a práxis é teórico-prática, é intencional, reflexiva e criativa.

1. LEGISLAÇÃO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943, e a Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 60 da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- Resolução nº 3383/18 CONSUN-UEPA, de 19 de dezembro de 2018 Aprova os critérios para a equivalência de estágios curriculares obrigatórios de discentes que participarem do Programa Institucional de Residência Pedagógica da CAPES, no âmbito da UEPA.
- Resolução nº 3595/20 CONSUN-UEPA, de 19 de março de 2020 Altera a Resolução 2761/14
 CONSUN que trata das Normas Gerais Orientadoras Referentes aos Estágios Curriculares na Universidade do Estado do Pará UEPA.

2. OBJETIVOS DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

- Propiciar situações e experiências práticas em espaços escolares e não escolares que aprimorem a formação do futuro licenciado em Pedagogia.
- Contribuir para que o(a) aluno(a) sistematize e faça análise crítica a partir do confronto entre os conhecimentos e habilidades desenvolvidas no Curso e as práticas pedagógicas cotidianas.
- Possibilitar a aplicação de ações interdisciplinares e formas alternativas de avaliação na Educação Básica.
- Permitir a vivencia, ministração e observação da prática pedagógica em salas de aula da Educação Infantil, dos anos iniciais do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos.
- Vivenciar e avaliar os princípios da gestão democrática e participativa em ambientes escolares e não escolares.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

3.1 ORIENTAÇÕES E PLANEJAMENTO

O(A) professor(a) de estágio fará a introdução da disciplina em sala de aula do CCSE/*Campus* do Interior/Polos visando a organização e o planejamento das atividades a serem desenvolvidas nas instituições

escolares e não escolares. Os(as) alunos(as) terão também, durante todo o período de estágio, encontros presenciais ou virtuais, no caso da UAB/EAD, PARFOR e FORMA PARÁ, com os(as) professores(as) do estágio/tutores(as) para avaliação das vivências, bem como planejamento e replanejamento, quando necessário.

Nesse sentido, o estágio terá uma dimensão teórico-prática, intercalando momentos no campo de estágio com momentos de orientação do(a) professor(a), como forma de favorecer a formação crítica e contextualizada do(a) futuro(a) educador(a).

3.2 CAMPOS DE ESTÁGIO

Os(as) alunos(as) irão para o campo de estágio a fim de vivenciar a realidade dos ambientes escolares e não escolares. Constituir-se-ão campos de estágio as instituições vinculadas e/ou conveniadas com a UEPA, que firmem acordo para esta finalidade ou aquelas que os(as) professores(as) coordenadores(as) de *Campus*/polos tiverem estabelecido parceria para tal finalidade.

Os campos de estágio devem ser, preferencialmente, localizados no município onde são desenvolvidas as disciplinas do Curso, podendo ser da rede federal, estadual, municipal ou particular de ensino. Quando o(a) aluno(a) residir muito distante do campus/polo poderá realizar seu estágio em instituições mais próximas de sua residência, contudo, este(a) deve solicitar e repassar ao(a) professor(a) de estágio todas as informações sobre a instituição para que este avalie a adequação da solicitação.

No processo de definição dos campos de estágio o(a) professor(a) deverá observar, além das exigências legais vigentes, os seguintes critérios básicos:

- Será dada prioridade e não exclusividade às escolas da rede pública de ensino.
- As atividades de campo de estágio e/ou prática de ensino deverão ser desenvolvidas, preferencialmente, em instituição distinta do local de trabalho do estagiário.
- A instituição deve possuir infraestrutura didático-pedagógica, física, administrativa e de pessoal, no caso o(a) pedagogo(a) que será o(a) supervisor(a) do estágio.
- A instituição-campo deve assumir as propostas de trabalho dos(as) estagiários(as) do Curso de Pedagogia como ações integradas à sua estrutura e dinâmica de funcionamento.
- O número de estagiários(as) deve ser definido considerando as condições de trabalho existentes na instituição/campo.

3.3 REGISTRO DAS AÇÕES

As experiências vivenciadas no campo de estágio deverão ser registradas e sistematizadas a fim de serem usadas como subsídios teórico-práticos para a atuação dos(as) futuros(as) pedagogos(as), bem como, em pesquisas a respeito da atuação do(a) pedagogo(a) em diferentes contextos educacionais.

3.4 JORNADA DE ESTÁGIO

As experiências vivenciadas no estágio serão socializadas na Jornada de Estágio Supervisionado visando a reflexão sobre a prática e a sua relação com as teorias educacionais apreendidas no curso.

4. DEVERES DOS DOCENTES DA UEPA, PEDAGOGO(A) DO CAMPO DE ESTÁGIO E DISCENTE

4.1 DOCENTE DA UEPA

- Definir a(s) Instituição(ões) onde serão desenvolvidas as atividades de campo da(s) disciplina(s) de Estágio Supervisionado.
- Orientar, acompanhar e supervisionar, sistematicamente, as atividades de Estágio de uma sub turma com, aproximadamente, 10 (dez) alunos(as). Na UAB/EAD e nos Programas como PARFOR e FORMA PARÁ o número de alunos em cada subturma será definido conforme orientação do Núcleo de Educação Continuada e a Distância (NECAD), no caso da UAB/EAD, e das coordenações gerais do PARFOR e FORMAPARÁ, instâncias que acompanham a programação dos recursos financeiros para o pagamento das bolsas dos docentes.

- Definir, juntamente com os(as) alunos(as) e os(as) profissionais da instituição, as atividades a serem desenvolvidas.
- Contribuir com o(a) estagiário(a) no aprofundamento dos conhecimentos sistematizados no decorrer de sua formação, a partir da realidade encontrada e das experiências vivenciadas.
- Proceder a avaliação sistemática dos(as) alunos(as) sob sua orientação, com a colaboração dos(as) pedagogos(as) da instituição e do(a) próprio(a) aluno(a), tendo como base critérios, procedimentos e instrumentos previamente definidos.
- Fazer o controle de frequência dos(as) alunos(as) nas atividades de campo.
- Orientar e acompanhar os(as) discentes na elaboração do projeto de intervenção e na construção do artigo científico, como produto final da disciplina.
- Organizar, orientar, acompanhar, avaliar e participar da socialização da vivência dos estágios.

4.2 PEDAGOGO(A) DO CAMPO DE ESTÁGIO

- Acompanhar o estagiário na instituição.
- Orientar, organizar, acompanhar e providenciar os meios necessários à realização das atividades a serem desenvolvidas na instituição, de acordo com programação previamente definidas.
- Manter contato com o(a) professor(a) orientador(a) da UEPA.
- Validar o controle de frequência do aluno.

4.3 DISCENTE

- Estar regularmente matriculado no curso.
- Cumprir as exigências legais referentes à realização dos estágios.
- Acatar as normas da instituição onde realiza o estágio.
- Tratar com cortesia todas as pessoas relacionadas à instituição onde realiza o estágio.
- Vestir-se com discrição para apresentar-se no local de estágio
- Evitar a utilização de celular de forma exagerada.
- Usar de sigilo e ética sobre qualquer informação confidencial de que tenha conhecimento durante o estágio.
- Comunicar e justificar com antecedência suas ausências nas atividades programadas.
- Apresentar ao(a) professor(a) frequentemente fichas de registros de atividades e relatório sobre as atividades desenvolvidas.
- Não rasurar os documentos referentes aos estágios.
- Cumprir os horários e prazos estabelecidos no desenvolvimento do estágio.
- Comparecer às reuniões de orientações, previamente estabelecidas.
- Negar-se a assumir a turma quando o(a) professor(a) não compareceu naquele dia na escola. Se o(a) professor(a) estiver no espaço escolar o(a) estagiário(a) poderá assumir a turma momentaneamente.

5. FICHAS DE FREQUÊNCIA EM CAMPO DE ESTÁGIO

É o registro resumido das atividades realizadas no campo de estágio:

- Local do estágio, dias e o horário de entrada e saída, assim como as atividades diárias.
- Assinatura do(a) Diretor(a)/Secretário(a) ou pessoa responsável pelo acompanhamento no campo de Estágio.
- Carimbo da instituição campo de estágio.
- A Ficha não deve conter rasuras e ao final deve ser assinada pelo estagiário(a), pelo(a) professor(a) Supervisor(a) de Estágio e professor(a) de Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Pará.
- A carga horária total deve ser computada corretamente na finalização do estágio.

As Fichas de Frequência de Estágio Supervisionado serão repassadas aos discentes pelos (as) professores(as) lotados(as) no estágio supervisionado e entregues à Coordenação de Estágio do Curso de Licenciatura em Pedagogia, que assinará e arquivará.

6. ROTEIRO PARA O PROJETO DE INTERVENÇÃO

- Capa
- Folha de Rosto
- Sumário
- *Introdução* Visa esclarecer o(a) leitor(a) sobre o assunto a ser tratado, delimitando-o com informações necessárias para sua compreensão. Deve ser um dos últimos itens a ser elaborado para não haver desacertos entre a introdução e o apresentado no corpo do projeto.
- *Justificativa* É o convencimento de que o projeto é importante e deve ser efetivado, ou seja, os argumentos dos porquês desse projeto, sua importância e a relevância da realização das atividades para a comunidade escolar.
- *Objetivos Geral* Determina o que se quer atingir com a realização do projeto em relação a formação geral do público alvo.
- *Objetivos Específicos* Determina quais aspectos do objetivo geral se pretende alcançar e desta forma atingi-lo.
- *Metas* Definir quantitativamente o que se pretende atingir.
- *Público Alvo* Identificar as pessoas que serão atendidas pelo projeto e esclarecer o motivo pelo qual elas foram escolhidas como público alvo.
- Referencial Teórico Embasar a proposta pedagógica de intervenção do projeto nos teóricos da educação. Quais principais autores tratam sobre o assunto? O que eles dizem sobre isso?
- *Metodologia* Detalhar as diferentes etapas e ações do projeto, parcerias, além dos mecanismos de avaliação a serem usados na avaliação dos alunos e do próprio projeto.
- Recursos Humanos Identificar as pessoas que estarão envolvidas no projeto.
- Recursos Materiais Discriminar os recursos materiais que serão necessários para a realização do projeto.
- Resultados esperados Evidenciar os resultados esperados com a realização das ações educativas que serão desenvolvidas no projeto.
- Avaliação Inserir proposta clara de monitoramento e avaliação, indicando objetivos, profissionais responsáveis, periodicidade, instrumentos.
- Cronograma Indicar todas as ações do projeto e quando acontecerão. É necessário especificar os dias, mês ou meses.
- Referências Bibliográficas Obras, documentos e qualquer fonte de informações consultadas no levantamento de literatura. Na organização das referências é obrigatória a ordem alfabética.
- Apêndice Textos ou documentos elaborados pelos(as) autores(as) do projeto.
- Anexo Textos ou documentos não elaborados pelos(as) autores(as) do projeto.

7. ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO ARTIGO

- Titulo
- Autor
- Breve currículo do(s) autor(es) contendo, inclusive, o e-mail para contato.
- Resumo Objetivo, método, resultados e as conclusões do trabalho. O resumo deve ser escrito
 em parágrafo único, numa sequência corrente de frases lógicas sem nenhuma enumeração de
 tópicos. Preferência ao uso da terceira pessoa do singular e do verbo na voz ativa. A primeira

- pessoa do plural (nós) não deve ser utilizada. Deve-se, ainda, evitar o uso de frases negativas, símbolos, equações, tabelas, quadros etc. Quanto à extensão pode estar entre 250 a 500 palavras.
- *Palavras-chave* Cada periódico explicita a quantidade de palavras-chaves, podendo variar de três a cinco palavras, que representem o artigo como um todo.
- *Introdução* O tema a ser tratado; a justificativa da escolha do tema e por fim os objetivos da pesquisa, problema, questões norteadoras e hipóteses, caso tenham. A introdução deve ser um dos últimos itens a ser elaborado para não haver incoerência entre o que foi introduzido, desenvolvido e, principalmente, conclusão.
- *Desenvolvimento* É a parte principal do artigo científico. Aborda de forma aprofundada o tema de estudo e os resultados que foram alcançados com a elaboração do trabalho, apoiados pelos referenciais teóricos, exemplos, informações e dados estatísticos.
- Considerações Finais Visa recapitular sinteticamente os resultados da pesquisa relacionandoos aos objetivos propostos. Deixar claro se os objetivos foram alcançados. Em que medida foram alcançados. Pode ainda conter indicação para novos estudos, as vantagens da realização do estudo para a prática pedagógica além de recomendações.
- Referências Bibliográficas Lista de referências dos documentos consultados para a elaboração do Projeto. Nela devem constar as obras, documentos e qualquer fonte de informações consultada no levantamento de literatura. Na organização das referências é obrigatória a ordem alfabética.

8. NORMAS DA ABNT PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO E ARTIGO

ABNT NBR 14724:2011	Trabalhos acadêmicos
ABNT NBR 6028:2021	Resumo, Resenha e Recensão
ABNT NBR 6023:2018	Referências
versão corrigida 2 2020	
ABNT NBR 6027:2012	Sumário
ABNT NBR 6024:2012	Numeração progressiva das sessões de um documento
ABNT NBR 10520:2002	Citações em documentos
ABNT NBR 6022:2018	Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica

OBS: As normas podem sofrer alterações no decorrer do tempo, portanto é importante verificar a vigência no catálogo da ABNT disponível em: https://www.abntcatalogo.com.br/

9. CREDITAÇÃO DE CARGA HORÁRIA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, no Art. 61, Parágrafo único, inciso III, declara que no processo formativo do profissional da educação pode-se considerar o aproveitamento da formação e experiências profissionais anteriores na área da educação. Quanto a isso, a Resolução nº 3595/20-CONSUN/UEPA de 19 de março de 2020, Art. 21, Parágrafo Único orienta que "terá direito a concessão de dispensa, o aluno já inserido como docente na rede de ensino, pública ou privada, mediante comprovação e acompanhamento da UEPA, por intermédio da Coordenação de Estágios do Curso".

No Curso de Licenciatura em Pedagogia poderá ser creditada 50% da carga horária do Estágio Curricular obrigatório em conformidade com a Resolução nº 668/2009 -CONCEN/UEPA de 10 de outubro de 2009 Art 3º e parágrafos 1º e 2º.

Quanto ao Programa Institucional de Residência Pedagógica da CAPES, no âmbito da UEPA,conforme a Resolução nº 3383/18 - CONSUN, de 19 de dezembro de 2018, o discente poderá creditar toda (Art.9°, inciso III) ou parte (50%) (Art.7°) da carga horária do Estágio Supervisionado Curricular desde que atenda o que exige a referida resolução no Art. 9°, incisos de I a IV ao que prevê a ementa e objetivos do estágio.

Os casos omissos serão estudados pela Coordenação de Estágio Supervisionado do Curso em conjunto com a Coordenação do Curso de Pedagogia. Dependendo da situação, a questão poderá ser analisada pelo Colegiado do Curso.

ANEXO 3

Orientações para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do Curso de Licenciatura em Pedagogia

APRESENTAÇÃO

O documento de "Orientações para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC" tem a finalidade de nortear docentes e discentes na produção da monografia, conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPC) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Acredita-se que este documento contribuirá para a qualidade das orientações docentes e dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelos discentes.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá ser objeto de discussão e de reelaboração, ou seja, não poderá ser construído sem diálogo entre orientando(a) e orientador(a), pois a orientação é um processo interpessoal de aprendizagem mútua e continua (ZILBERMANN, 2002).

Conforme Freire (2011, p.110), é necessário trazer para a prática pedagógica o amor, ao mundo e aos homens, como elemento fundante do diálogo, pois "sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo". A relação entre orientador(a) e orientando(a) deve considerar essa perspectiva de educação que prime pelo diálogo, pois essa educação é constitutiva de amor, fé, confiança, humildade, esperança e criticidade.

1. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: uma iniciação à pesquisa

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste em um processo de Iniciação à Pesquisa Científica e objetiva estimular os(as) alunos(as) na prática da pesquisa instigando os(as) discentes do Curso de Pedagogia a problematizar questões do cotidiano escolar. Dessa forma, o TCC constitui-se condição indispensável para a obtenção do grau de licenciado(a) em de Pedagogia.

Ao longo de sua formação acadêmica, os(as) alunos(as) do curso poderão encaminhar estudos, por meio da participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, que visem o aprimoramento e/ou aprofundamento de uma temática que culmine na elaboração de seu TCC. Salienta-se que o TCC deve contemplar o fenômeno educacional em sua diversidade de expressão, atendendo as prerrogativas do atual Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPC).

O PPC orienta que as disciplinas Metodologia Científica, Pesquisa Educacional, Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II propiciem os embasamentos teórico-metodológicos para a realização do Projeto de Pesquisa, da realização da pesquisa e da elaboração do relatório de pesquisa na forma de monografia.

2. PROJETO DE PESQUISA

O Projeto de Pesquisa e o Trabalho de Conclusão de Curso devem ser elaborados em conformidade com a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT:

- ABNT NBR 14724: 2011 (Trabalhos Acadêmicos);
- ABNT NBR 6023: 2018 (Referências);
- ABNT NBR 6024: 2012 (Numeração progressiva de seções);
- ABNT NBR 6027: 2012 (Sumário);
- ABNT NBR 10520: 2002 (Citações em documentos)

OBS: As normas podem sofrer alterações no decorrer do tempo, portanto é importante verificar a vigência no catálogo da ABNT disponível em: https://www.abntcatalogo.com.br/

Para a elaboração do Projeto de Pesquisa devem ser considerados os seguintes itens:

- *Introdução* Apresentação, em linhas gerais, dos itens contidos no sumário. A linguagem deve ser clara, simples e objetiva.
- *Problema* Elaborado pelo(a) autor(a) e está estreitamente relacionado ao tema escolhido.

- Questões norteadoras Questões formuladas na forma de perguntas a partir dos objetivos da pesquisa.
 Não devem ser em grande número para que se possa alcançar em tempo hábil e em consonância aos objetivos propostos.
- *Hipóteses* A função da(s) hipótese(s) é buscar respostas provisórias, indicar explicações para determinado acontecimento. Como hipótese é sinônimo de suposição, pode ser rejeitada, mas isso não desmerece o trabalho.
- Delimitação do Tema A escolha do Tema é, talvez, a parte mais difícil para qualquer pesquisador(a). Deve surgir com base nas inquietações do(a) próprio(a) pesquisador(a) e estar vinculado à área de conhecimento pretendido e/ou do curso que está atrelado.
- *Justificativa* Indica as razões da escolha do tema. Chama a atenção para os argumentos utilizados na sua definição, sua importância social e sua relevância científica.
- Objetivo Geral- Indica o que se pretende alcançar ao final da pesquisa.
- *Objetivos Específicos* Indicam que ações que precisam ser cumpridas para se alcançar o objetivo geral. Em média devem ser três objetivos específicos.
- Referencial Teórico Apresenta teorias e conceitos a partir de autores(as) de referência que tratem o objetivo proposto. Aliado a isso, pode-se realizar um levantamento das produções (pesquisas) sobre o tema em estudo. Após o levantamento, deve ser realizada a leitura crítica do material selecionando aquele que é relevante e será usado no trabalho.
- Metodologia -Detalhamento da abordagem, método, técnica, sujeitos, local da pesquisa, coleta, sistematização e análise de dados que serão utilizados na realização da pesquisa, ou seja, de todos os passos realizados para a construção do trabalho científico.
- *Cronograma* Indica o tempo necessário para a execução da pesquisa, especificando todas as fases, dias e meses.
- Referências- Lista de todas as obras (autores) consultadas, citadas e/ou transcritas no texto do projeto
- *Apêndice(s)* Material elaborado pelo(a) autor(a).
- Anexo(s) Material não elaborado(a) pelo autor(a)

O projeto de pesquisa, a pesquisa propriamente dita e a elaboração da monografia, podem ser realizados de forma individual ou em dupla em todas as modalidades do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

3. TCC I E TCC II

TCC I – Na disciplina TCC I, sob o acompanhamento do(a) professor(a) orientador(a), os(as) alunos(as) deverão consolidar o projeto de pesquisa esboçado na disciplina Pesquisa Educacional e elaborar os capítulos da monografia referentes à Introdução (problema, tema, justificativa, objetivos, metodologia etc.) e Referencial Teórico, além da proposta de sumário da monografia que será concluída no semestre seguinte.

Ao final da Disciplina TCC I, durante a Jornada de TCC, o(a) aluno(a) ou alunos(as) apresentarão os materiais para Banca de Qualificação visando possibilitar a revisão dos dados na perspectiva da excelência acadêmica. As fichas com os resultados da Avaliação de Qualificação de TCC I deverão ser encaminhadas à Coordenação do Curso ou Coordenação do Campus/Polo. Quando tratar-se de UAB/EAD, PARFOR e FORMA PARÁ, estes coordenadores repassarão as referidas fichas à Coordenação do Curso de Pedagogia.

TCC II – Na disciplina TCC II o(a) aluno(a) ou alunos(as), sob orientação do(a) mesmo orientador(a), preferencialmente, darão continuidade ao processo de construção da monografia até a sua finalização e defesa. A Defesa de TCC será realizada durante a JORNADA DE TCC em data agendada pela Coordenação de TCC do Curso. A banca de defesa de TCC deverá ser cadastrada no SIGAA pelo(a) orientador(a) que presidirá a mesma. A Ficha de Avaliação de Defesa do TCC II e Ata de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso deverão ser encaminhadas à Coordenação do Curso ou Coordenação do Campus/Polo. Quando tratar-se de UAB/EAD, PARFOR e FORMA PARÁ, estes coordenadores repassarão as referidas fichas à Coordenação do Curso.

Para ser aprovado(a) em TCC I ou TCC II o(a) aluno(a) precisará alcançar a média igual ou superior a 8,0 (oito) na banca de qualificação ou defesa. Os(As) alunos(as) que não obtiverem no mínimo 8,0 deverão cumprir as recomendações das referidas bancas e verificar com seu(a) orientador(a) novo período para realizar nova apresentação. As notas obtidas nas disciplinas TCC I e TCC II deverão ser lançadas no SIGAA pelo(a) professor(a) orientador(a).

Uma banca de qualificação ou defesa pode ser formada da seguinte forma:

- a) Orientador(a) mais 01 professor(a) da UEPA.
- b) Orientador(a) mais 02 professores(a), sendo 01 da UEPA e outro externo.
- c) Orientador(a) mais 02 professores(a) da UEPA.

Poderão participar das Bancas de Avaliação de TCC os(as)servidores(as) não docentes da UEPA com formação na área educacional e experiência compatível com a temática discutida. A apresentação dos trabalhos deverá ser cronometrada e seguir os seguintes tempos máximos:

- a) exposição do trabalho: 20 minutos;
- b) comentários e avaliação da comissão julgadora: 10 minutos para cada membro da Banca;
- c) defesa e comentários finais dos autores: 10 minutos.
- O plágio, situação onde o trabalho de autor(a) é copiado sem a devida autorização e conhecimento por parte deste, constitui crime de Violação aos Direitos Autorais estabelecidos no Art. 184 do Código Penal, que diz: "Violar direitos de autor(a) e os que lhe são conexos: Pena detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa". Desse modo, os Trabalhos de Conclusão de Curso que forem considerados plágios serão anulados(as) e o aluno(a) deverá produzir novo texto no próximo período letivo. Casos dessa natureza deverão ser encaminhados imediatamente a Coordenação de TCC do Curso de Pedagogia.

A Jornada de TCC ocorre ao final do semestre letivo com duração de 5 a 10 dias. Neste período são realizadas as qualificações e defesas, simultaneamente. Geralmente, no 1º dia é realizada uma palestra para orientadores(as), orientandos(as) e comunidade acadêmica em geral sobre temas relacionados à pesquisa científica. A organização da Jornada de TCC é realizada pela Coordenação de TCC em conjunto com a Coordenação do Curso, além de orientadores(as), orientandos(as) e profissionais designados(as) para tal.

4. ORIENTAÇÃO DE TCC E ALOCAÇÃO DE CARGA HORÁRIA AOS DOCENTES

No Curso de Licenciatura em Pedagogia, a elaboração do TCC poderá ser feita individualmente ou em dupla pelos alunos matriculados nas turmas que funcionam no CCSE/UEPA. Nas turmas modulares dos *campi* do interior do estado os(as) alunos(as) do Curso deverão fazer, preferencialmente, em dupla. Nos casos da UAB/EAD e programas como PARFOR e FORMA PARÁ, os(as) alunos(as) farão seus trabalhos de conclusão de curso em dupla ou trio.

O(A) aluno(a), a dupla ou o trio, ao final do 6º semestre, preenche a ficha de cadastro e de acompanhamento de TCC, onde indicará o título/tema provisório de seu projeto de pesquisa, assim como a sugestão/solicitação de orientador(a). Esta deverá ser enviada, via protocolo ou e-mail, à Coordenação do Curso de Pedagogia. É importante ressaltar que não há co-orientação dos TCCs no Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Nas indicações dos(as) professores(as) orientadores(es) pela coordenação de curso e/ou departamentos deverão ser consideradas a área de estudo e a relação que esta tem com as linhas de pesquisa do curso.

Poderão orientar TCC os(as) docentes efetivos da UEPA ou contratados(as) que não tenham contratos rescindidos antes da data de defesa. Ressalta-se que para orientar TCC o professor deve estar lotado no *campus* onde o(a) aluno(a) está matriculado(a), pois a UEPA não disponibiliza recursos para pagamento de diárias e passagens exclusivamente para orientações de TCC, excetuando os programados nos cronogramas da UAB/EAD, PARFOR e FORMA PARÁ.

O(A) orientador(a) de TCC I e TCC II deverá preencher a Ficha de Acompanhamento e Frequência do(as) aluno(as), dupla ou trio sob sua responsabilidade e ao final de cada semestre repassar as mesmas para a Coordenação de TCC do Curso de Licenciatura em Pedagogia/Coordenação de *Campus/*Polo

Os(As) alunos(as) deverão permanecer com o mesmo orientador em TCC I e TCC II até a defesa. As exceções referentes a esse caso poderão ser resolvidas pela Coordenação do Curso e mais especificamente pela Coordenação de TCC e Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

5. ESTRUTURA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

O TCC no Curso de Pedagogia deve ser realizado no formato de monografia sobre um determinado tema, obedecendo às normas da ABNT com relação aos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

O TCC deve obedecer à seguinte estrutura:

- INTRODUÇÃO Apresentação do tema, justificativa, objetivos e questão da pesquisa que deu origem a monografia. Esta seção deve conter os procedimentos metodológicos: sujeitos, local de pesquisa, abordagem, o tipo de pesquisa, coleta, sistematização e análise de dados. Finaliza-se com a estrutura da monografia.
- REFERENCIAL TEÓRICO Constituído do resultado das leituras dos(as) autores(as) que apoiam a pesquisa, utilizando referências, citações e interpretações do que foi lido.
- ANÁLISE DOS DADOS Resultados obtidos com a realização da pesquisa fundamentados no referencial teórico.
- CONSIDERAÇÕES FINAIS As conclusões obtidas com a análise dos dados e comentários sobre a investigação e propostas quando houver. As considerações finais não devem ser numeradas.
- REFERÊNCIAS Serão listadas as que foram citadas e consultadas para a elaboração do TCC.

5. ROTEIRO PARA QUALIFICAÇÃO E DEFESA DO TCC

- Entrega da monografia parcial (qualificação) ou monografia finalizada (defesa) 15 dias antes da data da apresentação.
- No dia da qualificação ou defesa o(a) orientador(a) de TCC, presidente da Banca Examinadora, abrirá a sessão e convocará os membros convidados para composição da mesa, bem como os(as) autores(as) para a apresentação.
- Em seguida, o(a) orientador(a) autorizará a exposição do trabalho em tempo máximo de 20 minutos. No caso de trabalhos desenvolvidos em duplas, ambas as pessoas deverão participar da qualificação ou defesa do TCC.
- Após a apresentação, os membros convidados da banca farão a análise crítica do trabalho por no máximo 30 minutos considerando os itens constantes nos documentos de avaliação do TCC.
- Em seguida, os(as) autores(as) responderão aos questionamentos dos membros convidados sob mediação do(a) presidente da banca em tempo máximo de 10 minutos.
- Não será permitindo arguição por parte de pessoas alheias à comissão julgadora.
- Após os comentários e considerações finais, a banca examinadora, em reservado, preencherá a Ficha de Avaliação de TCC com atribuição de nota, além da Ata, no caso de defesa.

É importante esclarecer que cada membro da banca examinadora receberá uma cópia da Ficha de Avaliação do TCC contemplando todos os elementos a serem avaliados no trabalho escrito e na exposição oral. A nota final do TCC corresponderá à média aritmética das notas atribuídas pela banca examinadora, ficando sob responsabilidade da banca o parecer final do trabalho. Em seguida, será informado aos(as) autores(as) se o trabalho foi aprovado ou não.

Caso o(a) aluno(a) obtenha menos que 8,0 estará reprovado(a) e precisará, se o(a) orientador(a) achar pertinente, marcar outra data para qualificação ou defesa ainda no mesmo semestre. Se o(a) aluno(a) obtiver 8,0 e 8,5 estará aprovado(a). Nestas situações não há necessidade de enviar cópia do TCC para a coordenação de curso. A Ficha de Avaliação de TCC deverá ser entregue à Coordenação de Curso/Coordenação de *Campus*/Polo imediatamente após a apresentação de cada trabalho.

Caso o aluno obtenha 9.0 - 9.5 - ou 10.0 deverá realizar revisão do trabalho no máximo em 15 dias, se for solicitado pela banca e enviar arquivo digital do trabalho revisado ao(a) orientador(a). Se tudo estiver

conforme o solicitado, o(a) orientador(a) envia o arquivo digital para à Coordenação do Curso/Coordenação de *Campus*/Polo com a Ficha de Avaliação de TCC devidamente assinada.

O lançamento da nota do TCC no SIGAA está condicionado à revisão e entrega da versão final do TCC. Todos os TCC's nota 10,0 serão enviados à Biblioteca do CCSE/UEPA, conforme orientações repassadas pelo(a) orientador(a).

7. ESTRUTURA DOS SLIDES PARA QUALIFICAÇÃO E DEFESA DE TCC

Para a Jornada de TCC os(as) alunos(as) poderão utilizar slides com os seguintes itens:

TCC I	TCC II	
Identificação da instituição, orientando(s),	Identificação da instituição, orientando(s),	
orientador(a), cidade e data	orientador(a), cidade e data	
Título	Título	
Problema de Pesquisa	Problema de Pesquisa	
Delimitação do Tema	Delimitação do Tema	
Justificativa	Justificativa	
Objetivos	Objetivos	
Referencial Teórico	Referencial Teórico	
Metodologia da pesquisa (tipo de pesquisa, técnicas e	Metodologia da pesquisa (tipo de pesquisa, técnicas e	
instrumentos de coletas de dados e análise dos dados)	instrumentos de coletas de dados e análise dos dados)	
Proposta de Sumário	Sumário	
Cronograma		
	Resultados da pesquisa	
	Considerações finais	
Referências	Referências	
	Apêndices (se houver)	
	Anexos (se houver)	

8. RECOMENDAÇÕES À COMISSÃO EXAMINADORA DOS TRABALHOS

- A banca deverá apresentar-se 30 minutos antes do início da defesa.
- Os membros da comissão julgadora, orientador(a) e examinadores(as), devem ler antecipadamente o trabalho devendo atribuir a nota final de avaliação somente após a conclusão da arguição.
- A nota deve ser atribuída individualmente de zero a dez, pelo(a) professor(a) orientador(a) e pelos(as) examinadores(as), a partir dos critérios estabelecidos na Ficha de Avaliação de TCC.
- As considerações sobre o trabalho deverão ser escritas e anexadas ao mesmo para ciência do(s) autor(es).

9. PRÊMIO MELHOR TCC

A premiação do melhor TCC contempla Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos por egressos(as) de cursos de Graduação da UEPA. Os(As) autores(as) dos melhores TCC's receberão um certificado com a indicação da colocação obtida e cópia do Diário Oficial do Estado contendo o resultado do Prêmio. Os(As) professores(as) orientadores(as) também são premiados(as).

O objetivo da premiação é "destacar e difundir os Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação da UEPA, que além de excelência, apresentam aspectos inovadores em sua elaboração", aprovados por egressos(as) dos cursos da UEPA, com nota mínima nove.

Os interessados em se inscrever devem ler atentamente o edital e observar regras de como enviar o arquivo. Em caso de TCC em dupla ou em trio, os membros devem fazer uma única inscrição inserindo o histórico acadêmico individual e o TCC em comum.

O TCC deverá estar redigido na língua de acordo com as normas do Projeto Pedagógico de cada curso, atendendo exigências de normas técnicas nos padrões ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Serão premiados o 1°, 2° e 3° lugar de cada curso.

ANEXO 4 Plano de Adaptação Curricular

Conforme Art. 52, parágrafo 9°, do Regimento Geral da UEPA quando há mudança de currículo, a Coordenação de Curso deverá elaborar plano de adaptação de estudos ao novo currículo para os(as) alunos(as) em regime de dependência. Desta forma, a adaptação curricular ocorrerá conforme o quadro a comir

Ano/ Sem	Situação do(a) aluno(a)	Adaptação		
Sem	Matriculado(a) no 1° semestre	Cursar PPC/202	22	
	Matriculado(a) no 2º semestre		22 o 1º semestre do PPC/2022 que não possuem compatibilidade com as do rão ser cursadas em regime de dependência.	
	2 semestre		o 1º semestre do Projeto Pedagógico 2007, com aprovação e que tenham e de carga horária e conteúdo com as do PPC/2022, serão creditadas	
2023.1	Matriculado(a) no 3º semestre	Continua no PPC/2007	 Migra para o PPC/2022 ngressará, obrigatoriamente, no 3º semestre do Projeto Pedagógico/2022. s disciplinas do 1º e 2º semestre do Projeto Pedagógico 2007, com aprovação e que tenham compatibilidade de carga horária e conteúdo com as do PPC/2022, serão creditadas. s disciplinas do 1º e 2º semestre do PPC/2022 que não possuem compatibilidade com as do PPC/2007 deverão ser cursadas em regime de dependência. 	
	Matriculado(a) no 4º semestre	Continua obriga	atoriamente no PPC/2007	
	Matriculado(a) no 5° semestre	Continua obriga	atoriamente no PPC/2007	
	Matriculado(a) no 6° semestre	Continua obriga	atoriamente no PPC/2007	
	Matriculado(a) no 7º semestre	Continua obriga	atoriamente no PPC/2007	
	Matriculado(a) no 8º semestre	Conclusão confe	orme PPC/2007	
	Matriculado(a) no 1º semestre	Cursar PPC/2022		
	Matriculado(a) no 2º semestre	Cursar PPC/202	22	
	Matriculado(a) no 3º semestre	Cursar PPC/202	22	
	Matriculado(a) no 4º semestre	Continua no PPC/2007	PPC/2022. Será matriculado no 4º semestre e dependências possíveis.	
	Matriculado(a) no 5° semestre	Continua obrigatoriamente no PPC/2007 Continua obrigatoriamente no PPC/2007		
2023.2	Matriculado(a) no 6º semestre			
	Matriculado(a) no 7º semestre			
	Matriculado(a) no 8º semestre	Conclusão confe	orme PPC/2007	
2024.1	Matriculado(a) no 1º semestre	Cursar PPC/2022		

	Matriculado(a) no	Cursar PPC/2022	
	2º semestre Matriculado(a) no 3º semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 4º semestre	Cursando o PPC/2022	
	Matriculado(a) no 5° semestre	Continua no PPC/2022. Será matriculado no 5° semestre e dependências possíveis.	
	Matriculado(a) no 6º semestre	Continua obrigatoriamente no PPC/2007	
	Matriculado(a) no 7º semestre	Continua obrigatoriamente no PPC/2007	
	Matriculado(a) no 8º semestre	Conclusão conforme PPC/2007	
	Matricula(a)do no 1º semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 2º semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 3° semestre	Cursar PPC/2022	
2024.2	Matriculado(a) no 4º semestre	Cursar PPC/2022	
2024.2	Matriculado(a) no 5° semestre	Cursando o PPC/2022	
	Matriculado(a) no 6º semestre	Continua no PPC/2022. Será matriculado no 6º semestre e últimas dependências possíveis.	
	Matriculado(a) no 7º semestre	Continua obrigatoriamente no PPC/2007	
	Matriculado(a) no 8º semestre	Conclusão das turmas PPC/2007	
	Matriculado(a) no 1º semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 2º semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 3º semestre	Cursar PPC/2022	
2025.1	Matriculado(a) no 4º semestre	Cursar PPC/2022	
2025.1	Matriculado(a) no 5° semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 6º semestre	Cursando o PPC/2022	
	Matriculado(a) no 7º semestre	Continua no PPC/2022. Será matriculado no 7º semestre de preferência sem dependências.	
	Matriculado(a) no 8° semestre	Conclusão das turmas PPC/2007	
	Matriculado(a) no 1º semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 2º semestre	Cursar PPC/2022	
2025.2	Matriculado(a) no 3º semestre	Cursar PPC/2022	
2025.2	Matriculado(a) no 4º semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 5° semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 6° semestre	Cursar PPC/2022	

	Matriculado(a) no 7º semestre	Cursando o PPC/2022	
	Matriculado(a) no 8º semestre	Conclusão das turmas que estavam no 3° semestre e OPTARAM EM PERMANEC ER cursando o PPC/2007	
	Matriculado(a) no 1º semestre	Cursar PPC/2022	
2026.1	Matriculado(a) no 2º semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 3º semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 4º semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 5° semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 6º semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 7º semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 8º semestre	Conclusão das turmas que estavam no 2º semestre e MIGRARAM OBRIGATORIAMENTE para o PPC/2022 em 2023.1	
2026.2	Matriculado(a) no 1º semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 2º semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 3º semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 4º semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 5° semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 6º semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 7º semestre	Cursar PPC/2022	
	Matriculado(a) no 8° semestre	Conclusão das turmas que ENTRARAM no PPC/2022 em 2023.1	

É importante ressaltar que no semestre 2025.1 serão encerradas as turmas do PPC 2007. Se alguma turma do 3° semestre optar em permanecer no PPC/2007 então serão encerradas em 2025.2.

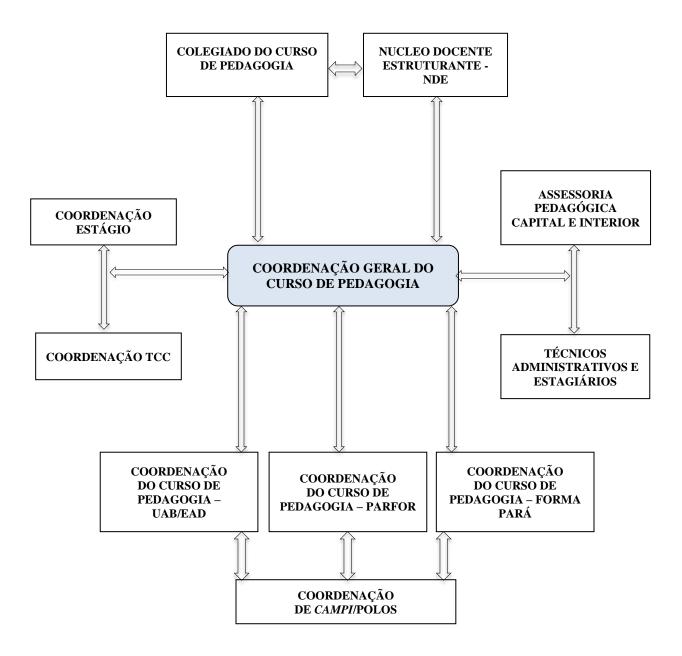
Em 2026.1 não haverá qualquer turma referente ao PPC/2007.

Destaca-se também que, considerando o tempo máximo para *integralização curricular* de 7 (sete) anos, o(a) aluno(a) retardatário(a) do PPC 2007 cumprirá as disciplinas pendentes conforme condições de oferta propiciadas pela Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia conforme quadro a seguir.

ENTRADA DO ALUNO NO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	SITUAÇÃO DO ALUNO EM 2023.1	PRAZO MÁXIMO PARA CURSAR AS PENDÊNCIAS DO PPC/2007
2022.1	3° semestre em 2023.1	Integralizar no máximo em 2028.2
2021.2	4° semestre em 2023.1	Integralizar no máximo em 2028.1
2021.1	5° semestre em 2023.1	Integralizar no máximo em 2027.2
2020.2	6° semestre em 2023.1	Integralizar no máximo em 2027.1
2020.1	7° semestre em 2023.1	Integralizar no máximo em 2026.2
2019.2	8° semestre em 2023.1	Integralizar no máximo em 2026.1

ANEXO 5

Fluxograma da Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia



Universidade do Estado do Pará Centro de Ciências Sociais e Educação Travessa Djalma Dutra, s/n, Telégrafo, Belém- PA - CEP: 66050-540 www.uepa.br https://ccse.uepa.br/ccse/

coordenacaopedagogia@uepa.br @coordenacaopedagogiauepa (91) 4009-9548